

● ● ● Gilberto Felisberto Vasconcellos e J.W. Bautista Vidal ● ● ●

poder dos trópicos

Meditação sobre a alienação
energética na cultura brasileira



Este livro é a prova da existência da beleza e da amizade.

Conheci J.W. Bautista Vidal e com ele se me abriu uma perspectiva nova: a da energia. Escrevemos juntos (embora ele seja objeto de minha análise) uma inusitada sociologia da energia que almeja atingir a totalidade da sociedade brasileira.

Povo é energia e o sol é do povo. Somos a maior nação tropical do planeta.

Temos as condições naturais – em termos bioenergéticos – para construir uma civilização socialmente solidária e paradisíaca; porém, somos vítimas da alienação energética. Esta é a contradição que nos define no próximo milênio.

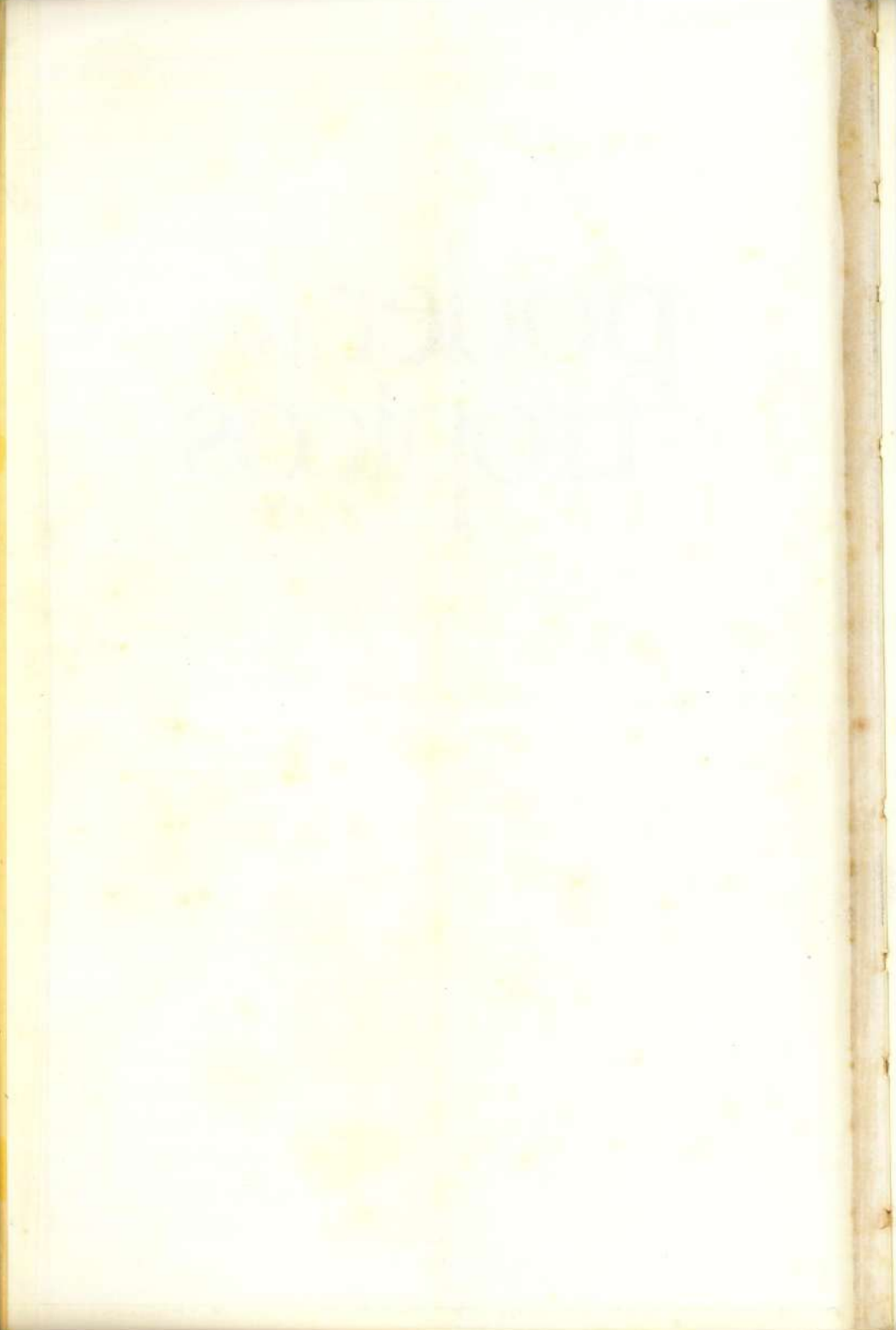
O leitor irá perceber que este livro é ambicioso: ele quer contribuir para mudar a cabeça do homem brasileiro.

Trata-se de um libelo contra o entreguismo neocolonizador das últimas décadas e, ao mesmo tempo, uma proposta construtivista com objetivo de eliminar a dor e a miséria do nosso povo – dor e miséria que, aliás, são desnecessárias.

O Brasil é um país em que não deveria existir pobre.

poder dos trópicos

Meditação sobre a alienação
energética na cultura brasileira



poder dos trópicos

Meditação sobre a alienação
energética na cultura brasileira

*Para os meus filhos
Alyx com grande
carinho em 21.1.99
JWB e JWB Vidal*



casa amarela

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vasconcellos, Gilberto Felisberto

Poder dos trópicos: meditação sobre a alienação
energética na cultura brasileira / Gilberto

Felisberto Vasconcellos e J.W. Bautista Vidal

-- São Paulo : Sol e Chuva, 1998.

I. Cultura - Brasil 2. Desenvolvimento
sustentável 3. Política energética - Brasil
4. Recursos energéticos - Brasil I. Vidal, J.W.
Bautista. II. Título

98-3461

CDD-333.790981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Energia e Estado : Economia
333.790981
2. Brasil : Política energética : Economia
333.790981
3. Brasil : Recursos energéticos : Economia
333.790981

Copyright © 1998 Gilberto Felisberto Vasconcellos e J.W. Bautista Vidal

Capa: Chico Max

Direitos exclusivos para esta edição em língua portuguesa
Editora Casa Amarela Ltda.
Rua Fidalga, 174
CEP 05432-000 São Paulo

Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação
ou reprodução deste volume, no todo ou em parte,
sob quaisquer formas ou por quaisquer meios
(eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia ou outros), sem permissão
expressa da Editora.

ISBN 85-86821-01-2

*Ó pátria desperta... Não curves a fronte
Que enxugaste os prantos no Sol do Equador
Não miras na fímbria do vasto horizonte
A luz da alvorada de um dia melhor?*

Castro Alves, do poema *América*, junho de 1985.

A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. (...)

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo a caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.

Getúlio Vargas, carta-testamento, agosto de 1954.

Índice

APRESENTAÇÃO	9
PRIMEIRA PARTE	17
<i>Capítulo I</i>	
ALIENAÇÃO ENERGÉTICA	19
<i>Capítulo II</i>	
O SINISTRO PLANO REAL	24
<i>Capítulo III</i>	
OLIGARQUIA DOS PARDAIS	35
<i>Capítulo IV</i>	
PRELÚDIO E FUGA À CIVILIZAÇÃO DE UM DIA ..	42
I – Biomassa: Alimento e Combustível	42
II – A Biomassa na Estética, nas Ciências Sociais e no Poder	45
III – Novo Modelo Econômico e Político de Desenvolvimento	51
<i>Capítulo V</i>	
O DINHEIRO OU A VIDA	57
I – Distonia entre Riquezas: a Concreta e a Falsa	57
II – A Biomassa e o Sentido Sagrado da Vida	63
<i>Capítulo VI</i>	
NO PAÍS DA MÍDIA	68
<i>Capítulo VII</i>	
ENERGIA, POLÍTICA, FOLCLORE, MIDIOLOGIA E VOTO	78

I – O Fenômeno Midiático	78
II – A Energia da Biomassa e a Transição do Regime	81
III – 1979: Dura Intervenção Externa	83
IV – O Grupo Nacionalista	85
V – O Projeto da Totalidade	88
VI – Espaço e Tempo Coloniais	90
VII – O Ressurgir dos Trópicos: Biomassa Já!	93
VIII – Impasses da Conjuntura Político-Eleitoral	95
IX – Energia como Instrumento do Poder Nacional nos Partidos Políticos – O Trabalho Brasileiro Atualizado	100
X – Os Candidatos à Presidência da República, a Mídia e o Projeto Nacional	102
XI – Descolonização Energética	103

SEGUNDA PARTE

Capítulo VIII

Entrevista I: ESQUIZOFRENIA FINANCEIRA	111
--	-----

Capítulo IX

Entrevista II: A RECONQUISTA DO BRASIL	142
--	-----

I – Sistema Financeiro Internacional Apodrecido	143
II – Destruição Programada da Economia Brasileira	147
III – Biomassa, Alternativa Mundial aos Derivados do Petróleo – De Chernobyl a Roraima	153
IV – Projeto Nacional	157

Capítulo X

Entrevista III: A ENERGIA É NOSSA	173
---	-----

TERCEIRA PARTE

Capítulo XI

Debate: J.W. Bautista Vidal e João Pedro Stedile	219
--	-----

QUARTA PARTE

Capítulo XII

Depoimento: O CAPITAL FINANCEIRO CONTRA O SOL	247
I – Criação do Proálcool	247
II – A Escola da Biomassa	249
III – Os Hidratos de Carbono: Biomassa	252
IV – Biomassa: Dividendos da Energia Solar Petróleo: Civilização de um Dia	254
V – Gênese do Uso da Biomassa como Combustível ...	257
VI – Mente Colonizada	258
VII – Petrobrás: Empresa de Energia	261
VIII – A Questão Ecológica	266
IX – Energia, Poder Mundial	267
X – A Intervenção Estrangeira em 1979	268
XI – Pleno Emprego: Prioridade Máxima do Projeto Nacional	270
XII – Bloqueio Videofinanceiro – A Tragédia do Nordeste Brasileiro	272
XIII – A Biomassa e a Comunidade Científica	275
XIV – A Era Civilizatória da Biomassa – A Função do Estado	277
XV – A Questão Cultural	280
XVI – A Substituição do Óleo <i>Diesel</i>	284
XVII – Álcool de Mandioca	286
XVIII – A Preservação das Florestas	290
XIX – Falsa Economia de Mercado	290
XX – Guerra à Vista... ..	294
XXI – O Petróleo É Vosso	299
XXII – Satanização do Sul	300

APRESENTAÇÃO

Este livro é uma seleção de textos e entrevistas que o cientista J.W. Bautista Vidal concedeu aos jornais *Fogo Cerrado* e *Diário de Comércio e Indústria* e à revista mensal *Caros Amigos*, complementada por depoimento a este escriba.

Trata-se de conjunto de reflexões sobre a questão energética e suas relações com a sociedade e a cultura brasileiras, à forma de meditações à Ortega y Gasset sobre as estruturas do poder nacional e mundial.

Objetiva também discutir de modo fundamentado a oportunidade histórica que o cenário internacional contemporâneo oferece ao Brasil como o grande continente tropical do planeta.

Coube-me a função de editar aquilo que estava disperso e anulado pela grande mídia, transformando-o em um conjunto unitário no campo conceitual e, principalmente, político.

Este livro não está vinculado a nenhum partido político, ou a qualquer candidatura às eleições presidenciais de 1998, embora pretenda ter forte influência nesse processo.

O propósito de oferecer à sociedade brasileira um projeto de verdadeiro desenvolvimento, auto-sustentado, autóctone, soberano, implica duas ações:

1. ruptura com o sistema financeiro internacional;
2. definição de um modelo econômico independente nos campos tecnológico e energético, ancorado no mercado interno e no pleno emprego para brasileiros e todos aqueles que a nós se juntaram nessa extraordinária aventura de construir a mais bela e pujante civilização, humanitária e justa, que o homem já viu neste nosso planeta de infortúnios.

O mercado interno é o universo aberto para alcançar o pleno emprego a curto prazo. Impõe-se radical mudança da

matriz energética para formas de energia nacionais e limpas do ponto de vista ecológico, simultânea à adoção de modelo de desenvolvimento autônomo, tendo por objetivo alterar o *status* de dependência externa econômica, militar, tecnológica, cultural e política.

A grande e magnífica alternativa é a adoção da biomassa como vetor dessa nova matriz, o que implica resgatar para o controle do Estado seus instrumentos essenciais de poder.

Causou-nos perplexidade constatar o eclipse do Sol na cultura brasileira. Paradoxalmente existe vasta alusão à Lua em nosso folclore, mas não ao Sol, fenômeno equivalente ao que ocorre com o mar, com exceção das canções de Dorival Caymmi: a enorme extensão costeira não gerou projeção fabulativa do mar, ao contrário do que sucede com os rios. Salvo na Bahia, entre nós Iara ou Boto pega mais fundo do que Iemanjá.

O ente físico energia percorre todo o corpo social e as estruturas de poder das civilizações e nações em toda a história do homem. Ela vem sempre da natureza, não pode ser criada nem destruída, apenas muda de forma. Todas as transformações e movimentos do universo físico dela dependem. Polimorfa e onipresente, lamentavelmente porém não tem sido objeto de reflexão por parte de nossos autores e sabichões, que se metem a palpar sobre este ou aquele aspecto da civilização brasileira.

No campo econômico e da política, o parâmetro energia é fundamental e não se pode falar em poder e em soberania sem tê-la presente de modo crucial. Os políticos e governantes, ao ignorarem a questão energética, mesmo após a crise mundial do petróleo, demonstram desconhecer as principais questões de poder de nosso tempo.

De Florestan Fernandes a Fernando Henrique Cardoso, de Roberto Campos, Luís Carlos Bresser Pereira a Celso Furtado ou Maria da Conceição Tavares, a energia que move o mundo e fundamenta o poder em toda parte está sistematicamente alijada de cogitação e de análise.

As formas energéticas fósseis predominantes nos últimos dois séculos foram o carvão mineral e o petróleo, regidas por

países hegemônicos. Em nosso meio foram quase sempre vinculadas a decisões externas, por meio dos pacotes tecnológicos por eles agregados. Por isso, a mente colonial de nossa classe dirigente sempre considerou natural que fossem controladas de fora.

É por isso que o papel da energia como ente central que movimenta as civilizações não é compreendido em nossa história e em nossa cultura, como ocorre em sociedades autônomas, apesar do privilegiado e imenso potencial da nossa natureza tropical.

As vítimas são o povo e a nação, transformados em alienados energéticos. Não sabem que vivem mal e porcamente num pedaço de terra mui rico e formoso, como é o caso do privilegiado território físico brasileiro, abençoado todos os dias, de norte a sul, de leste a oeste, por imensa fonte de energia primária, permanente e limpa, o nosso astro-rei: o Sol.

Somos a maior "nação solar" do planeta Terra. Nenhum outro país detém tanta água doce – a contrapartida da energia solar para a formação dos hidratos de carbono, ou seja, da biomassa.

Apesar de todos os massacres e humilhações a que foi submetido, nosso povo é sensível à presença dos quatro elementos essenciais da natureza, conforme comprovam os estudos do folclore nacional de Luís da Câmara Cascudo. A terra é mãe. Tudo dá e tudo come. "Em se plantando, tudo dá." As águas são milagrosas.

Somos, conforme escreveu o grande químico brasileiro Sebastião Simões Filho, a civilização dos hidratos de carbono, e não a dos hidrocarbonetos que formam os combustíveis fósseis, ecologicamente sujos e não renováveis.

A esperança de que o povo tome consciência de que a biomassa é sua salvação fica prejudicada pelas atuais circunstâncias, que precisam ser radicalmente mudadas. A causa direta desse despropósito é a nefasta influência – inimiga da escola – da mídia impressa, falada e vista.

Decorre desse "exu midiático" a seguinte situação: os sentidos estão embotados à percepção do matrimônio entre o Sol e a água, tendo como suporte principal a terra, de que a biomassa é a filha pródiga dos trópicos. Ela é o dividendo

solar que movimentará o mundo em substituição ao petróleo, que é um capital em processo de exaustão.

De resto, a cultura brasileira dos últimos cinquenta anos merece ser criticada por ignorar a natureza física do país, de onde provém a fabulosa e perene fonte energética tropical: a biomassa, filha do sol tropical.

Mesmo os ecologistas sérios (sem falar da picaretagem dos partidos verdes) padecem do mal da alienação energética, alheios e indiferentes à influência das gigantescas forças energéticas da natureza.

Segundo J.W. Bautista Vidal, somente na bacia amazônica incide diariamente uma quantidade de radiação solar equivalente à energia de 6 milhões de bombas nucleares, do porte da lançada pelos norte-americanos sobre Hiroxima.

J.W. Bautista Vidal não é nenhum louco fanático do determinismo geográfico ou energético. Ele sabe muito bem – saber de experiência vivida – que o fator humano é decisivo e a vontade política fundamental na história humana. Não é senão por causa disso que, em suas reflexões, aparecem em permanente contraposição o sistema bioenergético, regido por leis da natureza, e a esbórnica financeira. “Pode existir vida sem dinheiro, impossível porém sem energia”, afirma.

O fetiche do dinheiro encobre a questão vital da energia. Isso poderá nos levar à catástrofe ecológica mundial. Recordemos os desastres de Three Miles Island, de Chernobyl, de Goiânia, de Roraima ou dos tremendos tornados recentes no sul dos EUA.

Montaram o crime e a farsa: o Brasil, segundo os hegemônicos, não merece a Amazônia. Desse modo são afrontados a legitimidade histórica e o direito internacional. Promovem a satanização dos países do sul, especialmente o mais importante deles.

Ainda segundo J.W. Bautista Vidal, a gênese da alienação energética na sociedade brasileira contemporânea encontra-se na dupla petróleo-dólar, base do modelo dependente.

Com reservas reduzidas de petróleo em termos mundiais, apesar da demonstrada competência da Petrobrás, a adoção do modelo econômico dependente resultou do uso da forma energética petróleo, privilegiando escandalosamente o

automóvel e a rodovia, em detrimento de excepcionais condições naturais e de custos para a navegação fluvial e de cabotagem, e da ferrovia.

O benefício supremo não é nem para o povo nem para a nação, mas para a Mercedes e demais corporações transnacionais, via Juscelino Kubitschek, que morreu dentro de um automóvel, em suspeito acidente na rodovia Dutra. O maior partido da oposição, o PT, tem também sua origem no ABC paulista. Não é por acaso que a indústria automobilística transnacional é o "carro chefe" de nossa estrutura produtiva, cópia do comprometido modelo americano petróleo-automóvel.

O transplante energético, controlado por insaciável oligarquia mundial, foi o principal responsável pelo crescimento econômico dependente, teorizado pela Cepal e aplicado aos infelizes países ibero-americanos, especialmente os localizados nas regiões tropicais, os quais foram bloqueados ao uso de excepcionais alternativas energéticas nacionais.

Furar o bloqueio é o caminho para conquistar a autonomia, tal como já aconteceu com a siderurgia a carvão vegetal, com os aviões da Embraer, com a tecnologia da Petrobrás para prospecção de petróleo em grandes profundidades marinhas e com o programa tecnológico de alternativas energéticas ao petróleo.

A grande dificuldade da população em perceber a armadilha em que nos meteram decorre do fato de o modelo do dólar petrolífero ter sido montado em uma época de grande otimismo e de aparente democracia, no governo JK, cantado em prosa e verso pela historiografia brasileira, submetida ao fetichismo do automóvel transnacional e do dinheiro monopólio, em clima do cinema de Roliúdi.

Disso resultou a mistificação da Autolatina, o demiurgo do progresso nos últimos trinta anos, operando assim a terrível inversão semântica: o diabo do automóvel foi apresentado como o Deus do avanço econômico.

De 1974 a 1979, aconteceram no entanto a crítica da razão prática a esse modelo e a comprovação de sua ilegitimidade, curiosamente com o desenvolvimento tecnológico de um motor brasileiro destinado a combustível também nacional: o etanol.

Foi por causa da busca de uma alternativa energética tropical ao petróleo que o imperialismo censurou o trabalho tecnológico de J.W. Bautista Vidal, tentando destruí-lo de todas as maneiras, pois ele evidenciara a estupidez suicida do modelo econômico subalterno.

Um exemplo bem conhecido é o das grandes siderúrgicas brasileiras que usam carvão mineral importado, de alto poder poluidor, em vez de carvão vegetal, que possuímos em abundância, limpo do ponto de vista ambiental e suficiente para abastecer o mundo. A Acesita foi entre as siderúrgicas nacionais a única exceção, pelo fato de resultar de tecnologia desenvolvida no Brasil por brasileiros.

O mal demoníaco é a propaganda cultural de origem externa, que nos embota os sentidos à compreensão do valor estratégico das florestas brasileiras e da sua utilização econômica. Em vez de nos reportarmos à pujança da floresta tropical, ficamos presos ao esquema energético colonialista dos combustíveis fósseis, assim como não equacionamos economicamente a utilização do metal nióbio, do qual detemos quase 100% das reservas mundiais, preferindo importações de outros metais.

Nas meditações e reflexões deste ensaio sobre a alienação energética na sociedade e na cultura do Brasil denunciaremos a existência de grave retrocesso, contrapondo-se a importantes avanços no passado em direção à autonomia nacional (especialmente no período do presidente Getúlio Vargas): retrocede-se ao *status* de colônia.

Isso ocorre precisamente às vésperas do século XXI. Triste e criminoso retrocesso. O Brasil é o continente das regiões tropicais e, por isso, está predestinado a sediar a maior – e melhor – civilização auto-sustentável do futuro.

A atual classe dirigente brasileira, embevecida burramente pelos pacotes tecnológicos que nos são trazidos por corporações transnacionais, pelo menos se iguala à mais servil e incompetente da história contemporânea.

Vítimas do monolito dos meios de comunicação, que controlam as mentes, os brasileiros permanecem cegos e surdos, com a cabeça feita pela ditadura dessa mídia, que é paga pelo gangsterismo financeiro internacional.

A prospectiva apresentada por J.W. Bautista Vidal é histórica, pois representa a reversão do processo que começou na Inglaterra com o carvão mineral, aumentando a temperatura da Terra, fundindo a calota polar antártica e provocando chuva ácida. O processo culmina com o petróleo, em fase agônica.

Este livro visa promover o resgate da auto-estima nacional e a reversão de hediondo processo que nos vitima. Que o povo brasileiro recupere sua liberdade e dignidade pela expulsão do poder de máfia servil que leva o país à ruína e à desonra.

Maio de 1998

Gilberto Felisberto Vasconcellos

Eu não entendia a natureza dos motivos da perda do momento histórico do Brasil, excluída a baixa qualidade moral e política de sua classe dirigente, com tamanha riqueza natural, estando em suas mãos a solução dos dois principais problemas mundiais contemporâneos: o energético e o ecológico. Disse sobre meu espanto ao amigo Gilberto Felisberto Vasconcellos, profundo conhecedor de minha obra, valente e culto lutador das questões nacionais do nosso tempo.

Então, em diálogo continuado acerca das possíveis razões para tal loucura, chegamos à conclusão de que há na cultura brasileira uma trágica alienação energética, fruto do processo colonial em que vivemos e que nos oprime, não permitindo identificar nossa realidade e vedando o encontro dos caminhos de nosso povo para o futuro.

A explicitação dessas evidências motivou a elaboração deste livro de meditação, para usar uma palavra orteguiana e colocar em termos serenos quando teríamos vontade de sair gritando.

A maioria dos textos já existia e foi submetido por Gilberto a uma integração conceitual e política para que pudesse ganhar a importância que tem para a vida do Brasil e dos povos de outras latitudes menos premiadas pela natureza.

O Brasil é o *locus* dos acontecimentos, mas as implicações são universais, queiram ou não queiram os inimigos da biomassa.

Todos aqueles que conhecem Gilberto sabem tratar-se de um vulcão, em plena erupção. Todos também conhecem sua cultura e sua coragem política. Não é por acaso que se identificou tanto com Glauber Rocha. Para Gilberto, nas questões nacionais, não existe meio-termo; vai em frente sem olhar vantagens pessoais ou de qualquer natureza, às vezes apenas prejuízos para si e para os seus. Quando acredita em alguém não poupa elogios, sempre muito generosos. O contrário ocorre com os entreguistas e imorais, aos quais não poupa na reprovação ou mede as palavras. Tenho-lhe, por isso e por sua honestidade, grande respeito.

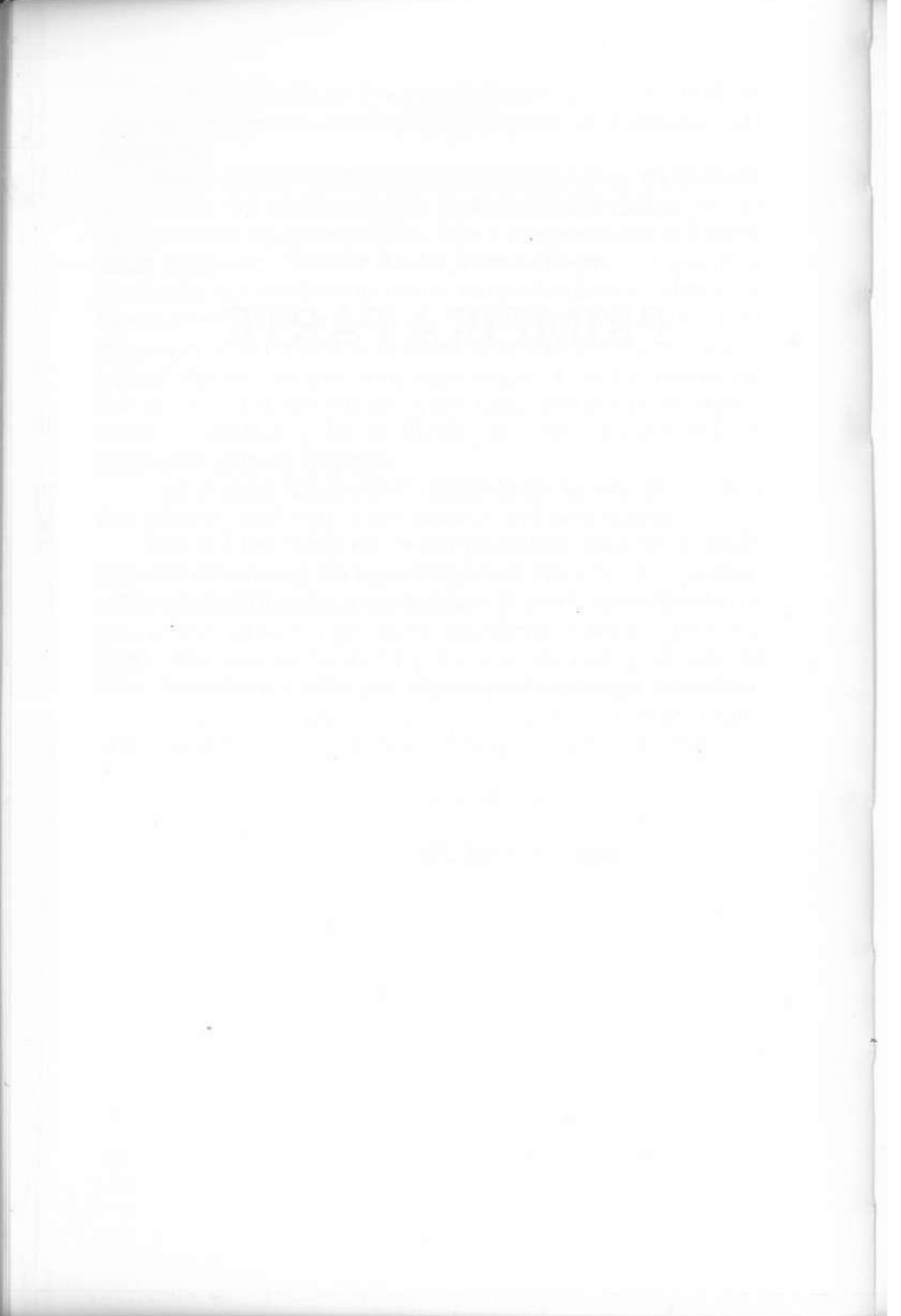
Como seria difícil cair no desagrado cultural ou político do Gilberto, ainda que isso nunca ocorra sem razões!

Daí a dificuldade em evitar possíveis exageros quando envolve meu nome. Só recentemente o conheci como pessoa, salvo ocasionalmente, e sua postura já se refletia antes de conhecer-me como amigo, fruto das idéias contidas em meus livros. Por isso só me resta pedir a compreensão do atento leitor, fazendo os ajustes que julgue oportuno no que considero, às vezes, excessiva generosidade do meu amigo Gilberto, que, antes de tudo, é um incondicional amigo do povo brasileiro.

Maio de 1998

J.W. Bautista Vidal

PRIMEIRA PARTE



Capítulo I

ALIENAÇÃO ENERGÉTICA

Existe em Brasília um cientista, engenheiro e físico que se chama J.W. Bautista Vidal, nascido na Bahia e formado na Espanha, em Santiago de Compostela, na Bahia e em Stanford, nos Estados Unidos, mentor do Proálcool (o etanol substituindo a gasolina) durante o governo Geisel, indicado pelo saudoso Severo Gomes para cuidar da Secretaria de Tecnologia Industrial.

Um gênio. Quatro livros fundamentais sobre as questões tecnológica e política da energia. Seu último livro, *A Reconquista do Brasil*, da editora Espaço e Tempo, prefaciado por Nelson Werneck Sodré, é uma obra-prima para tirar o país do atoleiro e salvar a vida da mãe terra. Utopia? Delírio? Não estou exagerando. É a pura verdade. Embora escreva tão bem como Unamuno ou Ortega y Gasset, o nosso Bautista Vidal é um homem de ciência, comprometido com a objetividade, sem dar margem ao improvisado. Qual é a essência de sua abordagem energética?

Resumindo, o petróleo está acabando no mundo, não dura mais do que trinta anos. Todos os países ricos, os gigantes do G-7, situados na zona frígida da Terra, estão apavorados diante da extinção ou da impossibilidade de continuar consumindo excessivamente o que tem sido o suporte energético do capitalismo mundial nestes dois últimos séculos: o carvão mineral e o petróleo. A fonte está secando, porque esse tipo de energia é não-renovável, além de poluir e prejudicar a atmosfera, trazendo o perigo de um excesso entrópico dentro do sistema da ecosfera. O efeito estufa. A chuva ácida. O apocalipse.

Irã. Iraque. As guerras no Golfo Pérsico aconteceram por causa de petróleo. O Oriente Médio, detendo mais de 60% das reservas mundiais de petróleo, movimenta o mundo.

O problema geopolítico hoje é a busca de alternativa energética ao petróleo. A tão badalada energia nuclear revelou-se uma panacéia de alto risco, de modo que só resta a solução da biomassa, o fruto do encontro do sol com a água. Ora, a biomassa é o privilégio energético dos trópicos com água, onde o sol – esse reator magnânimo, a fusão nuclear, centro do sistema cósmico ao qual pertencemos – aparece diariamente em todo o território nacional.

Somos a maior nação tropical do planeta, mas continuamos burros e alienados em relação ao nosso patrimônio telúrico. Eis o detalhe: a biomassa é energia limpa, segura, permanente e renovável, ou seja, aquilo que o poeta Charles Baudelaire pediu para si a vida inteira em vão.

O sol batendo no solo do Brasil equivale por dia à energia gerada em 24 horas por 320.000 usinas hidrelétricas de Itaipu, a maior do mundo.

Em termos energéticos, o babaçu do Maranhão vale uma Arábia Saudita para sempre, sem mencionar o potencial incalculável do dendê, da mamona, da mandioca, da colza, do girassol, do abacate, da soja, do amendoim... e das imensas florestas tropicais.

Moral da história: o Brasil não deve ficar atrelado ao petróleo, isso significa o nosso suicídio. O petróleo foi o ingrediente fundamental da montagem da dívida externa. Outro detalhe: o patrimônio mineral brasileiro é riquíssimo. Só o metal nióbio de Araxá faz a festa do Japão, país que não tem petróleo nem minério.

Bautista Vidal é um físico pós-marxista, porque para ele o fator energia é o determinante, e não o fator financeiro.

Com FHC no poder já chegamos naquele ponto crítico: o dinheiro ou a vida?

Essa comparação não é feita à toa: FHC, o financeiro; enquanto a energia de Bautista Vidal é a biomassa, de onde se origina toda a vida do planeta. Resulta daí o antagonismo entre o arsenal financeiro internacional – a bolsa – e o energético renovável nacional – a vida.

O Plano Real é uma armadilha financeira (privatização significa internacionalização) para os países ricos tomarem

conta do patrimônio da natureza brasileira. De graça e sem darem um tiro!

Para usar a palavra grega *energeia*, a energia greco-tupi de Bautista Vidal escancara a falsidade da moeda chamada real, em que o fetiche do dinheiro funciona contra o mundo concreto, separando perversamente a economia da natureza. O "príncipe da moeda" é o cavaleiro do artificial contra o natural. Dir-se-ia: o capital *versus* o coração.

Estamos navegando em Aids mental. A análise psicoenergética de Bautista Vidal é a crítica completa ao Plano Real de FHC, talvez seja a melhor estratégia emocional e ideológica a ser utilizada para derrotá-lo nas eleições de 1998. A fraude do papel pintado.

O objetivo do Plano Real não foi o de estabilizar a moeda, mas sim o de entregar os patrimônios naturais estratégicos, em especial a energia dos trópicos – única capaz de substituir extensivamente os derivados do petróleo –, ao colonialismo imperialista, garantindo às metrópoles hegemônicas a solução de seus graves problemas energéticos no processo de extinção do petróleo no mundo.

Para Bautista Vidal, a essência de FHC é a irre realidade da pátria sem patrimônio, o dinheiro nos cinco dedos da mão e a moeda falsa como símbolo da riqueza.

A alienação energética é doença crônica, fruto da desvinculação do homem brasileiro da sua realidade espaço-temporal e que resulta da mente colonial que domina a classe dirigente.

Ao ignorar o espaço em que vive, o homem colonial desconhece suas potencialidades e, como consequência, afunda-se na insolvência e na miséria ao procurar imitar, deslumbrado, os caminhos de outros povos, por mais incompatíveis que sejam as condições deles com as do nosso mundo físico.

No campo econômico, o homem colonial chega ao extremo de adotar modelo de crescimento econômico dependente de pacotes tecnológicos agregados em países hegemônicos, o que garante incompatibilidades incríveis com os fatores de produção nacionais e locais. Isso significa desrespeitar uma das poucas regras ainda válidas das chamadas teorias econômicas, que é a valorização comparativa dos fatores de produção.

Essa alienação genérica, contida na própria definição do modelo econômico em vigor, leva no seu bojo a alienação específica do campo energético, objeto principal deste ensaio.

De fato, sendo as opções de uso das formas energéticas prerrogativa dos agregadores dos pacotes tecnológicos, é evidente que, provindo estes, em sua quase totalidade, de países que têm suas matrizes energéticas baseadas nos combustíveis fósseis, sejam estas as formas energéticas predominantes.

Os países agregadores desses pacotes – países hegemônicos – estão todos situados em regiões temperadas e frias do planeta e, ao contrário daqueles das regiões intertropicais, são muito pobres de energia, especialmente a da permanente fonte maior: o Sol. Por esse motivo não iriam fundamentar seus pacotes tecnológicos nessa fonte de energia tropical, embora ela seja renovável e limpa.

Simultaneamente ao mimetismo cultural, a mente colonial passa a renegar suas próprias fontes de energia. E a falta de uso extensivo impede os investimentos necessários à construção das infra-estruturas essenciais a uma determinada forma energética abundante.

Nessa conceituação colonial de uso não está incluída, naturalmente, a hidroeletricidade, embora esta seja uma forma muito abundante nos trópicos, simplesmente porque seu uso é generalizado nas regiões temperadas e frias, de onde provêm os pacotes tecnológicos.

O mesmo não ocorre com as formas energéticas derivadas da biomassa, como o álcool etílico, os óleos vegetais, o carvão vegetal e seus derivados secundários, como o gás de madeira etc., impossíveis de serem produzidas extensamente fora das regiões tropicais.

Como consequência da dinâmica criada pela dependência, os países e as culturas colonizadas passam a ignorar sua portentosa fonte de energia primária, no caso, o Sol. Ao não administrarem de modo adequado o uso das fontes energéticas próprias, convivem com seus efeitos negativos, os quais podem desempenhar papel nocivo à ecologia local, em vez de serem fontes de riqueza e de poder.

Esse é o caso típico do Nordeste brasileiro, em que o sol passou a ser conceituado como razão da miséria e da desgra-

ça regional, quando poderia ser causa de sua riqueza e da felicidade de seu povo.

Na atmosfera colonial, as causas não interessam, os efeitos marcam a vida e, no caso do sol do Nordeste, seus efeitos são vistos como origem dos males.

Na realidade, a causa das secas não é o sol, mas a má administração da água, abundante mas irregular. Há ainda a "indústria da seca", mantida pelas oligarquias locais.

Os efeitos seculares cumulativos, resultados de predestinação absurda, resultam na manutenção da miséria em benefício de poucos. Esse é o drama nordestino.

Região de grande potencial energético é mantida com características dramáticas, fruto de dinâmica que vincula o agente local, prepotente e ignorante, ao dirigente nacional, alienado e antinacional.

Não existe exemplo mais chocante de alienação energética do que a inconcebível natureza trágica da vida do povo nordestino!

Capítulo II

O SINISTRO PLANO REAL

Não teria abandonado a profissão de sociólogo, se tivessem passado por mim despercebidos os quatro livros do físico J.W. Bautista Vidal: *De Estado Servil a Nação Soberana – Civilização Solidária dos Trópicos, Soberania e Dignidade, Raízes da Sobrevida, O Esfacelamento da Nação e A Reconquista do Brasil**.

Evidentemente interfere nessa troca de cabeça (a sociologia é apenas uma frase, segundo Tobias Barreto) o projeto de poder que tomou conta do país com a vitória eleitoral do sociólogo FHC em 1994, vitória essa que, sem nenhum exagero, deve ser considerada como o golpe de 1964 para a sociologia. Desmoralização das ciências sociais. Motivo de chacota. Sociologia desnacionalizada, embora o “príncipe da moeda” não seja nenhum gênio das ciências sociais.

O Plano Real não foi concebido apenas pelo prisma endógeno. Sua verdadeira explicação foi dada por Bautista Vidal, ao colocar em pauta a crítica da dinâmica energética do mundo e as desequilibradas relações de poder entre os hemisférios norte e sul.

O petróleo está em fase final no mundo e, por muitas razões, suporta o dólar de Bretton Woods, desde 1944; por essa condição, a moeda dólar, com a previsão do fim do petróleo, entra em fase decadente. O poder dos países hegemônicos – todos no hemisfério norte e em regiões temperadas e frias – resulta do uso extensivo do petróleo, cujo acesso para eles depende, cada vez mais, de complicadas relações militares com países do Oriente Médio, onde se localizam mais de 60% do que restou desse combustível fóssil.

*Editora Espaço e Tempo, 1997.

Esse poder, porém, está em vulnerabilidade extrema, a ponto de obrigar os EUA a ocupar com forças militares a região para garantir seu suprimento. É isso que segura o dólar como moeda de referência internacional: a potencialidade de comprar petróleo como a alternativa política que movimenta o mundo. Ou seja, é a força militar que segura o dólar.

A nova política dos EUA, conforme credenciados porta-vozes, caminha para estratégias militares que visam a ocupação dos mares Cáspio e da China, devido a evidências que prevêem nessas regiões ponderáveis reservas de petróleo. Essa loucura apenas demonstra a situação precária das potências hegemônicas, consequência da crucial dependência energética.

A alternativa tecnológica existe e foi comprovada desde o Brasil por equipe chefiada por Bautista Vidal, conforme detalhamos neste ensaio. Transformá-la em alternativa política é a grande oportunidade histórica que nenhum outro povo teve até aqui. Essa tarefa constitui-se no maior desafio que os brasileiros têm a enfrentar para fazer valer seus interesses e sua sobrevivência. Ela, entretanto, é incompatível com a classe dirigente brasileira atual, incompetente, antinacional e servil.

De nada adiantou para os combustíveis líquidos a experiência com a fissão nuclear, panacéia energética do passado. Ela não é solução alternativa ao petróleo.

A sobrevida do petróleo não vai muito além de trinta anos. Para os países que não são potências militares, ela será muito mais curta. Diante desse quadro moribundo para o petróleo, e da necessidade de sua substituição energética, é que devemos entender o significado da manipulação com o dólar – moeda de referência internacional, imposta em Bretton Woods como monopólio de um único país, e de emissão arbitrária após 1971.

No capitalismo videofinanceiro, o que reina é o dinheiro digital junto com a manipulação política da moeda. Nessa manipulação ocorrem a inversão e até o confronto entre a economia financeira – da moeda falsamente simbólica – e a natureza, que sempre a sustentou enquanto era legítima; tudo no marco contrastante entre a penúria de recursos naturais estratégicos, principalmente dos energéticos, dos países ricos – G 7 –, e a abundância desses recursos nos trópicos.

Em suma, indo direto ao assunto: o Plano Real é uma

jogada de estabilização monetária, programada pelo FMI para oitenta países e que os está levando à ruína. No caso brasileiro, é o meio de criar as condições para garantir a transferência para corporações transnacionais (ligadas a países hegemônicos carentes de recursos estratégicos) do controle de nossos patrimônios naturais, especialmente os bioenergéticos, simultaneamente com os territórios que os abrigam.

Foram as estupendas reservas de petróleo do México que levaram o poder hegemônico a acelerar o massacre econômico desse país.

Hoje conhecemos bem o valor de nossos recursos naturais: a fartura de minérios levantada em mais de 45.000 minas e jazidas, e o que está ainda para ser estudado. Só o precioso metal nióbio de Araxá, MG, e Sete Lagoas, AM, representa mais de 97% das reservas do planeta; quase 100% do quartzo de primeira qualidade, base da eletrônica contemporânea; 22% da água doce da Terra, seguido de longe pelo Canadá, com 14%; parte ponderável do existente em alumínio, ferro, manganês, titânio, tântalo, ouro etc., enquanto países ditos ricos vivem em estado de extrema carência desses cruciais ingredientes. No campo bioenergético, dispomos de incomparável biodiversidade com imensas florestas, gigantesco potencial hidrelétrico e volume de biomassa tropical para abastecer o mundo de todas as formas de energia.

Também a estabilidade termodinâmica da ecosfera depende da mudança do uso – pelos ricos – dos combustíveis fósseis, sujos e não-renováveis, por aqueles limpos e renováveis dos trópicos, não concentradores de riqueza.

A energia é – sempre foi e será – a base do poder econômico e militar em toda parte. O plano de FHC, chamado de Real, é uma estratégia, pela via financeira, de uso de um falso símbolo que promove a transferência para grupos e máfias externas do controle de patrimônios naturais estratégicos do continente brasileiro, por meio da ditadura dessa falsa moeda. O poder desta sobrepõe-se ao do Estado nacional.

Esse projeto sinistro conta com o apoio monolítico – controlado também pela via financeira – dos meios de comunicação de massa, de evidente controle externo, formadores da opinião pública.

Nos governos dos dois Fernandos, privatização significou a internacionalização desses patrimônios, seus instrumentos de controle – empresas de economia mista – e partes ponderáveis do território nacional.

No caso da Companhia Vale do Rio Doce, foram transferidos para a propriedade de entidades estrangeiras de origens suspeitas 16 milhões de hectares de superfície, ou seja, quatro vezes a extensão do território do Estado do Rio de Janeiro, em áreas altamente selecionadas por seu elevado potencial mineral, além de 7.700 concessões minerais, em grande parte localizadas na Amazônia, algumas delas com potencialidades para vários séculos de uso.

A lei, entretanto, considera crime: “Tentar internacionalizar, por qualquer meio, região ou parte do território nacional: Pena – reclusão de quinze a trinta anos, para os cabeças; de dez a vinte anos, para os demais agentes” (artigo 142, alínea III do Código Penal Militar).

Esta é a lógica da inserção do Brasil na aldeia global prevista no Plano Real. O preço é desenfreado desemprego, eliminação da empresa de capital nacional, esfacelamento da nação e perda de soberania; enfim, a “africanização” do Brasil.

Por meio de instrumentos financeiros – taxas elevadas de juros e arbitrárias de câmbio – e no contexto da dependência tecnológica suicida, eliminam-se as potencialidades das vantagens comparativas de fatores de produção nacionais, sejam eles escassos ou estratégicos, e criam-se condições para a transferência a grupos estrangeiros do controle de grandes patrimônios naturais e das instituições a eles vinculadas, guardiãs de sua preservação em mãos nacionais. Nesse contexto torna-se impossível a competição de instituições de capital nacional com corporações transnacionais ou mesmo empresas estrangeiras.

Ainda que os estágios de implantação da chamada estabilidade monetária – conduzida em 82 países pelo FMI – estejam em graus diferentes nesses países, há a convergência de objetivos: a ruína da economia. Os exemplos do México e da Indonésia, em fase terminal, são elucidativos. Em contrapartida, em nosso caso, há os benefícios do frango, do iogurte e da dentadura...

O sacolejo recente que veio de Hong Kong mostra que o controle financeiro é definido de fora do país e nada tem a ver com relações propriamente econômicas, de modo que a internacionalização da moeda interna é conversa fiada; o que existe é a moeda externa, que, com nome diferente, substitui a moeda nacional.

O processo inflacionário saiu de moda, não mais interessa aos controladores monetários internacionais. Os novos parâmetros financeiros da manipulação são as taxas de juros e de câmbio. Se assim não fosse, porque a inflação caiu em toda parte? Ou será que o Plano Real resultou em sucesso para todo mundo, como dizem deslumbrados pobres coitados fernandistas. A fixação arbitrária da taxa de câmbio "decreta", por medida provisória, que o dólar vire real. No concreto, eliminou-se a moeda nacional – instrumento essencial de política financeira e de soberania.

Como se pode então falar em estabilizar algo – o real, substituído pelo dólar norte-americano – sobre o qual não se tem controle?

E enganosa seria a idéia, para não dizer má-fé, de apresentar a especulação recente nas bolsas de valores como algo inesperado, imprevisível, como afirmou o presidente do Banco Central na crise de dezembro de 1997. Nela, o Brasil perdeu alguns bilhões de dólares para delinquentes especuladores, como se ninguém até então tivesse denunciado a esbórnica financeira do dinheiro volátil, que circula de modo alucinado pelo mundo, extorquindo os povos e deixando atrás de si miséria e terror.

A recessão e o desemprego são seus frutos. Nessas transações financeiras espúrias, delinquentes mesmo, o dinheiro digital substitui os frutos das atividades econômicas produtivas, de modo que a moeda se converte em falso capital, enganando, longe de ser uma mercadoria concreta.

Resulta daí o fenômeno insano da auto-suficiência do dinheiro: uma forma de auto-engendramento, que não precisa ter origem em nada, sendo em si apenas um símbolo abstrato falso. Essa deformação faz com que a produção física de bens e serviços, base da vida real, passe a ter apenas caráter supletivo.

A hipertrofia do dinheiro vem ocorrendo em âmbito mun-

dial, com a convivência das potências hegemônicas e em benefício de suas oligarquias financeiras, hoje convivendo com máfias internacionais.

Em vez de instrumento de troca, a moeda converteu-se em um fim em si mesma, de modo que o lado financeiro da economia se comporta como um cassino, conforme denunciou Lord Lever, ex-ministro do Tesouro inglês, no início dos anos 80. A moeda de referência internacional torna-se fantasmática: um ente abstrato que nada mais simboliza.

O neoliberalismo impõe às atividades especulativas taxas de retorno muito mais atraentes do que as dos investimentos produtivos. Criou-se o primado da especulação financeira sobre o trabalho e a riqueza concreta, até mesmo sobre a energia, base essencial das transformações de bens. Essas práticas financeiras resultam em tragédia para os países do chamado Terceiro Mundo que dispõem de imensas riquezas naturais.

Nesse contexto está o desemprego generalizado que não deixa o ser humano viver com dignidade e precede o genocídio, a desindustrialização, a dissociação esquizofrênica entre a economia e a natureza. Assistimos também ao abandono das zonas rurais e à expulsão do homem do campo causada pela agricultura extensiva, especialmente a que visa a exportação. Tudo isso sob a égide da ditadura financeira, em que o preço do dinheiro se torna incompatível com a produção.

Configura-se desse modo o conflito genocida entre o capital e a vida, a que se refere Bautista Vidal.

No final de 1997 ocorreu em São Paulo, na redação de *Caros Amigos*, o encontro entre J.W. Bautista Vidal e João Pedro Stedile, líder dos sem-terra. O encontro do século, principalmente se houver desdobramentos na área político-eleitoral, com o objetivo de levar ao poder o projeto energético da biomassa, o que implica necessariamente soberania para o Brasil e pleno emprego para seu povo.

Stedile declara-se socialista cristão, e substrato religioso de sua militância política, não refratário ao nacionalismo; pelo contrário, ele considera a soberania do país o fundamento de um projeto nacional, o que dá margem a pensar na maravilha que seriam os sem-terra como agentes

de massa para garantir essa soberania pela ocupação por brasileiros dos atuais grandes espaços vazios de nosso território continental, ameaçados de ocupação por outros povos, especialmente agora, quando o valor estratégico da terra tropical aumentou de modo significativo com a possibilidade de produção extensiva de biomassa energética.

Darcy Ribeiro, no final da vida, profetizara que o povão ia entrar na história do Brasil com a aliança dos sem-terra e favelados. É possível imaginar o sem-terra místico e nacionalista, educado no folclore de Luís da Câmara Cascudo e, esteticamente, no audiovisual de Glauber Rocha, com música de Heitor Villa-Lobos, ao som do *Hino ao Sol*.

Gilberto Freyre já intuía o esplendor dos trópicos, ao qual Bautista Vidal dá o sentido geopolítico e, como professor de termodinâmica, o fundamento da ciência física.

Assim estaria plasmado o sonho da biomassa como solução energética de âmbito planetário, a partir do reator "eterno" a fusão nuclear, que é o Sol, via continente brasileiro, principal nação tropical do planeta.

Ficaria consolidada a idéia, rigorosamente fundamentada na ciência, de que as regiões intertropicais reúnem as condições ideais para a implantação das grandes civilizações do futuro, permanentes e limpas do ponto de vista ambiental e auto-sustentáveis do ponto de vista energético.

Resta apenas o surgimento de uma nova classe dirigente competente, que assuma o poder com o compromisso de levar avante esse grandioso projeto. "O sol – a origem do grande poder tropical – é do povo", dizia Glauber Rocha.

Na constelação das estrelas nacionais, cabe lugar de destaque ao líder Leonel Brizola, ainda que Stedile a ele não se referisse, deixando na sombra a política agrária que desenvolveu no Rio Grande do Sul, quando governador. Do ponto de vista da relação do trabalhador com a terra, Leonel Brizola desempenhou no Sul papel orgânico mais importante e efetivo do que Francisco Julião no Nordeste.

Curiosamente, a Igreja Católica, antes de 1964, reagia contra a política agrária dos 9.000 assentamentos rurais promovidos por Leonel Brizola. Isso tudo não impede, no entanto, que a Igreja possa, no seu contexto humanista, promover a supe-

ração da alienação energética que nos infelicitiza, assumindo na prática o programa nacionalista de dar ao homem do campo condições dignas de vida, por meio da biomassa energética. Isso significa emprego para o homem e sua família, riqueza e soberania para o Brasil.

A verdade é o todo, dizia o filósofo Hegel. As ciências sociais, dentro e fora do Brasil, se perderam na minudência da especialidade. Elas não têm resposta para a chamada "globalização", que aumentou a fragmentação do conhecimento sob a égide do neocolonialismo atual e está criando uma casta mundial. Mas o poder dessa oligarquia reúne meios que lhe dão "competência" para traçar seus nefandos planos, pode submeter todos, de modo sincronizado, a seu serviço. Esse é o contexto da fragmentação da sociologia.

Todavia, o Brasil é sortudo em parir de suas entranhas um cientista como J.W. Bautista Vidal, autor de um livro – na linha de Euclides da Cunha – vingador e indignado, colocando a questão da energia tropical no cerne do poder nacional, sem esquecer que a Amazônia detém o maior arsenal genético do planeta Terra.

Seu último livro pode ser considerado a melhor contribuição ao conhecimento tecnológico e político do Brasil nos últimos quarenta anos. Isso porque seu ponto de partida é a questão tecnológica, que evidencia o grande potencial de poder da energia dos trópicos. Ela coloca o Brasil na base desse poder, superando nossa terrível alienação secular, ainda que muitos de seus coleguinhas o considerem prosaicamente um incorruptível Dom Quixote dos nossos recursos telúricos. Não há como negar que ele deu o grande passo ao mostrar a ignorância das ciências sociais e econômicas (sem falar nos literatos e poetas) a respeito da imensa pujança física deste soberbo continente tropical. Somos leões e nos comportamos como gatos mimados, os "mendigos fartos" a que se refere Euclides da Cunha. FHC é o maior símbolo disso.

A *Reconquista do Brasil* é denúncia e, ao mesmo tempo, superação do uso alienado da energia, que medra tanto na casa-grande dos políticos quanto na senzala dos cientistas. É também a superação da decadência beócia em que nos colocaram os dois Fernandos.

O projeto nacional que o país vinha construindo com Getúlio Vargas foi estupidamente cortado pelo modelo de crescimento econômico dependente e, em 1964, pela "guerra fria", confundindo os militares (mesmo os nacionalistas) que entregaram a decisão tecnológica e, conseqüentemente, a política de verdadeiro poder às mãos de tecnocratas ignorantes ou vendidos ao poder hegemônico externo.

O equívoco lamentável dos militares foi ter conduzido os tecnocratas ao controle do país, pela via da ditadura financeira, cada vez mais nefanda e poderosa. A hipótese de Bautista Vidal é que essa tragédia ocorreu sem que a tecnologia estivesse no centro dos conflitos de 1964, o ano mais ideológico do mundo, sobejamente reconhecido por Lincoln Gordon e Henry Kissinger.

Contudo, graças à santa loucura de Severo Gomes quando ministro da Indústria e do Comércio no governo Geisel, sem que este tivesse entendido o assunto (conforme se infere de sua autobiografia), ficou claro que a questão energética da biomassa é vital para o Brasil e para o mundo.

Criou-se assim para o Brasil a maior oportunidade histórica que jamais outro povo experimentou. Ao perdê-la, estamos perdendo nosso caminho, nossa vocação telúrica e até nossa vida.

Na época de JK se dizia, um tanto malandramente, "país em via de desenvolvimento". Leia-se: modelo colonizado, de crescimento econômico e não de desenvolvimento. Na realidade, a ele oposto.

Hoje vemos com clareza que a via racional de superação da crise mundial dos combustíveis líquidos fósseis, que se aprofunda a cada dia, é a alternativa energética da biomassa, pelo encontro do sol com a água, na fotossíntese. Isso altera de modo radical o papel dos trópicos no jogo do poder mundial, o que implica mudança do atual modelo dependente por outro autônomo e soberano, além de impor a nobreza de nossos minérios, especialmente o quartzo, o nióbio e a água, entre outros, contando com o imenso potencial biótico das florestas tropicais.

A verdade física e econômica da biomassa já está demonstrada no maior programa de alternativa a derivado de petróleo realizado em todo o mundo, o programa brasileiro do álcool, embora este seja apenas a ponta de imenso *iceberg*, como

dizia seu idealizador quando secretário de Tecnologia Industrial na administração de Severo Gomes.

Esse programa, porém, precisa ser colocado no contexto místico religioso da salvação do homem brasileiro, para tornar-se força material, como dizia Karl Marx. Nesse aspecto é incompreensível o silêncio (que compromete sua reputação) de um Celso Furtado com relação à contundente crítica às teorias econômicas feita por Bautista Vidal, o aluno de Guido Beck.

Em Stanford, EUA, aluno de termodinâmica de Felix Bloch, Prêmio Nobel de Física, e de Wolfgang Panovsky, a feroz *expert* em assuntos nucleares do presidente Kennedy, Bautista Vidal percebeu que o petróleo estava se esgotando no mundo: o sonho do petróleo (e a razão do poder dos EUA) estava acabando.

De volta pela segunda vez dos EUA, onde viu todos os filmes da CIA, no início de 1974, foi convidado pelo ministro Severo Gomes para dirigir a estratégica Secretaria de Tecnologia Industrial, de onde saiu o programa de substituição dos derivados do petróleo por alternativas renováveis nacionais, hoje reduzido ao simulacro do Proálcool. Mas, mesmo assim, é o único programa desta natureza em todo o mundo.

Com isso, evidentemente, Bautista Vidal ficou conhecido e sob vigilância dos centros hegemônicos do poder mundial, tendo sua obra truncada com violência, dedicando-se desde então a relatar em seus quatro livros a experiência e os fundamentos científicos e políticos de suas teses políticas e de sua vivida experiência.

O último livro, *A Reconquista do Brasil*, prefaciado por nosso maior historiador vivo, Nelson Werneck Sodré, teve esgotada a primeira edição em apenas dois meses, apesar do implacável bloqueio que sofre da grande mídia.

Por todas essas razões de natureza geopolítica, as forças internacionais do neoliberalismo promoveram, a partir de 1979 – no mínimo, tão importante quanto 1964 – o desmonte do Estado brasileiro, ainda durante o último governo militar, realizando o desígnio imperialista da africanização do Brasil, confozme vaticinou Henry Kissinger em 1978.

O historiador Werneck Sodré, profundo conhecedor das questões relacionadas com os militares brasileiros, revelou o

paradoxo do golpe de 1964: a eliminação das Forças Armadas nacionais.

Outro paradoxo, este vivido na pele por Bautista Vidal em 1979: a "abertura" democrática destituiu o projeto energético de biomassa tropical. Assim, o que se seguiu ao governo de João Figueiredo foi a implantação da ditadura financeira do dinheiro falso, sob a égide do Ministério da Fazenda e do Banco Central e a desindustrialização do Brasil pelo BNDES.

Bautista Vidal percebeu então a profunda contradição entre a riqueza dos recursos naturais brasileiros, base essencial de qualquer estrutura produtiva sólida, e a armadilha financeira do dinheiro "papel pintado".

Essa compreensão do "antagonismo genocida entre o capital (financeiro) e a vida", a distonia entre a riqueza real e a riqueza fictícia, delinqüente, coloca-o entre os melhores críticos (desde Karl Marx) do dinheiro e da atual esbórnica financeira, em que os fatores de produção concretos não mais contam diante do fetiche absoluto da moeda volátil.

É por meio da questão bioenergética, com base nas ensolaradas regiões intertropicais com água abundante, e o fim da civilização do petróleo nas regiões frias e temperadas, que Bautista Vidal declara guerra à fraudulência do dinheiro e à sinistra armadilha montada pela ditadura financeira internacional sobre a nação brasileira e seu povo.

Os sucessivos planos monetários aplicados sobre nós pelos taumaturgos do Ministério da Fazenda fazem parte da estratégia da nova ordem mundial, em que os países ainda hegemônicos (carentes de recursos naturais essenciais) procuram pela via da ditadura financeira se apoderar de nossos preciosos patrimônios naturais.

Conhecedor das leis da natureza e da vida, Bautista Vidal procedeu – desde o embargo do petróleo em 1973 – à inversão da linguagem colonial ensinada à sua geração de jovens universitários: o mundo hegemônico, chamado levianamente de rico, necessita vitalmente de nós, e não o contrário.

Capítulo III

OLIGARQUIA DOS PARDAIS

Dei meu depoimento, em um artigo à revista *Caros Amigos*, intitulado "Alienação Energética", a fim de mostrar nas ciências humanas, em particular na sociologia, a absoluta ausência do tópico energia nas análises e interpretações da realidade brasileira.

É um espanto: realmente não deparamos com nenhum cientista social que aborde a realidade física do país e as causas de suas dinâmicas de transformação e de evolução, e as implicações dessas questões na configuração do poder e na vida de nosso povo.

As ciências sociais estão atrasadas cem anos. O que constatamos é um monte de blablablá sobre o tema da "democracia" ou da "sociedade civil", temperados com o molho do "populismo", do "autoritarismo" e da "cidadania" e, agora, o psitacismo a respeito da "globalização", temas que são encomendados de fora do país no mais puro estilo colonizado, totalmente inconseqüente, quase sempre tratado de modo abstrato, pouco tendo a ver com a realidade nacional e internacional ou com aquelas questões que provocam mudanças nas sociedades e que estão no âmago do surgimento, evolução, apogeu e decadência das civilizações. Ou seja, elas são peça da alienação que domina nossas mentes.

A sociedade brasileira, da metade dos anos 50 em diante, tomou-se de birra contra a natureza, regredindo à fase anterior ao século XIX, porque neste se destacaram Sílvio Romero, Nina Rodrigues e, mais tarde, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana e Manoel Bonfim, para não falar dos cantos à natureza e à pátria de Gonçalves Dias, José de Alencar, Castro Alves e tantos outros, ainda que alguns deles tivessem tirado conclusões equivocadas acerca da relação entre "meio"

e "raça", conforme demonstrou Nelson Werneck Sodré em seu clássico *A Ideologia do Colonialismo*.

Nesses autores ainda havia observância em relação à *facies* geográfica do Brasil, ao contrário da tendência dendrofóbica que caracteriza o chamado discurso sociológico moderno, envergonhado do sol e da exuberância de vida ou caluniando-o – *Tristes Tropiques*, USP –, sempre suspirando pelas cinzas desprovidas de vida dos climas frios, lugares em que vicejariam o verdadeiro pensamento e a razão filosófica, como se o trópico embotasse a inteligência e esta fosse o oposto à abundância de vida.

Os detratores do sol chegam a ignorar a polaridade entre a natureza competitiva da vida e o frio da morte. Recente doutor *honoris causa* da Universidade Federal da Bahia, porta-voz de ACM, de FHC e da Globo, poetou numa cançoneta merdosa que só é possível filosofar em alemão. Pois sim...

Nas páginas de sociologia da USP, IUPERJ, PUC não existe referência a um pé de couve, quanto mais aos jequitibás e jacarandás. Fazendo uso idiota da famosa expressão de Marx "idiotia rural", os sociólogos urbanóides humilham a roça, o campo, o interior, o sertão, não sabendo que dali sai a energia que os mantém vivos e não percebendo que ali é que se encontra – latifundiários à parte, apesar de os latifundiários modernos serem todos urbanos – o suporte para a verdadeira riqueza nacional. O sol, a terra e a água, juntos, são os três ingredientes imprescindíveis de que o primeiro mundo, depauperado e decadente, carece e que abundam nos trópicos, constituindo uma base sólida para as grandes civilizações do futuro sobre a Terra.

E o trabalho?, perguntará o marxista. E o capital? Qual deles, o financeiro delinquente ou o fruto do trabalho do homem, o símbolo abstrato a que se referia Hegel? E as relações de produção? São todas questões de relevância indiscutível, de resto já bastante debatidas e estudadas no passado.

Todavia, não se deve esquecer, segundo dizia Marx, como essenciais "os dados da natureza". São eles a base para a vida – a biológica e a verdadeiramente econômica – e sua carência leva à morte, especialmente a partir de 1973, quando ficou

evidente com o embargo do petróleo que esse combustível estava acabando.

A partir de 1973 tornou-se claro que as questões energética e tecnológica são decisivas no cenário mundial. Há povos desatentos que, por isso, deixarão irremediavelmente de existir.

O petróleo, que moveu o mundo neste século, razão principal do "esplendor", hoje decadente, do primeiro mundo, agonia como fonte não-renovável de energia.

O homem dito moderno, em vez de viver dos dividendos da energia solar, preferiu dissipar o capital acumulado em centenas de milhões de anos. O mundo tropical, porém, dispõe de energia permanente, sob a forma de dividendos solares. A questão fundamental é quem irá administrar essas fontes que se confundem com o próprio território nacional.

Impossível abordar a questão crucial da soberania nacional sem conhecer o *ethos* energético do país, cujo sumiço na sociologia coincidiu com a voga feagaceana da "teoria da dependência".

Ademais, a presença sorrateira do império colonial nos converteu em abúlicos que ignoram seu próprio espaço-tempo, sua natureza física e os problemas do seu tempo e da sua história.

Na intensificação do descompasso da realidade física com a abstração esquizofrênica, os cientistas sociais passaram a se sentir incomodados em apelar para os "fatores externos".

A referência, dos anos 70 em diante, aos "interesses exógenos" foi considerada bode expiatório: mitologia anti-imperialista retrógrada, chavão do pensamento nacionalista, sobrevivência "arcaica" dos anos 50, como se os patriotas e os nacionalistas fossem viúvos de Dalva de Oliveira. O objetivo é destruir nossa auto-estima, golpe direto na nossa jugular de sociedade organizada.

A dissipação do imperialismo, na consciência dos intelectuais, corresponde ao descaso a que se relegou o destino físico do território com suas riquezas naturais.

Daí a desconfiança diante do "paranóico nacionalista" J.W. Bautista Vidal, quando este denuncia que o programa da biomassa, como fonte universal de energia, foi sabotado pelo Banco Mundial e por Henry Kissinger a partir de 1979. O gran-

de perigo à hegemonia norte-americana é a implantação de um modelo energético não atrelado ao petróleo e demais combustíveis fósseis.

Resta ainda uma questão fundamental: o petróleo está acabando e o uso do carvão mineral tem de ser drasticamente reduzido por causa do perigosíssimo efeito estufa. Não há outra alternativa senão a da biomassa tropical. Além de renovável, ela é permanente, enquanto o Sol iluminar. Kissinger não quer um outro Japão ao sul do equador. Ora, por acaso o Japão dispõe de fontes energéticas extensivas e permanentes? Claro que não.

A alienação psicoenergética não é um atributo exclusivo dos sociólogos, pois os físicos também estão submetidos ao dólar e aos influxos culturais do colonialismo. É o caso de Luís Pinguelli Rosa.

No artigo "A Questão Energética Mundial e o Potencial dos Trópicos", publicado na coletânea editada por Sérgio de Salvo Brito *O Desafio Amazônico – O Futuro da Civilização dos Trópicos* (Editora da UnB, 1990), Pinguelli Rosa considera J.W. Bautista Vidal um maluco mitômano da biomassa, reduzindo equivocadamente a questão da biomassa a um capítulo da indústria automobilística: a opção entre a Shell e os latifundiários do açúcar.

Pinguelli Rosa despolitiza a base física da soberania nacional, sublinhando o argumento da classe social para desqualificar o Proálcool, ironizando com empáfia universalizante (aliás, a mesma "doença do nabuquismo" feagaceano) que a biomassa é delírio de energia a longo prazo, pichando J.W. Bautista Vidal de físico nacionalista megalomaníaco que acredita na originalidade energética dos trópicos. A coincidência é que a mesma acusação lhe foi dirigida pelo general Ernesto Geisel: "Ele é sério, competente, mas é um megalomaníaco".

A megalomania de J.W. Bautista Vidal, segundo Pinguelli, corre o risco de cair no ridículo: "inventar uma mecânica brasileira dissidente daquela de Newton e de Einstein que abolisse Freud, Reich e Lacan e tivesse que usar apenas uma teoria psicoanalítica nacional". O pseudo-universalismo de Pinguelli em cima da biomassa lembra o ataque ao cinema de

Glauber Rocha, para quem a tabela da Kodak não dava conta da luz do trópico nordestino.

A cultura espúria da moeda universalizante não tolera os trópicos, tanto que a economia política de Celso Furtado até hoje guarda silêncio sepulcral em relação aos textos de J.W. Bautista Vidal, um crítico radical do eixo Cepal-Sudene.

Celso Furtado vê o Brasil sob o sol dos Andes cepalinos, com café da manhã na Sorbonne e chá das 5 em Cambridge, dragado, como dizia Glauber Rocha, por Wall Street, na recusa da memória de Getúlio Vargas e da cúpula da casa-grande com a senzala.

Ao não incorporar o dado energético dos trópicos (de lugar miserável, o Nordeste, terra de retirantes e vidas secas, transformar-se-ia em paraíso energético), é difícil acreditar que Celso Furtado tivesse como projeto intelectual e político deter as inaceitáveis disparidades regionais brasileiras. Considerar o sol inclemente como maldição não faz justiça à inteligência nordestina e muito menos ao elevado potencial energético desse espaço-tempo regional. Concebê-lo como uma danação é prova de mentalidade colonial.

Capistrano de Abreu nos alertou para o complexo colonial de inferioridade: a posteridade no Brasil é consagrada pelo estrangeiro. Euclides da Cunha nos alerta para o "progresso às recuadas: vamos para o futuro sacrificando o futuro, como se andássemos às vésperas do dilúvio". Assim, qualquer ato de coragem e de afirmação sobre o que é nosso é malvisto, como se fosse o ato impensado de um atrevido, de um megalomaniaco desvairado.

O ex-ministro Celso Furtado, durante a Nova República de José de Ribamar, foi culturalmente enredado na falácia da "interdependência" de nações. Em seu gabinete na Sorbonne, o ministro da Cultura brasileiro somente se dirigia a seus compatriotas em francês, e repudiava qualquer conversa séria sobre os trópicos.

Ortega y Gasset, em conferência proferida em Mar del Plata, Argentina, 1939, sob o título "Meditações de um Povo Jovem", abordou a questão da vida colonial como uma forma particular da existência humana, com fisiologia e patologia próprias. Define-a como uma etapa, um período, um momen-

to para uma outra vida não transitória, uma vida estável, autônoma.

A vida colonial não é autônoma, é dependente, vive a dicotomia do homem com a natureza e com sua cultura. O homem colonial começa por não se ligar ao espaço geográfico ao qual pertence, nem ao seu tempo. Vive em outro mundo, ao qual não pertence. Não assume sua realidade, foge de si mesmo. Vive na miséria social, ainda que seja petulante. São os "mendigos fartos" a que se refere Euclides da Cunha.

No homem, tudo é história, nada é permanente, especialmente se faz parte de um povo jovem que vive a transição de ser colonial. Até as paixões têm sua história, uma história que é preciso construir a cada dia e que nos oferece insuspeitáveis paisagens da realidade humana.

Essa magistral análise de Ortega nos dá uma visão clara de nossa circunstância, ao tempo em que nos enche de otimismo. A alienação cultural ignora nosso espaço e nosso tempo, não toma conhecimento de nossos extraordinários patrimônios naturais estratégicos e das características do tempo em que vivemos, é fruto da mente colonial de nossa classe dirigente. Ignora solenemente as verdadeiras fontes de poder. Ou seja, uns idiotas!

Felizmente essa situação não é permanente. Fazer história, ou seja, procurar mudar para alcançar a fase da autonomia, que vem a seguir, é o grande esforço que temos de promover. Essa é a razão pela qual o neoliberalismo fala em fim da história, que significa a estagnação, o desconhecimento de nossa própria realidade espaço-temporal. Essa estratégia, feita para idiotas ou gente de mau caráter, garante nossa continuidade como colônia, na dependência permanente e burra de metrópoles estrangeiras.

Essa é a razão pela qual FHC escreveu e está executando a "teoria da dependência". Essa é também a razão pela qual o modelo cepalino de crescimento econômico é apenas financeiro e depende, em sua totalidade, de pacotes tecnológicos vindos das potências hegemônicas. Trata-se de ignorar nossos fatores de produção e tudo aquilo que nos é favorável. Difícil encontrar um modelo mais perverso. Visa o oposto ao desenvolvimento. Nesses termos ele é suicida, se fosse planejado e executado por brasileiros.

Terminemos este capítulo com um texto de Severo Gomes, retirado de sua conferência "Os Trópicos e o Primeiro Mundo", do livro *Desafio Amazônico – O Futuro da Civilização dos Trópicos*, já citado:

"Lembro de uma grande figura brasileira que dizia que o Brasil não pode ter um Balzac nem um Anatole France, não por falta de romancistas, mas por falta de material romancéável. Quer dizer, o material romancéável dele tem que estar na beira do Sena, ou, na melhor das hipóteses, no Roissy: é a absoluta incompetência para observar o terrível drama de seu próprio povo, do seu vizinho, do que se passa na rua, um nível de alienação que seria inconcebível, se não fosse real.

"As oligarquias latino-americanas têm bastante semelhança entre si e seu traço fundamental é a alienação. Vivemos num país que talvez seja o mais rico do mundo em pássaros, os nossos museus estão cheios de arte plumária indígena. No entanto, foi preciso que o prefeito Passos trouxesse os pardais para o Rio de Janeiro, que o prefeito Antônio Prado os introduzisse em São Paulo, e que Sarmiento os levasse para Buenos Aires, *los gorriones*. Quer dizer, para ser possível enxergar sua cidade, ela tem que ter pardais – esses ratos voadores vindos de Paris –, para que se assemelhe com aquilo que se tem na cabeça como valor supremo.

"Esta é a 'oligarquia dos pardais', que não têm identificação cultural e que, praticando atos aparentemente inocentes, conduzem sempre o país para o processo de dominação externa, dentro de uma linha de raciocínio padronizado, que encontramos no discurso das figuras mais ilustres."

Capítulo IV

PRELÚDIO E FUGA À CIVILIZAÇÃO DE UM DIA

I – BIOMASSA: ALIMENTO E COMBUSTÍVEL

Os intelectuais, a imprensa e as universidades ignoram, ao norte, a penúria energética do chamado primeiro mundo e, ao sul, a riqueza dos recursos naturais dos trópicos. Diante do modelo de desenvolvimento proposto por J.W. Bautista Vidal, não dá para estigmatizar o nacionalismo afirmando que este é relíquia da época de Getúlio Vargas.

A mixórdia ideológica intitulada “social-liberalismo” não tem resposta à práxis política e tecnológica de J.W. Bautista Vidal, teorizada em quatro livros substanciais de meados dos anos 80 em diante. Esses livros de ciência e de política tratam da relação entre energia, tecnologia e soberania nacional, mas não apenas como análise do presente ou prospecção teórica para o futuro, pois o autor é um *homo faber*.

Ao mentalizar o programa energético de alternativas vegetais tropicais ao petróleo, provou-o na funcionalidade cotidiana e no jogo mundial do poder, não obstante as contradições vinculadas à indústria automobilística e aos usineiros do açúcar, como questões menores: ele conseguiu enfrentar o *status quo* energético; conseguiu desafiar o poder mundial desde uma perspectiva vinculada, de modo profundo, ao Brasil, o grande continente dos trópicos.

O álcool etílico não foi concebido como combustível para aliviar a vida da indústria do automóvel, nem tampouco como dispositivo de lucro para os barões do açúcar. Reduzi-lo a esses condicionamentos classistas é um gesto de má-fé.

Isso implica desconsiderar a realidade física do país, sua autonomia em questões estratégicas e seu arsenal tecnológico,

tendo em vista que o petróleo está na base da expansão capitalista em sua fase imperialista.

É mister compreender historicamente que a inovação energética da biomassa em 1974 veio a ocorrer setenta anos depois da Standard Oil Company, fundada por John D. Rockefeller, que, desde 1904, se configurou como a primeira rede mundial de petróleo.

O carvão mineral fez a Inglaterra e o petróleo fez os Estados Unidos; em ambos os casos, o processo de reversão é indiscutível. A biomassa fará o Brasil, neste caso de modo permanente, ou ele sumirá do mapa como nação, conforme J.W. Bautista Vidal alertou em seu livro *O Esfacelamento da Nação*.

Parafraseando Euclides da Cunha, estamos condenados à biomassa ou desapareceremos. Utopia da biomassa. A palavra utopia não é aqui apropriada. Defender a necessidade imperiosa da biomassa não significa romper de vez com o petróleo, assim como não se abandona o vento ou a lenha. O mesmo raciocínio se aplica ao transporte: não é por causa da existência do Boeing que se deve jogar ao lixo a jangada ou o carro de boi.

A primeira vez que ouvi a defesa apaixonada da biomassa foi em 1995, na imensa biblioteca do general A.C. de Andrada Serpa, Fazenda da Borda do Campo, perto de Barbacena, que pertenceu a um inconfidente, seu ancestral.

Fui até lá conhecê-lo levado pelo meu amigo e historiador André Moysés Gaio, que me havia emprestado os livros de J.W. Bautista Vidal. Por coincidência, durante nossa conversa, tocou o telefone. Era um engenheiro da Petrobrás. Às tantas, Andrada Serpa começou a dar a moléstia com o engenheiro, dizendo que os técnicos e os trabalhadores da Petrobrás não poderiam ficar limitados tão-somente ao petróleo, mas sim batalhar para que a empresa pública explorasse também os combustíveis líquidos derivados da biomassa, pois nisso estava a sobrevivência da nossa maior e mais estratégica empresa... e do Brasil.

Como J.W. Bautista Vidal, Andrada Serpa sempre defendeu a transformação da Petrobrás – limitada hoje apenas a combustíveis líquidos fósseis derivados do petróleo – em uma empresa de energia ou, pelo menos, em uma empresa de com-

bustíveis líquidos, entre os quais aqueles derivados da biomassa tropical. É no mínimo curioso que o que está sob o nosso controle é necessariamente excluído!

Desse modo, a Petrobrás se transformaria na futura maior empresa de energia do mundo, além de garantir sua perenidade no tempo como principal distribuidora dos substitutos tropicais, limpos e permanentes, dos declinantes e sujos derivados do petróleo.

De tanto ouvir o general bater nessa tecla, acudiu-me a idéia de uma Biomassabrás. Pensei no folclorista Luís da Câmara Cascudo, em seu livro *A História da Alimentação no Brasil*, no qual a mandioca aparece como a rainha do Brasil, e a cana-de-açúcar como o primeiro sabor experimentado pelo homem brasileiro no século XVI. Os antecedentes da biomassa estariam no folclore estudado por Luís da Câmara Cascudo, para quem o trópico está destinado à fartura alimentar. A farinha de mandioca alimentou os cabras de Lampião e os jagunços de Antônio Conselheiro. Para o folclorista potiguar, enquanto houver farinha de mandioca haverá homem brasileiro. A biomassa é, desse modo, imprescindível à alimentação do nosso povo; no caso, alimentação calórica, energética.

O aproveitamento adicional da biomassa como combustível ainda que – salvo o Proálcool e o carvão vegetal – praticamente limitada a fins alimentares, consolida sua dupla aplicação: como alimento e como combustível; ou seja, como fonte de energia universal. Ela mantém a economia e a vida.

O uso da cana-de-açúcar na produção do combustível álcool etílico, etanol, não somente garantiu a estabilidade econômica do açúcar e, portanto, a posição do Brasil como importante exportador mundial – ao contrário do que aconteceu com o México e o Peru, que passaram de exportadores a importadores de açúcar na crise de preços internacionais do açúcar de 1975 –, como permitiu nosso país continuar sendo o maior e mais eficiente produtor mundial de açúcar, com continuada redução de custos de produção, nos últimos 25 anos.

Na hipótese do uso da raiz da mandioca como fonte energética, além de poder provocar o mesmo efeito que ocorreu ao açúcar, garantindo produção extensiva e redução de custos, possibilita a produção de imensa quantidade de pro-

teína, pela utilização industrial de suas folhas, riquíssimas em proteínas.

O mesmo efeito das duas faces – alimento e combustível – ocorre com a utilização do óleo de dendê e demais óleos vegetais, como alimentos e como substitutos limpos do óleo retirado do petróleo, este chamado impropriamente de óleo *diesel*. O óleo *diesel* do petróleo é o grande poluidor de nossas cidades. Ademais, esmagado o coquinho de dendê e retirado o óleo combustível, resta a polpa com elevado conteúdo de proteína.

Somente de óleo *diesel* natural de dendê (são centenas os óleos vegetais tropicais) a região amazônica poderia produzir, *in loco* e por dia, 6 milhões de barris, substituto vantajoso do sujo *diesel* do petróleo. É bom lembrar que Rudolf Diesel desenvolveu o ciclo termodinâmico que leva seu nome utilizando óleo vegetal tropical: o óleo de amendoim.

II – A BIOMASSA NA ESTÉTICA, NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E NO PODER

Não há dúvida de que seus fundamentos se encontram na música de Heitor Villa-Lobos, espécie de epopéia sonora da biomassa: sol, terra, água, floresta. Villa-Lobos dizia que sua obra era farta, em grande quantidade, porque fruto “de uma terra imensa, ardente e generosa”. Basta ouvir *Amazonas*, *Uirapuru*, *Noneto*, *Erosão*...

Estamos longe da indústria automobilística que emprenhou os ouvidos da música popular brasileira, cujo marco inicial é o ano da morte de Villa-Lobos em 1959, por sinal o ano da Bossa Nova confinada ao espaço do apartamento e do automóvel, tal qual a Jovem Guarda e a Tropicália.

Com a morte de Villa-Lobos, o fluxo estético da biomassa prosseguiu com Glauber Rocha: o cinema do Sol e da Terra. É por isso que, em sua filmografia, poucos são os planos que focalizam o automóvel. O primeiro plano de *A Idade da Terra* é justamente o sol de Brasília nascendo com vagar em cima do Palácio da Alvorada, como se o cineasta estivesse perguntan-

do qual o poder que cumprirá o desígnio energético do sol democrático dos trópicos.

O anagrama "biokinomassa" serve agora de consolo elegíaco à morte do genial cineasta, em 1981. Realmente, é uma pena que ele não tivesse oportunidade de tomar conhecimento da ciência da biomassa de J.W. Bautista Vidal. Se Glauber tivesse vivido mais quatro anos, fatalmente haveria esse encontro revolucionário da arte do cinema com a ciência da física: a convergência da biokinomassa.

O ano de 1979 é a matança da biomassa pelo poder financeiro mundial, durante o período militar do presidente Figueiredo. O programa energético de J.W. Bautista Vidal nasce e declina, de modo paradoxal, durante o regime militar.

Nenhum governo dito democrático, sob o comando civil, retoma o Proálcool: de Sarney a FHC. Nos textos de J.W. Bautista Vidal, a ênfase do antinacional recai menos em 1964 do que em 1979, o ano em que o bote imperialista tinha por alvo destroçar a tecnologia de vanguarda do Brasil, junto à operação de desmonte do Estado brasileiro, que culminou com o sinistro Plano Real de FHC.

Com J.W. Bautista Vidal, as ciências sociais ganham uma nova abordagem científica que não se encontra na Cepal de direita nem no ISEB de esquerda: a energia tropical como via de acesso da sociedade brasileira à totalidade – o homem trabalhando (Marx); o homem sonhando (Tiradentes, Glauber); o homem analisando (Euclides, Cascudo, Freyre); o homem transformando (Bautista Vidal).

Depois da emergência epistemológica da biomassa, todo o passado histórico e cultural brasileiro precisa ser revisto, no sentido de avaliar a sensibilidade ou não de nosso passado em relação à natureza dos trópicos. J.W. Bautista Vidal é um físico pré-socrático da biomassa, mistura Heráclito com Tales de Mileto.

O meu xará de Apipucos, Gilberto Freyre, ainda que não estivesse interessado em enfrentar o poder hegemônico mundial, teve o inegável mérito de criar o *logos* dos trópicos ao longo de sua obra, em *Casa-Grande e Senzala*, em *Sobrados e Mocambos*, mas principalmente em *Homem, Cultura e Trópico*, lançando as bases do que ele próprio chamou de Tropicologia,

uma ciência multidisciplinar, cujo objetivo seria realizar a verdadeira descoberta do ainda desconhecido mundo nosso. Uma ciência para descolonizar.

Em contrapartida, Celso Furtado (assim como muitos marxistas transoceânicos) sentirá declarada ojeriza – embora sendo paraibano – ao trópico, considerado por uma entelêquia conservadora de esquerda, que relega a plano secundário as relações sociais de produção, como se a natureza, ou a simbiose do Sol com a Terra, fosse de direita. Lembro a observação arguta de Gilberto Freyre: não há quintal nos romances de Machado de Assis.

Até mesmo a luz, na pintura ou no cinema, deverá ser repensada a partir da gnose chamada biomassa, fruto de esplendorosa radiação solar: luz, energia eletromagnética, o principal meio de riqueza e de poder, lançada às pamparras sobre nossas cabeças todos os dias do ano!

É preciso interpretar de modo adequado a frase do padre Antônio Vieira: "Aqui, é tanta a luz, que cega". Sendo uma realidade a exposição direta à luz solar, é ela que dá comida abundante, dá possibilidades de trabalho. Dá riqueza para todos... e dá poder. A ausência de luz é a morte, como dizia Akhenaton IV, catorze séculos antes de Cristo, em seu belíssimo *Hino ao Sol*:

Quando te pões no horizonte,
a Terra fica escura como a morte.
Os homens dormem em suas casas...
Ninguém vê o outro, ...
Os leões saem das cavernas
e as serpentes envenenam.
Ecuridão...
O mundo está em silêncio.
Aquele que o fez sumiu no horizonte.

Da luz ao sonho. Tudo é afetado pelo conceito físico da radiação eletromagnética solar, a energia tropical que veio para provar que o petróleo não é infinito, tampouco o dólar, seu irmão gêmeo, eles estão em seus estertores.

Compreende-se, pois, o ódio argentário de Kissinger de-

pois da crise mundial do petróleo: "Matem a biomassa!" Esse assassinato tecnológico imperialista ("Não permitiremos um Japão abaixo do equador") foi perpetrado com ajuda de agentes nativos, os "moços de recado" do sistema neoliberal. Ernesto Geisel vacilou (o ministro Severo Gomes pediu demissão) e, logo a seguir, o presidente Figueiredo defecou em cima, ou seja, transformou em carne o *thanatos* energético de Kissinger, no ano de 1979.

J.W. Bautista Vidal foi alijado do poder e condenado ao ostracismo em sua própria terra. Ostracismo pesado porque, em seu caso, permanecer fora do poder é a morte tecnológica. A seu amigo, o grande patriota general A.C. de Andrada Serpa, foi retirada a função de comando. E a classe dirigente brasileira deixou correr frouxo... e consumou o crime com a "Nova República". A destruição do Estado passou a ser uma rotina, preparando o neoliberalismo dos dois Fernandos.

J.W. Bautista Vidal é um homem que está destinado ao poder por imperativo político, tecnológico e ético, principalmente porque sabemos todos que nenhuma iniciativa a favor da biomassa poderá vir da sociedade civil burguesa e proletária. Dotado de espírito hegeliano que se fundamenta no Estado para fazer algo em prol da nação e do povo, J.W. Bautista Vidal é um intelectual que não demoniza o poder, ao contrário: o poder é instrumento essencial para implantar o *ethos* energético da biomassa na sociedade brasileira. Energia é espírito e, como dizia Hegel, a essência do espírito é a liberdade.

O começo do poder ditatorial do capital financeiro se dá com a indústria automobilística transnacional. Foi aí que JK entregou a alma dos brasileiros ao petróleo estrangeiro. Ao capital financeiro, da época de Juscelino, adicionou-se o vídeo da ditadura de 1964; assim, dessa acoplagem resultou o capitalismo videofinanceiro: a conexão banco-automóvel, a telenovela. É por isso que em 1997 batizamos FHC de príncipe do capitalismo videofinanceiro: "príncipe da moeda". A superestrutura cultural da gasolina, movida a dólar, não admite a não ser o petróleo como fonte energética. Esse fato inquestionável determina o mais íntimo da nossa vida cultural, sobretudo realimentando o velho complexo colonial de inferioridade acerca de nós mesmos e da nossa pujante natureza tropical.

Na época de Monteiro Lobato e Gondin da Fonseca, o imperialismo norte-americano negava a existência de petróleo entre nós, enquanto neste final de milênio ele quer nos prender à lógica do petróleo, de modo concomitante à ruína do Estado nacional, para com isso eliminar as Forças Armadas do país, facilitando a apropriação dos nossos recursos naturais estratégicos.

Existe a hipótese plausível de que, com a situação agônica do petróleo e a probabilidade de novas guerras no Oriente Médio, as potências militares promovam a exploração da biomassa pelas transnacionais.

Assim, a biomassa ficaria a serviço do enriquecimento das nações hegemônicas, tal como aconteceu à cana-de-açúcar desde o século XVI e ao ouro no século XVIII. Este "ciclo" bioenergético a que assistimos na década de 90 difere de outros ciclos econômicos do passado, porque agora é visível a crise energética mundial: está acabando a energia do chamado primeiro mundo.

Daí a questão decisiva: como exercer o poder? Nos últimos trinta anos, a indústria automobilística foi o símbolo motor do "progresso" no Brasil e o modelo de crescimento financeiro suicida foi a dinâmica imposta pelos economistas para garantir o antidesenvolvimento.

A desalienação energética passa pelo entendimento da relação entre sociedade e natureza, relação essa que foi relegada ao olvido mesmo na crítica ao capitalismo, como se tal sistema social tivesse se desvinculado definitivamente das forças naturais, da terra, da água, da energia, dos minérios e de tudo o mais que se relacione à natureza. Ao substituir a primazia das energias biológicas pelas energias fósseis, a exemplo do carvão mineral e do petróleo, substituiu-se o uso dos dividendos da energia solar pelo consumo do capital energético fóssil, que leva centenas de milhões de anos para se formar.

No caso de uma cultura colonizada como a brasileira, que se situa fisicamente em uma pródiga natureza tropical, o que tem prevalecido nas chamadas ciências humanas e sociais é uma espécie de recalçamento da biosfera e a ênfase quase exclusiva em apenas partes nas relações sociais de produção, delas excluídos os parâmetros essenciais da natureza.

A "modernidade" converteu-se num discurso, se não antinatureza, pelo menos indiferente ao contorno e à substância geográfica concreta. A chamada sociologia moderna, da década de 60 em diante, é um exercício abstrato de especulação que prescinde dos dados naturais diretamente relacionados com a vida e com a evolução física das sociedades. Assim, qualquer menção ao crucial tópico da energia fica sem sentido.

Da escravidão negra, em quatrocentos anos, com a ajuda da força motriz da mula, passando pelo uso dos motores de combustão interna e de explosão, a partir do século XIX, até o predomínio atual do petróleo, as ciências sociais, que tiveram alta badalação na mídia (de Florestan Fernandes a Francisco Weffort e a FHC), ignoraram solenemente a biosfera tropical e sua base telúrica (ao contrário de Sérgio Buarque de Holanda, em *Visões do Paraíso*, e, naturalmente, Gilberto Freyre).

A problemática da autonomia energética tem sido a componente crucial do nosso drama histórico e da nossa sobrevivência desde a carta-testamento de Getúlio Vargas, em 1954. Impossível evocar o suicídio de Vargas sem a referência às pressões das corporações transnacionais, explícitas na carta. Desse modo, a alienação energética nas ciências sociais se confunde com a alienação econômica e com a alienação histórica e política do Brasil, transformada em uma história alienada e triste.

A compreensão da natureza, do fundamento e da totalidade da energia na vida, evolução e queda das civilizações apenas emergiu de modo nítido no embargo do petróleo no início dos anos 70. Foi necessário o impacto do embargo na distribuição mundial do petróleo, em 1973, para que a dialética da penúria e da abundância energéticas engendrasses a pesquisa tecnológica da biomassa, a qual pode ser considerada um cochilo de Geisel, tanto que, em suas memórias, faz apenas alusão menor ao Proálcool, sem dúvida a realização que fará o seu governo ser sempre lembrado.

III – NOVO MODELO ECONÔMICO E POLÍTICO DE DESENVOLVIMENTO

A segunda principal razão de envolvimento nosso, direto e dramático, na questão energética mundial é que, sendo o petróleo, hoje, um problema mundial de natureza militar, e sendo a biomassa tropical a única perspectiva real para substituí-lo de modo extensivo, o continente brasileiro passa a correr riscos de ocupação estrangeira. Na realidade, não são apenas riscos mas fatos que vêm ocorrendo, sistemáticos e ostensivos, pela via da ditadura financeira. O exército de ocupação dos tecnocratas governamentais não faz por menos.

A transferência dos nossos patrimônios estratégicos a grupos suspeitos, por valores apenas simbólicos, envolve as maiores falcaturas jamais cometidas contra um povo. São evidências incontestes. Exemplos: a chamada "lei das patentes" e as "privatizações" de empresas de economia mista, guardiães desses patrimônios. Crimes de alta traição.

Os franceses Daniel Hémery, Jean-Claude Debeir e Jean-Paul Deléage, em livro de consulta obrigatória, *Uma História da Energia*, traduzido por Sérgio de Salvo Brito e editado pela Universidade de Brasília (o título dado pelos autores era *As Servidões do Poder*), publicado em meados dos anos 80, é o reconhecimento internacional da importância do trabalho de J.W. Bautista Vidal e sua equipe na Secretaria de Tecnologia Industrial:

"Desde o início da crise, no entanto, especialistas brasileiros tinham mostrado que a utilização racional da biomassa, energia renovável, poderia representar uma resposta eficaz, em um país de clima tropical úmido, às insuficiências do modelo internacional dominante. A maior e mais ambiciosa destas proposições foi o Programa Tecnológico de Alternativas Energéticas de origem vegetal, lançado no início de 1974 pela Secretaria de Tecnologia Industrial, STI, do Ministério da Indústria e do Comércio, cujo objetivo a curto prazo era a substituição dos derivados do petróleo (nos transportes, nas indústrias, nas residências), mas que fora, na realidade, concebido como uma alavanca que permitiria, a médio prazo, uma

modificação profunda do sistema energético e do modelo de desenvolvimento do país”.

Eis aí a resposta cabal ao modelo JK, apenas de crescimento econômico – e não de desenvolvimento –, que se baseou na indústria automobilística transnacional e no rodoviarismo, aceitando a imposição do paradigma energético do petróleo. O programa de metas de JK constitui mais um exemplo de cultura espúria, ou seja, aquela que introjeta a visão dos dominadores.

Na metade dos anos 70, as transnacionais do automóvel se recusaram a adotar um motor projetado para o álcool, em vez da recauchutagem que fizeram nos seus motores projetados originalmente para a gasolina.

Donde se conclui que o imperialismo do petróleo não permite que o Brasil, a maior nação tropical do planeta, enverede por um caminho energético autóctone, submetendo-se à linha tecnológica que interessa às nações hegemônicas, por mais contrárias que estas sejam a seus próprios interesses.

Cabe à mídia antinacional convencer a opinião pública de que é possível conviver eternamente com o preço barato do petróleo, em vez de se enfrentar o desafio de uma alternativa segura, ecologicamente limpa e de controle nacional.

Estamos diante de uma inversão ideológica pavorosa: aquilo que é vida, a biomassa, apresenta-se como a morte, e aquilo que é a morte, o petróleo, é tido como a vida.

Na história da cultura brasileira, o ponto alto da descolonização mental e material encontra-se no programa energético da biomassa, o qual reverte a dependência tecnológica e a submissão financeira internacional. Essa reversão dá-se não apenas em termos teóricos, como também na prática, isto é, na esfera das grandezas físicas e das relações de troca de riqueza e poder.

É por esse motivo de ordem física, tangível e irrefutável que, até o presente momento, não apareceram os críticos da biomassa; o que se conhece são os inimigos, externos e internos, da biomassa.

Os autores franceses anteriormente citados, no capítulo sobre o Brasil, embora mal intitulado de “Tristes Trópicos – O Brasil, Novas Esperanças?”, assinalam com razão:

"Os hábitos de mimetismo cultural, herdados e mantidos desde então pela dependência tecnológica, conduziram os países tropicais a excluir de seus planos de desenvolvimento a biomassa energética, considerada uma alternativa ultrapassada, subdesenvolvida e sem perspectivas. Esta concepção choca-se, no entanto, com a realidade dos fatos."

Dá-se depreender que a biomassa tropical é uma realidade energética antítese ao capital videofinanceiro especulativo, pois implica a valorização da terra como fator de produção; trata-se de uma energia que é menos intensiva em capital e mais intensiva em trabalho, criando emprego e contribuindo para suprimir as desigualdades regionais.

Em suma, a biomassa afigura-se como uma alternativa energética, uma opção tecnológica e um modelo econômico e político de desenvolvimento.

O problema fundamental de como promover o uso da biomassa como fonte extensiva de energia é de natureza essencialmente política, política de poder, porquanto implica o Estado exercer o poder que lhe corresponde. Isso não tem ocorrido desde Getúlio Vargas. E aqui reside a dimensão trágica da alternativa da biomassa e, conseqüentemente, a aporia que persegue um cientista da visão política de J.W. Bautista Vidal, sabendo que a classe política e cultural dirigente do Brasil ainda não se deu conta da penúria energética dos hegemônicos e da importância dos recursos naturais tropicais. Nas circunstâncias, continua fazendo o jogo colonial do petróleo e do dinheiro-cassino.

Por outro lado, existe a sistemática desinformação da opinião pública, que é influenciada diuturnamente por uma mídia, "matéria paga" dos interesses do capital financeiro, da qual resultam as premissas da sociedade de consumo e a condicionada opção eleitoral popular.

Desse modo, a alienação, como ausência de conhecimento da realidade, se impõe; mas, no caso da biomassa, a riqueza está na frente dos olhos do homem colonizado, sob o sol tropical e não na biosfera onde vive o colonizador. Faltam apenas caírem as escamas dos olhos, com dizia Severo Gomes, para ver a realidade.

A energia do petróleo está colada à tessitura financeira

do dólar, pois foi este que fez do petróleo um padrão energético mundial. Hoje é o petróleo que segura o dólar, impedindo seu desmoronamento como um castelo de cartas. A razão pela qual isso ocorre é que o dólar ainda compra petróleo, que põe o mundo em movimento. Isso somente é possível porque a região onde se localiza 70% do que sobra de petróleo no planeta está ocupada por forças militares norte-americanas.

A questão petróleo é hoje uma questão militar. Nada tem a ver com possíveis e hipotéticas regras de mercado. Para quem tem deveres de Estado, ignorar a natureza do problema energético mundial – petróleo – é sinal de criminosa irresponsabilidade.

O petróleo é o sonho anglo-americano que acabou. Ter percebido que o petróleo estava no fim em meados da década de 70 e, mais ainda, ter identificado o caminho da substituição alternativa, nas dimensões planetárias do problema, foi a grande contribuição antropológica da física brasileira.

Na história da luta e da resistência ao imperialismo, o programa do álcool, “pontinha de um imenso iceberg”, como costuma dizer J. W. Bautista Vidal, é um marco onde a biomassa se fez carne e espírito, ao contrário do que vem ocorrendo com o combustível petróleo.

O ano de 1979 é o do golpe externo contra a tecnologia brasileira de vanguarda, vale dizer, contra a autonomia nacional. É o golpe do modelo de crescimento econômico dependente no modelo soberano de desenvolvimento. E é o começo da destruição do Estado brasileiro.

Ou seja: Kissinger ou Bautista Vidal, *that's the question*. Evidentemente, quem levou o tombo sabe quem deu o recado para os tecnocratas de Geisel e de Figueiredo.

Em São Paulo, a mídia e a universidade colocaram o charme intelectual no cachê de Fernando Henrique Cardoso e não em Severo Gomes. Embora ministro e senador, Severo Gomes gozou de muito menos prestígio acadêmico e intelectual durante a década dos 70. Isto faz muito sentido: Severo é o continente soberano brasileiro, é Vargas; FHC é o entreguismo da República Velha e o separatismo paulista de 1932, hoje redivivo sob outra forma.

O grande lance do político Severo Gomes, estando no poder, foi ter chamado o cientista J.W. Bautista Vidal para dirigir a Secretaria de Tecnologia Industrial. Ulisses Guimarães não pensava assim, amigo pessoal de Severo Gomes, considerava Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso os intelectuais brasileiros da época.

Esse processo legitimador do *status* político está vinculado ao desmonte do Estado ocorrido a partir de 1979, o ano glorioso na vida do senador Fernando Henrique e, simultaneamente, o da derrubada de Severo Gomes, de J.W. Bautista Vidal e de Andrada Serpa.

A sociologia da biomassa mostra que os militares em 1979 entregaram de vez o poder aos tecnocratas e economistas picaretas a serviço dos interesses do dólar e do petróleo. O ego vaidoso de Celso Furtado a tudo assistiu sem dar um pio sobre o paradeiro da biomassa, talvez enciumado com a função pífia da Sudene, que virou musa de Miguel Arraes.

A Sudene perto da biomassa é títica de galinha. Como economista teórico do desenvolvimento, Celso Furtado tinha obrigação de opinar acerca do fato energético e tecnológico interrompido em 1979 pelo imperialismo norte-americano. Ele não abriu o bico porque, em sua badalada economia política, não há lugar para energia, de modo que a percepção energética ficou ofuscada pela onipresença epistemológica de Wall Street. Não é por acaso que Celso Furtado, enredado no fetiche financeiro, foi ficando, com o passar dos anos, como uma espécie de André Malraux de José Sarney.

A compreensão da questão energética seria simples se os políticos brasileiros entendessem de política de poder e não apenas de relações sociais de produção ao estilo do século XIX, e de futricas eleitoreiras.

É incompreensível que políticos de destaque como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves ignorassem questões tão essenciais como a questão energética no jogo do poder mundial e, mais ainda, o papel que o Brasil terá a desempenhar, de modo inexorável, com a evolução da crise do petróleo, que se avoluma a cada dia.

Recusamo-nos a falar daqueles que trabalham ostensivamente contra o Brasil e que, por isso, têm poder. Um poder

espúrio, traidor, mas poder. É esse poder que explica a difícil situação em que nos encontramos.

Ao ignorarem questões tão cruciais, ficam sem condições de julgarem as perspectivas e potencialidades nacionais. Pela insegurança de que são possuídos, tornam-se incapazes de selecionar influências e, como mentes colonizadas, somente valorizam o que vem de fora. São assim facilmente escamoteados e cedem às influências desse poder, negando a inteligência local.

Não é difícil calcular que a radiação solar que incide por dia sobre o hemisfério terrestre, concentrada nas regiões inter-tropicais, é da ordem da grandeza energética dos depósitos de petróleo ainda existentes no planeta e passíveis de uso. Ou seja, a era do petróleo fundamenta-se em algo equivalente a um dia de energia solar. Como imagem simbólica, a era petróleo corresponde à civilização de um dia.

Falta conhecer, acreditar e... pagar para ver. Mas isso é uma outra história...

Ser político de mente colonizada é uma coisa, ser estadista e amar o seu povo, acreditar nele arriscando um futuro digno e grandioso, é outra coisa.

Não basta esperar para ver. O espectador pode ser surpreendido vendo o que não deseja. O essencial é lutar e ser um ator legítimo da realidade que quer ver construída para si e para seus descendentes.

Capítulo V

O DINHEIRO OU A VIDA

I - DISTONIA ENTRE RIQUEZAS: A CONCRETA E A FALSA

A caminho do aeroporto Santos Dumont puxei conversa com um chofer de táxi carioca. Às tantas, ele me perguntou se por acaso eu sabia qual a relação entre a queda da bolsa, lá no sudeste da Ásia e a subida da prestação da casa própria, aqui em Belfort Roxo. Boa pergunta, a misteriosa conexão entre uma coisa e outra.

Em casa assisto aos programas de televisão, referência eloqüente ao capital motel, dólar gafanhoto, dinheiro volátil digital. As vozes que baixaram o pacote de novembro de 1997 diziam a mesma coisa que dizia a mídia, abusando da palavra turbulência exógena, turbulência vinda lá da Ásia longínqua, além da acusação, retórica e perfunctória, à tara especulativa financeira em escala mundial. Isso tudo sob a aparência mistificada de que tal *débâcle* financeira tivesse ocorrido de modo imprevisível.

Robert Kurz e J.W. Bautista Vidal chamaram a atenção para o perigo da catástrofe financeira, ou seja, o dinheiro move-se a si mesmo, à deriva do trabalho e dos fatores de produção, sem nada representar.

O alemão Robert Kurz, autor marxista, designa esse fenômeno por meio do predomínio absoluto do valor de troca e da crescente dissipação do valor de uso na produção das mercadorias, fornecendo o exemplo da Alemanha supercapitalista: os operários estão mijando no suco que fabricam.

Do meu amigo J.W. Bautista Vidal, o mínimo que se pode dizer é que ele vem pergando no deserto, alertando sobre a

fraude do dinheiro, do "papel pintado", do falso capital produtivo: a moeda pela moeda.

Difícil entender como é que funciona o mecanismo do dinheiro conforme mostrei no livro *O Príncipe da Moeda* sobre o paradigmático percurso ao poder em 1994 do ex-sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Na Inglaterra, o mecanismo da moeda pela moeda produziu a doença da vaca louca.

A distonia entre a riqueza real e a fictícia é o suicídio apocalíptico, fruto do antagonismo genocida entre o capital financeiro e a vida.

A esbórnia das bolsas de valores significa que os fatores de produção concretos não mais contam diante do fetichismo da moeda volátil e da ditadura política das finanças. Esse capitalismo drogado e libertino dispensa a reprodução material de bens e de serviços, pois o que decide em última instância é o jogo especulativo do dinheiro digital, que nem mais "papel pintado" precisa ser.

Decorre daí que a alienação imediatista da sociedade moderna é de dar menos importância à vida do que ao dinheiro volátil, dinheiro motel.

Ministério da Fazenda e Banco Central safados!

Aconselho aos ex-tigres asiáticos, hoje na condição de ratos, à leitura religiosa do livro *A Reconquista do Brasil*, editora Espaço e Tempo, do Rio de Janeiro. Não por acaso seu autor, J.W. Bautista Vidal, professor de termodinâmica, na física e na engenharia, ataca sem papas na língua o discurso careta dos economistas e tecnopatas: o discurso biombo-de-interesses, desprovido de fundamento técnico-científico. Um discurso embromador, delinquente.

De Roberto Campos a Pedro Malan, o que existe é uma algaravia uníssona em torno do "investimento", o que não quer dizer de modo algum bem-estar do povo, mas transferência do trabalho e do esforço coletivo para um bando de sabidos, controladores ilegítimos da falcatrua monetária.

O pecado mortal da economia videofinanceira consiste em desvincular o sistema monetário da realidade concreta, seja ela social, ambiental ou física. Trata-se de um símbolo esquizofrênico, que nada tem a ver com a realidade.

Há ainda o agravante de a moeda de referência interna-

cional, o dólar, ser de emissão monopólica, desde 1944 – somente explicável sob regime de prepotência –, e arbitrária, sem qualquer referência a riqueza concreta, desde 1971, com a ruptura da paridade original com o ouro.

No caso brasileiro, nem mais a moeda nacional existe, substituída pelo artifício da taxa de câmbio rabo preso, instituído por medida provisória, sempre renovada. Isso culmina, nestes nefandos tempos de FHC, em trágico resultado: o subsolo brasileiro não mais pertence à União, malgrado o que diz a Constituição, transformada em papel que não é respeitado. Não se vive mais em um Estado de direito. Nossa existência nacional, surrealista e absurda, é a da pátria sem patrimônio. A “privatização” de empresas públicas estratégicas rima com internacionalização do território.

O universo financeiro do Brasil é controlado de fora do país, de modo que a utopia da “estabilização monetária” soa como conversa para boi dormir: impossível estabilizar alguma coisa sobre a qual não se tem controle. Basta uma ventania soprada pela economia cassino, da City de Londres, ou de Hong Kong, no outro lado do mundo, para revelar a verdadeira face da moeda: o real não é nacional, nem é real. Ele é fictício e objetiva encobrir a ausência de moeda nacional, fundamento de soberania.

Em 1995, o maior historiador vivo do Brasil, Nelson Werneck Sodré, escreveu um livro estupendo, *A Farsa do Neoliberalismo*, no qual denuncia o falso fundamento econômico da doutrina neoliberal: o primado absoluto do capital financeiro. Eis a loucura da nossa história, segundo Werneck Sodré: chegamos tarde ao capitalismo e cedo ao primado do capital financeiro.

O neoliberalismo é concebido como uma forma ideológica posta em circulação pelas oligarquias dos países falsamente ricos porém hegemônicos, com o objetivo de imobilizar as economias de países da América Latina e, a um só tempo, banir delas qualquer veleidade de autonomia nacional.

O neoliberalismo alinha-se automaticamente aos EUA, país que se aproveitou da batalha ideológica que resultou da *débâcle* da União Soviética, e inspirou-se na secular experiência colonial britânica.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, "a ditadura militar foi implantada em 64 com o objetivo de solapar as Forças Armadas nacionais". Ainda outro paradoxo: depois da chamada abertura política procedeu-se, sob a vigência da democracia desnacionalizada, à criminosa e impensável entrega dos patrimônios estratégicos nacionais ao canibalismo argentino internacional.

A revista *Caros Amigos*, em seu número de janeiro de 1998, fez um gol fantástico ao promover o encontro do líder dos sem-terra, João Pedro Stedile, com o cientista da biomassa, J.W. Bautista Vidal, cujo debate está reproduzido neste livro. O encontro do século.

O que é a biomassa? Biomassa é a energia tropical armazenada, resultante da cópula fecunda do sol com a terra: cana-de-açúcar, mandioca, babaçu, mamona, dendê, girassol, amendoim, florestas.

A meta dos sem-terra é implantar a solidariedade entre os homens, as mulheres e as crianças, e dar-lhes condições dignas de vida.

O instrumento para realizar tal fim é a riqueza energética dos trópicos. O arsenal energético do Brasil está no campo, não na cidade. A agricultura, onde se dá a produção convergente alimento-energia, é a base do poder nacional e da vida dos brasileiros. Um poder de força mundial.

A reforma agrária passa necessariamente pela questão nacional: sem soberania nacional não existe reforma agrária; e, vice-versa, sem reforma agrária, a soberania fica comprometida.

A biomassa é Eros; o petróleo, Tântatos. O sonho do petróleo acabou. Continuar com essa forma de energia é suicídio.

Por tudo isso, os sem-terra deverão se converter em soldados da biomassa, em soldados do Brasil para garantir a preservação do nosso território, ocupando-o com brasileiros, antes que ele seja invadido por hostes estrangeiras na procura de soluções energéticas permanentes para seus problemas.

Se porventura os sem-terra assumirem o projeto energético da biomassa, como parte essencial de um projeto para a Nação, o modelo financeiro canibal de FHC e de seus banqueiros ladrões vai para o inferno. Não temos outra alternati-

va, mas somente nós a temos. Biomassa ou genocídio. Assumamo-la pacificamente, com a participação de todas as forças e as instituições que têm compromisso permanente com o Brasil, antes que a percamos pela agressão estrangeira. Estamos nos referindo naturalmente àquelas instituições que têm a ver com o humanismo brasileiro e com a sobrevivência da Nação, a exemplo da Igreja e das Forças Armadas.

A energia da biomassa do trópico brasileiro é o poder nacional dos sem-terra, designação transitória que só restará na literatura. A utilização solidária da biomassa carece da militância organizada dos sem-terra, com o apoio do braço armado do povo, para ocupar nossos vastos territórios vazios, motivadores de ocupação estranha.

Ademais, isso significa a reversão de muito provável, adrede programada para dividir nosso povo, guerra fratricida com milhões de desempregados em situação desesperada.

Esse compromisso político é vital. Burrice é permanecer adstrito ao permanente conflito "capital e trabalho". Que capital? O financeiro, o falso símbolo de riqueza? Ora, estamos falando de algo consistente, algo que movimenta o mundo: estamos falando de energia. Sem-terra e energia, eis um binômio que pode funcionar muito bem: para a autonomia e poder nacional e para a vida de nosso povo. A luta simplesmente por salário elide a essência da questão: a das riquezas concretas e inexploradas da natureza. E a mais estratégica delas é a energia. É a luta sem glória de dar o poder final ao controlador financeiro. É consagrar a inferioridade permanente ao detentor do controle sobre o trabalho humano, sempre passível atualmente de ser substituído pela máquina e pela automação.

Quem estiver ao lado da biomassa está ao lado dos sem-terra, é o candidato deles. Estará ao lado do Brasil sem conflitos fratricidas e sem intervenções externas inaceitáveis.

Nada mais contrário ao uso dos imensos espaços vazios disponíveis em nosso território para brasileiros do que os interesses internacionais que querem reservar essas terras para a produção de energia renovável para suas prementes necessidades. Estas, resultantes da exaustão do petróleo, sem solução própria, impõem essa estratégia. Evidentemente, os já pro-

gramados graves conflitos armados entre brasileiros pela posse da terra facilitam e aceleram essa estratégia.

Uma vez consumada a posse, como já vem ocorrendo por outros meios, se imporá a chamada agricultura industrializada, altamente mecanizada, sem criação de quase nenhum emprego, como é regra nesse modo de produzir.

Não é difícil prever, por isso, o papel que desempenharão nessa questão aqueles partidos políticos, ditos de "esquerda", cujas cúpulas partidárias têm raízes profundas no internacionalismo, que recusam discutir a soberania nacional e que enganam a massa popular com a promessa de cidadania, desse modo impossível.

Quem estiver atrelado ao dólar-petróleo ou a interesses internacionais não serve para representar e resolver os problemas de milhões de brasileiros, com número assustador de desempregados. Eles, os sem-terra, têm de ser transformados em trabalhadores efetivos, em cidadãos úteis. Para isso é necessário projeto de grande fôlego e coragem – profundamente nacional, no sentido da nação brasileira, seu povo –, que crie, em curto prazo, vários milhões de empregos, principalmente no campo e pequenas cidades, aproveitando um grande e estratégico mercado imediatamente disponível: o energético. É preciso, de modo urgente, aliviar as explosivas tensões das nossas megalópoles, distribuindo a população de modo produtivo nos perigosos espaços vazios de nosso território, para preservá-los como território brasileiro

Isso somente é possível com a substituição de importações de petróleo pela produção extensiva interna de combustíveis, tendo por base a produção vegetal: a biomassa. Ao saturar-se o mercado interno pela auto-suficiência, surge imenso mercado externo, de perspectivas gigantescas, ainda não devidamente avaliado.

Não confundamos o fetichismo dólar-petróleo, que domina o mundo hegemônico, que nos domina, com o valor das nossas reservas de petróleo que resultaram da excepcional competência da Petrobrás e que nos são essenciais para garantir o período de transição necessário à adaptação tecnológica de retirar nossa estrutura econômica do uso do petróleo e ajustá-la ao uso extensivo das novas formas

energéticas. Chama-se isso responsabilidade com o futuro nacional.

A mística persuasória da política energética está lançada, ela visa dar ao homem brasileiro a soberania do país, garantindo a preservação de nosso território. Maior que seu alcance econômico é o de preservar a vida de nosso povo, transformando-o em cidadãos produtivos.

II – A BIOMASSA E O SENTIDO SAGRADO DA VIDA

A biomassa (*bio*, vida; biomassa, massa de vida) fundamenta a origem e a manutenção da vida no planeta. A revolução pela biomassa traz a possibilidade de impedir o genocídio pela fome, que atinge atualmente alta proporção de seres humanos, no Brasil e no mundo.

Os vegetais microscópicos dão vida aos animais também microscópicos e assim surge o ciclo vital, que se desencadeia e cresce graças à radiação solar. Por isso, a vida é abundante nos trópicos. No ápice desse ciclo, desse maravilhoso edifício, está o homem – não tão sábio como deveria ser –, que, para continuar vivendo, necessita diariamente ingerir energia – calorias –, cuja origem, sempre, é o Sol.

Pode-se explicar tudo isso sem energia permanente, sem biomassa? Pode-se manter o que disso resulta sem harmonia, sem respeito ao ser humano, sem respeito ao Criador, enfim, sem crenças nos valores do homem, sem humanismo? Evidentemente não. Este é o papel que os brasileiros terão a desempenhar criando a civilização dos hidratos de carbono, justa, permanente e bela. A grande civilização da biomassa, humanista e farta.

Alienação energética, dita assim, parece coisa de técnico, de cientista. Mas não é. Ela envolve a vida e a morte de dezenas de milhões de seres humanos, envolve o sagrado, que é a vida, envolve poder mundial, envolve a sobrevivência do Brasil, envolve nossos descendentes – o que eles poderão ser, sem os meios que lhes garantam a vida? Envolve religião, filoso-

fia, envolve, profundamente, questões morais e envolve, de modo decisivo, nossa alegria de viver, de ser brasileiro. E envolve, evidentemente, a morte. Há uma metafísica da morte nos princípios da termodinâmica! Ela vem com o aumento da entropia.

No futuro, quando o homem for mais sábio, haverá filósofos e filosofias da biomassa, sempre que se analisar o sentido e o conteúdo da vida. Há algo por acaso mais abrangente e belo, com o envolvimento do sagrado, do que os fundamentos energéticos da vida?

A biomassa, a partir dos trópicos, é a reversão do caminho para a morte que a humanidade está cegamente seguindo com o neoliberalismo, com o terror financeiro, ilegítimo, prepotente e assassino, imposto por oligarquias mundiais apodrecidas, desumanas e vazias – sem Deus –, fruto da modernidade.

A biomassa é a premissa vegetal da vida, abundante nos trópicos, sem a qual ela não existe. O neoliberalismo que rejeita tudo o que torna a vida possível é o anticristo.

Já que o poder financeiro bloqueia a biomassa, por motivos óbvios de poder, e tendo ela implicações com o sagrado da vida, com a sobrevivência da humanidade, sua defesa exige o enfoque místico, que sempre orienta os caminhos dos homens, neste vale de infortúnios. Outra alternativa não há.

Entre as múltiplas implicações das questões que envolvem a vida dos povos, há nesse caso da biomassa uma componente nova de natureza conceitual e mística, de grande benefício para todos. Trata-se de reação contrária a doutrinas econômicas que estão levando à exclusão parte ponderável dos seres humanos, por meio do desemprego extensivo e da fome.

Disse-me J.W. Bautista Vidal que, conversando em Madri com colega da infância, ilustre professor universitário, que tem um filho sacerdote e doutor em teologia pelo Vaticano, este afirmou-lhe: "Por que você não procura o papa e informa-o sobre as possibilidades e conseqüências mundiais no campo do emprego e dos alimentos com o uso generalizado da biomassa, em substituição ao petróleo?"

O que está em jogo é o entendimento do papel da bio-

massa na manutenção e preservação da vida e a natureza sagrada desta. Sendo os hidratos de carbono o fundamento científico da vida, nada mais indicado que seja bem entendida e conceituada essa ilação com a natureza sagrada da vida.

Isso é de profundo significado e de grande atualidade, quando poderosas doutrinas impostas pelas potências econômicas põem em cheque a vida humana. Ou seja, a biomassa, que pode movimentar o mundo como fonte de energia, pode também garantir a eliminação da fome como veículo de extermínio promovido por essas doutrinas.

A biomassa é quiçá a única maneira de preservar e de criar atividades extensivas diretamente ligadas a uma grande quantidade de novos empregos, tendo em vista um imenso mercado interno e mundial que passa a estar disponível com o declínio irremediável do fornecimento de petróleo. Nos trópicos, isso não é quimera nem megalomania, nem projeto faraônico ou utópico.

Por que o papa não conversaria sobre essas questões tão diretamente ligadas à vida, ele que vive clamando contra a morte, contra o genocídio promovido com o falso argumento de que não existem alimentos para todos? Um comprometimento da Igreja na divulgação do que significa a biomassa como fonte permanente de vida significa a criação da consciência acerca de uma verdade que a generalizada alienação energética impede de existir.

Dada a distribuição equânime da possibilidade de obter biomassa em todo o nosso território e às imensas extensões de terras desocupadas no Brasil, existem condições concretas de não somente erradicar definitivamente a fome em nosso país, como pode-se pensar, também, em uma distribuição sábia de terras que venha a transformar em coisa do passado o que uma grande parcela de brasileiros está sofrendo. Eles vivem no desespero de não dispor dos meios para alimentar suas famílias.

As reflexões místicas do homem não omitem vinculações com aspectos concretos da natureza que levam à preservação de algo sagrado, como é o caso da vida. O esforço da Igreja em aproximar o coração dos homens da bondade de Deus fica profundamente prejudicado se esse homem ignora os meios que o próprio Deus pôs à sua disposição na natureza.

Assim, o caminho da Igreja pela preservação e valorização do que há de sagrado nos seres humanos – ente de natureza transcendente –, a vida, é convergente com a reflexão acerca do papel da biomassa – os hidratos de carbono – como origem química e como elemento essencial à preservação biológica da vida.

Isso representa também um caminho legítimo de afirmação do papel da Igreja ante o povo. Não foi por acaso que Cristo fez a multiplicação dos pães – biomassa por excelência –, nem que a Igreja usou o mesmo pão – simbolizando os alimentos, a biomassa – como o meio material para consagrar o corpo de Cristo na hóstia.

A biomassa, como fonte de energia extensiva, em substituição ao petróleo, constitui também o único caminho para superar a prevista tragédia que representam para a humanidade os conflitos bélicos do fim da era do petróleo. Este, já hoje, transformou-se em questão militar, com a ocupação por tropas norte-americanas da região onde se localiza mais de 70% do que resta de petróleo no mundo. Os países dessa região pagam o preço de deter o precioso patrimônio que são as grandes reservas de petróleo remanescentes.

Tal como o Cristo tematizado por Glauber Rocha, um Cristo que continua vivo, que tem presença constante junto ao povo de Deus, evitando as guerras e lutando contra o genocídio, a biomassa representa um símbolo do renascimento da possibilidade de vida para todos. Na visão popular concretiza-se um meio seguro de preservação do sagrado no homem: a vida. Ajuste-se isso à orientação teológica da Igreja e teremos alcançado um forte instrumento de valorização do ser humano, luta permanente da Igreja. Os teólogos saberão tirar do tema as imensas virtudes que ele oferece.

Aqueles, chamados da Libertação, têm estado pelo menos indiferentes em relação à crucial questão energética. Só a pobreza os motiva! Isso se dá, provavelmente, porque a alienação energética generalizada vincula sempre essa questão aos combustíveis fósseis. Ademais, ela é classificada como de natureza exclusivamente econômica, nada tendo a ver com o sentido sagrado da vida.

A alienação cultural no Brasil rejeita o Sol, não o identificando como a fonte primária da vida. Tudo reduz-se à identi-

ficação dos efeitos que o sol inclemente provoca, precisamente onde ele é mais abundante. Esses efeitos, entretanto, são frutos dessa alienação e, principalmente, da ignorância dos dirigentes políticos acerca da natureza que os cerca.

O homem de mente colonizada transformou o sol, que é fonte de vida, de beleza e de amor, em algo destrutivo. É o homem dirigente, e não o sol, a causa principal da destruição. Ele cria, por ignorância acerca das leis e princípios que regem a natureza onde vive, imensas áreas áridas e improdutivas. O homem de mente colonizada é o grande inimigo da vida e do nosso povo.

A Igreja, por ser o sol a origem da vida, tem nisso grave compromisso de consciência. Atitudes místicas do homem não significam ignorância, mas, pelo contrário, elevação espiritual, acima da própria inteligência, que as enriquece, desde quando aproxima o homem da obra do Criador, em benefício do ser humano e da vida.

Ademais, a Igreja sempre teve em nossa história papel educativo. Procurar que os jovens se vinculem ao espaço físico onde vivem, fugindo das práticas coloniais de ensino, significa criar condições que facilitem sua sobrevivência. Só a religiosidade que leva ao sentido sagrado da vida pode abrir os olhos de nosso povo, vítima do condicionamento massacrante imposto pela mídia que substituiu a escola.

O homem dos trópicos necessita conhecer a pujança de sua realidade física para dela tirar seu sustento e o da família, ao se descolonizar. A alienação sobre questões vitais leva-o a ser vítima da própria natureza, em vez de dela beneficiar-se na construção de uma sociedade justa e próspera para todos.

Da energia retirada da natureza generosa vêm o alimento, o transporte, as comunicações, o conforto, no frio e no calor, além da moradia, da proteção a agressões externas e internas, e tudo o que frutifica com o trabalho inteligente e honesto. Somente com ela é possível transformar em bens e serviços aquilo que a natureza pródiga nos oferece, e em tudo material que leva a uma vida estável, próspera, solidária e segura.

Capítulo VI

NO PAÍS DA MÍDIA

O principal midiólogo das ciências humanas, o inventor do neologismo "midiologia", deve ser lido com toda atenção no país da mídia por excelência, o Brasil.

Trata-se do intelectual francês Régis Debray, mais conhecido entre nós pelo clichê de ex-guerrilheiro na Bolívia, junto com Che Guevara, do que por seus cinco magníficos livros publicados nos últimos quinze anos, entre os quais merece destaque *O Curso de Midiologia Geral*.

Se o foquismo foi sua musa ideológica no passado, privando com líderes revolucionários como Che Guevara, Fidel Castro e Pham Van Dong, hoje a midiologia se lhe afigura como a ciência social do futuro, sobretudo porque estamos vivendo sob o capitalismo videofinanceiro, no qual a política é cada vez mais midiática, ainda que para Régis Debray a anatomia do fenômeno ideológico e político deva ser feita a partir do campo religioso.

Da religião à política não há salto e, sim, justaposição. Jesus Cristo foi o primeiro *mass media* da história, assim como o romancista Honoré de Balzac foi o pai, fundador da midiologia, e o filósofo Diderot, seu tio-avô.

No século XIX, Augusto Comte criou o vocábulo sociologia (*socius* e *logos*), agora Régis Debray junta mídia e *logos*, compondo a ciência da transmissão simbólica, que engloba três aspectos: o político, o técnico e o cultural.

Caberá ao midiólogo desvendar em cada época o médium, pois cada período histórico possui sua midiosfera (logosfera, grafoesfera, videoesfera), e os suportes materiais desta, a exemplo do cavalo, do navio, do telégrafo, do telefone, do rádio, da televisão, do *chip* etc.

Detalhe apontado por Régis Debray: Jesus Cristo, hoje

superstar, conhecido em todos os quadrantes do mundo, começou falando para vinte pessoas.

Versado em história das religiões, tal qual Ernest Renan ou Roger Bastide, o midiólogo Debray está interessado em investigar o motivo pelo qual determinadas doutrinas (palavras, idéias, símbolos, imagem, signo) conseguem persuasão e outras não.

Observe o seguinte cotejo: Karl Marx a pesquisar *O Capital* na biblioteca de Londres (menos preocupado com a práxis do que com a teoria) e, mais tarde, Augusto Comte, cujo positivismo foi concebido como uma religião para a humanidade. Resultado desse confronto na história das ciências humanas: o que triunfou do ponto de vista da mídia foi o marxismo como Estado socialista. Augusto Comte, segundo Debray, era mais tesudo na vida e na sociologia do que o autor de *O Manifesto Comunista*.

O professor Cruz Costa dizia que Augusto Comte foi o único filósofo homenageado por Noel Rosa e Orestes Barbosa. O positivismo ficou restrito à dimensão doutrinal, ou a um mero capítulo da sociologia. À semelhança de Karl Marx, em *A Ideologia Alemã*, a midiologia investiga de que modo determinada palavra, ou determinado símbolo, torna-se "força material" na cabeça das pessoas. Recentemente entre nós tivemos o exemplo da palavra marajá, alcançando tamanha popularidade que virou programa de governo com Fernando Collor. O inverso sucedeu com a expressão "perdas internacionais", que não obteve penetração eleitoral, independentemente do que seja *verum* ou não. O modo como uma idéia ou uma palavra é apresentada tem efeitos midiológicos distintos.

De resto, a ciência do folclore de Luís da Câmara Cascudo já dizia que o verdadeiro não é popular. O povo se liga mais pela emoção, mais pelo maravilhoso do que pelo natural ou pelo verdadeiro. É por isso que a persuasão do olho gordo será infinitamente maior do que a teoria econômica da mais-valia, a qual expõe de modo científico a exploração do trabalho humano.

Palmilhando a trilha do sociólogo Max Weber, o midiólogo está convencido de que hoje é mais racional persuadir (não nos esqueçamos de que Lord Keynes escreveu sobre a persuasão) do que lançar mão da violência física. A palavra

crédito deriva da palavra acreditar; afinal, legitimidade se confunde com credibilidade, com crenças. Não é por acaso que a moeda míngua se não tiver crença e que, mesmo sendo falsa, vinga e é aceita se tiver um convincente programa de mídia, como é o caso da atual moeda de referência internacional.

Ortega y Gasset afirma que as crenças conduzem as vidas dos homens e, de modo surpreendente, as crenças não resultam de convicções racionais.

Todas essas considerações deixam em evidência o imenso poder que a mídia tem sobre as pessoas. Ao mesmo tempo levanta-se o enorme perigo que ela representa para a humanidade, se não for conduzida com profundo suporte ético. Os terríveis efeitos a que a mídia pode levar já começam a ficar claros pelos resultados.

No caso brasileiro, devido à não regulamentação dos princípios constitucionais, especialmente dos mecanismos de acompanhamento que regem essas atividades, a mídia é terra de ninguém. Ou melhor, ela é praticamente um monopólio, em mãos inescrupulosas, posto que tem como única "regra" de conduta o chamado "mercado", o "vale tudo" de interesses localizados, visando somente o lucro, sem nenhuma referência moral ou humana. Está levando a sociedade brasileira por caminhos muito perigosos, especialmente os jovens e as crianças, indefesos ante as maliciosas e subliminares agressões de que são vítimas.

Qualquer tentativa de enquadrá-la em um contexto de não-violência ou de respeito à dignidade humana sofre logo a "denúncia" de organismos, tão poderosos quanto suspeitos, de volta à censura do período autoritário, embora esta tivesse concentrada sua ação em questões relacionadas com um dos lados das ideologias da época.

Régis Debray sublinha a verdade de todos conhecida: não há político que se preze que desdenhe a utilização e os efeitos do médium, como é o caso do deus televisão e da deusa audiência. Às vezes não é necessário nem discurso, nem proposta, nem projeto; basta tão-somente o *close-up* do rosto; basta que o rosto apareça sob determinado ângulo para alguém se tornar homem público na *polis-kodak*.

O filósofo Hegel não viu o nascimento da fotografia, assim como Karl Marx não conheceu o rádio nem o cinema.

Sintomático o percurso de Régis Debray: da guerrilha à reflexão sobre o médium. O fuzil cede lugar ao aparelho de televisão. O difícil é saber qual é o mais agressivo e violento. Quanto a qual dos dois é o mais poderoso e injusto, não há dúvidas, a guerrilha está do lado de menor poder.

Dir-se-ia que a elaboração da midiologia se faz acompanhar do questionamento do marxismo, sem esquecer o detalhe de que Régis Debray, na década de 60, não foi marxólogo, mas sim marxista, fiel à orientação de Jean-Paul Sartre, para quem o marxismo é a filosofia insuperável do nosso tempo, ainda que Régis Debray tenha sido discípulo de André Malraux, o romancista e crítico de arte herdeiro de Charles Baudelaire, além de ministro da Cultura de De Gaulle.

O espectro da midiologia ainda é o marxismo, a revolução frustrada ou que não houve, no sentido de que para Régis Debray o marxismo é um pensamento que se vincula ao período da grafosfera, isto é, ao complexo sociocultural do livro, do panfleto, da escola, do jornal, do partido, do professor. Assim, o marxismo, do ponto de vista ideológico, pode ser considerado um reflexo da tipografia e do linotipo; todavia, acontece que o aparato tecnológico do médium substituiu a grafosfera, substituiu o discurso do convencimento pela emissão sedutora e unilateral da videoesfera, do complexo televisão, clipe, formato, telemático, Internet.

Na videoesfera o homem de idéias e de valores tem menos importância do que o homem da transmissão. Na videopolítica, quem atrai o olhar, qualquer que seja o meio, acaba ganhando o voto. Nesse universo, a escrita subordina-se à imagem.

O livro exige esforço, disciplina, motivação pelo saber e capacidade de reflexão. A televisão é unilateral, o receptor é passivo e não é submetido a nenhum esforço ou disciplina, física ou mental. O desprevenido, o ingênuo e o inocente são suas principais vítimas. Para não falar dos que já tiveram suas mentes condicionadas.

A videocracia, em que a televisão faz o Estado, não morre de amores pelas letras, pelo livro, nem pela escola. Em função disso é que se criou a educação a distância, ainda que o

termo educação seja nesse caso inadequado, porquanto a televisão não foi concebida para instruir, e sim para distrair, condicionar ou seduzir.

Em se tratando do Brasil, convém não perder de vista que saltamos da grafosfera (escola e letra) para o domínio monopolizado da videoesfera. Nas favelas, a antena parabólica dispensa a higiene do vaso sanitário. A classe dirigente não permite a alfabetização de nossas crianças, mas leva Xuxa a todas as partes.

No final do século XX, somos a vanguarda do capitalismo videofinanceiro. Vanguarda grotesca, seguindo a dialética do crescimento financeiro artificial, desigual e combinado.

A midiologia denuncia a elegia do professor. A decadência da escola, o descalabro da educação podem ser auferidos a partir da década dos anos 80, por meio da *entourage* assessora do poder. Esta descartou os quadros da universidade por "diplomatas" do Itamaraty e tecnocratas preparados pelo império-tropa de ocupação.

O professor perde a auto-estima desprezado pelo poder, ao tempo em que despreza esse poder ou a ele se acomoda.

O projeto da videoeducação a distância pretende colocar um ponto final na relação professor/aluno. Em vez de conceber a televisão como anexo da escola, procede-se de modo contrário: a escola é anexada ou substituída pela televisão.

A educação é um mito da concepção humanista da vida; a comunicação, pura mercadoria, é um mito do mercado. Por isso, o publicitário ganha muito mais do que o professor, gozando, ao contrário deste, de grande prestígio. Quaisquer dos âncoras ou locutores da televisão brasileira chega fácil à presidência da República, como ficou evidente em recente enquête com a bisonha figura do comediante Ratinho, da TV Record. Que se lembre do pavor que tomou conta dos políticos profissionais com a candidatura, por eles abortada, de Senhor Abrevanel, conhecido por Sílvia Santos. E o atual governador do Rio Grande do Sul, Antônio Brito, o que ele é?

A transmissão ao vivo ridiculariza o culto ao livro: o aluno se liga mais na televisão, na moda e na publicidade, do que na escola, no professor e na família. Quando a criança chega pela primeira vez aos bancos escolares, já traz nas cos-

tas alguns anos de vídeo, na própria casa de seus pais, por meio de programas ditos para crianças, como os do "cabaré" da Xuxa e de grosseiros deseducadores, a exemplo dos "trapalhões". São símbolos da antiescola. Não nos esqueçamos dos perniciosos "enlatados" repletos de conteúdos subliminares, destruidores das bases morais e humanistas da nossa cultura.

Convém ressaltar a programação subcultural e amoral para adultos, vista por nossas crianças. A argumentação de que "eles assistem porque os pais deixam" é totalmente canalha, como se os pais tivessem de montar sistema policial, dentro de suas casas, para garantir permanente fiscalização sobre seus filhos.

A ênfase concentra-se nas crianças e na juventude. Os conteúdos dos programas são concentrados em ambos e destinados a alcançar efeitos por longos períodos de tempo, com requintes de maldade.

Segundo Régis Debray, a burrice (ou malícia?) do maio de 1968 francês foi ter colocado a escola fora da escola, a escola fora dos muros escolares, contribuindo para que a comunicação pudesse mais facilmente excluir a educação e a escola.

A comunicação da videoesfera converte o processo político em placar de resultados, identificando-o cada vez mais a uma atividade simplesmente quantificada, de fácil manipulação, sem conteúdo ou substância. Passa a ser um número, sem qualificação ou dimensão física, em relação ao qual tudo é possível. Não adianta contrapor um número a outro número. Não posso, por exemplo, comparar entre si ou em conjunto 3 lindas moças com 8 elefantes, 12 bicicletas e 40 escorpiões. Os números 3, 8, 12 e 40 nada dizem e podem criar, na cabeça das pessoas, imensa confusão, especialmente quando existe má-fé.

A tal ciência estatística não existe. A orgia das pesquisas eleitorais, dos índices percentuais, das sondagens-relâmpago da opinião pública, é aplicada a números não significativos do ponto de vista estatístico. Esse desonesto processo é o *logos* dos candidatos, o segredo do chamado processo democrático.

A pesquisa de opinião pública reverencia o número da audiência. A fama na videoesfera impõe: cada entrevistado é

uma *star*. Esse Leviatã estatístico se confundirá com o campeão de audiência, de modo que nos estertores do século XX estamos assistindo ao colapso do militante e dos partidos políticos. Não nos esqueçamos da definição de celebridade do criador de "tia Zulmira", o genial Stanislaw Ponte Preta: "É o débil mental que aparece na televisão".

A tal globalização – se é que isso quer dizer alguma coisa – é de natureza midiática. A aldeia global nos chega pelos olhos, e não por meio da leitura, do estudo, da experiência e da reflexão.

Ao se acostumarem a receber idéias prontas, elaboradas e mastigadas, diretamente do vídeo, por meio dos conhecidos âncoras e teletransmissores, sem necessidade de algum esforço, as pessoas, os jovens e as crianças, submetidas ao fetiche visual, ficam idiotizadas, objeto de torpes manipulações. Este é, talvez, o mais trágico resultado da modernidade. Seus efeitos lembram as tétricas figuras dos seres humanos (?), betas e gamas de *O Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley.

A grande manifestação de natureza colonial-tecnológica do progresso entre nós é a televisão. Há quem se orgulhe da penetração das "novelas" da Globo no exterior.

O cinema americano foi o mais poderoso em todo o mundo. Isso significa que qualquer televisão *made in* Brasil não terá jamais alcance hegemônico mundial, posto que o condicionamento midiático é de ordem material e econômica. A própria história da imprensa o revela, a exemplo da invenção do *newsprint* e do linotipo, que ocorreu nos Estados Unidos, e não na Europa ou na África. O avanço midiático é privilégio do capitalismo financeiro.

A história do mundo, nos últimos cinquenta anos, teria sido outra se o cinema do Japão fosse o cinema de Roliúdi. Na década de 90, não há nenhuma possibilidade de vingar cinema nacional num país cuja mentalidade é colonial, pois financeiramente subordinado a potências hegemônicas.

A videoesfera imperialista convive em sintonia com a existência de televisões locais, na mesma proporção do desaparecimento dos cinemas nacionais em países dependentes. Neles poderá existir boa literatura, porém jamais cinema competitivo, que alcance de modo extensivo a população, tal como ficou demonstrado a partir da década de 80.

Em nenhum lugar como no Brasil se verificou com tanta evidência o fato de que um médium engole fatalmente outro médium. A televisão engoliu e matou o cinema brasileiro. Existem cineastas nacionalistas, todavia não se conhece *telemã* ou diretor de telenovela antenado na questão nacional. A televisão é necessariamente estrangeira, colonizada, só o rasteiro tem sabor local exibindo bumbum, mulata, macumba, feijoada, cangaceiro, violentos coronéis e jogos de azar. A televisão brasileira é um meio eficiente de extorsão da população.

A televisão é necessariamente internacional e estrangeira, a despeito de sua aparente propriedade ser de capital nacional – o capital pode ser, mas o controle não o é.

Pouca gente percebeu que o crescimento televisivo, iniciado no Brasil em meados da década de 60, iria mascarar a fisionomia do imperialismo. Foi sempre difícil entre nós a consciência acerca da dominação externa. Esse é um dos aspectos que os controladores midiáticos procuram camuflar ao máximo. O trabalho sobre o subconsciente da população promovido pelo poder videofinanceiro é uma das questões mais graves relacionadas com o poder nacional. Essa é a razão principal do desmoronamento da auto-estima nacional, que foi outrora tão intensa.

A metamorfose do cinema roliudiano em telenovela *made in* Brasil é o ponto de inflexão para compreender o atual estágio videofinanceiro do nosso capitalismo, sem esquecer que entre uma coisa e outra ocorreram graves acontecimentos históricos, em 1964 e em 1979, como veremos ao longo deste livro.

A videoesfera, que troca a nação pelo mercado e os cidadãos por consumidores-telespectadores, foi a principal arma que veio transformar o capitalismo decadente em capitalismo videofinanceiro, e dar-lhe sobrevida.

Nesse contexto midiático, a “revolução proletária” soa cada vez mais como um conceito obsoleto, isto é, uma relíquia pré-televisiva. A própria crise no seio do marxismo, segundo Régis Debray, é indissociável da emergência da videoesfera no mundo durante a década de 50, cujo símbolo é o *american circus*, a réplica audiovisual do romano pão e circo.

Certidão de nascimento da televisão: Estados Unidos da América. Nessa onda, com poderosos instrumentos técnicos

de imposição e condicionamento, serão detectados os principais índices e ícones do nosso tempo, malgrado o inegável declínio econômico dos Estados Unidos, a partir de 1979, quando impuseram ao mundo a nefanda doutrina neoliberal, que é uma tentativa de efeitos apenas a curto prazo, ineficiente a longo prazo: pífia e inconsistente. Trata-se de uma doutrina para impressionar idiotas e mofinos, mas cheia de violência, imposta pelas armas que controlam o petróleo e, portanto, o mundo. Até quando?

Evidentemente, esse país ainda detém a hegemonia simbólica e, principalmente, bélica, espalhando de norte a sul seus ingredientes midiático-financeiros. É irrecusável o valor cognitivo da disciplina midiológica. Falta, entretanto, na conceituação de Régis Debray, incluir a questão energética. Sem mídia, o ser humano, as sociedades e as civilizações podem viver. Já viveram milênios. Sem energia, não sobreviverão.

A videoesfera vai se configurando como médium ascendente em paralelo ao declínio do petróleo, a antiga energia que garantiu o sucesso de Roliúdi na superestrutura audiovisual de todos os países do mundo, inclusive nos países socialistas onde McDonald's triunfou sobre Eisenstein. Videoesfera, petróleo e dinheiro, eis a santíssima trindade de Bretton Woods com o fim da Segunda Guerra Mundial.

De 1945 a 1965, o cinema se transfigura no médium video-hegemônico, no momento em que o chamado primeiro mundo estava entrando na lona em termos de capacidade energética, com a situação agônica do petróleo, que ainda sustenta a moeda sem lastro.

A etapa capitalista volátil da videocracia financeira está intrinsecamente ligada à crise fóssil petrolífera e ao desastre ecológico do efeito estufa, promovido pelos combustíveis fósseis, especialmente pelo carvão mineral.

Nos países tropicais, especialmente no seu grande continente – o Brasil –, o poder midiático, conduzido de fora do país, tem como antítese a biomassa tropical, a única alternativa concreta viável para romper a ditadura da moeda sem lastro, conforme o roteiro político traçado pelo físico J.W. Bautista Vidal.

Rico é o trópico, abençoado pelo sol e pela água. Este é o coito divino, da grande civilização do futuro: a civilização dos

hidratos de carbono, limpa do ponto de vista ambiental e eterna, enquanto o astro-rei iluminar a Terra!

Eis o paradoxo, despercebido pela cuca colonizada e alimentada pela alienação energética: neste final do milênio o sol dos trópicos contrapõe-se ao videoimperialista do petróleo e ao "papel pintado" falso.

Não sei se foi antes ou depois de passar alguns anos em cana na Bolívia, lendo *Dom Quixote*, o que importa é que Régis Debray ficou convencido de que política é equivalente a religião. Ele propõe um "materialismo religioso", em que a religião é a vitamina do fraco, apontando a ética católica messiânica como espírito revolucionário na América Latina: Zapata era devoto da Virgem e Sandino apaixonado por teosofia, além de Gandhi e Khomeini, qualquer que seja a propaganda da mídia mundial contra eles...

A mesma compreensão da predominância de Cristo no sentimento religioso do povo brasileiro é o conteúdo da mensagem do último filme *A Idade da Terra*, de Glauber Rocha.

Sim, dirá Glauber Rocha, a solução é Cristo, não o Cristo romano, mas o Cristo fora da cruz, isto é, liberado do sacrifício e do martírio. Um Cristo vivo, cheio de energia, que irá libertar o povo brasileiro do genocídio neoliberal, porque Cristo é espírito e espírito é energia. A energia eterna da biomassa.

De Régis Debray, o teólogo laico da midiologia, até Glauber Rocha, o místico do cinema, existe a mediação energética da biomassa, colocada em evidência por J.W. Bautista Vidal, o discípulo galego de Miguel de Unamuno e de Ortega y Gasset. Este último, como bom hegeliano, ficaria deslumbrado com o percurso do espírito: a idéia de que a biomassa tropical é o rejuvenescimento do mundo, a eterna juventude energética.

Do ponto de vista econômico, o consumo energético da biomassa corresponde a viver do dividendo solar, em vez de consumir seu capital; este, a energia solar sob a forma de combustíveis fósseis. Quem come o capital fica sem nada.

O petróleo é a energia dos "ricos", suja, avoenga, desequilibradora da estabilidade da ecosfera, não-renovável e, portanto, marcada para morrer.

E a biomassa é nossa, parodiando Glauber Rocha, que disse "o sol é do povo", o que dá no mesmo.

Capítulo VII

ENERGIA, POLÍTICA, FOLCLORE, MIDIOLOGIA E VOTO

I – O FENÔMENO MIDIÁTICO

O capitalismo videofinanceiro da década de 90 começou a ser montado em 1965 com a Rede Globo – um ano após o golpe de 1964.

A televisão inaugura, a partir da década de 50, uma mutação antropológica com o *american circus* no mundo inteiro, veículo para uma ditadura exercida sobre as mentes: a ditadura videofinanceira.

No Brasil, o domínio onipresente da televisão ocorreu sob a vigência da destruição da escola pública; ela passou a atuar portanto sobre uma população ágrafa e analfabeta. A tradição oral e folclórica das camadas populares, cada vez mais depauperadas e detritárias, fica submetida a processo aculturativo comandado pelo arsenal audiovisual, o qual passa a determinar a mentalidade coletiva e a definir o resultado das eleições, como aconteceu em 1989 com Fernando Collor de Mello, e também em 1994.

Com FHC, embora a televisão não tivesse sido de menor relevância, acoplou-se na campanha a grande mistificação da estabilização monetária do real, tornando o processo quase um plebiscito acerca da nova moeda. Em *O Príncipe da Moeda* designamos esse modelo político como “modelo da telenovela ou da telemoeda”. O Plano Real foi articulado fora do país e está formalizado nas diretrizes do chamado “Consenso de Washington”. Ele tem como órgão coordenador o FMI, que impõe o que chamam de estabilização monetária também a outros 84 países. Alguns deles já pagaram as consequências da destruição de suas economias, como México e Indonésia.

O modelo da telemoeda aglutina pecúnia de controle

externo, o "Estado" de FHC e a grande mídia, em simbiose de natureza totalitária. Será intensamente utilizado em sua função persuasiva e condicionante nas eleições de 1998, como aconteceu nas duas últimas. O trunfo "populista" do governo será ainda a estabilidade monetária e o preço congelado da cesta básica, levados adiante à custa da agricultura brasileira.

Porém 1998 não é o mesmo que 1994. Os resultados negativos da chamada estabilidade monetária começaram a aparecer com resultados devastadores: desemprego extensivo e galopante; absurdas taxas de juros, que tornam impossível à empresa de capital nacional concorrer; câmbio artificial arrebatando a balança comercial, além de substancial enfraquecimento da soberania nacional.

Tudo isso já mostrou, mesmo para os incautos, a falácia do modelo político da telenovela, responsável pela arte de "fazer caixa" no "faz-de-conta" das privatizações entreguistas, à custa da perda de patrimônios nacionais estratégicos para grupos externos de suspeitas origens.

FHC aboliu da política a tradição do "carisma", o "dom da graça", substituído por dispositivos de uso imoral do dinheiro público para subordinar o Legislativo.

Simultaneamente, ninguém depende tanto do Executivo como o Judiciário, subjugado ao poder que aquele tem de nomear juízes e ministros dos tribunais superiores. Nada mais fictício do que a independência dos três poderes!

Soma-se a isso o condicionamento da população (à "Joseph Goebbels"), pela via da mídia, ao poder video-financeiro.

Também é certo, por outro lado, que uma alternativa para enfrentar o poder do sistema Executivo e ter êxito na mídia visual é, dispondo de muito pouco tempo, criar a imagem de contestador perseguido. Opor-se ao sistema não significa ser melhor do que ele ou não estar aliado a outras forças nefastas, antinacionais ou despreparadas, que ainda não chegaram ao poder.

A televisão é médium que exige rapidez, linguagem direta e frontal, olhando firme para o telespectador. Realça-se a exigüidade do tempo como fator persuasivo, e isso contribui para reforçar um caráter excêntrico, correndo por fora do

templum ou do sistema. Quanto mais raras e intermitentes sejam as aparições públicas, mais reforçam a excentricidade de uma personalidade, ao contrário do que ocorreria com a banalização de sua imagem.

A fala monocórdia na mídia ganha força pela forma apodítica, direta, irada, afirmativa, quase aos berros. A recusa em participar de qualquer outra atividade eleitoral que não seja a aparição no vídeo somente favorece o candidato, que ganha dimensão pelo enorme alcance no número de ouvintes, dezenas de milhões. Além de não se expor, não precisa apresentar projeto para o país, o que é norma em todo o processo midiático. Basta rejeitar de modo breve e contundente o que existe.

Em geral, a massa de eleitores é amorfa e inorgânica. Atinge-se dessa maneira um perfil anárquico de eleitores, anárquico não no sentido de doutrina política, mas de ausência de vínculo com qualquer setor ou grupo definido da sociedade; ou seja, adota-se discurso que não se prende a nenhuma classe social, sem que isso tenha algum compromisso com a nação, sua história, sua cultura.

O sistema, ao contrário, que dispõe de fartura de meios para dominar a opinião pública pela mídia, mente descaradamente em todas as questões fundamentais. Sem possibilidade de ser contestado devido ao controle monolítico da mídia, na realidade conduz o processo eleitoral sem permitir o debate e a possibilidade do contraditório.

A mediação entre os candidatos e a sociedade se faz para aqueles fora do sistema quase que exclusivamente por meio do programa eleitoral gratuito. Não precisa ter porém algum vínculo com ela, nem mesmo pelo chamado "corpo-a-corpo", de efeitos insignificantes nos resultados.

Decorre daí a tentação de classificar candidatos dessa natureza como bonapartistas, midiáticos; ou seja, candidaturas voláteis que, conforme a lógica do *american circus*, dispensam ou carecem de condições de estabelecer mediações intermediárias ou institucionais com a população. Essas mediações foram devidamente depreciadas ante a opinião pública pelo sistema, sob a designação de candidaturas "populistas". Os compromissos, quando existem, são com setores da oligarquia internacional e seus agentes locais, e com as próprias

ambições de poder. Os exemplos dos vencedores Collor de Mello e FHC são elucidativos.

No entanto, ao assumirem o poder, vê-se que ludibriaram a massa que os elegeu, mantendo-se fiéis a poderosos grupos organizados, especialmente aqueles de origem externa, que comandam a ação colonial, e que lhes dão o necessário apoio para ocupar e exercer o governo.

Convém repisar aqui a idéia: a relação entre o candidato e seus eleitores assenta-se em vínculo volátil, baseado no horário eleitoral televisivo gratuito e não em setores significativos da sociedade. Falta-lhe – e não é buscado, porque este não é o objetivo – o indispensável suporte para enfrentar poderosas forças antinacionais, internas e externas, que dominam o poder no Brasil.

Nas circunstâncias de 1989 e 1994, essas considerações midiológicas são válidas, e continuam ainda mais verdadeiras em 1998; ou seja, falta aos partidos políticos, se isso fosse desejado, a indispensável estratégia que, sendo realista, permita enfrentar a conjuntura mundial de poder aqui dentro instalada, que domina, pelo modelo da telenovela, o subconsciente colonizado nacional.

Essa é a razão principal para que nenhum dos candidatos à presidência da República queira saber de propor e muito menos de discutir um consistente projeto nacional, salvo por meio das já usuais mentiras. Ou seja, um projeto que mostre começo, meio e fim, que se fundamente em concretas possibilidades, que não fique apenas em ridículas promessas que jamais serão cumpridas, mesmo porque lhes faltam os instrumentos e estratégias indispensáveis, principalmente aquelas necessárias à ruptura com o sistema que nos massacra.

II – A ENERGIA DA BIOMASSA E A TRANSIÇÃO DO REGIME

Conhecendo como poucos a questão mais crucial da contemporaneidade e do poder mundial, a questão energética, de-

corrente da crise insuperável dos combustíveis fósseis, e a também gravíssima questão ambiental, que envolve todos, mas de maneira muito especial as nações hegemônicas, o professor J.W. Bautista Vidal foi posto depois de 1979 no limbo da inviabilidade profissional e política. Ele foi demitido "sem justa causa" por Delfim Netto no governo do general Figueiredo.

J.W. Bautista Vidal montou na estratégica Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), do Ministério da Indústria e do Comércio, uma estrutura de altíssima competência técnica e política para enfrentar as corporações transnacionais, principalmente as dos setores petróleo e automobilístico.

Aquela estrutura político-tecnológica foi destruída a partir de 1979, quando começou o desmonte do Estado nacional. Esse processo foi intensificado no período da "abertura", no qual ocorreu seu esvaziamento e posterior encerramento de atividades. Como decorrência desse calculado despropósito, milhares de especialistas, de indiscutível valor quando medido por parâmetros internacionais, foram desligados de suas atividades. Dezenas de projetos tecnológicos de natureza estratégica foram interrompidos nas principais instituições brasileiras do setor, as quais, em grande parte, tiveram também seu papel institucional reduzido de modo considerável.

A área tecnológica foi a primeira a ser praticamente destruída a partir de 1979, na fase que antecedeu o começo do desmonte do Estado, o que veio a ocorrer de modo claro em 1989 com a "vitória" do neoliberalismo, ao assumir a presidência da República Fernando Collor de Mello. O processo teve continuidade de modo ainda mais intenso com o segundo Fernando (FHC). O sistema colonial, intensificado desde então, não tolera favorecer nem permitir a existência de questões diretamente ligadas à soberania do país, como é o caso do desenvolvimento tecnológico autônomo.

As idéias de J.W. Bautista Vidal sobre a solução brasileira para a crise do petróleo tiveram o apoio incondicional de alguns dos mais notáveis políticos brasileiros de nosso tempo: Teotônio Vilela, Severo Gomes e Antônio Carlos de Andrada Serpa.

Este último, descendente de oito gerações de políticos – os Andradas –, atuou intensamente no campo político na fase

de transição do regime militar. Sua ação em prol de projeto independente para o Brasil fez-se sentir no alto comando militar, do qual fazia parte e de onde por isso mesmo teve de se afastar, estando ainda na ativa.

A essência do projeto de J.W. Bautista Vidal é a autonomia nacional nos estratégicos campos tecnológico e energético. Projeto dessa envergadura levado adiante em nação continental, quase toda situada nos trópicos, afeta diretamente o domínio daqueles que exercem o poder mundial. Ou seja, o uso extensivo da biomassa tropical não avança se não tiver forte apoio político-institucional do que se configura como sendo o verdadeiro poder nacional.

Teotônio Vilela era, na época do regime militar, o primeiro vice-presidente do MDB, principal partido de oposição.

Andrada Serpa, como membro do alto comando, rompeu depois com o regime militar e passou a percorrer o país divulgando suas idéias a favor da nação brasileira.

Severo Gomes, principal responsável político pela implantação do programa de alternativas energéticas tropicais, deixou o cargo de ministro da Indústria e do Comércio por estar também em oposição ao regime, passando a ocupar importante liderança no âmbito do antigo MDB.

III - 1979: DURA INTERVENÇÃO EXTERNA

A partir de 1979, as diretrizes imperiais, via Henry Kissinger, impuseram a destruição de tudo o que era nacional e estratégico para o país. Essa linha teve prosseguimento, de modo ainda mais intenso, com a "abertura". É o começo do neoliberalismo ou o começo do fim do Estado brasileiro, de sua desmoralização.

Os principais beneficiários políticos do processo de "abertura" foram Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e José Sarney, os quais nunca foram motivados pela questão nacional, ao contrário dos três próceres políticos antes citados.

Ulysses cochilava quando o assunto era tratado. Ele acre-

ditava que o Brasil já tinha um projeto nacional. Só falava nos intelectuais do partido, FHC e Celso Furtado.

Tancredo Neves mandava falar com Hélio Garcia, governador de Minas, que afirmava: "O povo mineiro não se interessa pelas questões nacionais".

Sarney, quando presidente, desativou a Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), cumprindo objetivos antinacionais, talvez até devido à influência de péssimos assessores, e criou o Ministério da Ciência e Tecnologia, instrumento anódino que, por omissão, desempenhou o papel de destruidor da incipiente tecnologia nacional.

Collor liquidou o Ministério da Indústria e do Comércio e outros ministérios estratégicos, como o das Minas e Energia, e formalizou a implantação da doutrina neoliberal, causa principal do esfacelamento do Brasil.

Em matéria de instrumentos de soberania, a metrópole não tolera nem a lembrança!

Não é por acaso que o PMDB caminhou para a auto-destruição que se consumou na convenção do partido, em 8 de março de 1998. Tomara que os valentes e patriotas Paes de Andrade, Roberto Requião e o que sobrou de legítimo no PMDB consigam resgatar a dignidade do partido, expulsando os traidores.

Em memorável fim de semana na fase de transição do regime militar, Andrada Serpa, Teotônio Vilela, Severo Gomes e J.W. Bautista Vidal discutiram as principais questões que comprometem o futuro do Brasil. Os dois primeiros, que defendiam as mesmas causas mas estiveram até então separados, resolveram naquele momento juntar forças para construir um país justo e soberano. Eles foram os gigantes, um na área civil e outro na militar, que ajudaram a derrubar o regime de exceção.

Em seguida, Teotônio Vilela foi à executiva do PMDB propor a denúncia da armadilha financeira que tinham montado contra o Brasil. Rejeitado pelos "intelectuais" e tecnocratas do partido, Teotônio Vilela retirou-se, não sem antes bater com a bengala na mesa principal da reunião, falando aos berros: "A erva vai nascer na porteira deste partido". Este foi o começo do fim do heróico ex-MDB, que terminou se consumando em março de 1998.

IV – O GRUPO NACIONALISTA

Em 1980, o general Andrada Serpa, com o apoio de Severo Gomes, J.W. Bautista Vidal e outros, promoveu o famoso Manifesto Nacionalista em contraposição à linha entreguista do governo do general Figueiredo. Daquele manifesto participaram grandes figuras da intelectualidade brasileira, como Tristão de Athayde, Sergio Buarque de Holanda, Antônio Cândido, José Honório Rodrigues, Antônio Houaiss, Aurélio Buarque de Holanda, Barbosa Lima Sobrinho, os jornalistas Evandro Paranaguá e Ruy Lopes, o general Euler Bentes Monteiro, o lendário brigadeiro Camarão, entre outros, totalizando cerca de trinta personalidades. Para avaliar o grau de oportunismo de certos personagens, basta assinalar que figuraram entre os signatários os nomes de Fernando Henrique Cardoso e Luís Bresser Pereira...

O general de exército A.C. de Andrada Serpa, membro do alto comando militar, ficou sem função quando deveria ter ocupado o comando do III Exército, o mais importante do país. Deveu-se isso à intransigente defesa de um projeto nacional para o Brasil. Tivesse o general ocupado a função que lhe cabia pelos cânones do Exército, a história do Brasil teria sido diferente.

Foi Andrada Serpa quem primeiro propôs a eleição direta para a presidência da República. Em reunião em Brasília com cerca de quarenta deputados federais, entre os quais Chico Pinto, líder do grupo dos autênticos, Haroldo Lima, líder do PC do B, entre outros importantes líderes da oposição ao regime, o general Serpa apresentou sua proposta de eleição direta. Era então inconcebível um membro do alto comando militar reunir-se com políticos "de esquerda". Essa reunião foi proposta por J.W. Bautista Vidal a Rômulo Almeida e Domingos Leonelli, então jovem deputado pela Bahia. Levada a questão a Ulysses Guimarães, ele designou Dante de Oliveira para apresentar o projeto de lei.

Posteriormente, Andrada Serpa, com a Frente Parlamentar Nacionalista, dirigida pelos deputados Alencar Furtado e Oswaldo Lima Filho, promoveu em Curitiba a primeira grande mobilização popular – permitida apenas em recinto fechado – pelas diretas.

O enorme êxito alcançado desencadeou o processo de comícios pelas diretas, envolvendo milhões de pessoas, posteriormente transformado em eleições indiretas por Tancredo Neves. É oportuno lembrar que os governadores, sempre renitentes, foram advertidos pela Frente Parlamentar Nacionalista de que, se não fossem para as ruas exigir as eleições diretas, a Frente se converteria em partido político e tomaria a iniciativa da campanha. Os governadores do PMDB somente convocaram o primeiro comício após o êxito espetacular da convocação da Frente Parlamentar Nacionalista em Curitiba. Lembremos que essa Frente Nacionalista agrupava cerca de 180 deputados e senadores provindos de todos os partidos. Incrível, não é, que somente um terço dos "representantes do povo" defendam os interesses no Brasil? Hoje não se consegue mais estruturar no Congresso uma Frente dessa natureza!

Isso explica por que não conseguem, há vários anos, tirar leis a favor do Brasil, só fazem destruir o que foi conseguido a nosso favor neste século de lutas!

Garantida a eleição indireta de Tancredo Neves, ele e Ulysses Guimarães passaram a ser os próceres que tudo podiam naquele momento. Com a participação de Andrada Serpa, Severo Gomes e Bautista Vidal, foi feito levantamento dos instrumentos institucionais essenciais ao interesse nacional. Ulysses Guimarães seria o destinatário e Severo Gomes o veículo. Entre outros, foram destacados os ministérios das Comunicações e das Minas e Energia, as principais empresas estratégicas e básicas de economia mista (Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás, Embratel, Embraer e Siderbrás); transformada a Secretaria de Assuntos Estratégicos, excluída do SNI, em principal órgão de planejamento nacional, junto à presidência da República, fora da nefasta área financeira; e criado o Ministério da Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior (que seria o equivalente ao poderoso MITI que transformara o Japão na maior potência tecnológico-industrial, não-militar, do mundo).

Relembremos, no entanto, que nada disso aconteceu. Tancredo Neves tinha outros interesses e compromissos. Ulysses Guimarães não era diferente. O Ministério das Comunicações foi entregue a Antônio Carlos Magalhães, o da

Indústria e do Comércio à incompetência de Hugo Castelo Branco e o de Minas e Energia a um desses mineiros "em cima do muro"; a tecnologia industrial foi retirada da área de decisão do Ministério que cuidava da política industrial do país. A secretaria substantiva, cabeça do sistema industrial tecnológico (STI), foi esfacelada e seus órgãos e atividades distribuídos entre vários ministérios. Aplicado ao campo institucional, repetiu-se o que fizeram com as partes do corpo de Tiradentes, após seu sacrifício! Patentes, marcas, normas técnicas, pacotes tecnológicos, metrologia e qualidade industrial, instrumentos essenciais ao poder contemporâneo, foram para o Ministério da Justiça. Ô, Nova República! Nada disso, evidentemente, ocorreu por acaso!

Não é surpreendente, portanto, que os dois principais coveiros da STI, responsáveis diretos por sua destruição, Israel Vargas e Lourival do Carmo Mónaco, tenham sido altamente recompensados: ambos estão no poder até hoje, vinte anos depois! O primeiro é o ministro da Ciência e Tecnologia – quem ouve falar desse ministério? O senhor Israel, junto com FHC, via "lei de patentes", foi o principal responsável pela entrega a monopólios externos do patrimônio genético dos trópicos. Pode haver algo mais contrário aos interesses da ciência brasileira? O segundo é o presidente da Finep, financiadora do simulacro que restou da ciência e da tecnologia no Brasil.

Essa é a herança de Tancredo e de Ulysses. Sarney é uma consequência... e da "abertura", passados treze anos desde a eleição indireta de Tancredo Neves, que levou Sarney ao poder.

O processo político deteriorou-se de modo acentuado devido à intervenção externa no Estado brasileiro. Foram montadas, desde o último governo do regime militar, condições para a implantação da doutrina neoliberal.

Eleito Fernando Collor, as ações se tornaram programáticas. Não é por acaso que na fase "preparatória" à implantação da doutrina neoliberal, que começou no início do último governo militar, precisamente em 1979, iniciou-se a destruição da estratégica estrutura tecnológica de base nacional.

É interessante lembrar que J.W. Bautista Vidal voltou a ocupar o cargo de secretário de Tecnologia Industrial em bre-

ve intervalo no governo Sarney. Como relata em seus livros, encontrou a estrutura que tinha montado no período de Severo Gomes totalmente destruída e forte reação a seus esforços para recuperar algo do que tinha sido feito anteriormente. O terreno tinha sido inteiramente minado. A STI fora esvaziada ao longo do governo Figueiredo e intensificou-se a ação destrutiva no período da "abertura".

Renato Archer, destacado prócer do PMDB, amigo pessoal de Ulysses Guimarães, ocupou, no governo Sarney, o Ministério da Ciência e Tecnologia, recém-criado. Para nada, salvo para destruir o que tinha sido feito anteriormente na área tecnológica. Em sua administração foi destruído o programa de informática, para o qual tanto haviam contribuído Severo Gomes, Andrada Serpa e J.W. Bautista Vidal. O fracasso de Archer não foi por omissão mas por fraqueza política da "Nova República", ante o avanço da ofensiva neoliberal.

Esta breve análise histórica nos mostra que as sementes do neoliberalismo encontraram terreno fértil nos partidos políticos brasileiros. Elas estão fortemente vinculadas à oligarquia financeira internacional, com forte penetração na estrutura interna de poder. Quando se trata de partidos considerados de "esquerda", isso pode ser atribuído mais a fraqueza e a ingênuas posições do que a motivos de natureza ideológica ou ética. Há exceções, naturalmente.

V - PROJETO DA TOTALIDADE

O professor J.W. Bautista Vidal não adota posição energiocêntrica ao abordar os caminhos que poderiam levar à autonomia da sociedade brasileira e ao bem-estar da população; ao contrário, o que vemos em seus livros é um esforço permanente para atingir a totalidade. O que ele faz é evocar o campo energético como setor capaz de enfrentar forças externas e provocar mudanças profundas na estrutura de poder, garantindo a mobilização da população para o pleno empre-

go, com base no potencial energético dos trópicos. É o grande trunfo que nos dá estupenda oportunidade histórica.

Vejamos sobre essa questão depoimento de Odilon Ribeiro Coutinho, companheiro de toda a vida, desde a mocidade, de Gilberto Freyre. Esse depoimento consta do livro *Desafio Amazônico – O Futuro da Civilização dos Trópicos*:

"Bautista, sua conferência ofereceu uma contribuição notável ao problema da interdisciplinaridade. Durante a sua exposição me ocorreu que você complementava admiravelmente Gilberto Freyre. Tenho muita pena de você não ter convivido mais com ele. Você teria acrescentado muito à visão interdisciplinar de Gilberto. Ninguém teve uma visão mais humanista dos problemas sociológicos e antropológicos do que Gilberto. Quero saudá-lo, meu caro Bautista, pela visão que você tem, ampla, generosa, abrangente. A sua visão é do cientista de lastro humanista, não a do cientista bárbaro vertical a que se referia citando Ortega y Gasset; é a do cientista que vai buscar nas outras ciências, nas outras áreas do conhecimento, nos outros saberes, os elementos com que fundamentar a sua visão de mundo e não apenas a visão da sua área científica. A interdisciplinaridade é realmente a coisa mais importante que deve ser buscada..."

J.W. Bautista Vidal valoriza ao extremo os aspectos humanistas, sociais, culturais, históricos e, necessariamente, políticos.

A totalidade é o oposto da globalização. Enquanto a primeira procura tudo abranger, especialmente quanto à espécie humana e ao conhecimento, e dar iguais oportunidades e direitos a todos, a segunda é brutal na discriminação e na divisão.

Discrimina os fracos, os desamparados e os pobres, criando essa monstruosidade que são os excluídos. Provoca o ressurgimento da discriminação racial e dos pobres, mesmo entre os de uma mesma raça. Divide o saber ao criar um arquipélago de guetos nas universidades: o oposto à *universitas* secular. Promove o *apartheid* tecnológico. Fala em igualdade e em liberdade, colocando o coelho ante a raposa e impondo que ambos compitam livremente... Nota-se que a globalização de uns leva à exclusão de muitos, quase como uma decorrên-

cia. A globalização destrói séculos de avanços sociais e de justiça. Provoca o desmoronamento e o esmagamento das nações mais fracas, que são quase todas, com poucas exceções. É a doutrina do pensamento único, do poder absoluto e da crescente riqueza de uma minoria cada vez mais insignificante, em detrimento da quase totalidade.

J.W. Bautista Vidal é um cientista esteticamente cioso da tradição nacionalista do pensamento brasileiro, tecendo altos elogios ao libertário patriarca Getúlio Vargas, porém mantendo uma atitude cautelosa e crítica em relação à chamada esquerda brasileira, hoje de difícil definição.

VI – ESPAÇO E TEMPO COLONIAIS

Nossa impotência decorre da falta de soberania. Vivemos na alienação cultural e fazemos fluir nossas vidas fora do espaço-tempo nacional. Não vivemos o nosso espaço físico com suas imensas riquezas energéticas, genéticas, aquíferas, minerais etc., nem as questões de nosso tempo.

Enquanto o mundo hegemônico vive gravíssima e insuperável crise energética, por causa da natureza não-renovável do petróleo, os entreguistas, que não têm nenhum compromisso com o país, fazem de conta que a crise não existe, ainda que a única solução alternativa, compatível com suas dimensões, esteja no continente tropical brasileiro.

Ao não considerar o papel permanente da energia na estrutura de poder e o fato concreto de que as fontes de energia são todas naturais, passamos ao largo das questões básicas da vida contemporânea. Limitamo-nos a considerar como importantes as relações capital e trabalho, embora em detrimento deste último, controlados ambos de fora do país. Assim, a força de trabalho nacional vem sendo reduzida por desemprego estrutural.

Estamos afastados do que pode significar o nosso espaço físico e o nosso tempo. Ajustamo-nos, assim, ao que Ortega y Gasset define como "o homem colonizado".

Para a "esquerda" brasileira, inclusive os notáveis do PDT e do PT, a energia não existe como objeto específico de conhecimento e de poder, o que confirma estarmos fora de nosso espaço, os trópicos, e do nosso tempo, que vive profunda e irreversível crise de combustíveis fósseis, de âmbito mundial. Desse modo, a contribuição que poderíamos dar para sua solução fica anulada, o que nos ficará muito caro.

Isso significa falha gravíssima de compreensão da dinâmica do poder mundial, neste fim de milênio. Sem dúvida, a saída mundial para as crises energética e ecológica é a biomassa tropical, salvo se os irresponsáveis neoliberais mudarem os princípios da termodinâmica. Não lhes falta arrogância e mau caráter para procurar enganar a população também sobre isso.

A alienação energética em que estamos envolvidos de maneira profunda e burra não deixa enxergar o sol tropical arrojando quantidades descomunais de energia sobre nosso território e sobre nossas cabeças, todos os dias do ano.

O padrinho da biomassa foi Pero Vaz de Caminha em sua fantástica carta de 1500. Identificou aqui elevado potencial de produção de biomassa e de vida, que se confunde com abundância energética: "em se plantando, tudo dá".

Ao contrário de fazer valer essa realidade, a postura colonial de nossa cultura malsina o lugar que o sol deveria ocupar em nossas vidas. Vincula-se a ele a imagem trágica do retirante nordestino, das regiões e vidas secas, quando deveria ser fonte de riqueza e de poder, se as imensas quantidades de energia dos trópicos e de água de nosso território fossem aproveitadas de modo adequado.

O antropólogo francês Levi-Strauss, não entendendo a opulência vital dos trópicos, cantada por Gonçalves Dias e José de Alencar, e fundamentando-se na concorrência que a opulência de vida cria entre as espécies, deu nome equivocando ao seu livro: *Tristes Trópicos*. Assim, ele desqualifica a abundância de energia, a maior riqueza do homem, que se identifica com a abundância de vida – a biodiversidade –, como se fosse algo opressivo, triste, em vez de tomar essas características como muito favoráveis ao homem, caso fossem administradas de modo inteligente em seu benefício.

Além de ter qualificado mal os trópicos, Levi-Strauss

entrou em ressonância com o baixo astral da sociologia anti-ufanista da USP, berço intelectual do PT e do PSDB de FHC. Parece ter razão Roger Bastide quando acusou o antropólogo Levi-Strauss de antivegetal e excessivamente mineral. Simbolizando a antvida das regiões temperadas e frias do planeta, o autor de *Tristes Trópicos* rejeitou a irrupção do sagrado na vida.

Na história das idéias nacionalistas, de Villa-Lobos ou José Bonifácio de Andrada e Silva a Glauber Rocha, é necessário frisar a particularidade do físico J.W. Bautista Vidal: trata-se de intelectual que não é apenas teórico mas sim envolvido com a práxis da invenção do Proálcool, o único programa alternativo, em todo o mundo, ao moribundo e decadente petróleo.

Quanto à eventual alternativa nuclear, ex-panacéia para a crise do petróleo, lembra J.W. Bautista Vidal que, sendo apenas uma forma de energia calorífica, portanto, forma inferior do ponto de vista termodinâmico, não se presta para substituir a energia dos combustíveis líquidos derivados do petróleo.

Ademais, a energia nuclear pifou nos graves acidentes de Three Miles Island e Chernobyl.

A energia nuclear, salvo seu terrível poder destruidor, é hoje mais um problema do que uma solução para a crise dos combustíveis fósseis, muito especialmente para países tropicais como o Brasil. Estes dispõem de extraordinárias e abundantes fontes naturais de energia, mais favoráveis, em todos os aspectos, sem exclusão dos éticos, do que a que resulta da fissão nuclear, além de serem limpas e permanentes.

A possibilidade de uso da energia da fissão nuclear, exclusivamente para fins de efeito preventivo de defesa, banida pelo tratado de não-proliferação nuclear dos países que não fazem parte do reduzido clube nuclear, é uma questão crucial.

Esse tratado, imposto pelas potências hegemônicas sobre povos indefesos, representa a divisão do mundo em duas categorias de Estado. Aqueles que têm um poder incomensurável de destruição e aqueles que impõem a seus povos a submissão aos primeiros. Ele cria situações de coação e de constrangimento inaceitáveis, que não podem ser ignoradas por aqueles povos que exigem serem respeitadas sua autonomia nacional e sua independência cultural.

Mais monstruosa do que a potencialidade de destruição dos membros desse clube é a impotência de se defender na possível agressão deles.

Assim, os donos nucleares do mundo excluem das principais mesas de negociação aqueles países que não são membros desse sinistro clube.

É inacreditável que governos constituídos, como é o caso do governo brasileiro atual, supostos representantes de seus povos, sejam capazes de se comprometer a um estado de tal automutilação, que fecha ao seu povo, de modo drástico, qualquer possibilidade de construção de um futuro autônomo e digno, por impotência e submissão.

Nesse ato vil de traição, serviu de instrumento o Congresso, inadequadamente chamado de nacional, e inúmeros representantes dos partidos ditos de "esquerda".

VII – O RESSURGIR DOS TRÓPICOS: BIOMASSA JÁ!

O governo que se capacitar a levar adiante as mudanças estruturais que tornam possível nossa independência energética dará um tremendo salto qualitativo na direção do desenvolvimento nacional, como jamais ocorreu em nossa história, em contraposição ao modelo atual que nos tem levado ao anti-desenvolvimento, a inconcebível atraso.

No campo social, esse programa energético criaria condições para o surgimento, em curto e médio prazos, de uma dezena de milhões de novos empregos, além de abrir imenso espaço para o desenvolvimento tecnológico endógeno, o que significa aumento do poder de competição internacional para nossas empresas, melhora substantiva para nossa balança comercial e novas oportunidades de emprego para nossa juventude egressa das universidades, hoje sem perspectivas. A meta principal, porém, é um regime econômico soberano, com pleno emprego.

Os combustíveis líquidos representam produtos de ele-

vada liquidez monetária. Passando a ser produzidos a partir do campo, tirariam a agricultura brasileira da situação falimentar em que se encontra. Enquadrada em uma camisa-de-força econômica, nossa agricultura tem de competir com produtos submetidos a altos subsídios dos falsamente chamados países ricos, na mentira generalizada da livre competição. A produção extensiva de biomassa também resultaria na descentralização da população, que passaria a ter condições de vida em amplos espaços do território nacional, hoje perigosamente vazios.

Esse é o caminho seguro para acabar com o deteriorante processo de inchamento das grandes cidades, ocasionado por trágicas levas de migrantes miseráveis provenientes de imensos espaços geográficos, que ficam assim desocupados.

Esses migrantes, quando não são jogados na marginalidade absoluta, pioram de vida nas megalópoles. Poucos são os que se salvam no programado processo de desemprego extensivo, montado pelo neoliberalismo e administrado pela ação de seus prepostos nativos.

O Programa Nacional do Alcool foi o único da nossa história econômica a ter ampla repercussão internacional, provocando centenas de teses de doutorado nas mais importantes universidades do mundo, dezenas de conferências internacionais e publicação de inúmeros livros e extensos documentários de televisão, como os promovidos pela BBC, que correram o mundo, e os da televisão francesa. Nunca o prestígio do Brasil esteve tão alto e se falou tanto do Brasil no exterior. Todos, com razão, queriam imitar o Brasil.

O professor J.W. Bautista Vidal, ao ser identificado na Conferência Mundial de Biomassa, realizada em 1980 em Atlanta, EUA, como o principal responsável pela implantação do programa do álcool no Brasil, foi longamente aplaudido de pé. O programa brasileiro ocupou grande parte daquela conferência, até mesmo no discurso que caberia ao presidente Carter, lido por David Freeman, então presidente da Tennessee Valey Authority (TVA), a famosa empresa estatal norte-americana, entre as maiores do mundo no campo da energia, gigantesca agência de desenvolvimento que transformou o vale do Tennessee em uma das regiões mais ricas e industrializadas dos EUA.

Há ainda detalhe fundamental: o povo adora o Proálcool, tanto que nem o mais desvairado entreguista tem coragem de vir a público para criticá-lo. Ele é o mais conhecido do que surgirá como um amplo programa de combustíveis derivados da biomassa, para resolver a gravíssima crise energética mundial.

Somente tecnocratas, em obediência a seus patrões externos, utilizando inconsistentes e falsas premissas e desrespeitando as regras da análise dimensional, que fundamentam qualquer medida física e os princípios da termodinâmica, atrevem-se, de modo incompetente e irresponsável, a comparar os custos do álcool nacional com os de combustíveis fósseis importados. É impossível maior alienação e incompetência!

Como a moeda é o símbolo dos valores econômicos, era de esperar que as autoridades financeiras do Estado brasileiro levassem em conta esse conceito fundamental. O que fazem, entretanto, é não somente ignorar esse princípio básico do mundo da economia, mas eliminar a moeda nacional, substituindo-a por outra, que não controla. Quando falamos de economia, naturalmente estamos nos referindo ao que há de respeitável nas suas relações com a sociedade e não à delinquência que impera nesse setor, o que foi denunciado, desde a metade dos anos 80, por Lord Lever, ex-ministro do Tesouro britânico. Ou seja, este Estado está deixando de cumprir uma de suas responsabilidades fundamentais, uma das principais razões de sua existência: a gestão de uma moeda própria, elemento essencial de soberania.

VIII – IMPASSES DA CONJUNTURA POLÍTICO-ELEITORAL

Qualquer candidato que chegar ao palácio do Planalto nas eleições de 1998 e tiver sérios compromissos com o Brasil e seu povo não pode deixar de ter um projeto para o país, única maneira de tornar compatíveis as ações visando, no mais breve prazo de tempo possível, a superação do quadro atual de

dependência, de inviabilidade econômica e de genocídio sobre seu povo. Esse quadro foi montado pelo neoliberalismo, dando prosseguimento a décadas de modelo econômico dependente e séculos da situação de colônia, primeiro de Portugal e depois da Inglaterra, com a conivência culposa da classe dirigente.

Para mudar tal quadro são necessários instrumentos e ações que envolvam de modo vigoroso a população. Todos terão de remar na mesma direção. Exige-se para isso muita competência e experiência na condução do Estado.

Atualmente, mais do que nunca, os trópicos estão sendo favorecidos pela irreversível crise energética dos combustíveis fósseis, que envolve de modo direto os países hegemônicos, seus maiores consumidores. A única solução, extensiva e definitiva, são os combustíveis renováveis derivados da biomassa, cuja origem primária é a energia solar, abundante nos trópicos e escassa nas regiões temperadas e frias do planeta.

A fixação da energia solar se faz pela fotossíntese vegetal. São necessárias para isso grandes extensões de terra ainda não utilizadas e muita água, de resto características únicas do continente tropical brasileiro.

Em suas tentativas de convencer a classe dirigente brasileira para as soluções energéticas nacionais, de base permanente, Bautista Vidal tem se aproximado de todos os partidos políticos que se dizem a favor da soberania do Brasil, sem muito sucesso.

Isso implicaria a mudança da matriz energética brasileira. Nessa hipótese seria necessário substituir o óleo *diesel* do petróleo por óleos vegetais e promover o uso extensivo de carvão vegetal e de lenha, além de seus gases combustíveis derivados para a produção de calor industrial e a geração de eletricidade. Isso visaria enfrentar a crise do petróleo e evitar o desastre ecológico provocado pelo uso extensivo do carvão mineral, além de superar o fracasso da energia nuclear...

As propostas de J.W. Bautista Vidal pressupõem a existência de um projeto nacional. É impossível implantar um modelo energético autônomo no contexto de uma ditadura fi-

nanceira de dinheiro emitido por potência hegemônica estrangeira, como é o caso do Plano Real. Também o modelo dito econômico, que é apenas de crescimento financeiro, em mãos do poder externo e dos banqueiros, precisa transformar-se em um modelo de verdadeiro desenvolvimento.

Esses pontos essenciais podem constituir a base de um projeto nacional para o Brasil.

As ações de Severo Gomes, Teotônio Vilela e A.C. de Andrada Serpa estão a exigir continuidade na luta pela autonomia energética brasileira. Sem ela, nesta crise do petróleo, é impossível libertar-se da camisa-de-força da ditadura da moeda falsa. Sem ela, é impossível a construção das bases de um projeto nacional vinculado à solução de nossos cruciais problemas sociais e de soberania. Isso implicaria o estabelecimento de alianças e pactos com setores importantes da sociedade e da cultura brasileiras.

O apoio comprometido de setores importantes da sociedade é essencial. Deles provirão as forças para realizar as mudanças que se fazem necessárias. É indispensável, para isso, algo como a participação de 2.000 pessoas de alta competência, identificadas com os conceitos, idéias, objetivos e a orientação política do projeto a ser implantado. Uma questão fundamental nas atuais circunstâncias brasileiras, como é o pleno emprego, somente é conseqüente com um programa da pujança do que deverá ser desenvolvido para a biomassa tropical.

Para ele ser implantado, porém, é exigência fundamental a revisão profunda de caminhos, conceitos e atitudes promovidos pela nefasta doutrina neoliberal, o que exige ações de grande complexidade, devido a enraizamentos provocados, como se fossem ervas daninhas que ocuparam o nosso espaço vital.

O que preocupa profundamente no atual processo eleitoral, especialmente na eleição do presidente da República, é que não dá para considerar como algo sério e consistente o simples perfil pessoal, em geral forjado pela propaganda, muitas vezes orientado por ideologias mal conhecidas e caducas, pretendendo ocupar o espaço de um projeto nacional, necessariamente pensado e aceito. Este, naturalmente, fundamentado em nossa realidade espaço-temporal concreta, tendo

no seu bojo trunfos de valor e conseqüências mundiais. Sem isso, enveredaremos mais uma vez, talvez sem retorno, pelo perigoso caminho da insensatez.

Certamente este processo, mascarado por uma falsa democracia, com a população sem conhecer a verdade nacional – não existe mais opinião pública nacional – e condicionada pelo poder videofinanceiro, não é o caminho mais sensato ou mais recomendável. São necessárias e até indispensáveis forças que possam promover a incontinenti defesa de um país ocupado por interesses externos e com o povo desorientado pela condução de nefanda e aparentemente inapelável máquina de condicionamento: a grande mídia.

São inaceitáveis, sob qualquer ponto de vista, aqueles pretensos detentores do dom divino do tudo saber, “os que falam somente com Deus”, típicos em sociedades primitivas, colonizadas, compostas de massas ignaras, do presente e do passado. Os feiticeiros das tribos primitivas são simbólicos desses pretensos e bisonhos líderes. Entre os eleitos nessas sociedades colonizadas destacam-se aqueles que o são sob uma enxurrada de promessas vãs que, depois, não podem ou não desejam cumprir, além de não se fundamentarem na realidade do país. Esses candidatos ignoram, às vezes até por desinteresse, as imensas potencialidades estratégicas do país, e, depois, por inconsistência programática, não conseguem reunir forças essenciais para governar este continente, de crucial importância para o mundo do futuro. Na realidade, enganam a população de modo desonesto com hipotéticas boas intenções e nos conduzem, assim, para o desastre, por insolvência e impotência de resistir ante previstas e programadas agressões externas.

Essas agressões podem ocorrer, como estão ocorrendo, sem que os agressores dêem um só tiro ou corram qualquer risco, usando agentes nativos colocados pelo poder videofinanceiro nas funções de comando da sociedade.

É desolador que nenhum candidato à presidência da República tenha se manifestado de maneira consistente e convincente, com seriedade, quanto a alterações essenciais dos modelos econômico e energético, fixando indispensáveis pactos com setores estratégicos da sociedade.

Tais pactos são essenciais tendo em vista a dimensão da tarefa e os interesses antinacionais envolvidos. Assim, muitas perguntas suscitadas por esta análise são inevitáveis. Nenhum dos candidatos já indicados pelos partidos políticos tem condições de respondê-las, por despreparo pessoal e das estruturas que os apóiam, incapazes de equacionar as questões nacionais e, muito menos, de discuti-las com a sociedade. Lamentavelmente esses apoios visam apenas o objetivo da vitória eleitoral, nos moldes em que é estruturado o processo.

A questão que se põe para todos aqueles que acompanham J.W. Bautista Vidal nestes últimos 25 anos (desde quando Severo Gomes o convidou para o cargo de secretário de Tecnologia Industrial) é que não é possível retomar a complexa dinâmica política de conquistar a independência energética para o Brasil simplesmente com o "ouvir dizer", ou com uma visão parcial ou superficial da complexa questão. A estrutura montada na estratégica área tecnológica foi desativada devido à ruptura provocada por interesses externos, a partir de 1979.

Setores cruciais do poder nacional não precisaram então ser mobilizados porque o programa se limitava a substituir apenas um dos derivados do petróleo e não todos, como exigem as atuais circunstâncias nacionais e mundiais. Outro aspecto esclarecedor é que se vivia sob regime militar, comandado por general de tendência nacionalista.

O programa reuniu milhares de especialistas que ainda existem, embora atualmente desarticulados e desativados de suas funções. Foram destroçados os instrumentos que permitiram enfrentar o poder hegemônico externo e administrar as pressões deles decorrentes: interesses da mais poderosa estrutura econômica internacional, a do petróleo. Essa foi a dimensão do desafio.

O envolvimento comprometido de qualquer candidato à presidência da República em programa que torne o Brasil um país independente no campo energético tem como implicação fundamental alterar a nosso favor o jogo de poder.

Sem maximizar a enorme experiência já adquirida, identificando cada um dos principais atores e o papel que desem-

penharam no passado, é perder vinte anos, o que poderá significar mais do que um retrocesso.

IX – ENERGIA COMO INSTRUMENTO DO PODER NACIONAL NOS PARTIDOS POLÍTICOS – O TRABALHISMO BRASILEIRO ATUALIZADO

A sociedade brasileira precisa preparar-se para equacionar e bem utilizar seus instrumentos de poder, rejeitando de modo enérgico e firme as restrições impostas pela doutrina neoliberal. Elas existem para impedir que sejam tratadas questões essenciais à nossa autonomia e ao processo civilizatório.

Embora registremos a lacuna energética no seio do velho trabalhismo (velho no sentido carinhoso, ele existiu até 1964), evidenciamos o papel crucial que a questão trabalho – conceito que vai além da idéia de emprego – volta a ter na sociedade brasileira, como consequência das ações negativas do neoliberalismo, além da alta potencialidade que a energia da biomassa passa a ter na vida nacional e mundial. Este potencial tem implicações diretas na questão do emprego, do trabalho para os brasileiros. Essas novas circunstâncias têm tais implicações na vida do país que reforçam de modo destacado a importância e a fundamentação ideológica do trabalhismo.

O ressurgir dessa ideologia política de profundas raízes no país é uma consequência natural do desmoronamento das outras duas que dominaram e infelicitaram a vida nacional nestes últimos setenta anos. Elas nada tinham a ver com nossos problemas ou suas soluções. Representaram sempre os interesses das duas superpotências da época. Felizmente, quando vistas pelo filtro dos interesses do Brasil, ambas se apresentam como doutrinas inconsistentes, decadentes.

Na realidade, o comunismo, como existiu na União Soviética, e o neoliberalismo são filhos de uma mesma mãe, o iluminismo, e representaram, junto com o colonialismo, o oposto do que aspiramos a ser como coletividade organizada.

O trabalhismo em nenhuma hipótese resulta da composição dessas duas ideologias e até, em muitos aspectos, se choca com elas. Ele representa, a rigor, um avanço civilizatório com relação a ambas.

Aquelas doutrinas carcomidas pelas más conseqüências que causaram ao mundo neste século nada tinham a ver conosco, estando em direções opostas ao trabalhismo, especialmente à sua versão atual. Ele reúne um conjunto de conceitos rejuvenescidos, essenciais ao Brasil de hoje e intrínsecos à nossa cultura. Esse rejuvenescimento resulta de duas questões fundamentais:

- ele é o caminho para promover trabalho para todos, o que significa a negação da doutrina neoliberal e uma sólida reação ao que ela representa;

- a energia é o ente da natureza física que define a capacidade de produzir trabalho; ou seja, ela é a própria essência do trabalhismo no universo das forças naturais; depois que deixou de ter cabimento o uso da escravidão como solução para as questões energéticas, a capacidade de trabalho da natureza – a energia – passa a ter um significado maior, especialmente em sociedades de elevado consumo e sofisticação.

Para o povo brasileiro, portanto, nas circunstâncias atuais do desemprego estrutural e da crise energética do petróleo, o trabalhismo passa a ter profundo significado.

Ao eleger o trabalho como valor máximo, o trabalhismo subordina seus objetivos à garantia da plenitude do trabalho e estabelece, portanto, as condições do processo civilizatório. Isso significa definir como princípio doutrinário o pleno emprego, o que quer dizer autonomia, respeito à dignidade e à valorização dos seres humanos.

As demais ideologias, ao não adotarem o trabalho como princípio doutrinário, ficam escravas de "valores" e de fatores que nada têm a ver com o homem. Em contrapartida, o trabalhismo é uma doutrina de conteúdo essencialmente humanista.

O predomínio do financeiro e do mercado sobre os verdadeiros valores do homem leva à destruição do homem, como vem ocorrendo com a ditadura financeira que nos domina.

Assim, as teorias que regerão as sociedades, em vez de se fundamentarem na mais-valia do fetiche abstrato do dinheiro falso, como é o imposto na atualidade pelo neoliberalismo, que contamina todo o sistema político brasileiro, transformando o regime democrático em uma farsa, se fundamentaria no ente físico que movimenta e transforma o mundo, e que reforça, de maneira substantiva, os conceitos básicos do trabalho, em versão revigorada.

No caso do uso extensivo da biomassa, a energia que ela representa, além de limpa, é uma fonte permanente para construir um futuro consistente para a humanidade.

A alienação energética é profunda no meio dos partidos políticos e o trabalho não tem sido a fundamentação de suas ações, o que explica a deterioração conceitual e política analisada neste livro.

X – OS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, A MÍDIA E O PROJETO NACIONAL

A questão que mais preocupa na atual situação brasileira é a tremenda influência que a mídia exerce sobre o processo eleitoral. Com a sistemática que ela estabelece, nenhuma possibilidade existe de discussão de um projeto nacional, mesmo que seja apenas em largos traços e em seus principais aspectos. A dinâmica midiática existe precisamente para impedir que isso seja possível.

Sem entrar no mérito comparativo, que não é o objetivo deste ensaio, recordemos que os dois Fernandos foram eleitos pela via midiática. Eles jamais discutiram nada sério que tivesse a ver com um Projeto para construir um futuro consistente para o povo brasileiro. Ademais, suas mensagens nada tinham a ver com o que iriam realizar depois. Na realidade, realizaram o oposto do que prometeram. Cada um usou sua própria estratégia, mas elas tinham algo em comum, além de servirem a interesses antinacionais: elas são fruto da mistifi-

cação do processo midiático. Para governar, porém, eles se apoiaram em poderosas forças organizadas, de controle externo ao país. Os pontos principais que destacaram em suas respectivas campanhas não passaram de bisonhas colocações: a questão dos "marajás", no caso do Collor, e o destaque para os "cinco dedos da mão", como símbolo de enfoque social, jamais cumprido, no caso de FHC.

É impossível separar, na compreensão da política brasileira, o sistema financeiro de controle externo do suporte audiovisual da mídia, mesmo no horário eleitoral gratuito: é o poder videofinanceiro que nos subjugava.

XI - DESCOLONIZAÇÃO ENERGÉTICA

O físico J.W. Bautista Vidal foi capaz de se descolonizar ao aprofundar no campo político a questão energética mundial: a energia é espírito. Foi Oswald, um dos precursores da termodinâmica, quem primeiro disse isso. E o espírito, como gostava de repetir Luís da Câmara Cascudo, sopra na direção que se deseja. E, como dizia Hegel: "A essência, a substância do espírito, é a liberdade".

Contou-me J.W. Bautista Vidal que, ao terminar o curso de engenharia como aluno premiado na antiga Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, estava convencido de que o Brasil era um país inviável porque não tinha reservas de carvão mineral de boa qualidade, nem petróleo em grande quantidade. Todos os países que "deram certo" louvaram-se nesse tipo de fontes energéticas fósseis. Ele levou vinte anos para entender como estava equivocado. Seus professores, de cabeças colonizadas, eram também vítimas da mentalidade colonial ainda hoje predominante.

Como experiente professor de termodinâmica, ele está convicto de que infelizes são aqueles países que dependem do carvão mineral, tão desastroso do ponto de vista ambiental e impossibilitado de continuar seu devastador trajeto mundial, mas que, no passado, construiu o poderio do Império Britânico e ajudou a construir o poder dos EUA.

Em contrapartida, o imenso, permanente e limpo potencial energético da biomassa tropical confere ao continente brasileiro o privilégio de região do planeta que reúne as melhores condições para a construção de consistente civilização do futuro. Nossa fonte primária de energia, imensa e permanente, é o Sol, o reator a fusão nuclear dos trópicos!

Não tem sido fácil a inserção de J.W. Bautista Vidal no chamado campo da esquerda. A começar por sua contundente crítica ao antinacionalismo do PT: "Lula, como FHC, são membros do Diálogo Interamericano, o braço latino-americano da Trilateral e do neoliberalismo". Candidato à presidência do Brasil na eleição de 1989, a assessoria do PT levou Lula a falar no Council of the Americas, no Waldorf Astoria Hotel, em Nova York. Uma malvadeza que fizeram com ele, repetida em 1992.

Quando perguntado então sobre sua posição como presidente da República em relação à região amazônica, respondeu: "A Amazônia não me preocupa, ela já não é nossa".

No que concerne a Leonel Brizola, embora enfatize seu passado nacionalista, "elo histórico e seguidor legítimo de Getúlio Vargas", estima J.W. Bautista Vidal que ele se perdeu ao deixar sua gente e sua sólida base no Rio Grande do Sul. Dissolveu-se no Rio de Janeiro, o segundo principal centro do capitalismo financeiro internacional do país. Um de seus principais "filhotes", o ex-prefeito do Rio, pretendeu transformar a cidade em uma das cidadelas do capitalismo financeiro internacional. Ao dar mais importância à questão eleitoral, perdeu sua enorme força para empolgar a nação com um projeto nacional, que daria continuidade à era Getúlio, a única até aqui consistente com um Brasil soberano.

Para J.W. Bautista Vidal, qualquer projeto para o Brasil tem de se fundamentar em três pilares: a questão energética da biomassa, o pleno emprego e a soberania nacional, que naturalmente precede as duas primeiras, que dela dependem.

É fútil retórica falar em poder sem se referir à questão energética, pois esta abala os alicerces das atuais potências hegemônicas e fundamenta o poder que sempre mobilizou a evolução das civilizações.

Sem equacionar decididamente essas questões, não há

possibilidade de mudanças substantivas na estrutura de poder, pois as adjetivas de nada adiantam. Sem isso, o Brasil continuará atuando como uma colônia, sem soberania, sem possibilidade de conduzir seu próprio destino: uma nave à deriva!

Também, sem pleno emprego não se pode pensar em dar condições de vida digna ao nosso povo e faltará o apoio da população – de toda a população – para as grandes mudanças de que o país está necessitando: faltaria o poder nacional legítimo.

As questões essenciais, as questões-fins, como soberania, pleno emprego, adequada e justa distribuição familiar e regional de renda, ênfase no mercado interno, sistema financeiro independente com moeda verdadeira e forte, modelo energético e tecnológico autônomo e a felicidade e alegria de viver de nossa gente, são decorrência direta desse poder nacional.

É pela visão abrangente e crucial da energia e pela inconsistência das teorias econômicas que J.W. Bautista Vidal coloca a chamada esquerda contra a parede. Ela tem demonstrado desconhecer os fundamentos do poder mundial e, por isso, termina servindo ao inimigo, além de raciocinar sempre com o aparato conceitual viciado da chamada economia capitalista, na forma que vem tomando nos últimos tempos, fetichizada na moeda de referência internacional. Fica desse modo incapaz de perceber como atuar, com competência e com poder de barganha, no cenário contemporâneo. Ignora assim o grande instrumento de poder competitivo que representa ser uma nação continental na privilegiada localização tropical.

E, dessa maneira, amofina-se, perde a garra para firmar a soberania e aceita o colonialismo imposto pelas nações hegemônicas. Por esse caminho inconsistente, o povo perde a auto-estima, o que facilita a sua destruição.

Chega-se então à questão essencial da política brasileira atual: a necessidade de forte liderança compromissada com o povo, com a nação. Para que seja legítima, precisa conhecer em profundidade a imensa potencialidade da exuberante natureza tropical, única capaz de criar condições para superar a trágica situação atual imposta por nações que atuam com prepotência subjugadora, ainda hegemônicas, mas que afundam em processo de acentuada decadência. Isso decorre da

insuperável crise dos combustíveis fósseis, origem do outrora esplendor e poder de que desfrutaram.

Não conhecer essa realidade é permanecer fora do seu espaço e do seu tempo: é permanecer vítima do jugo colonial.

Brasil, o País do Futuro, já reconheceu, com vislumbre de gênio, o escritor austríaco Stefan Zweig desde o esplêndido observatório de Petrópolis. Foi ele quem propôs a clorofila como antídoto da depressão mundial. Não nos esqueçamos de que *País do Futuro* foi escrito sob a égide da era getuliana.

Na literatura, a percepção do poder da biomassa é o inconsciente estético do nacionalismo. *Vaqueiros e Cantadores* (1939), de Luís da Câmara Cascudo, precede *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), filme que foi anunciado pela música de Villa-Lobos, *Hino ao Sol*, para os "pracinhas" da Segunda Guerra Mundial: "O sol é do povo!"

J.W. Bautista Vidal retoma, na práxis concreta do combustível e na concepção geopolítica dos trópicos, a melhor tradição de Euclides da Cunha e de Gilberto Freyre, acusando a alienada e esquizofrênica inteligência nacional, cujo crime imperdoável é ignorar a penúria energética do primeiro mundo e, a partir daí, não perceber o que a determinação histórica oferece aos trópicos como singular e milagrosa oportunidade de poder e de amor, jamais usufruído por nenhum povo.

Em princípio, é válido o raciocínio de que um cientista genial pode pisar na bola em termos políticos; mas a existência ou não do erro político requer a discussão crítica de suas idéias, o que jamais aconteceu em relação aos livros de J.W. Bautista Vidal. Impressionante a mudez envergonhada dos economistas – de Celso Furtado a Maria da Conceição Tavares e de todos aqueles ligados à escola da Cepal. Os da escola de Chicago não merecem ser citados, embora nessas questões compartilhem as mesmas teses cepalinas.

J.W. Bautista Vidal demonstrou à farta que o frívolo raciocínio de uma falsa economia política não presta para descolonizar a nação. Nestes últimos trinta anos, ela não faz a crítica ao dinheiro, tampouco chega a perceber a crucial importância do tópico energia, além de bloquear a via do desenvolvimento por um modelo de crescimento financeiro dependente de tecnologia externa. A economia política tem suportado,

como se fosse uma ciência, o modelo suicida que leva o Brasil à condição de colônia. Lembremos nessa linha de raciocínio o que diz o profeta Amós, mais ou menos quinhentos anos antes de Cristo: "Vós que impedis o progresso dos miseráveis..."

O físico J.W. Bautista Vidal se insurge contra a síndrome ideológica do "papel pintado" em todos os âmbitos da vida econômica e cultural do país.

A revolução epistemológica do Proálcool foi ter mostrado que a energia alternativa ao petróleo é criadora de tecnologia *made in* Brasil. Como consequência, não se sustenta o argumento falacioso de que nosso país é pródigo em recursos naturais energéticos, mas carece de tecnologia estrangeira para explorá-los, "justificando" a necessidade da dependência tecnológica externa.

É mister também banir o equívoco de considerar que da democratização da propriedade resultaria automaticamente uma política energética adequada à realidade dos trópicos, usando como argumento o fato de o Proálcool não ter alterado a estrutura latifundiária dos produtores de cana-de-açúcar. São questões distintas que devem ter tratamentos específicos, para não ficar ainda mais confusa nossa triste realidade política.

O que realmente importa é: o potencial energético das terras tropicais cria condições para uma revisão profunda da propriedade. Julgamos hoje mais importante, no entanto, refletir sobre a gestação no Brasil do capitalismo videofinanceiro, que nos transforma em país sem soberania, ou seja, sem condições de conduzir nosso próprio destino. Há assim uma questão preliminar a resolver: sem soberania, nada é possível.

O marco da consolidação do capitalismo financeiro se dá com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1944. Embora a Motion Pictures se instale com o governo de JK, foi somente depois do regime militar que o vídeo se acoplou ao financeiro, de comando externo. Essa simbiose estrutural determina os rumos eleitorais da sociedade brasileira.

No livro *O Príncipe da Moeda* utilizamos a categoria sociomística para conjecturar sobre o destino ateu e laico de FHC em 1998. Ao que tudo indica, ele não terá o apoio da Igreja Católica.

THE
JOURNAL
OF
THE
ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE
OF GREAT BRITAIN AND IRELAND
VOLUME 18
PART 1
1888

CONTENTS
PAGES
The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.
The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.
The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.

The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.
The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.
The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.

The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.
The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.
The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.

The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.
The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.
The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.

The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.
The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.
The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.

The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.
The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.
The Human Skeleton in the Cave of Vindija, Croatia, by
Prof. G. Hensley, F.R.S., and Mr. J. H. R. Murray, F.R.S.

SEGUNDA PARTE

STUDY PAGE

Capítulo VIII

Entrevista I*

ESQUIZOFRENIA FINANCEIRA

Repórter – Professor, na sua opinião, quem no Brasil de hoje poderia desempenhar um papel de inconfidente e assumir a direção do país? Itamar Franco? Paulo Maluf? O próprio FHC? Ciro Gomes, Leonel Brizola ou quem?

Professor Bautista Vidal – Toda essa gente está comprometida com o sistema, até pela rotina do que é chamado entre nós prática política. Muito menos Brizola, embora seu partido pouco se diferencie dos demais. As lideranças e o nacionalismo têm de ser vistos por outros ângulos, por outro prisma. O maior estadista brasileiro foi Getúlio Vargas, que veio no bojo de uma revolução que promoveu a mudança do regime e nos retirou da República Velha. Vargas fixou as bases do processo de industrialização. Hoje estão destruindo o que foi construído nos últimos sessenta anos, estamos voltando à República Velha...

As décadas de 20 e 30 foram as mais criativas da nossa história, nelas se fraguaram os alicerces de um projeto nacional. Foram implantadas as primeiras universidades. Surgiram: o primeiro instituto de tecnologia da América Ibérica, o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), com o nome sintomático de Estação Experimental de Combustíveis e Minérios; a primeira federação de indústrias; a legislação trabalhista que existe até hoje e que FHC quer destruir. Tudo ocorreu em clima de efervescência política e participação popular, com fundadas esperanças no futuro. Tivemos a Semana de Arte Moderna, de afirmação da cultura nacional, o ensino secundário públi-

*Entrevista ao jornal *Fogo Cerrado*, em fevereiro de 1997.

co era de excelente qualidade, superior ao ensino privado. Os conflitos emergiam para serem solucionados; eles ocorreram com a Coluna Prestes, a Revolta dos 18 do Forte, a Revolução de 1930, a fracassada Revolução Paulista de 1932 e a ditadura de Vargas. Estava sendo preparado o grande salto do Brasil para o futuro, que Fernando Henrique faz retroceder.

Os reais vencedores da Segunda Guerra Mundial, os EUA, impuseram aos demais o Tratado de Bretton Woods e, uma década mais tarde, sendo presidente Juscelino Kubitschek, o modelo de crescimento econômico dependente, neste caso teorizado pela Cepal sobre o que já estava posto.

Nessa linha, Juscelino entregou às corporações transnacionais nosso mercado interno, quebrando a espinha dorsal do projeto nacional. Por isso, a retomada dos compromissos originais desse projeto é de extrema oportunidade. Lembremos que ele não está sendo substituído por outro mais atualizado, simplesmente está sendo eliminado por nada. Sem ele, caminhamos para o esfacelamento do Estado e o desmembramento do território. Há quem fale em seis repúblicas, formando a América portuguesa.

Dos políticos citados, apenas Brizola merece consideração, os outros repetem aspectos dos dois Fernandos. Mesmo ele, entretanto, perdeu seu momento e não dispõe de projeto para empolgar a nação.

Quem quer que venha orientar nosso povo, necessita emergir de movimento que implique a mudança profunda das circunstâncias apodrecidas que nos levam ao desastre. Elas são hoje mais graves do que as que provocaram a Revolução de 1930. Então, não havia a alienação provocada pela mídia e o mundo hegemônico não estava na situação de desespero em que se encontra. Tomados pela insensatez, querem se apoderar de nossos patrimônios estratégicos pela agressão financeira ou pela corrupção de nativos sem caráter. Então, procurava-se sair do marasmo e iniciar a industrialização, hoje caminhamos para a destruição do Estado nacional e a perda do que nos resta de soberania. Somente um forte movimento de afirmação nacional poderá salvar-nos. Por isso, é essencial o espírito inconfidente.

Barbosa Lima Sobrinho define isso com clareza: só há

hoje dois partidos políticos no Brasil, "o de Tiradentes e o de Joaquim Silvério dos Reis". E, à medida que o desastre se aproxima, fica mais nítido quem luta e se sacrifica pela coletividade e os que agem como traidores, carreiristas e oportunistas. Há lobos vestindo pele de cordeiro e outros que já tiraram a máscara. O momento é de definição!

Repórter – O senhor acha possível salvar o Brasil pela via democrática?

Professor Bautista Vidal – Temos primeiro de deixar claro o que entendemos por processo democrático, afinal é uma aspiração de todos. Certamente não o estamos vivendo. O que temos é um sistema enganoso, uma farsa. Na realidade, uma ditadura financeira de dinheiro falso, que desmonta nossa capacidade de produzir e de competir, transformando os indivíduos em insaciáveis consumidores e o país em simples mercado, o que significa a destruição da nação brasileira.

Sem soberania não há controle da estrutura produtiva e sem projeto nacional viramos nave à deriva, nave de insensatos. Nossa base cultural e civilizatória sucumbe a essa mixórdia do consumo desenfreado, cujo subproduto é o aumento da miséria para a maioria; os excluídos, essa monstruosa concepção do homem que o neoliberalismo inventou.

Nem Estado de direito temos! O Legislativo restringe-se a "aprovar" medidas provisórias de ação mais ampla e arbitrária do que os decretos-lei da fase autoritária. Ninguém mais, entre os poderosos, respeita as leis. A impunidade é escandalosa e generalizada. O primeiro a mutilar a Constituição é quem jurou solenemente cumpri-la.

Os meios de comunicação comportam-se servilmente ante os interesses mercantis externos, sem compromisso com a verdade nem com a nação.

As políticas governamentais resultam de "enlatados" como as contidas no "Consenso de Washington". Assim, a desagregação do Estado e o esfacelamento da nação são metas de governo, que descumpre deveres constitucionais e leva o país à condição de colônia.

Tudo sob suposto regime democrático. Seremos incapazes de conduzir nosso destino? Evidentemente que não. Esse regime não nos serve. Persistir nele, com essas conseqüências, é

intolerável, prova de masoquismo ou de algo pior. Sua aceitação passiva nos transforma em irresponsáveis ante nossos descendentes.

Repórter – Professor, então o senhor está querendo afirmar que nos dias atuais estão querendo entregar tudo ao capital financeiro internacional?

Professor Bautista Vidal – O sistema financeiro internacional é regido pelo arbítrio de uns poucos que emitem moeda de referência sem lastro, contrariando o decidido em Bretton Woods, que exigia a paridade do dólar ao ouro. Quando em 1971 De Gaulle exigiu o ouro correspondente às reservas em dólares do governo francês, não foi atendido. Ficou demonstrado o arbítrio. Com esse arbítrio, a moeda de referência internacional penetra em todas as partes como se fosse símbolo de riqueza. Desse modo elimina a possibilidade de as outras moedas poderem competir, quaisquer que sejam as vantagens comparativas dos fatores concretos de produção dos demais países. Nesses termos, a globalização significa a ruína dos países que não pertencem ao clube dos hegemônicos, que terminam sem moedas nacionais, como Argentina, México, Brasil, Indonésia e tantos outros.

No caso do Brasil, a verdadeira moeda é o dólar pela equiparação do real ao dólar, via taxa de câmbio artificial. Por esse processo, os controladores da moeda de referência internacional terminam apoderando-se dos patrimônios dos povos, a troco de nada.

Vive-se, então, uma realidade esquizofrênica em que moeda abstrata e falsa predomina sobre os valores concretos do mundo físico, sobre os patrimônios estratégicos naturais que sustentam todas as atividades humanas.

Repórter – Professor, e a questão energética que o senhor tanto conhece, como fica nesse processo de dominação?

Professor Bautista Vidal – A energia é um ente físico crucial para a produção e o poder. Sem ela, não são possíveis as transformações que fundamentam a produção, o poder e a vida. Ela define a capacidade para produzir trabalho. A vida dela depende na origem e na preservação. A variação entrópica da energia nos organismos vivos leva-os à morte.

As nações hoje hegemônicas são sustentadas por formas

fósseis de energia cujo uso têm de reduzir drasticamente por questões ambientais (carvão mineral, por exemplo) ou cujas reservas estão em processo de extinção (petróleo). Isso coloca as extensas regiões intertropicais do planeta com abundância de água na privilegiada situação de serem as únicas capazes de resolver a crise dos combustíveis fósseis em seus próprios territórios. Tal não é possível aos países que se localizam nas regiões temperadas e frias do planeta, como são todos os atualmente hegemônicos, que correm o risco de deixar de sê-lo.

O Brasil é a nação continental dos trópicos, razão que fundamenta estratégias e políticas das atuais potências e de suas grandes corporações, no sentido de procurarem dominar nossos patrimônios naturais, especialmente os energéticos e minerais, bem como as empresas de economia mista diretamente vinculadas à sua guarda.

Repórter – E a questão tecnológica, professor? O senhor foi o primeiro secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Brasil. E foi por três vezes secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio. Os economistas dizem que o importante é a tecnologia, os recursos naturais estratégicos não contam, por mais escassos que sejam. O senhor concorda com isso?

Professor Bautista Vidal – Garantido o suprimento de energia, neste caso, de natureza renovável, e dos demais recursos naturais estratégicos, cada vez mais escassos no mundo, a questão mais importante é a tecnológica. Ela é que permite usar a energia na transformação dos recursos naturais em bens e serviços, que constituem a riqueza das nações. Ou seja, é a tecnologia que permite o uso da energia, que sempre provém da natureza, para transformar, por exemplo, rochas ricas em metais em pontes, trens, computadores, turbinas, siderúrgicas ou aviões. Sem energia, porém, nada feito, a rocha fica como está na natureza, não adianta a mais sofisticada tecnologia. O Japão, em muitos aspectos a maior potência tecnológica atual, pára em poucos meses se faltar petróleo ou o suprimento de minérios e metais de que carece de modo absoluto. Também, sem os conhecimentos tecnológicos que permitem o uso adequado da energia nessas transformações, pouco se consegue.

Há, porém, uma distinção crucial entre a energia e de-

mais recursos naturais estratégicos e o processo tecnológico. Aqueles, absolutamente essenciais para produzir bens e serviços de que o homem necessita para viver, estão distribuídos de modo desigual no planeta, o que resulta em uma valorização extrema dos territórios nacionais onde se localizam os recursos. Não há como superar essa dependência natural, salvo pela dominação de umas nações sobre outras, econômica, financeira, cultural ou política. É precisamente pela artificial subjugação financeira que as nações hegemônicas desqualificam os imensos patrimônios naturais do Brasil. Na atual política governamental, esses patrimônios estratégicos estão sendo transferidos gratuitamente para grupos vinculadas aos chamados países centrais, sob a forma de concessões ou pelo processo chamado de privatização.

No caso dos minérios, a "concessão" no Brasil é definida pelo Código de Minas, mantendo *pro forma*, a propriedade das reservas minerais com a União. Essa concessão, porém, é feita por tempo indeterminado, ao contrário das legislações de outros países que defendem com legitimidade seus interesses, como Canadá, Austrália, entre outros. Não existe, no caso brasileiro, nenhum exemplo de concessionário que, por descumprimento das regras da concessão, tivesse revertido o objeto da "concessão" para a União.

É comum representantes de corporações estrangeiras afirmarem que as concessões que receberam de graça da União, às vezes abrangendo extensões territoriais de verdadeiros países, são suas propriedades definitivas. Uma evidência desse fato ocorre quando o controle dessas "concessões" é transferido para outra corporação. Nesse caso, o patrimônio mineral envolvido é vendido por verdadeiras fortunas. São conhecidas as transações entre corporações relacionadas com as jazidas de bauxita do Estado do Pará, objetivando a produção de alumina e alumínio por membros do cartel mundial do alumínio.

Os casos são inúmeros, aqui e em todo o mundo. Recentemente, no Canadá, uma única jazida de níquel, com produção prevista apenas para o início do próximo século, foi vendida por 4,7 bilhões de dólares, muito mais do que o preço pelo qual foi vendida a Vale do Rio Doce, que detém milhares de jazidas e minas produzindo.

Na realidade, nesse caso houve, na prática, doação de gigantescos patrimônios minerais. Foram transferidos para os felizardos "compradores", de graça, sob o argumento de que o que conta é o fluxo de caixa da empresa. Todos os patrimônios que não serão comercializados imediatamente foram "avaliados", simplesmente, por valor zero. Pobres gerações futuras de brasileiros, viverão de quê? Viverão certamente na miséria, posto que os patrimônios essenciais da nação foram doados anteriormente a grupos externos, alguns até de desconhecida origem. Pergunto: onde ficam os direitos dos acionistas minoritários da CVRD? E onde ficam os direitos da União, ou seja, do povo brasileiro, desta e das futuras gerações?

Nessas transferências gratuitas está a totalidade dos minérios de manganês do país; o que sobrou das reservas de minério de ferro (embora gigantescas) que estavam ainda em mãos brasileiras; as jazidas de ouro já descobertas e ainda não avaliadas; minas e jazidas de titânio, de cobre, de níquel, de nióbio, de prata, de potássio, de caulim etc. Há especialistas que consideram que a última jazida de ouro descoberta pela Vale, associada a cobre, cujas dimensões ainda não foram medidas com precisão, corresponde a mais de 1.000 toneladas de ouro, que é uma quantidade maior do que foi extraído do subsolo brasileiro e mandado para o exterior no período colonial e no Império. Na África do Sul, duas corporações transnacionais já extraíram de suas ricas minas de ouro valores da ordem de 400 bilhões de dólares, sem nada deixarem para o país, salvo buracos, miséria e morte.

Na realidade, nosso Código de Minas, típico de uma colônia, doa para exploração por corporações estrangeiras ricos patrimônios estratégicos minerais por meio de "concessões" até sua exaustão. O manganês do Amapá foi todo transferido para a Pensilvânia e nosso quartzo de primeira qualidade, base da eletrônica contemporânea, está sendo transferido para as potências industriais, praticamente de graça. Os tecnocratas governamentais desconhecem ou fazem que desconhecem esses fatos, não somente por incompetência mas por má-fé. Dizem cinicamente que isso resulta das "regras do mercado", adrede montadas pelos oligopólios estrangeiros.

Esses patrimônios envolvem recursos limitados e insubs-

tituíveis, sem os quais é impossível produzir bens e serviços indispensáveis a uma sociedade industrial contemporânea. Não se constroem essas sociedades com "cuspe", ou com "papel pintado", sem valor simbólico verdadeiro, ou valor intrínseco. A esses preciosos produtos naturais é dada a ridícula conotação de "produtos sem valor regulado" pelo mercado, que somente tem lógica na cabeça desses irresponsáveis.

Para verificar essa realidade, bastaria restringir sua exportação, como fizemos com as exportações de quartzo em 1976, com Severo Gomes. Em dois meses, seu valor de "mercado" tinha multiplicado por vinte. O objetivo era produzir no Brasil, para exportação, o bem intermediário dele decorrente, o quartzo fundido, nesse caso por um preço 160 vezes maior ou, ainda, em alguns casos, o componente eletrônico final, por um preço 10.000 vezes maior. Com que direito esses tecnocratas podem fazer essas doações, sem serem penalmente responsabilizados? Agem como se tivessem o direito de doar o que não lhes pertence.

Economistas, ignorantes nessas questões, afirmam que o que vale é a tecnologia. As matérias-primas e os materiais em geral, mesmo sendo escassos e estratégicos, como quartzo, nióbio e tantos outros, sobre os quais o Brasil goza de posição excepcional, nada valem.

O que é tecnologia, afinal? É aquilo que permite usar a energia na transformação desses materiais em bens e serviços. Como a tecnologia pode ser o mais importante, se os materiais básicos não estão disponíveis? Isso é dito por aqueles que não entendem o processo produtivo e, principalmente, o que é um pacote tecnológico. A própria designação de tecnologia, como se fosse um único ente, é falsa. A tecnologia é uma equação que envolve centenas de milhares e até milhões de processos e que decide sobre a forma de produção, sobre as opções de matérias-primas, obedecendo à valorização relativa dos fatores de produção, sobre as formas energéticas etc. Ou seja, adotar tecnologia externa é aceitar um "cavalo de Tróia" que traz consigo interesses, opções e políticas de outras regiões, países e corporações.

Assim, por ignorância dos tecnocratas acerca do que seja um pacote tecnológico, instalou-se no país um modelo de pro-

dução industrial suicida que não leva em conta as vantagens comparativas de nossos fatores de produção. A afirmação acerca da desvalorização dos recursos estratégicos ante os pacotes tecnológicos externos dá guarida ao mais escandaloso sistema colonial. Foram eles que implantaram no Brasil, desde a segunda metade dos anos 50, o modelo de crescimento econômico dependente, como se fosse uma vantagem. Trata-se, entretanto, de um equívoco histórico, que nos levou a essa vergonhosa situação que acabamos de descrever para o quarto, mas que se repete em todos os demais casos.

O desenvolvimento tecnológico é atividade intrínseca à produção industrial, depende, porém, de forma de organização própria, distinta daquela que cuida da produção de bens e serviços. Depende ademais da garantia de demanda que surge como decorrência do próprio desenvolvimento. Este é necessariamente autônomo, ou seja, nacional, pois, por intermédio dele, se fazem valer as vantagens comparativas dos fatores de produção locais; em caso contrário, não se dá o desenvolvimento e sim o oposto; trata-se de modelo de antidesenvolvimento.

O modelo de crescimento econômico brasileiro, quando existiu, é modelo, a longo prazo, suicida, pois reserva todo o mercado tecnológico do país para instituições estrangeiras. Ele define o brasileiro como um incapaz irremediável, a quem jamais se pode atribuir esse tipo de função, reservada a raças superiores. Uma suprema idiotice! Quando os garotões tecnocratas dizem que o modelo de substituição de importações está esgotado, estão dizendo uma mentira, pois a substituição da mais estratégica delas, a das importações de pacotes tecnológicos, mal tinha começado e foi truncada, a serviço de interesses antinacionais.

Nos casos em que o modelo dependente foi ignorado, os resultados a favor do país deram-lhe elevada capacidade competitiva, como são exemplos: o programa do álcool; a prospecção de petróleo em grandes profundidades marítimas; os aviões de pequeno e médio portes da Embraer; o desenvolvimento de técnicas de obtenção de nióbio puro e suas ligas; e tantos outros casos.

Definitivamente, o brasileiro não é uma raça inferior,

como querem os tecnocratas responsáveis pela implantação e manutenção do modelo suicida de crescimento econômico dependente, que é um modelo colonial, contrário ao desenvolvimento nacional. Não é por acaso que ocupa a presidência da República um teórico da dependência, que vem transformando essa teoria em prática... Quem não tem autonomia não pode negociar, nem competir e, a longo prazo, tem comprometida sua sobrevivência coletiva.

Repórter – Então, professor, essa questão do valor das matérias-primas não é fruto das forças do mercado, mas de imposições geopolíticas? E nossa dependência tecnológica resulta mais da natureza do modelo do que de nosso despreparo como povo, como falam os tecnocratas? E o chamado custo Brasil, como o senhor explica?

Professor Bautista Vidal – Está claro. Vendíamos o quartzo no período da Segunda Guerra Mundial, quando sua utilização se fazia apenas para o sistema de telégrafo, usando suas propriedades piezoelétricas, por 5 dólares o quilo. Sob pressão mecânica, o cristal de quartzo emite um pulso que se transforma em sinal telegráfico. Posteriormente surgiu, com a física do estado sólido, a tecnologia do silício, base dos circuitos integrados, microcircuitos, *chips* etc. Ou seja, a demanda cresceu vertiginosamente e a oferta, praticamente toda proveniente do Brasil, reduziu-se. O quartzo então teve seu preço reduzido ao extremo. Ou seja, os preços caíram 90% do que eram, apesar do enorme crescimento da demanda! Onde está a “lei” da oferta e da procura, de que tanto falam os economistas? É por acaso compreensível que, com a situação desesperadora em que se encontram os países hegemônicos na questão do petróleo, hoje controlado militarmente pelos EUA, seu preço “de mercado” seja inferior ao que era antes do embargo de 1973? E ainda existem falastrões, os únicos ouvidos pela mídia, que afirmam ser o petróleo uma *commodity*! Heibronner, conceituado economista norte-americano, considerava que nos EUA menos de 15% de seu mercado opera em regime de livre mercado.

Nessa situação, os grandes oligopólios mundiais, gigantes corporações transnacionais, supervalorizam o financeiro e desvalorizam ao extremo os fatores concretos dos patrimô-

nios físicos dos países não hegemônicos. Neste último caso estão os recursos minerais e os energéticos, cruciais às potências industriais, mas dos quais elas dependem por perigosas carências. Os preços de "mercado" do cobre e do chumbo, na metade da década dos 80, quando a economia estava superaquecida, eram inferiores aos preços em 1932, quando o mundo estava parado, devido à crise de 1929. Será que os economistas não enxergam essa realidade e ficam insistindo no erro, ao tempo em que nos conduzem ao desastre?

A primeira ação da tecnocracia quando se iniciou o processo neoliberal no Brasil, em 1979, foi desmontar a estrutura de produção tecnológica que vinha sendo montada desde 1922, fortemente ampliada no governo Geisel. Para isso desativaram centenas de projetos e programas, incluindo o que deu lugar ao programa de desenvolvimento tecnológico de fontes de energia renovável, cujo simulacro é hoje o que sobrou do programa do álcool. O mais importante centro de tecnologia de metais refratários, a Fundação de Tecnologia Industrial, montado pela STI em Lorena, São Paulo, foi destruído por ação governamental direta. A devastação chegou ao ponto de fecharem a Secretaria de Tecnologia Industrial, cabeça do sistema tecnológico nacional, e, mais tarde, o próprio Ministério da Indústria e do Comércio. O Conmetro, o Inmetro e o INPI, instituições nacionais encarregadas do controle metrológico, da concessões de marcas e patentes, da averbação de contratos de tecnologia externa e do estabelecimento de normas técnicas nacionais e das diretrizes sobre qualidade industrial, todos poderosos instrumentos legais de poder no campo tecnológico, foram transferidos para o Ministério da Justiça... O Instituto Nacional de Tecnologia e o Fundo de Amparo à Tecnologia foram transferidos para o anódino Ministério da Ciência e Tecnologia, que até hoje não disse a que veio. Desarticularam-se e esvaziaram-se mais de cem institutos tecnológicos ligados à estrutura produtiva, públicos e privados, alguns de peso mundial, além da cabeça do sistema, responsável pela política tecnológica, parte essencial da política industrial do país.

O processo foi devastador, e não deixou dúvidas acerca do que viria depois com a lei das patentes, a "privatização"

de empresas estratégicas, o desmonte do Estado e a destruição das leis trabalhistas, entre muitas outras ações definidas no "enlatado" "Consenso de Washington". Assim começou, em 1979, o processo de destruição dos instrumentos de controle e guarda do que é mais estratégico hoje no mundo: o poder tecnológico e a internacionalização dos imensos recursos naturais estratégicos, essenciais à produção e ao poder mundiais.

O conjunto de ações visando a destruição do Estado e das empresas de capital nacional, públicas e privadas, além do impedimento de uso de nossas vantagens comparativas, devido à dependência do modelo econômico, levou à ditadura da moeda falsa que nos domina. Esta, por meio de taxas de juros absurdas e de câmbio arbitrárias, sempre contra nós, aumenta de modo irracional os custos de produção da indústria nacional, tornando impossível competir.

Essa montagem dos *yuppies* é depois vituperada por eles mesmos contra os brasileiros, sob a designação depreciativa de "custo Brasil", o que foi fruto da indignidade de uma ação montada contra o Brasil e o seu povo...

Repórter – O senhor conhece o professor Mangabeira Unger?

Professor Bautista Vidal – Ele fez brilhante carreira acadêmica nos EUA, na Universidade de Harvard. É um importante teórico da área da "ciência" política, mas falta-lhe vivência da realidade brasileira no campo em que o Brasil tem situação incomparável – ricos patrimônios naturais estratégicos –, quando as nações hegemônicas dependem vitalmente desses recursos. Fiquei muito preocupado com a associação dele com Ciro Gomes, escrevendo juntos um livro sobre supostos problemas brasileiros. Não podia dar certo a junção de um brizolista com um tucano, são coisas incompatíveis no universo definido por Barbosa Lima Sobrinho: "O partido de Tiradentes não se confunde com o partido de Joaquim Silvério dos Reis".

Repórter – E Brizola, o senhor acha que o carioca gosta dele?

Professor Bautista Vidal – Gosta, sim. Mas o Rio de Janeiro não é o lugar para ele. Nunca deveria ter saído do Rio Grande do Sul, onde está sua gente. Lá ele seria sempre imba-

tível, se lá tivesse ficado. Brizola é o veículo histórico vivo da era Vargas e do trabalhismo brasileiro. No Rio Grande do Sul, ele teria mantido vivas e vigorosas essas duas bandeiras políticas essenciais ao futuro do Brasil. No Rio de Janeiro, tudo se dissolveu, uma pena! Acho, entretanto, que, voltando ao sul, ele ainda poderá ajudar muito ao Brasil, mas parece que isso não mais ocorrerá. Gostaria de estar equivocado.

Repórter – Mas, professor, essa ida de Brizola para o Rio de Janeiro não foi boa para o Estado do Rio, tendo Brizola o passado e o discurso nacionalista que tem?

Professor Bautista Vidal – Sem dúvida, foi bom para o Rio, aí estão os CIEPs e a Linha Vermelha, mas não foi bom nem para Brizola nem para o Brasil. O fundamental no fato político não é o acervo individual de idéias se elas estão desligadas de um processo maior de abordagem, de análise, e de condições de execução sobre o contexto nacional, como aconteceu com o presidente Vargas, que chegou ao poder levado por um movimento revolucionário, surgido de um ideário nacionalista e, não por acaso, tendo o povo do Rio Grande do Sul como ponto de partida e suporte indiscutível. Ele era um deles, isso é tudo! O que parecia impossível – derrubar o governo constituído – tornou-se simples, tendo o povo gaúcho como retaguarda. A marcha para o Rio de Janeiro que levou Vargas ao poder foi um passeio. Flores da Cunha terminou amarrando o cavalo no obelisco da Cinelândia. Isso, Brizola parece que não soube entender...

Repórter – E Lula?

Professor Bautista Vidal – Lula já ajudou nas eleições de dois Fernandos, será que vai ajudar, de novo, na reeleição do número 2? A cúpula do PT, com exceção de Hélio Bicudo, Maria da Conceição Tavares e poucos outros, se aproxima mais das idéias neoliberais do que das questões nacionais, procurando fazer de conta que elas não existem. Lula, como Fernando Henrique Cardoso, é membro do Diálogo Interamericano, o braço latino-americano da Trilateral e do neoliberalismo. Os dirigentes do PT sempre se recusaram, com exceção de Bicudo, a fazer parte da Frente Parlamentar Nacionalista. Quando candidato à presidência do Brasil na eleição de 1989, a assessoria levou Lula a falar no Council of América, em Nova York, em

jantar no Waldolf Astoria. Uma malvadeza que fizeram com ele! Então, quando perguntado sobre a questão amazônica, respondeu: "A Amazônia não me preocupa, ela já não é nossa". Líder sindical português, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Energia de Portugal, Antônio Cristóvão, em conferência proferida em novembro de 1996, em Madri, quando perguntado sobre Walesa, respondeu: "É o Lula da Polônia. Em outros tempos líder sindical excepcional, jogou tudo fora ao candidatar-se à presidência da Polônia. Ganhou mas não levou. Destruiu-se, destruiu a Polônia, entregando-a aos banqueiros internacionais, e destruiu o outrora vitorioso sindicalismo polonês". O jogo é muito pesado e precisamos de gente muito experimentada no traquejo com o poder. É uma malvadeza jogar Lula em mais essa aventura. É preciso reconhecer, os neoliberais são maquiavélicos! No PT, gosto de alguns líderes gaúchos e tenho bons amigos dos quais discordo em alguns aspectos mas os respeito. Gosto das bases do PT e desprezo a *nomenklatura*. Infelizmente, como toda *nomenklatura*, detém o poder do partido.

Repórter – Professor, fale um pouco sobre o pós-guerra, sobre a ascensão dos EUA como superpotência e seus reflexos sobre o progresso das nações e sobre a economia mundial.

Professor Bautista Vidal – Sem dúvida, os EUA foram os grandes vencedores da última guerra mundial. Não tiveram seu território ocupado por forças inimigas, nem foram submetidos a implacáveis bombardeios. Implantaram, porém, o que viria a representar o domínio mundial, tendo como suporte um sistema financeiro como jamais fora imaginado por outro país. Nem mesmo Hitler e seus generais sonharam sistema de dominação tão implacável. A partir daí, o mundo virou brinquedo nas mãos dos banqueiros americanos. Somente com De Gaulle ficou claro o que havia sido montado em Bretton Woods, levando o mundo a subordinar a isso suas expectativas de futuro. Os norte-americanos passaram a ter, pela via monetária, o controle de todas as riquezas do planeta ao emitirem, em regime de monopólio, a moeda de referência internacional. Ao não mais se subordinar à paridade com o ouro, como exigia Bretton Woods, estabeleceu-se o arbítrio da emissão do dólar.

Para um volume de troca de bens e serviços mundiais de 3,7 trilhões de dólares e um produto mundial bruto de 20 trilhões de dólares em 1994, circulavam internacionalmente entre 40 e 100 trilhões de dólares, descontadas as repetições. Essa quantidade descomunal de moeda, em grande parte especulativa e de origem suspeita, nada tem a ver com o capital financeiro produtivo, símbolo da verdadeira riqueza.

Desse modo, criou-se uma massa de falsos símbolos, que se reproduzem por si mesmos, sem passar pela produção concreta de riquezas. Ou seja, a economia financeira mundial é hoje um sistema esquizofrênico, que nada tem a ver com riqueza concreta, com patrimônios estratégicos dos quais depende a produção de riqueza. E, ainda mais, como a moeda de referência continua representando todas as riquezas, ela termina lhes retirando o valor intrínseco, levando os povos que detêm esses patrimônios estratégicos à ruína. Para isso, os tecnocratas das finanças dominam os governos periféricos com mãos de ferro, sempre protegidos por governantes servís, eleitos com esta condicionante e reiteradamente reeleitos, como Menem, Fujimori, Yeltsin e, agora, Fernando Henrique Cardoso, o que é uma prova de que executa o serviço conforme as instruções que recebeu. Basta compará-las com as ações impostas a outros países subjugados, para verificar que são as mesmas.

As "privatizações" de nossas empresas básicas e estratégicas arrastam consigo grandes patrimônios naturais de cuja transformação em bens e serviços elas podem também ser instrumento. São exemplos a Petrobrás, Eletrobrás, Usiminas e Vale do Rio Doce. Também outras que não detêm patrimônios naturais, mas são igualmente estratégicas como a Embratel, Embraer e Telebrás. Quanto ao patrimônio genético do continente tropical brasileiro, que representa mais de 80% do total do planeta, foi simbolicamente doado pelo Congresso Nacional a corporações transnacionais por meio da chamada lei de patentes, com características penais draconianas para todo nacional que se atreva a contrariá-la. Isso ocorre enquanto a situação das nações hegemônicas é desesperadora quanto à disponibilidade de recursos naturais essenciais, não somente na área energética como na mineral, nela incluída o uso da água.

Ou seja, quando se abre excepcional perspectiva histórica de o mundo hegemônico necessitar vitalmente desses potenciais, os dirigentes brasileiros, servís e incompetentes, nem sabem o que está ocorrendo. Entregam tudo a troco de nada. Comprometem de modo irremediável o futuro de nossos filhos e da nação. É surpreendente que nas campanhas eleitorais esses pontos não sejam tocados por ninguém. É para desconfiar! Por incompetência? Certamente, mas incompetência dolosa. Quem não tem competência não se estabelece, diz a sabedoria popular. Em vez de serem julgados por esses seus crimes, são eleitos e levam a nação à inviabilidade.

Repórter – E a nova moeda, o real, o que o senhor tem a dizer? Parece que está aumentando o poder aquisitivo do povo. É verdade?

Professor Bautista Vidal – É puro engodo! É mais um jogo de aparências. Na realidade, não temos mais moeda. A moeda em uso no Brasil é o dólar, pela ancoragem artificial que os tecnocratas fizeram por meio de taxa de câmbio forjada para isso. Desse modo arruinaram nossa balança comercial, que era a terceira mais superavitária e a transformaram em altamente deficitária. No ano de 1998, salvo manipulações dos donos do poder financeiro internacional para reeleger FHC, poderá haver o estouro em dimensões análogas às que destruíram a economia do México. A consequência para aquele país foi a entrega aos norte-americanos do controle das exportações de sua maior riqueza, o petróleo. Esse petróleo seria capaz de transformar o México em rico e poderoso país. Ele hoje está destruído, com seu povo na miséria. Salinas de Gortari, principal tecnocrata desse desastre, preferiu fazer seu sucessor em vez de reeleger-se, que detinha, poucos dias antes da *débâcle*, 78% das preferências populares, fruto do domínio monolítico da mídia. O primeiro candidato a substituí-lo foi assassinado em condições até hoje não esclarecidas.

De Gortari, antes da *débâcle*, era o candidato dos EUA à direção da recém-criada Organização Mundial de Comércio. Hoje é um foragido do país que desgovernou, respondendo, como vários familiares seus, a processos criminais. Cinicamente, trabalha em Wall Street...

Como o poder aquisitivo do povo pode estar aumentando

do, se a agricultura está arruinada, a empresa industrial de capital nacional está desaparecendo, o desemprego é assustador e apareceram 50 milhões de excluídos, quase 30% da população? Enquanto isso, os patrimônios estratégicos estão sendo transferidos para suspeitos grupos internacionais, verdadeiras máfias, que atuam na ex-União Soviética, no México, na Indonésia, na Argentina e no Brasil, principalmente. O que adianta ao assalariado de baixa renda ter a impressão de que seu poder aquisitivo está aumentando, se sua perspectiva é ficar desempregado e perder todos os direitos que os trabalhadores conquistaram nos últimos cinquenta anos? O fim da era Vargas também significa acabar com a legislação trabalhista que deu ao Brasil uma aparência de século XX, saindo do vergonhoso sistema de semi-escravidão do trabalhador no século XIX, típico do mercantilismo colonial inglês. Prevê-se, segundo instruções vindas de fora, que até 2005 apenas 10% dos trabalhadores terão carteiras assinadas. É a modernidade!

Na realidade, o Real é uma fantasmagoria resultante de sistema esquizofrênico, montado contra os brasileiros. Ele representa uma armadilha que nos leva inexoravelmente para o desastre, pela via da ditadura financeira de moeda falsa, sobre cuja gestão o governo brasileiro apenas recebe ordens externas. Nenhuma política própria é autorizada, vindo as ordens diretamente para os agentes desse sistema internacional localizados no Banco Central e Ministério da Fazenda. Na realidade, essa é a sede do verdadeiro governo proconsular de FHC. Ele faz apenas o serviço de relações públicas, como Menem na Argentina.

Uma das regras impostas pelo sistema financeiro internacional, aparentemente positiva, é a da estabilização monetária. Qual a vantagem em estabilizar algo que está destruindo as bases econômicas da sociedade? Assemelha-se à estabilidade da morte. Nada mais estável! Ademais, como se pode estabilizar algo que não se controla? Essa estabilidade que está sendo aplicada em oitenta países já levou à ruína o México e a Indonésia, para citar apenas os que tiveram maior destaque na imprensa internacional. (*A Indonésia, em maio de 1998, quando estas páginas foram revistas, está à beira da guerra civil!*) Os impostores do Real não conseguem debater cinco minutos com

peças que se encontram no mundo das coisas concretas, ou seja, que se relacionem com uma realidade econômica séria e não com a esbórnia de uma especulação monetária desenfreada. Nesse sistema esquizofrênico, quem produz é levado à ruína, ficando todos os benefícios com os membros da máfia financeira. Seus agentes, detendo as rédeas do poder, fogem aterrorizados do debate que não conseguem sustentar, impondo monolítico controle "orwelliano" (lembramos George Orwell do livro 1984) da mídia, servil e mercantil, descompromissada com o país.

Repórter – Concreto, então, professor, é sinônimo de energia?

Professor Bautista Vidal – É sinônimo de energia, de tecnologia, de terra, de água, de minérios estratégicos, de biodiversidade, de trabalho, de inteligência com ética e de um continente nos trópicos que os ibéricos nos presentearam e nossos ancestrais souberam preservar por quinhentos anos e que nós temos o dever sagrado, até com o sacrifício da própria vida, de transferir, melhorado, para nossos descendentes. Se os dirigentes atuais não correspondem a esses propósitos, nada mais natural que seu afastamento do poder, pelos caminhos que a história ensina, antes que promovam nossa destruição, que é sinônimo de subjugação inadmissível a forças externas invasoras, sejam elas de que natureza forem.

Energia é lastro para qualquer moeda séria e forte. E o Brasil detém a solução para a insuperável crise de combustíveis fósseis que o mundo hegemônico enfrenta, sem possibilidades de superação com seus próprios meios. Bastaria um governo que assumisse suas responsabilidades, com competência e sem servilismo ou esquizofrenia, para que nosso povo fosse encaminhado para brilhante futuro, o da construção da maior e melhor civilização que o homem já viu sobre a Terra.

Repórter – O Brasil, dada sua riqueza em energia renovável, ou seja, permanente, e, conseqüentemente, sua importância para o equilíbrio ecológico do planeta, não poderia ser tombado como patrimônio da humanidade?

Professor Bautista Vidal – É isso que os hegemônicos – em fase acentuada de decadência, por carências energéticas e minerais insuperáveis – querem, de modo ilegítimo e contra

os princípios internacionais de não-intervenção em assuntos internos aos países. Esse, porém, não é o caminho que está seguindo a cobiça que os alimenta, eles querem simplesmente apoderar-se de nossos patrimônios de graça e com urgência, ao modo como os dirigentes brasileiros estão permitindo, servilmente, em crime de lesa-pátria.

Repórter – A propósito, o ex-ministro, ex-senador e deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, Roberto Campos, tem dito que os brasileiros que se opõem à abertura do mercado e se situam contra a globalização mais parecem dinossauros. O que o senhor acha disso?

Professor Bautista Vidal – Não gostaria de perder meu tempo comentando coisas desse senhor, porque é impossível analisar seus feitos sem ofendê-lo. Entretanto, como o que ele diz provavelmente não faz parte de suas convicções mas de seus altos pecúnios, vejamos o que seus patrões na realidade querem. A globalização é uma velha aspiração dos poderosos de todos os tempos, visando o massacre dos mais fracos. É a velha "liberdade" da raposa e do pintinho, aconselhados a competirem livremente... Porque ele não se dedica a aconselhar os norte-americanos a repudiarem a Doutrina Monroe de "a América para os americanos" ou à China atual que, graças a um longo fechamento, é o país que em todo o mundo mais cresce de modo autônomo, apesar de representar uma população de cerca de um quarto da população mundial? Acontece que a China tem 3 milhões de homens armados e detém poder nuclear. Será que o desastre do México, que era o modelo para pessoas como Roberto Campos, não devia envergonhá-lo e, por esse caminho – dependendo naturalmente de alguma ética –, parar de dizer idiotices, que, na realidade, implicam graves prejuízos para o país? Suas faltas com a verdade implicam a vida de muitas dezenas de milhões de seres humanos. Sua irresponsabilidade não tem limites! Quanto ao *joke* dos dinossauros, é a única coisa que sua tétrica figura consegue dizer com alguma graça... Por conta disto, inúmeras vezes, em conferências que proferi, tenho me intitulado de dinossauro. Assim, as pessoas sabem a quem estão ouvindo, não havendo, portanto, a possibilidade de confundir-me com aqueles que criaram essa divertida terminologia. Já é alguma

coisa! Fora disso, trabalha com a perversidade, com o baixo calão, com a meia verdade etc. Desculpe, mas não dá, ele representa o símbolo do cinismo antinacional. Falemos de coisas sérias.

Repórter – E o Programa de Desestatização, qual o seu ponto de vista?

Professor Bautista Vidal – É um dos principais resultados da armadilha financeira – a que me refiro no primeiro capítulo do livro *A Reconquista do Brasil* – cujo objetivo é destruir o Estado brasileiro. É o resultado de chantagem com a faca no peito. Trata-se de ato de delinquência praticada contra um povo cujos dirigentes não cumprem com o seu dever: dedicam-se à entrega criminoso a grupos suspeitos de nossos patrimônios naturais estratégicos e dos principais ativos públicos.

Vejamos o caso da Usiminas, a segunda mais eficiente indústria siderúrgica do mundo. Excluindo sua parte estratégica, seus patrimônios naturais e tecnológicos, seu porto e outros detalhes não considerados relevantes pelos vendedores, representa um patrimônio que, para ser construído, exigiria algo da ordem de 15 bilhões de dólares. Foi vendida por um valor em espécie que não dá para comprar um veículo Volkswagen Gol usado, conforme denúncia da Procuradoria Geral da República.

A emblemática Companhia Siderúrgica Nacional, uma das maiores siderúrgicas do mundo, foi vendida, em espécie, por cerca de 28 milhões de dólares, quando havia no cofre da empresa, como denunciou seu diretor financeiro à época da venda, 78 milhões de dólares e, no pátio da empresa, cerca de 200 milhões de dólares em produtos acabados e matérias-primas.

A Docenave, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, que agrega a maior frota de graneleiros em todo o mundo, foi “avaliada” por menos de 20 milhões de dólares. Ou seja, os felizes “compradores” receberam a frota e mais 20 milhões de dólares... Ademais, na conceituação ética deste dinossauro que vos fala, muitas coisas podem ser vendidas, mas não se vende a própria mãe...

Repórter – Nesse particular, os militares fortaleceram o patrimônio público, motivaram o desenvolvimento e expandiram empresas públicas essenciais ao Brasil, como Pe-

trobrás, Telebrás, Vale do Rio Doce e Eletrobrás, justamente o contrário do que vem fazendo o governo de FHC. Com o sistema financeiro, porém, parece que o regime militar foi negligente, entregando o controle ao capital estrangeiro. Como o senhor analisa essa questão?

Professor Bautista Vidal – Ela foi objeto de análise detalhada no primeiro capítulo do meu livro *O Esfacelamento da Nação*, sob o título “Quarenta Anos de Paradoxos e Contradições”. Como o próprio título procura dizer, o período militar foi cheio de contradições. Embora os militares sejam intrinsecamente nacionalistas – a nação é a própria razão de eles existirem –, o regime militar de 1964 teve a conotação entreguista e isto fica claro quando se considera o que ocorreu com a direção das finanças nacionais, entregues desde o início a tecnocratas a serviço do capital financeiro internacional. E assim continuou, de modo cada vez mais intenso, até hoje.

Repórter – Professor, como o senhor analisa o governo Geisel, do qual o senhor participou como secretário de Tecnologia Industrial do ministro Severo Gomes?

Professor Bautista Vidal – Todos os que admirávamos o presidente Getúlio tínhamos grandes expectativas do governo Geisel, pois ele comungava dos ideais de soberania que desejávamos para o Brasil. Fora disso é a dependência, o colonialismo. Algumas das previsões se verificaram, outras não. Naquele governo deu-se a implantação da indústria de bens de capital, basicamente com capital nacional. Era uma velha aspiração de Vargas ter no país indústrias capazes de produzir nossas próprias máquinas. Implantaram-se indústrias de insumos básicos, metalúrgicas, de componentes eletrônicos, químicas e petroquímicas. Deu-se início à alternativa nacional de fontes energéticas renováveis à crise do petróleo. Romperam-se os acordos militar e nuclear com os EUA, que nos colocavam em dependência nesses setores. Deu-se avanço ponderável à ciência, à educação pós-graduada e ao desenvolvimento tecnológico industrial e agrícola. Enfim, montavam-se as bases para uma nação próspera e independente. Tudo isso levou o porta-voz da Trilateral, Henry Kissinger, em 1978, a afirmar: “A segurança dos EUA não pode permitir um outro Japão ao sul do equador”. Assim, a partir de 1979,

começou o desmonte do Estado brasileiro, cujo segmento são o neoliberalismo, a globalização e os "enlatados" do "Consenso de Washington". Então, vieram os dois Fernandos, implantadores dessas políticas, para transformar o Brasil em colônia ou em várias colônias, com seu desmembramento em republiquetas. Apesar da conotação de interesse nacional que o presidente Geisel dava a seu governo, vários de seus ministros não comungavam da mesma cartilha, como Mário Simonsen, Shigeaki Ueki, Golbery do Couto e Silva e João Paulo dos Reis Veloso, vindo da equipe de Roberto Campos. Assim, os conflitos se materializavam dentro do próprio governo e isso resultou no afastamento de Severo Gomes, um ano e meio antes do término do mandato presidencial. A partir desse momento, o presidente virou refém do grupo palaciano entreguista. A chamada "abertura" deu-se sob a égide dessa influência predominante.

Repórter – Professor, o senhor colaborou na elaboração dos planos de governo do presidente Tancredo Neves?

Professor Bautista Vidal – Não! Na realidade não havia plano, até pelo modo como ele negociou com a classe política a entrega dos cargos públicos. Uma verdadeira colcha de retalhos! O senador Severo Gomes queria que eu ocupasse a presidência do órgão que estava fazendo o levantamento aéreo da Amazônia, até para que ele tivesse continuidade. Mas isso não sucedeu, pois já se tinha negociado sua extinção, sob o argumento de que companhias privadas poderiam fazer esse serviço melhor. No fundo, queriam transferir as informações das riquezas da Amazônia diretamente para grupos externos e à custa do povo brasileiro. O excelente trabalho que estava sendo feito, uma das melhores coisas do governo Figueiredo, foi interrompido. Um crime contra os interesses nacionais! Tancredo Neves tinha apenas um projeto político pessoal e da classe política à qual pertenceu. Tinha pouco a ver com o Brasil e o seu futuro. As principais pessoas que o rodeavam tinham o perfil de Eliezer Batista e Walter Moreira Sales. Assim, não se poderia esperar muito, salvo o entreguismo. Me lembro quando Eliezer Batista manipulou a transferência para o setor privado, por 30 milhões de dólares em debêntures, do controle da Companhia Vale do Rio Doce. O senador Severo

Gomes conseguiu montar uma comissão parlamentar de inquérito, da qual foi relator. Tancredo Neves sabotou essa CPI, o que levou Severo a pedir demissão, escrevendo em decorrência o livro *A CPI Truncada*, editado pela Paz e Terra. Esse trabalho descreve a Vale como o maior patrimônio mineral da Terra, de propriedade do povo brasileiro; ele será de grande utilidade quando cuidarmos da devolução desses patrimônios sob a guarda da Vale para o povo brasileiro.

A Vale detém o mais eficiente sistema de transporte (ferrovia-porto-frota marítima) e é empresa altamente rentável para o Brasil, funcionando como nossa principal agência de desenvolvimento. Já devolveu ao Estado o que dele recebeu, ao tempo em que em seus 52 anos de existência acumulou gigantesco patrimônio estratégico de valor planetário, um dos mais importantes trunfos do povo brasileiro para construir seu futuro, impossível de ser avaliado por meio desse falso símbolo, que é a moeda de referência internacional. Nem "papel pintado" é mais, mera digitação nos computadores dos megaespeculadores! O "argumento" apresentado para sua "privatização" é cínico e visa "fazer caixa", quando o que se recebeu por essa criminoso entrega, equivalente a parte substancial e estratégica de nosso território, mal dá para pagar um mês do serviço da dívida interna. O lucro da Vale no seu primeiro ano em mãos privadas é superior ao que pagaram seus atuais controladores. Afinal, não temos uma Vale por mês para entregar. Trata-se de crime de natureza política. Crime de alta traição!

Repórter – E o presidente Sarney?

Professor Bautista Vidal – O seu passado é de politiquês provinciano que pensa só em seus interesses, com pretensões intelectuais. No seu Estado de origem mantém um sistema oligárquico tipo século XIX. Muito sabido e oportunista. Seu governo foi um desastre, mas, apesar disso, comparativamente, muito superior ao de FHC, não comprometendo o futuro do país, como o atual governo está fazendo. Parece querer redimir-se resistindo aos atos nocivos ao país do governo FHC, especialmente no caso da Vale e na defesa da Amazônia. Espero que tenha refletido sobre a realidade nacional e, com a experiência de um ex-presidente, venha a desempenhar no

futuro papel na afirmação da nossa soberania. Será? Só o tempo dirá.

Ao contrário do Real, o Cruzado não foi apenas um plano eleitoreiro de enganar o povo com objetivos entreguistas. Faltou-lhe, porém, decisão política para enfrentar os banqueiros e as forças internacionais, preferindo tirar a escada do ministro Funaro, um homem de bem. E aí ganhou mais um ano de governo. O ponto alto do período Sarney foi o trabalho da Assembléia Constituinte elaborando a Constituição de 1988. Fazendo justiça, ele não atrapalhou. Imaginem se fosse hoje, que desastre! O desmonte trágico do Estado, que começou em 1979 no governo de João Figueiredo e teve prosseguimento no governo Sarney, alcançou níveis intoleráveis com o neoliberalismo dos anos 90, objetiva a liquidação do país. A década em que governou Sarney recebeu, porém, a designação de "década perdida", preparação para a *débâcle* dos dois Fernandos, o segundo mais danoso que o primeiro. Este é realmente um país extraordinário ao conseguir sobreviver à ação de maus brasileiros que dominam sua economia, pela via financeira, desde Roberto Campos, passando pelo império do Delfim, pelo banqueiro internacional Mário Simonsen e chegando aos agentes do neoliberalismo, que vêm ocupando as posições-chave dos ministérios da Fazenda e do Planejamento e dos bancos do entreguismo e da desindustrialização do Brasil, o Banco Central e o BNDES.

Repórter – Professor, o senhor acha possível o surgimento de um novo "tigre", que não seria asiático, mas ao sul do equador?

Professor Bautista Vidal – Os chamados "tigres asiáticos" não são tão tigres assim, pois não têm base de recursos naturais e potencial energético para construir poderosas e permanentes estruturas independentes. Alguns deles são meros entrepostos comerciais, fruto de manipulações conjunturais de corporações apátridas, em geral inconsistentes. O que há de positivo no caso da Coreia, por exemplo, é um forte sentimento nacional, surgido provavelmente do conflito bélico entre as duas Coreias, que permitiu avançar nas circunstâncias atuais. Não se pode nem comparar, entretanto, seus limitados potenciais com o potencial de um continente como o brasilei-

ro, em grande parte situado nos trópicos. Esta é a região do planeta da qual dependerão no futuro, essencialmente, as hoje nações hegemônicas. Para isso, temos de nos preparar e não deixar que aventureiros, que ocupam transitoriamente o poder, mas querem eternizar-se, entreguem nossos patrimônios estratégicos a "bandidos", em profunda oposição a nossos essenciais interesses, desta e das futuras gerações. *(Nota em maio de 1998: esta entrevista foi publicada em fevereiro de 1997, muito antes da débâcle dos "tigres" asiáticos que, posteriormente, viraram ratinhos. Lembrem-se, respeitáveis leitores, que outros "sucessos" do neoliberalismo, cantados em prosa e em verso pelos tecnocratas nacionais e internacionais, e considerados "exemplos" para o Brasil, como o México e a Indonésia, já tiveram o destino pretendido pelas potências hegemônicas, ou seja, foram economicamente destruídos.)*

Repórter – A esta altura dos acontecimentos, não se poderia chamar o Brasil de "tigre", mas de "onça cabocla", das nossas peculiaridades?

Professor Bautista Vidal – É mais adequado, mesmo porque os tigres podem se transformar em gatinhos... *(e em ratos, como veio a acontecer; nota do autor, em maio de 1998).*

Repórter – Voltando à questão inicial da retomada do poder político, em função da necessidade de construção de um projeto genuinamente nacional, como o senhor explica o surgimento de um Hitler no contexto alemão e mundial da época?

Professor Bautista Vidal – Essa questão exige uma reflexão maior, tendo em vista o contexto no qual sucedeu, diferenciado do atual. Não podemos esquecer que a Alemanha alcançou o ápice da cultura mundial no século XIX e no primeiro terço deste século. Não esqueçamos também que isso surgiu como reação do orgulho nacional ante as humilhantes derrotas impostas por Napoleão. A segunda questão foi a humilhação que os aliados da Primeira Guerra Mundial impuseram ao povo alemão com o Tratado de Versalhes. Aí surgiu a figura eletrizante, aglutinadora, que retirou a Alemanha da situação desesperadora em que se encontrava a República de Weimar, com inflação que chegou a 20.000% ao dia, e, com competência indiscutível, levou o país ao nível de maior po-

tência industrial européia. Na realidade, Hitler foi mais fruto das condições draconianas do Tratado de Versalhes do que de opção do povo alemão. Hitler tinha seriíssimas limitações, basta ver o seu passado, mas tinha aquilo que nenhum outro tinha manifestado até então: um grande poder pessoal para movimentar as massas e um poder indiscutível de mando. O seu erro, porém, depois de colocar a Alemanha na posição que o seu povo merecia, foi partir para a vingança e para o domínio de outros povos. Apesar de suas retumbantes vitórias iniciais, fruto em parte das simpatias de que gozava no mundo capitalista e da covardia inicial dos ingleses e franceses, perdeu o controle principalmente depois da acachapante derrota que sofreu nas estepes russas, não tendo aprendido as lições da experiência anterior de Napoleão. O caldo de cultura que possibilitava o surgimento de um Hitler, de fato, existia.

Não se pode impunemente submeter um povo a permanente humilhação, principalmente quando ele pode reunir forças para reagir. Lembremos que as condições impostas atualmente por bancos internacionais a importantes países do chamado terceiro mundo têm sido mais drásticas e lesivas a seus povos do que as impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes. Que Deus nos proteja e não permita que a situação continue tão perversa contra o nosso povo como tem sido. Este, ansioso pelo surgimento de um verdadeiro líder que permita a todos levantar a cabeça e sair do atoleiro em que maus brasileiros nos estão colocando. O povo pode superestimar ou ser enganado, como tem acontecido, e caminhar em direções equivocadas, que levam à tragédia, como o exemplo da Alemanha é esclarecedor. Até agora no Brasil só têm aparecido oportunistas que fazem precisamente o oposto ao que prometem, traindo, sistematicamente, as legítimas aspirações populares.

Repórter – Professor, a questão da reeleição do presidente não reedita a condição de possível caudilho para dar respaldo a também possíveis mudanças estruturais que o país necessita?

Professor Bautista Vidal – Olha, a designação de caudilho a Fernando Henrique parece não se aplicar, é reduzi-la em seu valor. Caudilho tem referências que ele não possui. FH é

moço de recados dos banqueiros internacionais, portanto, caudilho ele não é. Ele está se prestando ao que os banqueiros desejam, a troco de se manter no poder, assim como anteriormente tinha aceitado tudo para chegar ao poder, mesmo que isto resulte em transformar o Brasil em uma casa de tolerância, como vem ocorrendo. Esse perfil, naturalmente, é incompatível com o de um caudilho. Ele representa uma espécie de banho de água fria para os brasileiros conscientes. Isso, evidentemente, não significa que precisemos de nenhum caudilho, precisamos, sim, de um líder que surja do bojo de uma mobilização nacional. Presenciei FH ser aplaudido pela juventude, no período militar, na Unicamp e na Universidade da Bahia. O que ele está fazendo com o Brasil é muito mais grave do que os tecnocratas deste período fizeram com o Brasil, a começar pela destruição da Constituição, que jurou cumprir, inclusive em causa própria, para reeleger-se. Trata-se de um golpe sobre nosso futuro, ao promover a entrega a forças antinacionais de tudo o que é essencial para nossa vida como nação organizada.

Repórter – Afinal, professor, quem tem interesse na reeleição?

Professor Bautista Vidal – Quem está comandando o processo de transformar o Brasil em colônia ou investindo em seu desmembramento não é FH nem são seus ministros, mas um poder muito maior. Eles apenas servem à causa em troca de benefícios pessoais e grupais. Assim, a destruição da Constituição, que, de outro modo, permitiria ao Brasil aproximar-se de um processo democrático, é um exemplo. Pouco ligam para a ausência de uma lei magna, como pouco ligam em deixar o Brasil sem o controle de seus patrimônios estratégicos, sem os quais é impossível sobreviver! Eles sabem que, para manter-se no poder, precisam servir a essas forças. Então, não titubeiam. A têmpera e o caráter de FHC não diferem muito daqueles de Gorbachev, Menem, Yeltsin ou Fujimori. Todos devidamente recompensados, a troco da destruição das nações que seus condicionados povos lhes entregaram para governar. Cometem crime de lesa-pátria e continuam impunes. Para alcançar esse fim, as forças hegemônicas estão reelegendo até moribundos...

Repórter – Professor, caso FH fosse reeleito ele seguiria o caminho de Menem?

Professor Bautista Vidal – Que jeito, se o patrão é o mesmo? A Argentina não tem o peso no futuro do mundo que o continente brasileiro tem, por isso o processo destruidor sobre nós será muito mais duro. Ambos, porém, estão sendo servidos às forças hegemônicas internacionais.

Repórter – Professor, como o Brasil pode continuar suportando tudo isso? Globalização, corrupção, impunidade, traição etc.

Professor Bautista Vidal – Não é fácil! Mas, do jeito que as coisas vêm ocorrendo, tende a piorar muito. Há quem ache que só depois de beber a taça de fel até a última gota haverá reação. Veja o que aconteceu com o Brasil na última reunião da OMC, a Organização Mundial do Comércio, em novembro último (1996). Todas as reivindicações do Brasil, especialmente na área agrícola, foram negadas. Em contrapartida, foi imposta ao país uma abertura ainda maior para a informática e as telecomunicações. A abertura resultante da globalização sempre valeu somente para o lado mais fraco. E os abúlicos empresários de capital nacional ainda acreditam que aumentando o “poder competitivo” poderão sobreviver... Que poder competitivo, meu Deus, se estão sendo trucidados? Não vai sobrar um para contar a história! Realmente, com industriais desse calibre não se pode ir muito longe! Ninguém abre escancaradamente sua economia para importar bubigangas de qualquer origem. Tudo é negociado, com contrapartida. Não se pode destruir uma estrutura produtiva que levou mais de meio século para ser construída, a troco de nada. Pois os idiotas – serão mesmo idiotas? – que governam o Brasil estão fazendo isso e os resultados são devastadores. Dão muito mais do que é pedido! Desse modo, tudo vai mal, só não vê quem não quer ver. Estão por acaso esses senhores com Aids mental? A que leva essa política? É necessário que respondam a este questionamento, sob pena de merecerem a execração pública daqueles aos que ainda resta um pouco de dignidade. O país está virando uma “casa da mãe Joana”. Os bancos estrangeiros estão caminhando para tomar conta de tudo. O capital especulativo externo cresce assustadoramente para suportar

o real. Esse dinheiro especulativo apátrida poderá arrebentar a economia nacional quando desejar, como já o fez com o México. Neste caso, o objetivo foi o controle pelos norte-americanos das exportações do petróleo mexicano, que representa reservas de grande porte. Há quem as considere superadas só pelas da Arábia Saudita. Essa imensa e estratégica riqueza é a causa da desgraça mexicana. Enquanto isso, os EUA dispõem de reservas de petróleo apenas para cerca de cinco anos. Não fosse a estabilização da moeda, a globalização, a "privatização" enlouquecida e demais receitas do "Consenso de Washington" e do neoliberalismo, o México seria uma das economias mais ricas do mundo, graças ao valor estratégico de suas imensas reservas de petróleo, enquanto o chamado mundo dos "ricos" carece desesperadamente desse precioso combustível, que move o mundo. Afinal, eles são ricos em quê?

Repórter – **Ou seja, México e Argentina estão...**

Professor Bautista Vidal – A Argentina não dispõe mais de ativos públicos para privatizar. Não sobrou nada, por isso o Menem foi reeleito, em recompensa pelos serviços prestados! Ele é a garantia de continuidade do processo que destruiu a Argentina como rica sociedade autônoma. E ainda colocam a Madona para representar a vida de Eva Perón! Pobre Argentina, outrora tão orgulhosa de sua riqueza e sofisticação européia. Já foi a segunda renda *per capita* do mundo, tem tudo o que é essencial para ser um povo feliz e está destruída, sem perspectivas para o futuro!

Repórter – **E isto está para acontecer aqui, professor?**

Professor Bautista Vidal – *Mutatis mutandi*, apenas com outras tonalidades e com maior amplitude e profundidade; entretanto, ainda, com alguma possibilidade de reversão. Todos estão esperando isso do Brasil. O nosso peso específico é muito grande. Pensam que vão entregar a Vale, a Petrobrás, a Embratel e tudo o mais. Estão muito enganados! O que já privatizaram ilegalmente será oportunamente revertido pela Justiça. Basta que voltemos ao Estado de direito, saindo do estado de delinquência em que nos encontramos. A Constituição é clara, todos são responsáveis pelo conhecimento das leis e pelo seu cumprimento. É apenas questão de tempo! Por muito menos o Collor foi posto na rua, felizmente nesse caso

sem violência! Será possível, no caso atual, seguir o mesmo caminho? É difícil, depende da união das Forças Armadas em torno da defesa da soberania nacional!

A escandalosa privatização da Vale pode ter sido o ponto de inflexão. Ela tem tudo a ver com o processo de reeleição de FHC. *(Não foi por acaso que FHC foi se encontrar com Soros, o novo dono da Vale, em fevereiro de 1998, em Davos, na Suíça. Nota de maio de 1998).* É o preço a ser pago! Entregar a Vale é suicídio! Pode um povo admitir suicidar-se sem desejá-lo e sem reagir? Indo a Vale, vai o resto, não sobra nada. De que vamos viver? De que vamos sobreviver, senhores tecnocratas, servis e traidores?

Repórter – Então, deputados e senadores que votaram nesse projeto de reeleição estão dando o aval para a entrega da Vale e, conseqüentemente, para o domínio sobre a Amazônia por forças internacionais suspeitas?

Professor Bautista Vidal – Perfeitamente. Podemos estar caminhando para um grande conflito interno, uma tragédia para o nosso povo e nossos filhos! Outra alternativa é a deterioração crescente e a “africanização” do Brasil, com exércitos mercenários a serviço de corporações transnacionais, que virão para disputar a posse de nossos estratégicos patrimônios naturais. Daí para o desmembramento do continente brasileiro em pequenos países satélites das atuais potências hegemônicas será um passo.

Repórter – Professor, e como esse processo poderia ser estancado?

Professor Bautista Vidal – A historiadora norte-americana Barbara Tuchman considera que vivemos uma era de insensatez, faz comparações com o século XIV, em que metade da população entre a Índia e a Irlanda sucumbiu. Para mudarmos a direção dos acontecimentos são necessárias rupturas; são difíceis, mas não impossíveis de ocorrer.

Em condições mais desfavoráveis, conseguimos na Revolução de 1930 modificar o regime da República Velha e preparar o Brasil para fase mais construtiva. Sem grandes traumas, houve ruptura com o passado. Será isso possível agora ou caminhamos para uma guerra civil, que é o pior que pode acontecer a um povo?

A nossa falta de sentimento trágico da história torna a situação muito mais perigosa, pela imprudência que a experiência histórica implica. A mobilização nacional é muito difícil, pelo controle monolítico que a mídia exerce sobre a população. E ela joga com os interesses externos, contra a nação. Os dirigentes brasileiros brincam à beira do abismo, na suposição de que não temos compromissos sagrados com a nossa pátria e com o futuro de nossos filhos. Com essa suposição caminhamos inexoravelmente para o desastre. Que Deus nos proteja e que a dignidade seja recomposta no país. Não faltará, porém, quem a sustente, sob o símbolo da vida e da pátria.

Capítulo IX

Entrevista II*

A RECONQUISTA DO BRASIL

Em entrevista exclusiva ao *Diário de Comércio e Indústria (DCI)*, o professor J.W. Bautista Vidal, coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Brasília, professor da Universidade Federal da Bahia e da Unicamp, fala de seu novo livro, *A Reconquista do Brasil*, uma obra que analisa profundamente as crises econômicas mundial e nacional, além de apontar os caminhos para a construção de um Brasil independente e soberano.

Membro titular de inúmeros conselhos nacionais, conferencista da Escola Superior de Guerra e assessor do Congresso Nacional, consultor das Nações Unidas, OEA, BNDE, BID etc., Bautista prova cientificamente que o Brasil, "o Senhor dos Trópicos", tem em suas mãos o poder de geração de energia a partir da biomassa e, por isso, pode solucionar os problemas mundiais derivados da escassez dos combustíveis fósseis, origem de conflitos e de crises de âmbito mundial, nos últimos 25 anos. Como reconhecimento a seus estudos nessa área, Bautista foi coordenador científico da Conferência Internacional sobre a Produção de Eletricidade a Partir da Biomassa, promovida pela União Européia e realizada em outubro de 1997, no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

*Entrevista ao *Diário de Comércio e Indústria*, São Paulo, 30 e 31 de dezembro de 1997.

I – SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL APODRECIDO

Luiz Rocha, DCI – Quais são os principais temas abordados no livro?

Bautista Vidal – *A Reconquista do Brasil*, último de uma tetralogia, analisa o modelo econômico perverso para o Brasil que, se não for alterado, pode ser terminal. Além disto, apresenta bases para um projeto de desenvolvimento nacional. Ele procura ser abrangente por não se poder, nessas questões, ser setorial. Trata das questões financeira, energética, tecnológica, de recursos naturais, jurídico-institucional, da ética e da auto-estima e as demais questões vinculadas ao poder. Tudo fazendo parte de um só corpo, pois o projeto nacional envolve tudo.

O primeiro capítulo é "Armadilha", onde descrevemos o processo de destruição a que estamos sendo submetidos pelo lado financeiro.

No segundo capítulo, "A Crise", procuramos mostrar como ela é mundial e como nos atinge de modo programado.

No terceiro capítulo, sob o título "Os Conceitos", tentamos precisar, em linguagem acessível a todos, os princípios da termodinâmica que regem a questão energética, essencial ao entendimento das questões ambientais e da produção, e a desvinculação das chamadas teorias econômicas da realidade concreta.

O capítulo seguinte fala dos trópicos, região do planeta propícia, por seu imenso potencial energético renovável, ao desenvolvimento de novos padrões civilizatórios de bases consistentes e auto-sustentadas. Mostra, por exemplo, como o óleo extraído do coquinho de dendê se transforma em excepcional substituto do *diesel* derivado do petróleo. Na região amazônica, mantendo-se a floresta em pé, pode-se obter com esse óleo o equivalente à produção atual de petróleo da Arábia Saudita. Isso somente do dendê, embora existam no Brasil centenas de óleos vegetais que podem substituir esse derivado do petróleo, como os óleos de mamona, babaçu, girassol, colza, amendoim e tantos outros. Nossos potenciais florestais, a cada

ano, poderiam produzir em termos energéticos, sob a forma de calor, o equivalente a 50% do total das reservas atuais de petróleo dos EUA.

Os demais capítulos tratam de estratégias visando a construção de um projeto nacional. Para isso é necessário enfrentar nações hoje hegemônicas, que naturalmente dificultam, enquanto podem, nosso processo civilizatório. Para enfrentar os interesses dos EUA, Alemanha, Japão e outros, é essencial a existência de uma estratégia e de elementos de barganha, levando-se em conta que o poder hegemônico está decadente em pontos cruciais e usa o poder de moeda falsa, que emitem arbitrariamente.

Luiz Rocha – O que seria essa moeda falsa?

Bautista Vidal – O sistema financeiro internacional está apodrecido. A moeda de referência internacional que o fundamenta é falsa na proporção de dez para um. A origem disso é o Tratado de Bretton Woods, cada vez mais ilegítimo, caduco, embora as instituições que o representam – FMI e Banco Mundial – continuem a atuar como se o tratado estivesse em vigor. São organismos que ocupam posição central na dinâmica de imposição ao mundo do modelo neoliberal, fundamentalista, de pensamento único. Por meio deles, os EUA impuseram ao resto do mundo sua própria moeda como a de referência internacional, contrapondo-se à proposta de uma moeda de compensação entre todas as moedas. O fato de aquele país deter o monopólio de emissão da moeda internacional de referência já seria um absurdo. Na realidade, esse poder é do FED, sobre o qual o congresso americano nunca conseguiu fazer uma auditoria, detendo poder quase divino de emitir o símbolo de todas as riquezas. É um arbítrio sem limites... A única coisa decente que ocorreu em Bretton Woods foi a paridade entre o dólar e o ouro.

Quando o presidente De Gaulle, da França, em 1970, quis trocar suas reservas em dólar por ouro, este não existia. Ou seja, o mentor e verdadeiro controlador do tratado não cumpriu o combinado, o que deveria ter ocasionado a imediata negociação de outro tratado para regular um novo sistema financeiro internacional, o que não ocorreu até hoje. A tirania da origem, definida pelo monopólio de emissão, tornou-se

também um arbítrio nas mãos do emissor, posto que a moeda de referência deixou de ter relação com a riqueza real devido ao abandono da paridade com o ouro. O que foi estabelecido no tratado foi substituído pelo império da força.

O presidente Nixon, em 1971, definiu a desordem: "O dólar é o dólar, não depende de nada". Esse arbítrio e o monopólio de emissão condicionam o símbolo das riquezas que fundamentam o fato econômico. A moeda de referência transformou-se assim em instrumento de prepotência, destruindo qualquer possibilidade de competição entre quem detém o poder de emissão e os demais, na medida apenas do grau de uso de arbítrio na emissão.

As regras de Bretton Woods se mantiveram até 1970 e, mais especialmente, até 1973. As coisas mudaram quando ocorreu o embargo do petróleo, que elevou as importações dos EUA desse combustível de cerca de 4 bilhões de dólares para mais de 70 bilhões. O desequilíbrio das contas externas fez o poder norte-americano acionar, a seu favor, o poder de arbítrio. Assim, os EUA pagaram essa diferença sem nenhum esforço nacional, foi só emitir arbitrariamente, inundando o mercado internacional de dólares, base dos petrodólares. Centrados na City, esses dólares foram impostos goela abaixo – inicialmente a juros negativos – a países detentores de grandes patrimônios naturais, como Brasil e México.

Montaram-se assim impagáveis dívidas externas, que se multiplicaram, exponenciadas pela agiotagem.

A "negociação" dessas dívidas, em clima de chantagem, tornou possível a imposição do "Consenso de Washington". O estado de deterioração e a perda de soberania disso resultante são tais que o sistema financeiro internacional domina de modo absoluto a mídia formadora da opinião pública e o sistema eleitoral, podendo eleger e reeleger quem eles quiserem, como são os exemplos de Fujimori, Menem e agora FHC.

Estes passam a se comportar como "moços de recados" e levam seus respectivos países à deriva. Visa-se a transferência do controle de patrimônios estratégicos desses países para grupos internacionais, a troco de praticamente nada e sem a necessidade de um só tiro... São disso exemplos o controle das exportações de petróleo mexicano – considerado por alguns a segun-

da maior reserva mundial, depois da Arábia Saudita –, a Companhia Vale do Rio Doce – a maior mineradora do mundo.

O plano é ambicioso, pois, além de tudo que já foi “privatizado” – leia-se, internacionalizado –, querem a Petrobrás, Pelmex, Eletrobrás, Banco do Brasil, Telebrás, Embratel etc. Ou seja, irão transformar esses ricos países em republiquetas, pela absoluta carência de patrimônios e de empresas estratégicas, guardiãs de tais patrimônios. Isso significa naturalmente a destruição das respectivas nações, pois não existe pátria sem patrimônio.

O desmembramento do Brasil é uma decorrência dessa dinâmica. As nações hegemônicas ficarão, como consequência desse processo, com pedaços resultantes do esfacelamento. Até mapas já existem para esse fim. A própria destruição das Forças Armadas, transformadas em polícia de narcotráfico, configura esse sinistro quadro.

Luiz Rocha – Como o dólar, sendo uma moeda falsa, continua a circular e a direcionar o sistema financeiro internacional?

Bautista Vidal – Ele se mantém exclusivamente porque compra petróleo, que movimenta a economia mundial. Mas por que essa moeda falsa compra petróleo? Porque o Oriente Médio, onde se localiza mais de 70% do que resta de petróleo no mundo, está em grande parte ocupado por forças militares norte-americanas. É o poder militar que mantém essa moeda circulando. Se não existisse o controle militar sobre essas regiões petrolíferas, dificilmente o dólar manteria o poder de arbítrio que tem. Embora as despesas militares dos EUA na região sejam avaliadas em cerca de 100 dólares para cada barril que esse país importa, o preço do barril chegou recentemente a 14 dólares... O subsídio militar garante o acesso ao combustível que movimenta o mundo!

Nessas circunstâncias, os neoliberais se atrevem a considerar o petróleo uma *commodity*... Quanto cinismo! Esse preço artificial do petróleo – considerando a inflação do dólar, é inferior ao seu preço anterior ao embargo, em 1973! – decorre do conluio entre as corporações petrolíferas anglo-americanas, o poder militar dos EUA e o sistema financeiro centrado na City, que criou o mercado de petrodólares.

Desse modo, emprestaram dinheiro falso a países com grandes patrimônios naturais, tendo por objetivo limpar esse dinheiro ao receber como garantia dos empréstimos grandes patrimônios estratégicos que passam a servir de lastro para esse dinheiro falso. Os ministros "negociadores" desses empréstimos ou foram incompetentes ou fizeram parte da negociata, de conseqüências muito além de econômicas.

Esse conluio tem sua conclusão no processo de desestabilização, um dos principais itens do "Consenso de Washington": prioridade máxima de FHC.

Fazer caixa para investir em educação, saúde etc., anunciado pelo governo como objetivo das "privatizações", além de mentiroso, é desculpa idiota.

As intenções evidentes são retirar do Estado as responsabilidades sociais, que se transformariam em instrumento passivo de interesses oligárquicos, sob a garra de ONGs de controle externo.

II – DESTRUIÇÃO PROGRAMADA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Luiz Rocha – Como o senhor avalia o plano econômico aplicado ao país ?

Bautista Vidal – A economia brasileira está sendo minada e destruída pela via financeira, como descrevemos no primeiro capítulo, "A Armadilha", do livro *A Reconquista do Brasil*. Essa tal estabilização monetária do FMI, base do Plano Real, está sendo aplicada em oitenta países para desestabilizar todos. O México, a Indonésia e outros já caíram. A Indonésia está entrando em grave convulsão social. A vez do Brasil não está longe. É difícil prever, embora as condições para isso já estejam dadas ou tenham sido criadas. A decisão, entretanto, cabe aos especuladores e ao sistema financeiro internacional, que somente o farão para se apoderar de fatia ainda não dominada da riqueza nacional, a região amazônica, por exemplo.

Ademais, estão conseguindo o que querem pela via da subordinação total dos dirigentes locais, seus agentes. No caso do México, a motivação foi apoderar-se do controle das exportações do petróleo mexicano.

O estrago que o FMI está fazendo entre esses países é tal, que Milton Friedman, da escola econômica de Chicago, pede que o FMI seja fechado, antes que os destrua. Essa escola é aquela à qual Severo Gomes se referia: "Entre as escolas de Chicago, a que menos matou ainda foi a de Al Capone".

Os tecnocratas brasileiros montaram uma estrutura produtiva dependente que obriga o Brasil a abrir mão de suas riquezas estratégicas a troco de nada, em muitos casos por preços abaixo de seus custos.

O modelo econômico de crescimento baseado na dependência tecnológica dá aos concorrentes externos o poder de escolha sobre os fatores de produção. Assim, eles desprezam as vantagens comparativas nacionais e privilegiam aqueles fatores que eles controlam, com ênfase no financeiro. Em síntese, um modelo suicida.

Como se isso fosse pouco, o neoliberalismo sobrepõe medidas que estão destruindo a economia brasileira. Tínhamos o terceiro superávit comercial relativo e hoje temos déficits crescentes que arrebentam nossas contas externas. Em 1998 teremos um buraco em conta corrente de cerca de 40 bilhões de dólares.

As finanças internacionais são hoje comandadas por máfias que se sobrepõem aos bancos centrais. Vivem especulando com as moedas das nações para derrubá-las e obterem fabulosos lucros. Em fevereiro de 1998, FHC foi a Davos, Suíça, acertar-se com o megaespeculador Soros, controlador da agência internacional Opportunity e novo dono da Companhia Vale do Rio Doce.

A aparente estabilidade do Plano Real serve para enganar o povo, levando-o ao desemprego e a nação à ruína, a troco de frango, iogurte e dentaduras.

Na realidade, o Real implica: entregar nossos patrimônios estratégicos, pondo em perigo a sobrevivência da nação, além de isso ocorrer a troco de nada; destruir a estrutura produtiva nacional, levando a agricultura à ruína e a indústria de capital

nacional ao extermínio, além de internacionalizar as empresas estratégicas e básicas de economia mista, espinha dorsal dessa estrutura; desmontar os institutos de produção tecnológica e as universidades. São ainda metas principais: a destruição do Estado nacional, das Forças Armadas e da Federação, e promoção da perda da auto-estima e dos valores do povo brasileiro, transformando-o em povo sem vontade e em nação à deriva, em obediência cega às metrópoles coloniais.

Vivemos uma ditadura financeira de controle externo. Até o setor de bancos privados, que vinha sendo o grande beneficiário do processo inflacionário, está sendo rapidamente internacionalizado pela atração de bancos estrangeiros, coloniais, alguns de origem desconhecida ou suspeita. O pequeno poupador nacional terá agora suas pecúnia administradas por agências externas.

A estabilidade da moeda poderia ser alcançada se tivéssemos controle sobre nossas finanças, se tivéssemos moeda própria, o que não ocorre, há muito tempo. Essa estabilidade – “do frango e da dentadura” – tem, pois, conseqüências sinistras.

Luiz Rocha – Na sua opinião, a recente crise nas Bolsas é uma situação passageira?

Bautista Vidal – Essa é uma questão estrutural e não conjuntural, resultante de políticas neoliberais. As bolsas são os lugares onde as aves de rapina procuram tirar vantagens. É por meio delas que os especuladores procuram derrubar as moedas nacionais. Lembram-se do desaparecimento de 4 bilhões de dólares, em menos de 48 horas, quando o Pêrsio Arida era presidente do Banco Central? Aconteceu-lhe alguma coisa, salvo seu afastamento da presidência do Bacen? Onde está esse fantástico dinheiro que dá para construir um grande complexo petroquímico?

O Japão, a segunda maior potência industrial, está à beira do colapso, com um rombo avaliado em 900 bilhões de dólares. Os bancos japoneses, no entanto, são proprietários dos papéis que financiaram o gigantesco déficit norte-americano. Na realidade, as finanças internacionais estão caindo aos pedaços, pouco têm a ver com riquezas concretas, que, na verdade, garantem a vida e o bem-estar do homem.

Faz-se de conta, porém, que ninguém sabe de onde vem

essa massa de dinheiro controlada por especuladores e bancos privados. Ela atravessa as fronteiras sem nenhuma cerimônia e penetra em todas as partes, fazendo grandes estragos. Nunca finca raízes em algum lugar e tem como único compromisso o lucro máximo, podendo, entretanto, arrebentar as economias nacionais, se assim aprouver a esses especuladores no jogo de poder. Ficam, assim, acima do bem e do mal.

Na realidade, nas economias adaptadas pelos governos nativos às regras do neoliberalismo – leia-se “Consenso de Washington” –, a força desse dinheiro delinqüente configura a ditadura mundial, que transforma os Estados em fantasmas servis. Seu crescimento nos últimos vinte anos é espetacular e não tem origem no mundo concreto. É mais que um fetiche, é uma empulhação. Não sendo símbolo de nada, tudo simboliza pela força das armas que lhe garante a compra de petróleo. Esse é o modo de evitar o desmoronamento do sistema. A permissividade e a impunidade de que gozam são, porém, comprometedoras. A isso a grande mídia chama liberdade de mercado!

Tudo reduz-se ao lucro máximo, escandaloso, de seus controladores, ferindo a soberania das nações e a sobrevivência dos povos. Lucro sem limites e sem legitimidade. É o fim das aparências que deixa os piratas ingleses envergonhados em seus sepulcros na abadia de Westminster. É a globalização!

Na economia brasileira estruturada pelas políticas neoliberais na dependência de dinheiro especulativo, este vem suprir as funções dos antigos superávits no comércio externo. Esse dinheiro espúrio é atraído pelos elevados lucros auferidos com as altas taxas de juros. Vai para onde pagam mais, sem outros compromissos senão os do lucro máximo. A mesma facilidade que têm para entrar têm para sair. Foi sua retirada brusca do México que arrebentou financeiramente aquele país. É, portanto, um instrumento de chantagem. Qualquer oportunidade de lucro maior em outra parte leva-o a deixar o país com o conseqüente rombo, às vezes impossível de ser coberto.

Na recente quebra da Bolsa de Hong Kong, é curioso verificar que nem a China nem a Índia próximas sofreram algum abalo, ao contrário do Brasil. Isso se deve ao tipo de relações que os *yuppies* brasileiros – o governo FHC – deram à

nossa economia. Nela, a dependência do dinheiro especulativo internacional é vital.

Assim, nessa ocasião, perdemos 8 bilhões de dólares em uma semana. Todos vamos pagar por isso e a economia ficou mais vulnerável. Provavelmente seremos a próxima vítima dessas agressões especulativas. Vítima consentida, pois as condições para essa vulnerabilidade foram exacerbadas pelos dirigentes brasileiros com o Plano Real. Haja iogurte e dentaduras! O tal pacote das 51 medidas não mexe nas causas que levaram à crise. Pelo contrário, duplicaram as taxas de juros com o objetivo de continuar atraindo especuladores, ao tempo em que aprofundam a vulnerabilidade nacional.

Luiz Rocha – Além do jogo especulativo do lucro máximo, há algo além disso?

Bautista Vidal – Fortes evidências indicam que, no caso do México, a *débâcle* financeira, preparada por Salinas de Gortari, levou ao controle pelos EUA das exportações de petróleo mexicano, cujas reservas são apenas menores que as da Arábia Saudita.

A destruição de países pela via financeira foi prevista por Foster Dulles, secretário de Estado do governo Eisenhower: “Quando não se pode submeter um povo pelas armas, desmonta-se sua economia pelas finanças”.

No caso brasileiro, pode-se argumentar que ainda não se justifica usar a grande chantagem, posto que, com os governantes que temos tido, serviços e sem compromissos com a nação, vem ocorrendo a internacionalização dos patrimônios estratégicos sem essa necessidade.

Assim ocorreu com a maior mineradora do mundo, a Companhia Vale do Rio Doce, e está ocorrendo com o setor energético, petróleo e eletricidade, além do desmonte geral da estrutura produtiva que outrora estava em mãos de nacionais.

Os objetivos parecem claros: retirar do controle de mãos brasileiras os instrumentos de sobrevivência do Brasil como nação soberana. Esse golpe final pode estar sendo preparado tendo em vista ações de maior porte, como o controle efetivo e definitivo sobre a Amazônia.

Luiz Rocha – Como o senhor explica que um país tão rico como o Brasil esteja nessa situação?

Bautista Vidal – Com o sistema financeiro operando de maneira esquizofrênica, ou seja, com base em ente abstrato, a moeda, que cada vez tem menos a ver com o mundo concreto, desvinculada da verdadeira riqueza e de controle externo, fica muito difícil sobreviver. Lembremos que essa moeda é o meio de acesso à riqueza e, conseqüentemente, ao poder.

Com a ditadura financeira da moeda internacional fica impossível a competição, quaisquer que sejam as vantagens comparativas dos que não detêm o monopólio e o arbítrio da emissão dessa moeda. É cínico impingir-nos goela abaixo a livre competição da raposa no galinheiro.

A falsa moeda penetra nos países e, a troco de nada, adquire, na “bacia das almas”, seus patrimônios e compra as consciências, dominando de modo monolítico a grande mídia e o processo eleitoral, que passa a tomar conotação de farsa. Pelo controle da mídia impede-se a formação da opinião pública, base indiscutível do poder nacional. Tem-se como conseqüência uma nação à deriva.

Luiz Rocha – Quais as conseqüências do “pacote dos 51 itens” sobre a economia brasileira?

Bautista Vidal – Ele não procura atingir as causas que provocaram o ensaio de *débâcle*; pelo contrário, intensifica-as. Assim, fica claro onde querem chegar. Na realidade, procura-se acelerar a degeneração do país. Como conseqüência, centenas de fábricas irão fechar, o desemprego se tornará ainda mais grave do que já é. Reduzimos a capacidade de pagar nossas contas, obrigando a tomar mais empréstimos com juros ainda mais altos.

Enfim, o objetivo é caminhar para a ruína. Na realidade, os especuladores têm o controle da economia do país. Somente entram no país por curto prazo com juros altíssimos. Extorquem da sociedade brasileira e, ademais, ficam com o poder de arrebentar sua economia quando o desejarem, bastando que se retirem do país.

Luiz Rocha – Como o senhor está vendo o programa de privatizações do governo?

Bautista Vidal – Esse programa será revertido pela Justiça, pois ele é eivado de ilegalidades, ferindo em muitos pontos a própria Constituição. Essa é a opinião de subprocurador

geral da República que estudou a questão. Quando tivermos governo responsável, tudo virá à tona e os criminosos serão apenados e os respectivos patrimônios devolvidos ao verdadeiro dono: o povo brasileiro. É de estranhar que pré-candidatos à presidência da República demonstrem desinteresse pelo cumprimento da lei. Jamais poderiam ser candidatos em um Estado de direito.

Luiz Rocha – Quer dizer que existe total desrespeito às leis do país?

Bautista Vidal – Nessas questões, o Brasil virou terra de ninguém, casa de tolerância. A Justiça é pouco atuante e o governo é o primeiro a não cumprir as leis. Um Congresso não-constituente alterou, de modo ilegítimo e ilegal, a estrutura e o espírito da Constituição. Ele não legisla, quem legisla é o Executivo por meio de medidas provisórias. Não vivemos um Estado de direito, nem existe a chamada independência dos poderes. Os juízes são nomeados pelo Executivo, bem como os membros dos tribunais superiores. É essencial voltar ao Estado de direito, o que somente é possível com governante que represente a população e esteja a seu serviço. O atual sistema político não permite isso. A ditadura videofinanceira manipula o processo eleitoral e elege quem quer. Mudanças profundas são exigidas nesse processo e na mídia para recompor o sistema representativo, para recompor o voto popular, impossível pelo controle das mentes pela mídia. É fundamental que os culpados sejam punidos. A impunidade é o grande estímulo à delinquência.

III – BIOMASSA, ALTERNATIVA MUNDIAL AOS DERIVADOS DO PETRÓLEO – DE CHERNOBYL A RORAIMA

Luiz Rocha – Em seu livro, a questão energética é muito abordada, especialmente a biomassa como alternativa nacional aos derivados do petróleo. Qual sua avaliação sobre o assunto?

Bautista Vidal – *A Reconquista do Brasil* é um livro que mostra a cruel realidade que estamos vivendo. Mas mostra também as evidências de nossas imensas potencialidades, que oferecem condições para reverter esse quadro.

Na questão energética, o mundo vive o fim de uma era. Ademais, o efeito estufa impõe drástica redução ao uso do carvão mineral, ainda extensamente utilizado pelas potências hegemônicas, que estão assim causando danos graves à estabilidade termodinâmica da ecossfera.

Os acordos estabelecidos na Eco-92 para reduzir esses efeitos, infelizmente, não estão sendo respeitados por essas potências. Há necessidade de redução de uso de carvão mineral em 80%, o que significa problemas muito sérios para países como os EUA, que dependem em 82% da queima de combustíveis fósseis para a geração de eletricidade.

De modo simultâneo, a energia de origem nuclear tem tido seu uso drasticamente reduzido após os acidentes de Three Miles Island e Chernobyl. As graves questões de segurança são tornadas públicas e, mais ainda, os terríveis problemas ocasionados pelos rejeitos radiativos, que, não existindo na natureza, após sua criação artificial, permanecem com seus efeitos por centenas de milhares de anos, em particular aqueles do plutônio. Podem provocar, em condições especiais, o fim da vida sobre o planeta. Essas questões provocaram uma moratória mundial nesse setor que persiste por vinte anos, desde o acidente de Three Miles Island.

Há que considerar, porém, que vários países não têm alternativas, salvo o uso da fissão nuclear. São casos específicos como a França e o Japão. Não é, em nenhuma hipótese, o caso brasileiro.

Na busca intranquã de alternativas ao petróleo, a única solução indiscutível e permanente é aquela proporcionada pela biomassa, que reúne as dimensões que o problema exige, somente possível, porém, nas regiões intertropicais.

O Brasil é o continente tropical do planeta, com predeterminação para desempenhar papel crucial no futuro da humanidade. A postura incompetente e servil da sua classe dirigente o está impedindo de cumprir seu papel histórico. Essa mudança de postura também resulta na garantia de evitar

perturbações perigosas no equilíbrio termodinâmico da ecosfera.

O Brasil pode abastecer o mundo de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, em horizonte temporal ilimitado, a partir da biomassa e, ao mesmo tempo, dar solução aos graves problemas ambientais do efeito estufa.

A biomassa, como vimos, resulta da fixação da energia solar nas plantas. Na queima dos combustíveis derivados da biomassa formam-se os resíduos CO_2 e água, que são a sua origem. Forma-se assim um ciclo natural, ao contrário da tremenda perturbação nesse equilíbrio pela queima dos combustíveis fósseis, que devolve ao ar o CO_2 acumulado em eras geológicas, provocando o efeito estufa.

Somente em 1996 foi jogada na atmosfera, como consequência da queima do petróleo e carvão mineral, a inaudita quantidade de 6 bilhões de toneladas de carbono. O efeito El Niño começa a mostrar suas consequências. Ele resulta da inversão de sentido nas correntes marítimas do oceano Pacífico, envolvendo energias da ordem das provocadas na explosão de vários milhões de bombas nucleares. Esse efeito transfere as chuvas da região amazônica para o Pacífico, provoca secas no Nordeste brasileiro e chuvas torrenciais no sul do país, além de muitas outras perturbações climáticas.

Assim, o Brasil tem em suas mãos a solução para dois dos mais graves problemas contemporâneos: o energético e o ecológico. A nossa tragédia, porém, é a incompetência e a baixa qualidade moral da atual classe dirigente, que não cumpre seu papel e serve de intermediária para retirar do controle nacional extraordinárias potencialidades. Além disso, há a alienação energética decorrente de uma mente colonial persistente no país.

As potências hegemônicas, não encontrando interlocutores à altura nas discussões dessas questões, mas apenas serviçais, respondem com o desprezo que sempre lhes inspiraram os fracos, preferindo o nosso massacre à convivência e cooperação.

O Brasil tem assim oportunidade histórica que jamais frequentou outro povo. Tudo se deve à presença, de modo intenso e permanente, do Sol. Grande e eterna fonte de energia, gigantesco reator a fusão nuclear que nos fornece quantidade

diária de energia equivalente à produzida em 24 horas por 350.000 usinas hidrelétricas de Itaipu. Essa energia, que é dispersa e de difícil captação pelo meios tecnológicos atuais, encontra na fotossíntese das folhas o mecanismo de direta captação, fácil armazenamento, e adequada concentração.

O mundo hoje hegemônico está situado em regiões temperadas e frias do hemisfério norte e, portanto, pobres de energia. Em contrapartida, o Brasil é o senhor dos trópicos.

É surpreendente o desinteresse de políticos, empresários e intelectuais, com as exceções de praxe, pela oportunidade histórica única que nossa geração está vivenciando. Isso somente se explica pela alienação que resulta da atitude colonial de nossa classe dirigente que ignora nosso espaço e nosso tempo.

Se essas cruciais potencialidades não forem aproveitadas em benefício de todos, outros o farão, o que resultará em nosso esmagamento. As questões fundamentais da energia e da ecologia do planeta não podem ser tratadas da maneira rasteira própria da esbórnica financeira. Nestes casos há leis naturais inexoráveis a respeitar.

A classe dirigente, ao não assumir o seu papel preferindo a servidão gratificada, comporta-se como "mendigos fartos", como dizia Euclides da Cunha.

Luiz Rocha – Além da ditadura financeira, o seu livro aponta outros aspectos que visam a destruição do país. Quais são eles?

Bautista Vidal – Ele procura mostrar o processo destruidor, especialmente quando devido a motivações externas. O plano de genocídio, por exemplo. Matam-se cerca de 2.000 crianças por dia de fome e de doenças da desnutrição, além de matá-las quando ainda estão no útero das mães. Para isso existe rede de instituições com dinheiro externo. Uma das mais conhecidas é a Benfam.

Mata-se nas grandes cidades por meio de organizações paramilitares e pela própria polícia. Essa é a razão pela qual não se deseja retirar as crianças das ruas, pois isso facilita a matança e garante a impunidade.

Há ONGs especializadas em garantir a "cultura" dos meninos de rua, como se quer garantir a cultura neolítica dos indígenas. Em ambos os casos, o resultado é o genocídio.

Ou seja, o Brasil está sendo submetido a processo de "africanização". A população hoje na África Central é metade do que era há dez anos. São milhões de pessoas exterminadas em todo o mundo por ano, pela Aids, pela guerra, pela fome etc. Os seres humanos estão sendo descartados pelo "mundo civilizado": crescente desemprego, que nada tem a ver com "avanço" tecnológico, ele resulta de decisão política dos que assumiram o "governo" do mundo e impuseram o pensamento único neoliberal. Os governantes locais agem como moços de recados.

Nas universidades não se discute essa realidade. A mídia mente e ainda fala de modernidade, como se vivêssemos fase positiva da história do homem. É a modernidade! Quando falamos em moderno, nos referimos ao sentido vernáculo do verbete: o que é atual, presente, hodierno. Dificilmente encontramos na história humana fase tão cruel e cínica como a atual. Os meios de comunicação, controlados pelo que Gilberto F. Vasconcellos chama de sistema videofinanceiro, conduzem a opinião pública a pensar o oposto. Dizer que algo é moderno não quer dizer nada, salvo que é atual. Dizer que o que é moderno é bom, é "avançado" é uma mistificação. O que ocorre no momento é moderno: o genocídio de nosso povo, a desindustrialização, o desmonte da estrutura educacional e tecnológica, o desaparecimento da empresa de capital nacional, a eliminação dos avanços sociais, a ditadura financeira da moeda falsa, a perda da auto-estima, do patriotismo e de nossos principais patrimônios naturais. Esses e muitos outros processos conformam o que Carmen S. Puig chama de "a face oculta" da modernidade brasileira.

IV – PROJETO NACIONAL

Luiz Rocha – O senhor levanta no livro razões que explicam por que as nações hegemônicas promovem o desmonte do Estado brasileiro. Pode falar um pouco sobre essas questões?

Bautista Vidal – A maior parte de nossas dificuldades

resulta mais de nossas potencialidades do que de nossas falhas ou equívocos, excluída a natureza perversa da classe dirigente, que chegou ao poder graças ao sistema videofinanceiro e serve a interesses externos. Foi lá colocada no período militar e estão até hoje.

Com as atuais crises vividas pelas nações hegemônicas, com características de irreversibilidade, atingindo questões essenciais à própria sobrevivência e sem possibilidades de solução com seus próprios meios, como a crise energética dos combustíveis fósseis e a dos recursos naturais não-renováveis estratégicos, o Brasil desponta com excepcional potencial nessas questões, indicando o caminho da solução. Por esses motivos pode tornar-se rica e poderosa nação no futuro.

Assim, a disponibilidade de excepcionais patrimônios naturais, ausentes nos países hegemônicos, e o fato de ser o grande continente tropical do planeta, fundamenta essas considerações. Destacamos: os elevados potenciais de energia renovável; de água doce; de minérios estratégicos e de parcela ponderável da biodiversidade terrestre.

Garantida nossa soberania – esta é a questão crucial, fundamental e preliminar –, não há como deixar de cumprir nosso destino histórico. Essa é a razão por que – no sistema dependente em que vivemos – o grupo político predominante e o principal partido dito de esquerda, nascido no bojo do Diálogo Interamericano – braço latino-americano da Trilateral –, o PT, sempre rejeitaram a defesa de nossa soberania, em concordância com as ações que norteiam a intervenção estrangeira – continuação do velho colonialismo –, com a conivência do governo, associado na demolição do Estado.

Nessas condições, os países hegemônicos, pela via da ditadura financeira, procuram retirar nosso controle sobre essas potencialidades de valor estratégico mundial.

O insólito é que o executor desse plano é o próprio governo, subordinado ao poder videofinanceiro, como seu principal instrumento para subordinar o Estado, garantindo sobre ele o controle externo. Dispõe para isso de “exército” de ocupação bem instalado na gerência financeira do país. Não esqueçamos a frase profética – ou seria ação programada? – do secretário de Estado do governo Eisenhower: “Há duas

maneiras de conquistar um país estrangeiro, ganhando o controle de seu povo pelas armas ou de sua economia pelas finanças”.

O desmantelamento do Estado brasileiro decorre não somente da atitude servil do governo ante o estrangeiro, promovendo o desmonte de seu quadro institucional pela alteração ilegítima do capítulo econômico da Constituição ou pelo seu descumprimento, como é o caso do artigo 192, que regula a área financeira, transformado em letra morta pela via cínica da não-regulamentação; pela anulação da capacidade de legislar do Congresso, substituindo as leis por medidas provisórias, pela internacionalização das empresas públicas básicas e estratégicas.

Adicionam-se a isso: a lei das patentes; a adesão ao Acordo de Não-Proliferação de Armas Nucleares, que dá o controle dessas armas terríveis de destruição a um clube fechado de nações, sem possibilidade nossa de defesa e que exclui o Brasil de qualquer mesa de negociação internacional, mesmo envolvendo interesses cruciais nossos; a adesão sem condicionantes essenciais – como fizeram os EUA – à transformação do antigo GATT na Organização Mundial do Comércio, a OMC, peça do governo mundial na área do comércio e das relações econômicas internacionais, com potencial de intervenção na elaboração de legislação interna dos países. Esse largo espectro de ações leva à conclusão de que, por intermediação direta do governo brasileiro, estamos sendo arrastados para a condição de nação de segunda classe, uma vil colônia.

Essas ações conjugadas de desmonte do Estado nacional visam impedir que o Brasil se torne nação autônoma, poderosa, como as circunstâncias concretas estão a exigir e a beneficiar, com seus patrimônios estratégicos, interesses externos e máfias organizadas que dominam as finanças internacionais e que se formaram tendo como origem o narcotráfico e outras delinquências.

Os últimos governos da República transformaram o Brasil em um país em decadência, em que as estruturas necessárias ao seu funcionamento estão sendo destruídas, internacionalizadas ou entregues a grupos de origem desconhecida ou suspeita.

Luiz Rocha – Como então sair dessa situação?

Bautista Vidal – Para recompor a estrutura do Estado e retirá-lo desse processo destrutivo, pondo as peças essenciais em seus devidos lugares, é necessário estabelecer um conjunto concatenado e harmônico de ações, um plano estratégico, com objetivos fins bem definidos, sempre fundamentados em nossa realidade concreta, sem concessões a interesses antinacionais. Eles se organizam por meio de políticas conseqüentes com as necessidades e aspirações da nação.

O primeiro desses fins é o da soberania, sem a qual não temos controle de nosso destino. Para isso, as condições internas e externas têm de ser avaliadas de modo a permitir contornar as dificuldades ou enfrentá-las, com garantia de sucesso. Esse é o caminho para superar circunstâncias adversas, hoje consideradas insuperáveis.

Para isso, instrumentos de ação precisam ser criados e é essencial fazer valer nossas vantagens comparativas.

Ademais da soberania, que permeia todo o projeto, a prioridade absoluta é o ser humano, nossa capacitação para possibilitar um compromisso coletivo a nosso favor. O pleno emprego é meta maior, enquanto houver um brasileiro desempregado, o projeto não cumpriu o seu papel. O pleno emprego representa severo basta ao genocídio neoliberal.

O modelo de crescimento econômico perverso será substituído por modelo de desenvolvimento pleno para a nacionalidade e o indivíduo, de cada ser humano e de cada família. É essencial dizer um rotundo não à dependência externa em questões tais como energia, tecnologia, produção de bens essenciais e estratégicos, cultura e, sobretudo, o controle de nossos patrimônios estratégicos.

Nada de ideologias espúrias que não tenham a ver com nossos legítimos interesses, com nossa cultura e nossa alegria de viver. Serão severamente submetidas aos princípios constitucionais, restabelecidos por Assembléia Nacional Constituinte que não se confunde com ilegítimo Congresso Constituinte. A justiça para todos e a solidariedade humana são fundamentais.

À ameaça de uso de força externa, contrapomos forte poder dissuasório. Os sistemas jurídico, legislativo e executivo

ajustar-se-ão ao cumprimento desses objetivos e serão independentes, sem cinismo, sempre dentro dos princípios maiores do respeito à soberania e à vida próspera e livre do nosso povo.

A delinquência e a traição sofrerão o rigor da lei. A corte suprema será composta por homens dignos e capazes, profundamente compromissados com seu povo e com a nação. A impunidade é intolerável. Enfatize-se nossa habitual generosidade para com os que vieram compartilhar conosco o destino histórico, ajudando a construir este grande país. Terão a recompensa justa da contribuição que trouxeram ao enriquecer nossa cultura e a consagrada miscigenação de raças. Nossos valores serão reafirmados e nossa auto-estima consolidada, transformando-se em norma de vida individual e coletiva.

O projeto nacional resultará de consenso fruto de debate aberto e profundo sobre nossa realidade. Os meios necessariamente se subordinarão aos objetivos fins.

Luiz Rocha – O senhor poderia explicar se existiu no passado projeto dessa natureza?

Bautista Vidal – Tínhamos projeto que se estruturava no período entre as duas grandes guerras e que se estendeu até o final do segundo conflito mundial. Isso ocorreu no período que precedeu a Revolução de 1930 e que se prolongou no que se convencionou chamar "era Vargas", que FHC pretende destruir: meio século da vida de nosso povo.

Getúlio Vargas resultou da maior mobilização socioeconômico-política de natureza popular da nossa história, com a convergência de civis e militares.

O Brasil procurava seu caminho superando a República Velha e preparando-se para a construção de uma grande nação contemporânea, dona de seu próprio destino. Não é por acaso que nesse período nos libertamos dos sempre nefastos empréstimos externos. Tudo o que tivemos de positivo e o que ainda resta hoje a nosso favor foi construído nessa fase e em breve interregno do governo Geisel, quando se retomou a política de consolidação nacional, até a demissão do ministro Severo Gomes.

A implantação de vigoroso programa de produção tecnológica foi outro aspecto estratégico tratado nesse período e diretamente vinculado à independência nacional. Ele, porém,

foi desmantelado a partir de 1979, o primeiro setor a ser desmontado preparando o início do neoliberalismo, em 1989, com Collor de Mello.

A razão do desmonte, cujo objetivo final é a destruição do Estado brasileiro, foi explicitada com clareza por Henry Kissinger, em 1978: "A segurança dos EUA não pode permitir um outro Japão ao sul do equador".

Era evidente o processo de consolidação da soberania do Brasil em áreas sensíveis: o domínio tecnológico de produção e uso de combustíveis substitutos de derivados do petróleo, que permitiram, inicialmente, montar o programa do álcool e nos levariam à autonomia energética com formas renováveis nacionais; o desenvolvimento das tecnologias de aviões de pequeno e médio portes e as de mísseis no Centro Técnico Aeroespacial e Embraer; os inúmeros avanços de domínio tecnológico em metalurgia de metais refratários; as tecnologias de prospecção de petróleo em grandes profundidades marítimas, entre muitas outras.

Esse renascer da era Vargas está sendo destruído pelo neoliberalismo dos dois Fernandos. O próprio presidente Geisel não tinha idéias claras do que representaram esses aspectos no seu governo, como se pode verificar em sua autobiografia. Isso vem provar que, quando o país fica liberto de amarras que lhe são impostas por poder hegemônico externo, os brasileiros sabem conduzir seus interesses com competência.

Luiz Rocha – Mas, antes do neoliberalismo, o projeto nacional já estava abalado, já tinham conseguido reduzir o ímpeto da era Vargas, quais as causas?

Bautista Vidal – A evolução do projeto nacional teve, entre outras, duas fortes agressões que foram minando seus principais objetivos. A primeira foi a adesão ao Tratado de Bretton Woods, que estabeleceu em 1944 um odioso monopólio de emissão de moeda de referência internacional. O único ponto de defesa desse tratado era a paridade do dólar com o ouro.

O tratado foi rasgado de modo unilateral pelos EUA em 1971, quando Nixon declarou a desvinculação do dólar ao ouro. Criou-se, então, o arbítrio de emissão monopólica que resultou na utilização, a favor dos EUA, desse ilegítimo e brutal poder.

Esse arbítrio foi levado adiante com o embargo do petró-

leo, em 1973. As importações desse combustível passaram, naquele país, de menos de 10 bilhões de dólares antes do embargo para mais de 70 bilhões depois. Grandes emissões de moeda de referência foram então feitas, o que terminou levando o sistema financeiro internacional à esbórnia atual.

Nenhuma nação sem poderosas forças de barganha para contrapor-se a essa avalanche de dinheiro falso pode sobreviver economicamente no sistema, especialmente quando já abriu mão da moeda própria, como o México, a Argentina e o Brasil.

Surgiram então os empréstimos espúrios na City, em Londres, com o objetivo de "lavar" esse dinheiro. Eles eram feitos goela abaixo aos países detentores de patrimônios naturais estratégicos com juros negativos, mas flexíveis, a critério dos credores. Fez-se assim a grande montagem das dívidas externas do chamado terceiro mundo pela via do uso da falsa moeda de referência internacional, sob a designação de petrodólares.

Essa dívida tomou tais proporções, por rolagem posterior, submetida a juros estratosféricos, que criou gravíssima dependência e fragilidade nacional. Ela levou-nos à *débâcle* em 1982. Para contornar o problema e dar continuidade à extorsão, foi renegociada de sorte a criar condições para o aprofundamento da submissão no que veio a se chamar "Consenso de Washington"; então foi criado o mecanismo da dívida interna, complemento da externa, praticamente nas mesmas mãos, e cujo serviço hoje absorve cerca de 60% do orçamento da República.

A segunda grande agressão ao projeto nacional foi a adoção do modelo de crescimento econômico dependente de pacotes tecnológicos externos, implantado no governo de Juscelino Kubitschek, na primeira metade dos anos 50, sob o argumento idiota de crescer "50 anos em 5".

Luiz Braga – Por que o senhor considera suicida o modelo de crescimento econômico?

Bautista Vidal – Esse modelo foi inspirado na escola da Cepal, localizada em Santiago do Chile. Sintetizamos sua orientação no que veio a se chamar "teoria da dependência". Um de seus principais ideólogos, autor de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, ocupa presentemente (em maio de 1998) a presidência da República do Brasil e, no exer-

cício do poder, transforma em prática a teoria que ajudou a desenvolver.

Nada mais próximo do desejado pelo sistema neoliberal que a "teoria da dependência". Seus objetivos levaram à destruição de nossa economia, transformando-a em terra de ninguém e, como consequência, desmantela o Estado nacional, ou melhor, subordina a economia a conjunto de oligopólios externos, transformando-a em feudo de corporações transnacionais. Estas dominaram a produção por meio dos pacotes tecnológicos que não favorecem nossos fatores de produção, cada vez mais desvalorizados, por mais estratégicos ou escassos e substituídos pelos que essas corporações controlam. Ou seja, trata-se de modelo suicida que entregou ao controle de forças externas nossa estrutura produtiva. Tudo isso, porém, foi exacerbado pela doutrina neoliberal que se valeu para seus objetivos da vulnerabilidade que esse modelo criou.

Luiz Braga – Que consequências negativas principais traz esse modelo?

Bautista Vidal – O abandono da biomassa, por exemplo, a única fonte energética potencial, renovável, solução alternativa ao petróleo, e a eliminação da moeda nacional, essencial à soberania do país, por meio do Real, criado por taxa de câmbio artificial.

É impossível o modelo dependente dar certo, jamais deu em nenhuma parte do mundo. Sempre levou ao desastre. Não conhecemos nenhum processo de dependência que tenha dado resultados positivos para o dependente. Ele estabelece roteiro, semelhante ao descrito na *Crônica de uma Morte Anunciada*, de Gabriel García Márquez.

É curioso que os avanços na tentativa de autonomia e de criação do industrial brasileiro – de capital nacional – do governo Geisel ocorreram estando em vigor o modelo dependente que dava enormes privilégios às corporações externas: incentivos, subsídios, concessões e reservas de mercado escandalosas, incluindo doações de terras, de infra-estruturas etc.

Esses avanços ocorreram contrapondo-se ao modelo cepalino dos economistas, que traziam os pacotes tecnológicos do exterior, verdadeiros "cavalos de Tróia", que fincaram ban-

deiras em território brasileiro por meio de gigantescas estruturas de poder, à custa da poupança nacional.

Essas estruturas passaram a traçar as diretrizes das políticas econômicas e sociais do país. As "burras" do antigo BNDE, porém, eram então exclusivas para empresas de capital nacional, ao contrário do que ocorre hoje. Como a escassez financeira sempre existiu, não se sabe como isso é possível, salvo com grave aumento das vulnerabilidades do Estado brasileiro, fruto do neoliberalismo de FHC.

O atual BNDES financia de "pai para filho" a compra, "na bacia das almas", por grupos estrangeiros, às vezes até estatais estrangeiras, de empresas estratégicas públicas e de economia mista nacionais, além de empresas privadas de capital nacional.

A figura do industrial de capital nacional desapareceu da Constituição e do mercado brasileiro, em ostensivo atentado ao vernáculo e ao interesse nacional. O programa de desestatização ou de privatização, como queiram, não é nem uma coisa nem outra. Na realidade, trata-se de programa de internacionalização, quer de modo direto, quer por intermédio de testas-de-ferro de nossas principais estruturas produtivas industriais.

Como os grupos externos não têm compromisso com o país, nem com nosso povo, e visam, com exclusividade, o lucro e o aumento de poder em questões estratégicas internas, vale tudo. À medida que seu poder interno cresce, eles passam a intervir fortemente nos assuntos não-econômicos – política eleitoral, controle dos meios de comunicação de massa – e conseqüentemente na formação da opinião pública, ou seja, a interferir diretamente no poder nacional.

Luiz Braga – Quais as principais estratégias e táticas de um projeto nacional?

Bautista Vidal – É indispensável que as ações do projeto nacional sejam harmônicas, visando a efetividade dos fins: salvar o Brasil da inviabilidade e do caos econômico e social e retomarmos o caminho histórico iniciado nos anos 20 e enfatizado com a Revolução de 1930, de acordo com nossos extraordinários potenciais e nossa visão de mundo.

Dois pontos são essenciais ao resgate do projeto nacio-

nal: afastamento do sistema financeiro internacional e mudança para um modelo econômico de desenvolvimento, saindo do atual, que visa apenas o crescimento financeiro, perverso e antinacional.

O objetivo explícito do governo FHC é desmontar o que foi feito na era Vargas, sem substituí-lo por nada, o que coincide com os objetivos do neoliberalismo.

O economista norte-americano John Kenneth Galbraith, célebre na "era Kennedy", denuncia como objetivo do neoliberalismo garantir aos EUA a ocupação dos mercados de outras nações, inviabilizando seus projetos nacionais e subjulgando-os a seus (deles) interesses. É a destruição pela via financeira a que se referia John Foster Dulles.

Luiz Rocha – Nessas condições, com forte domínio externo dentro do país e o governo, em grande parte também o Estado, servis a esse domínio, como estruturar um projeto nacional?

Bautista Vidal – O esfacelamento da nação é um fato. Nosso terceiro livro tem esse título e descreve em detalhes esse processo. Apesar do bloqueio monolítico imposto sobre as mentes pela mídia, as escamas começam a cair dos olhos de muitos, como dizia Severo Gomes. O desespero freqüenta número crescente de brasileiros, que começam a sentir a necessidade de mudanças profundas como condição para sobrevivermos como povo, como nação.

O sistema, dito representativo, já não representa ninguém, salvo seus financiadores e corruptores.

O neoliberalismo já não engana mais ninguém, mostra seus efeitos em toda parte, até nas nações hegemônicas, cujos povos começam a pagar alto preço, exigido por uma sinistra oligarquia mundial. As reações começam a ocorrer em maior número, a cada dia que passa.

O colapso dos ex-tigres asiáticos – outrora modelares para os neoliberais – mostra a verdadeira face do processo.

O colapso financeiro – muito mais grave que o de 1929 – se aproxima, não se podendo prever, apenas, com precisão, quando ocorrerá, posto que esse momento será decidido pelo inimigo. Os tecnocratas nativos deram esse trunfo ao inimigo. Até o megaespeculador George Soros fala na necessidade

de um sistema mundial de controle; impossível sem a existência de um Estado mundial, este impossível, na realidade. O único caminho seguro seria a volta aos controles nacionais.

O provável estouro do Japão – desejado e temido pelos EUA – pode ser o grande estopim.

No nosso caso, qualquer que seja o desfecho, podemos estar entre as maiores vítimas, porque aqui estão localizadas soluções para evitar a grande *débâcle* no *day after*, ou seja, no dia seguinte à *débâcle*. Não a *débâcle* financeira, inevitável, mas a econômica.

Os hegemônicos contam com isso, o que pode ocorrer de maneira nada pacífica, com exércitos mercenários mantidos por grandes corporações mineradoras na disputa do controle de nossos patrimônios naturais estratégicos. Vejam o que está ocorrendo em Angola, Moçambique e outras partes da África.

Luiz Braga – **Qual o poder que nos submete?**

Bautista Vidal – Rejeitamos energeticamente a opinião daqueles que consideram os brasileiros – assim tomados globalmente – como um bando de irresponsáveis, sem compromisso com seus filhos ou com a pátria. Uma raça inferior, enfim. Quem isso afirma são aqueles que estão empenhados em nos destruir, jogando do lado dos inimigos. Eles dispõem de poderosos meios de comunicação de massa e de muito dinheiro, por isso dão essa falsa versão sobre nós.

O poder da mídia nos submete a sistema monolítico mais dominador que o descrito por George Orwell em 1984 e é brutal porque alcança, sem alternativas, as mentes. É evidente que esse sistema não pode persistir, salvo se quisermos o suicídio nacional. É claro que não podemos continuar como um povo de idiotas, composto de homens e mulheres desfibrados, que insiste na ignorância da nossa realidade, como povo que não sabe o que quer, conduzido por forças espúrias. A experiência dos anos 20 e 30, com vigoroso projeto nacional, demonstra o contrário.

Existe felizmente, hoje, revolta crescente proporcional ao grau de informação. Ela é ainda de difícil identificação pelo bloqueio da mídia, mas existe e está se tornando vigorosa.

Luiz Braga – **Há perigo de uma convulsão social?**

Bautista Vidal – Há os que a prevêm. Com tudo o que

representa, pode despertar temor e levar a maior participação das pessoas nos destinos do país. Configura-se algo semelhante ao que ocorreu na fase anterior à Revolução de 1930: civis e militares juntos, querendo a mudança do país. Foi isso que permitiu a conjugação de forças. Ninguém previa que fosse tão fácil e muitos a consideravam impossível. O próprio Getúlio Vargas teve dúvidas na fase final. Depois, a marcha em direção ao Rio de Janeiro foi quase um passeio.

A Revolução de 1930 transformou-se no mais importante processo de mudança positiva de nossa história; o que aconteceu em 1964 foi antagônico a isso, pois esteve permeado pelos conflitos ideológicos das superpotências que pouco tinham a ver com o Brasil. Por isso, terminou sendo contra o Brasil, interrompendo a continuidade da luta pela afirmação nacional, que teve seu ápice nas décadas de 20 e de 30.

Na Revolução de 1930, militares e civis se uniram contra o velho regime para mudá-lo, para construir um Brasil novo. Convergência análoga está começando a ficar clara no Brasil de hoje, superando os ressentimentos do movimento de 1964, apesar do bloqueio que as finanças externas exercem sobre os meios de comunicação, procurando impedir, por todos os meios, que esse entendimento aflore para a população; pelo contrário, estão interessados em provocar divisões internas na sociedade. É impossível, porém, impedir essa união. A realidade e o desejo de sobrevivência são mais fortes!

A existência de um projeto nacional impede que a atmosfera de revolta que se está formando resulte em baderna, em caos social. Ele facilita canalizar as energias na direção das mudanças que o Brasil necessita, contrapondo-se a tudo que for contrário a nossos mais legítimos interesses.

Luiz Braga – Quais as forças que poderão se opor a isso?

Bautista Vidal – A idéia de militares e civis juntos salvarém o Brasil precisa amadurecer para se consumir no momento certo, quando soubermos coletivamente qual a direção a tomar, e como fazê-lo, com que meios podemos contar e quais teremos de construir. O regime militar separou civis de militares. Felizmente, as mágoas estão sendo superadas. É preciso unir a família brasileira.

Os militares existem para garantir a sobrevivência do

Brasil e não para defender oligarquias carcomidas ou ideologias espúrias – de direita ou de esquerda – que nada têm a ver conosco. Eles são o braço armado do povo. No Brasil, os militares não se constituem em casta, como ocorre em outros países, eles têm origem na base de nosso povo.

Com as mudanças que se fazem necessárias, os que estão destruindo o país não se sustentarão. Chega de parasitas e traidores que estão pondo em perigo a sobrevivência de todos. Quem trabalha pela divisão entre civis e militares trabalha contra todos. Quem pretende apartar os índios, os negros, ou qualquer outra raça, criando problemas e ódios inexistentes entre nós, trabalha também contra todos, querendo nos enfraquecer ao caracterizá-los como minorias, para facilitar o extermínio.

Somos uma raça cósmica, fruto de maravilhosa miscigenação que nos coloca meio milênio na frente daqueles países de maior uniformidade. Raça pura, na realidade, não existe, mais se aplica a animais do que a seres humanos.

Luiz Braga – Quais os principais conflitos e a visão que se tinha do Brasil no mundo?

Bautista Vidal – O projeto nacional das décadas de 20 e 30 não ocorreu sem a emergência de conflitos, como a Revolta dos 18 do Forte, a Coluna Prestes, a fracassada revolta paulista de 1932, o Estado Novo e outras ações civis e militares que culminaram na Revolução de 1930.

Havia entusiasmo com as perspectivas da grandeza da nação que se estava construindo. O fluxo de emigrantes da Europa meridional, do Extremo Oriente e do Oriente Médio continuava intenso, todos na busca de um mundo melhor que as potencialidades brasileiras claramente ofereciam. Tudo ocorria com intensa participação popular, o que deixava intranquilos os representantes do interesse hegemônico, neocolonial.

Hoje são os brasileiros que emigram em massa, principalmente os mais jovens, e a participação do povo não existe, tudo é monopolizado pela mídia – um horror! – e conduzido por indivíduos despreparados e servís, alguns simples escroques, com cabeças e penas vendidas a forças antinacionais.

Luiz Rocha – FHC disse que acabaria com a era Vargas. Isso é possível?

Bautista Vidal – Getúlio Vargas foi nosso maior estadista. Quase tudo o que temos hoje, próprio de uma nação contemporânea, devemos ao período em que ele esteve na presidência. Getúlio veio no bojo de um processo revolucionário, cujas idéias de mudanças tiveram nele o principal executor.

Quando se fala na era Vargas quer-se dizer muito mais daquilo que teve origem em sua forte personalidade, que marcou grande parte deste século. Não há um único setor de nossa vida que não tenha sua marca decisiva. Mesmo o que foi feito depois, favorável ao Brasil e ao seu povo, está dentro do espírito da era Vargas.

Em contraposição, tudo negativo, como as dívidas externas, foi eliminada no governo Vargas. Foi a única fase de nossa história política em que construímos o futuro com nossos próprios meios. Por isso, foi nossa fase mais brilhante, fase de construção. Por tudo isso, Getúlio foi o presidente da República que mais ataques sofreu, o último dos quais o levou à morte.

Embora se tenham passado mais de quarenta anos de seu desaparecimento, sua obra tem presença perene na vida de todos os brasileiros. Por isso, FHC ainda identifica na vida do Brasil atual a marca da era Vargas e, enciumado ou torturado, quer acabar com ela, como se isso fosse possível. Acabar com a era Vargas é acabar com o Brasil contemporâneo, com a parte mais construtiva de nossa história, é voltar à República Velha.

Luiz Braga – O que o senhor acha do governo de FHC?

Bautista Vidal – Quanto ao personagem, quem melhor o descreveu foi Gilberto F. Vasconcellos no seu livro *O Príncipe da Moeda*, da Editora Espaço e Tempo. Sobre ele, diz José Luís Fiori em *Os Moedeiros Falsos*, da Editora Vozes:

“O presidente vem dando claras demonstrações de que já assimilou melhor do que ninguém a idéia que há três anos atrás tanto o irritou: que de fato o Plano Real não foi concebido para elegê-lo, ele é que foi concebido para realizar no Brasil a coalizão liberal-conservadora capaz de dar sustentação ao programa de estabilização e reformas preconizadas pela comunidade financeira internacional.”

Luiz Rocha – Há quem ache FHC um cidadão do mundo, um homem culto, poliglota, aceito pelo *grand monde* internacional, que mal há nisso?

Bautista Vidal – Eu não opinaria se estivéssemos falando do indivíduo FHC e não do presidente do Brasil, cuja federação já foi estraçalhada pela ditadura financeira do Banco Central.

Ao ocupar a presidência, esse senhor assumiu responsabilidades e deveres com todos nós e suas ações passam a ter papel crucial nas nossas vidas. Ele é o comandante do Estado, do qual depende a sobrevivência nacional.

O que existe de concreto nas estruturas de poder mundial, nestes últimos cinco séculos, salvo as nações? Sem elas, seria o caos. Enfraquecer o Estado equivale a enfraquecer a nação para a qual ele existe. Tudo o que é internacional fundamenta-se na existência das nações, pois ocorre sempre da ação entre elas (internacional). Fora das nações é a terra de ninguém, logo dominada pelos mais fortes ou sem escrúpulos. Ao formar-se o vácuo pela ausência do Estado, as nações ficam expostas à rapina generalizada. Vejam a Rússia de Yeltsin.

O chefe de Estado que estimula o enfraquecimento do Estado, estrutura que garante a sobrevivência da nação, decididamente não está cumprindo seu dever e precisa imediatamente pedir demissão ou ser demitido. Quem não é a favor da nação a que pertence é um apátrida, um alienado em sua própria terra. Comete grave crime.

Por tudo isso não estou interessado se o presidente da República fala várias línguas ou se faz bonito nos salões internacionais. Quero saber se o presidente defende severamente nossos interesses coletivos e tem competência para fortalecer o Estado que dirige e do qual todos dependemos de modo vital.

Luiz Rocha – **FHC considera catastrofistas aqueles que julgam que nosso futuro corre risco.**

Bautista Vidal – Maria Antonieta também assim considerava, tanto que aconselhava aos catastrofistas da época que, se faltasse pão para o povo, ele comesse brioches. Pouco depois, o seu delicado pescoço freqüentava a lâmina da guilhotina... Os dirigentes brasileiros estão brincando à beira do abismo, na suposição de que todos somos idiotas ou que não temos compromisso sagrado com nossa pátria e com o futuro de nossos filhos.

Com esta suposição, caminhamos para o desastre. Que

Deus nos proteja, pois eles sabem o que querem. E querem nos transformar em uma vil colônia, apropriada a um povo que não tem dignidade nem auto-estima. Estarão certos? Creio que não. Este é o desafio dos brasileiros. Eles estão muito enganados... saberemos reagir.

Capítulo X

Entrevista III*

EDITORIAL

Ele não aparece na televisão, no rádio, nos jornais ou revistas. Pelo menos até agora não tem aparecido. Talvez porque des-toe totalmente do coro dos contentes. E como! O professor Bautista Vidal é um crítico contundente do liberalismo e do que chama de ditadura financeira que domina o mundo. E suas críticas são substantivas, ele fala mostrando números. Mas passa ao largo da frieza dos técnicos em economia, que enxergam o mundo a partir da quantificação. Ele é um apaixonado pelo homem e pela natureza. Mais ainda pelo Brasil. Vibra, deixa-se empolgar e empolga quando fala das realmente fabulosas potencialidades do país, um território privilegiado, em condições de sustentar o mundo de alimentos e, principalmente, de energia. E aqui o professor se esbalda, prova que o Brasil, dono da maior riqueza do universo, que é o sol, será obrigatoriamente o celeiro de energia da humanidade, a partir da biomassa, que moverá o mundo, em lugar do petróleo, já com os dias contados. E se exalta quando fala da política internacional e dos políticos que governam o país seguindo a cartilha da dependência. Uma entrevista estonteante, um homem de natureza "férvida", como já o classificaram, e, com o perdão dos globalizados, um patriota.

* Entrevista a *Caros Amigos*, São Paulo, dezembro de 1997.

Participaram da entrevista os jornalistas Leo Gilson Ribeiro, Gilberto Vasconcellos, Roberto Freire, Georges Bourdoukan, Francisco Vasconcellos e Sérgio de Souza.

A ENERGIA É NOSSA

INTRODUÇÃO

Você vai sair desta entrevista com a cabeça cheia de interrogações, a par de acachapado. O físico e engenheiro José Walter Bautista Vidal, conhecedor como pouquíssimos do chão, da gente, do poder (ele esteve lá) e dos problemas brasileiros, faz afirmações impressionantes. Com números mostra que o Brasil só não é uma grande potência porque não quer. Que o Brasil está cada vez mais à mercê dos especuladores internacionais porque quer. Que é dependente por escolha dos que o governam. Que a moeda que circula no mundo é falsa, não passa de papel pintado e os países desenvolvidos estão à beira da falência. Que a era do petróleo – energia que move o mundo – está com os dias contados e eles não têm alternativas a não ser se apropriar das fontes energéticas que a natureza legou a outras nações. E a mais rica delas todas, disparadamente, é o Brasil, “porque foi premiado com um reator a fusão nuclear particular – o sol, que é a grande fonte de todas as formas de energia usadas pelo homem até agora e dentro de bilhões de anos”.

E o Brasil, como “o grande continente tropical do planeta”, terá por isso um poder inimaginável, “desde que conte com dirigentes à altura desse papel”. Sim, porque o que determina os rumos da história é a política. E esse físico e professor tem a cabeça política.

Chico Vasconcellos – O senhor foi secretário de Tecnologia Industrial do governo Geisel. Como foi isso?

Bautista Vidal – Bom, fiz pós-graduação em física nuclear na Universidade de Stanford. Só que resolvi voltar para a minha Bahia, e quando cheguei disse para mim mesmo: “Que diabos vou fazer com física nuclear na Bahia, com esse sol e

esse mar?" Aí resolvi mudar para geofísica e, como diretor do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia, fundei um centro de ensino e de pesquisa em geofísica. Durante três anos treinamos os primeiros 67 geofísicos brasileiros que descobriram petróleo na bacia de Campos e criaram para a Petrobrás as condições para descobrir petróleo na plataforma continental, até então sem resultados práticos. Fundei então o Instituto de Física da UFBA e posteriormente cerca de trinta instituições nas áreas científica e tecnológica em todo o país. Aí, aos 28 anos, fui chamado pelo governador da Bahia, a quem não conhecia, Luís Viana Filho, para ser secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, a primeira secretaria do gênero no país. Foi uma fase muito rica do ponto de vista de enfrentar questões novas. Participamos decididamente da criação do Pólo Petroquímico de Camaçari. Assim saí da redoma da ciência, onde vivia, era um físico teórico, e fui jogado num puteiro (*risos*). Foi um choque. Eu tinha falado ao governador, quando me chamou: "Mas a ciência, governador, é incompatível com a política". E ele: "Você quer dizer politicalha. Pois, se eu não tivesse condições de fazer a secretaria, não a faria e nem o teria chamado". Cumpriu, pois jamais permitiu qualquer ingerência. Mas veja minha ingenuidade em achar que ciência se faz fora do poder! Fui constatar isso depois. Aí ajudei a criar o complexo petroquímico e equacionamos a criação de um centro tecnológico do complexo para ser um dos maiores do mundo, mas a participação japonesa, francesa e alemã, entre outras, mesmo minoritária, jamais permitiu que o centro existisse como tal, porque se ele vingasse passaria para mãos brasileiras o controle do processo petroquímico. Assim, terminou tudo nas mãos deles... bom, deixa pra lá. Quer dizer, teria sido montada a indústria petroquímica brasileira e não apenas indústrias localizadas no Brasil... Nesse trabalho fiquei muito conhecido na área federal por todos aqueles que cuidavam das áreas industrial e tecnológica, especialmente na área petroquímica e, particularmente, de Paulo Vieira Belotti, que era o principal executivo na implantação da petroquímica, e que veio a ser o secretário geral do ministro Severo Gomes, no governo Geisel. Já então tinha passado dois anos no gabinete do ministro do Planejamento e Coordenação Geral, no tempo

de Hélio Beltrão e Reis Veloso, cuidando da área tecnológica, e tinha sido membro titular dos conselhos deliberativos da Capes, do qual fomos eleito presidente, e do CNPq.

Chico Vasconcellos – Nas mãos deles... de quem?

Bautista Vidal – A parte que pertencia à Petrobrás – via Petroquisa, sua subsidiada – foi privatizada, fala-se na Odebrecht, parece que ela é testa-de-ferro, pois estão vindo grandes grupos externos para tomarem conta. Petroquímica é questão de poder mundial, área estratégica.

Georges Bourdoukan – Está na mão de quem hoje?

Bautista Vidal – Basicamente dos japoneses, alemães e americanos, que detêm o controle sobre a tecnologia, cada um jogando para seu próprio time. O certo é que a Petrobrás – o povo brasileiro – foi excluída, mantendo entretanto para si o ônus do subsídio à nafta. Os investimentos da Petrobrás na Petroquisa, da ordem de 3 bilhões de dólares, foram trocados por 1.000 reais. Uma gigantesca roubalheira, além de o Estado brasileiro perder o controle sobre uma área estratégica.

Georges Bourdoukan – Por que fugiu das mão dela?

Bautista Vidal – Não fugiu, tomaram no grito e na ilegalidade. Quem é cínico o suficiente para achar que vivemos um Estado de direito? Essa conjuntura política que vivemos retirou das empresas públicas, de economia mista, a autonomia que tinham anteriormente. Hoje viraram casa de tolerância para desfrute dos tecnocratas a serviço de causas antinacionais. Reparem que os militares preservaram essas empresas estratégicas da influência nefanda dos políticos que servem ao regime neoliberal, os dois Fernandos à frente. Um ministro das Minas e Energia no período militar não conseguia reunir os presidentes das empresas vinculadas ao seu ministério, tal eram suas autonomias. Elas funcionavam realmente como empresas públicas, servindo aos interesses do país. Hoje viraram casa de tolerância dos *yuppies* – tecnocratas.

Georges Bourdoukan – Foi no governo Fernando Henrique Cardoso que se deu isso?

Bautista Vidal – Não, o processo neoliberal começou em 1979, no último governo militar. Antes, no governo Geisel, o Brasil havia conseguido criar a sua própria indústria de bens de capital, que era o sonho de Getúlio Vargas. Getúlio dizia

que o país que consegue construir as suas próprias máquinas é um país vitorioso. Ademais, no governo Geisel montou-se um programa que não só pode transformar o Brasil em um país completamente autônomo em combustível, como na maior potência energética do planeta. O simulacro desse programa é o Proálcool, a pontinha de um imenso *iceberg* inexplorado de energia.

Georges Bourdoukan – Em 1979, os militares detinham o poder em todos os sentidos, então eles foram entreguistas?

Bautista Vidal – Não, calma. Primeiro os militares não detinham o poder, eles garantiam o poder. A rigor, o poder verdadeiro sempre esteve – e hoje mais do que antes – nas mãos de tecnocratas ligados ao poder hegemônico internacional. Quer dizer, na hora em que Roberto Campos assumiu o Ministério do Planejamento e o Castello Branco entregou o poder a eles, nunca mais largaram. O Andrada Serpa, então no alto comando militar, general quatro estrelas, não tinha um décimo do poder que o setor financeiro tinha. Isto é, a ditadura financeira, sim, surgiu no período militar. Hoje, Roberto Campos debocha das organizações militares.

Roberto Freire – Com o Castello?

Bautista Vidal – Com ele. Mais precisamente com o Roberto Campos, era quem dava a última palavra. E dali nunca mais saíram, num crescendo. Por exemplo, no governo Geisel, com o Severo Gomes, enfrentávamos o Simonsen e o Reis Veloso, ou seja, o poder financeiro externo, representado por eles. Enfrentávamos o Banco Central. Chegávamos ao Geisel, contestávamos o poder financeiro e dobrávamos o Geisel, a favor do país. Hoje, o presidente da República não consegue nomear um diretor do Banco Central. Itamar tentou, chegou a publicar a nomeação no *Diário Oficial*. Pois teve de mandar “despublicar” uma semana depois. Dizia ser contra a privatização da Usiminas, mas afirmava que seguiria a orientação de seus assessores. No dia seguinte, seu ministro da Fazenda confirmava a privatização e dava ordens para ser consumada, como ocorreu.

Georges Bourdoukan – Mas por ordem de quem?

Bautista Vidal – Do poder real. Do FMI e do Banco Mundial, que decidem quem vão ser os diretores do Banco Cen-

tral, quem vai ser ministro da Fazenda etc., desde Castello Branco. Os militares são pessoalmente nacionalistas e você tem entre eles figuras fantásticas como Andrada Serpa, Hélio Lemos e tantos outros que não tiveram força de levar avante o projeto nacional, foram derrotados por seus próprios companheiros de farda, dominados pelos tecnocratas que representam o poder externo. Na realidade, houve um golpe dentro do golpe que afastou do poder os nacionalistas e 1964 terminou sendo entreguista. Mesmo assim, os militares não chegam às raias da traição, como alguns civis, especialmente nesta fase neoliberal. Só tem bandido.

Georges Bourdoukan – Se os militares não conseguem preservar isso, para que servem?

Bautista Vidal – A função dos militares não é governar o país, eles não são preparados para isso. Eles assumiram algo que não tinham condições de realizar. Muitos deles, os mais clarividentes, reconhecem isso. O Andrada Serpa sempre dizia que o golpe foi uma consequência daquele descabro hierárquico e de indisciplina, que levou de roldão os que não tinham intenção de dar nenhum golpe, como ele mesmo. Segundo ele, tinham de evitar a desmoralização completa das Forças Armadas. Eles não tinham projeto nem preparo para assumir o governo do país, e a primeira coisa que Castello Branco fez foi chamar esse escroque internacional que é Roberto Campos, na suposição de que ele sabia o que fazer com o país. Sendo responsáveis por terem trazido essa gente, os tecnocratas internacionais para o poder, os militares, entretanto, evitaram coisas gravíssimas que estão ocorrendo como rotina com os governos de políticos profissionais.

Roberto Freire – Ele seria um dos homens do poder econômico internacional, como o Delfim, o Simonsen?

Bautista Vidal – Não, ele não é um desses homens, ele apenas serve a esse poder. Ele é moço de recados, como FHC. O Delfim é diferente.

Leo Gilson Ribeiro – O Delfim é mais cínico.

Bautista Vidal – Mais cínico e mais finório. Ele é *capo regime*. Competente, inteligente; agora: mafioso, não é?

Leo Gilson Ribeiro – Erudito. Lê muito.

Bautista Vidal – É articulado e não se expõe. É mais cau-

teloso. Ele não conhece, porém, os instrumentos essenciais ao poder, energia e tecnologia, por exemplo. Não está na sua cultura, como economista. Trabalha apenas com o jogo quantificado da moeda, o que resolve na ditadura financeira, mas não saberia sair dela. No momento está fazendo importante papel ao defender a empresa nacional. Defender, em termos, é claro, é manhoso e não se expõe. Defende na qualidade de sócio, com interesses próprios envolvidos, perfeitamente barganhável, é claro. Algo até positivo, dentro da relatividade do positivo. Cometeu um grande erro contra o país ao exercer o poder sozinho, exclusivamente pelo lado financeiro. Estimulou a jogatina monetária e a rolagem da dívida externa, além de ter criado a dívida interna que arrombou com nossas finanças.

Leo Gilson Ribeiro – Ele é sócio de que empresas?

Bautista Vidal – Dezenas... (*risos*)

Leo Gilson Ribeiro – Mas, professor, quem está do lado da gente e quem está combatendo a gente?

Bautista Vidal – Acho bom a gente ir às causas, em vez de eventuais atores, porque essa gente, no fundo, não vale nada.

Leo Gilson Ribeiro – Vamos às causas.

Bautista Vidal – Vamos às causas. Então, eu estava falando do processo; 1979 foi um ano de ruptura. Mal ou bem...

Leo Gilson Ribeiro – Por que 1979?

Bautista Vidal – Porque países como o Brasil, especialmente o Brasil, com uma imensa potencialidade, principalmente em termos energéticos, estavam tomando decisões e medidas que irremediavelmente provocariam uma mudança no poder mundial. Isso assustou o poder real e houve dois ou três pronunciamentos decisivos em 1978, ano de muitas reuniões do capital financeiro internacional, de onde saiu a famosa frase de Henry Kissinger: "Não admitiremos um outro Japão ao sul do equador". Outro Japão, conversa! O Japão não tem energia, não tem minério, não tem comida. São muitas ilhas nuas. Em contrapartida, temos a base dos recursos naturais estratégicos do planeta. Então, o Kissinger viu claro e disse: "Pára, esse negócio não pode continuar".

Georges Bourdoukan – Professor, a coisa não começa em 1973, com a primeira crise do petróleo?

Bautista Vidal – No ano de 1973, quando ocorreu o embargo do petróleo, uma crise brutal, eu estava na Universidade do Texas como professor visitante, na cidade de Austin, ao lado de Houston, que é a capital mundial do poder do petróleo, onde fica situada a sede das grandes corporações transnacionais do petróleo – Exxon, Texaco etc. Quando a coisa estourou fui conversar como os *top men* da indústria do petróleo, em Houston. Na ocasião, a sociedade norte-americana estava histérica, ninguém esperava aquilo. A falta de petróleo era como se o mundo desmoronasse. Havia filas quilométricas para abastecer aqueles monstros comedores de petróleo que eram os “carrões” dos americanos, os então conhecidos rabos-de-peixe. As pessoas se matavam nessas filas. Esses *big* empresários usavam impropérios quando se referiam aos “homens de Detroit”, os grandes comandantes da indústria automobilística norte-americana, que até então representavam o “poder real”, nos EUA e no mundo. Mandavam em Washington, pois controlavam mais de 25% do produto bruto do país e influenciavam o resto do mundo. No Brasil, criaram o “carro chefe” do processo de industrialização, o ABC paulista, além de fundamentar o principal partido da “oposição”, o PT. O embargo do petróleo, em 1973, não foi coisa dos árabes, como então nos contavam os meios de comunicação de massas. Foi ação direta das “sete irmãs”, as grandes corporações anglo-americanas do petróleo, para desmontar o poder de Detroit. E desmontaram. Como resultado disso houve uma mudança no eixo do poder mundial, que foi transferido para Houston. O *affair* Watergate e a derrubada do presidente Nixon estavam nesse contexto. Antes do embargo, na lista das vinte mais poderosas corporações do mundo, da revista *Fortune*, havia apenas uma de petróleo, a Exxon. Depois, eram nove. O senador Edward Kennedy chegou a propor um projeto de lei no qual proibia às corporações de petróleo adquirirem empresas cujo valor ultrapassasse 100 milhões de dólares. Elas estavam tomando conta de tudo. O presidente do Institute of Gas Technology falou-me em 1980, logo após a segunda crise do petróleo, em 1979 – lembrem-se de 1979 –,

quando o barril de petróleo chegou a 52 dólares no *spot market* de Roterdã: "Há vinte anos vimos advertindo o governo dos EUA que a maior nação do mundo está caminhando para o abismo ao depender de um combustível de uso extensivo que está acabando no planeta". Então os EUA já importavam 50% do petróleo que consumiam, altíssima porcentagem do consumo mundial.

Georges Bourdoukan – **Ou seja, a partir de 1973?**

Bautista Vidal – A partir de 1973, sim, mas vamos com calma. A Guerra do Vietnã já tinha dado um bom "empurrão" no excesso de despesas do erário americano. Aí entrou a questão central que levou à emissão arbitrária de dólar para cobrir a enorme elevação nos custos do petróleo importado. "Estamos entregando ouro líquido – petróleo –, que movimenta o mundo, e vocês pagam com dinheiro falso, emitido arbitrariamente. Isso não pode continuar assim", diziam os *oil men* para Washington e para Detroit, especialmente para Wall Street. Estes não acreditavam que os *oil men* pudessem parar o mundo e se recusavam a conversar. Pagaram para ver... e viram. Houve o embargo, o colapso, provocado pelo corte no suprimento de petróleo. Aí os "homens de Wall Street" caíram na realidade e propuseram uma aliança. Os lobos nunca se matam entre si. Quando estão em vias de fazê-lo, mordem as pedras para descarregar a ira. Mas não se matam. Termos da proposta: "Pagamos a vocês com papel pintado falso. OK? Esse papel, porém, será posto à disposição de países dirigidos por gente sem muitos escrúpulos, sequiosos de dinheiro, inicialmente a juros negativos, porém flexíveis, a nosso critério, é claro". Assim foi criado o mercado de petrodólares, na City, na capital do império de Disraeli, portanto. O diálogo pode não ser literal, mas as intenções e o que foi feito são. E assim começou a nossa tragédia. Para ser mantida, exige uma ditadura, ditadura financeira, montada inicialmente por meio da dívida externa e estendida, posteriormente, pela dívida interna. Hoje, o seu serviço absorve mais de 60% do orçamento da República. Uma verdadeira orgia, que nos condena à miséria absoluta. Tudo comandado por um "exército" de ocupação que são os tecnocratas, bem encastelados no poder e sujeitos ao comando externo. O que não falta, então, é dinheiro para

eleger o presidente da República que quisessem, os dois Fernandos, por exemplo. Como não querem correr riscos e estão se dando muito bem com FHC, querem nomeá-lo para um segundo mandato, que pode se transformar em vitalício, "à Porfírio Diaz", que "reinou" trinta anos, mantendo o México sob uma ditadura financeira. Foi preciso uma guerra para expulsá-lo.

O diálogo anterior citado entre Wall Street, Houston e a City, que resultou na criação do mercado de petrodólares, não visava exclusivamente países dirigidos por tecnocratas a serviço dos financistas internacionais, mas muito especialmente aqueles que detinham grandes patrimônios naturais estratégicos, o maior dos quais é o Brasil. "Essa é a maneira de limpar esse dinheiro falso, trocando-o, na bacia das almas, por esses patrimônios juntamente com o controle das empresas que são suas guardiãs", combinaram. Foi esse o contexto no qual surgiu o Programa Nacional de Desestatização, de origem externa, em fase acelerada de execução.

Sérgio de Souza – Como funciona essa ditadura financeira?

Bautista Vidal – Esse é o âmago da questão. A moeda foi uma invenção extraordinária da humanidade, como símbolo de todas as riquezas. E, claro, quando no processo de escambo o sujeito levava a sua vaca para a feira, ele precisava, em troca, de sal, de carvão e de outros ingredientes e utensílios. Não podia evidentemente trocar a orelha da vaca pelo sal e uma pata pelo carvão. Ficava difícil o processo de troca, não é? Então o homem inventou um símbolo, representando a vaca, o sal e o carvão. Esse símbolo, com absoluta garantia de um monarca confiável ou de um Estado também confiável, era divisível e aceito por todos. Isso é a moeda. Além dessa garantia, ela tinha um valor intrínseco: era de ouro, de prata ou de bronze. Isso era nos bons tempos, hoje ela é de papel e, nem isso, na maioria das vezes resulta apenas de digitação nas contabilidades dos bancos centrais que têm o privilégio emissor. As riquezas naturais e o trabalho do homem são a base que a sustenta. Costumo usar o exemplo do Kublai Khan, neto de Gengis Khan, monarca que herdou o maior império então existente, cheio de ouro, de prata e de tudo o que constituía a

riqueza do império. Nomeou ministros que assinavam os símbolos do ouro que controlava: o papel-moeda. O ouro acabou e foi substituído pela prata. A prata acabou e foi substituída por metais cada vez menos nobres. Chegou ao ponto em que o império ruiu, porque o dinheiro já não valia nada. Tinha perdido a credibilidade, passou a ser um engodo. Isso está ocorrendo hoje de maneira escandalosa, à beira de um colapso. Avalia-se que o papel circulante da moeda de referência internacional é cerca de dez vezes os fluxos mundiais de bens e serviços e mais do dobro do produto bruto mundial. Ou seja, é um sistema monetário desacreditado, falido, que irá explodir como uma bolha de sabão. O desastre monetário de 1929 vai parecer um nada ante o desastre por vir. É um sistema caindo aos pedaços. No momento, os bancos japoneses têm um buraco avaliado em mais de 900 bilhões de dólares e eles são proprietários de uma boa proporção de papéis do governo americano!

O que sustenta isso é que essa moeda falsa compra petróleo, que movimenta o mundo. Para isso, a região do planeta que detém mais de 70% do que resta de petróleo está ocupada militarmente pelos EUA. O que sustenta o dólar é, portanto, o poder militar. Os gastos militares dos EUA na região são de cerca de 100 dólares para cada barril que eles importam. Enquanto isso, os tecnocratas internacionais falam em economia de mercado e caracterizam o petróleo como uma *commodity*. É muito cinismo... Assim, quem sustenta essa moeda falsa é o petróleo, além da tragédia dos povos que habitam países com reservas importantes desse combustível. Como se trata de recurso não renovável, que leva centenas de milhões de anos para se formar, está acabando devido às elevadas demandas requeridas pelas sociedades de consumo.

Leo Gilson Ribeiro – Deve acabar por volta de quando?

Bautista Vidal – Essa é uma pergunta de resposta complexa. O petróleo não é uma substância química pura, mas uma mistura de substâncias, cada tipo de petróleo resulta de uma mistura diferente. Há milhares de tipos de petróleo. Quem retira o petróleo de dentro da rocha é o gás que o acompanha. A quantidade retirada varia muito com sua natureza e a pressão do gás, entre outras condições. Assim, há petróleos cujo

custo de extração da rocha matriz não compensa. À medida que os preços sobem, maiores reservas estão disponíveis, ao tempo em que outras alternativas passam a ser "competitivas" em termos monetários e, então, não se justifica mais extrair certos tipos de petróleo. Há, simultaneamente, no momento que se monetariza o valor do petróleo, um vasto espectro de jogadas financeiras, via taxas de câmbio, de juros etc., que colocam compradores e vendedores, às vezes, em situações de profunda desigualdade, a depender das respectivas moedas.

Embora sua pergunta seja muito difícil de ser respondida com precisão, e varia conforme a fonte e os interesses envolvidos, há entretanto um certo consenso de que esse limite está em torno de trinta anos. Muitos outros fatores, porém, precisam ser levados em conta. Assim, sendo o petróleo essencial para a sobrevivência das potências militares, quem garante que o que sobra não será reservado para o uso exclusivo das potências nucleares? Também, como as reservas são finitas, o seu término dependerá dos níveis de aumento das demandas de nações como o Brasil, que têm uma parte ponderável de sua população excluída de condições mínimas de vida e de bem-estar. Suponha que a China resolva elevar o nível de conforto e de consumo de seu povo a aqueles níveis mantidos pelos europeus, por exemplo. Ou seja, para a frente, tudo são dúvidas e perigosas dependências, é o salve-se-quem-puder. Foram esses pressupostos que levaram o governo do presidente Carter a procurar, intensamente, alternativas energéticas ao petróleo. Nós, brasileiros, estávamos rapidamente nos capacitando, com vantagens, devido à imensa riqueza energética dos trópicos. Estávamos nos preparando para ser a maior potência energética mundial... para um horizonte temporal ilimitado. Veio o Reagan e depois o Bush e desmontaram tudo, além de provocarem uma baixa artificial nos preços internacionais do petróleo, o que significa um aumento de consumo, ou seja, uma redução do tempo de vida das reservas. Uma loucura! Isso começou precisamente em 1979!

O preço do barril de petróleo em dezembro de 1997, quando esta entrevista foi gravada, é inferior, descontando a inflação do dólar, ao preço que alcançava antes do embargo, de

1973. Faz isso sentido? Quem decide essas coisas cruciais, porém, são tecnocratas que nada entendem delas. São meros contadores, a serviço de especuladores que ganham fortunas com narcotráfico e coisas que tais, sem qualquer compromisso com o futuro dos povos.

Leo Gilson Ribeiro – **Com o Proálcool?**

Bautista Vidal – O Proálcool é apenas um exemplo do que podemos e sabemos fazer. Ele é, porém, a pontinha de imenso *iceberg*, como já disse – não deixaram que fizéssemos o que era possível dentro da área restrita da substituição da gasolina, mas depois vamos desenvolver mais este ponto. Embora haja centenas e até milhares de misturas de hidrocarbonetos, todos chamados de petróleo, suas reservas são muito concentradas: vinte campos supergigantes concentram 50% do petróleo que já foi descoberto. Eles estão na Sibéria, no Texas, no Oriente Médio, no México, e... acabou. Alguns deles já estão praticamente esgotados. Duzentos campos concentram outros 25%. Ou seja, 75% estavam localizados em cerca de 220 campos. Os restantes 25% distribuem-se em cerca de 30.000 campos, ou seja, cada um valendo muito pouco. Então, ou se descobre meia dúzia de campos supergigantes ou pode-se dizer que o petróleo já acabou. Para essas descobertas serem possíveis se exigiria a existência de grandes estruturas geológicas ainda não conhecidas. Isso somente é possível nas regiões abissais dos oceanos ou sob a calota polar antártica, debaixo de centenas de metros de gelo. Convenhamos que a situação não é promissora. Assim, não adianta dizer que vai durar ainda trinta anos, pois, com os investimentos já realizados, o petróleo existente não dá para ressarcir-los nesses trinta anos.

O desenvolvimento de países que necessitam elevar as condições de vida de sua população a níveis adequados exigiria um aumento fantástico de consumo de energia, salvo se os tecnocratas quiserem fazer isso com cuspe... ou com papel pintado, como fonte de calor. Não dá. Portanto, temos de uma vez por todas de meter na cabeça que, para aqueles que não dispõem do poder nuclear, o petróleo já acabou. Pensar o contrário é pura irresponsabilidade criminosa. O que vier em adição é puro lucro, muito bem-vindo. Para que pudéssemos

continuar pensando em petróleo como combustível extensivo teríamos de ter reservas, e poder militar para garanti-las, por cem anos à frente. Se nem os trinta, aos quais me referi, estão garantidos!

Então, os conceitos de país "em vias de desenvolvimento" não são verdadeiros nesta era do petróleo. Vão se desenvolver com quê? A grande safadeza quando se discute a questão petróleo é que não se fala nunca nas reservas, mas sempre se destaca a produção. Quanto maior for a produção, menor é o tempo que duram as reservas.

Enfim, o que há de central nessa questão é o absoluto desespero das atuais grandes potências hegemônicas na área energética, em geral, e dos combustíveis líquidos, em particular. A situação delas é muito difícil. Estão jogando tudo na grande falcatura financeira. Excluindo a possibilidade do massacre de outros povos que têm melhores potencialidades naturais, com o fim de se apossarem de seus patrimônios, resta-lhes a dependência nessas cruciais questões. Os EUA têm petróleo em seu território para cinco anos; a Alemanha, para zero ano; o Japão, para zero ano. Na questão mineral, os três têm carências acima de 95% na quase totalidade dos minérios estratégicos. Conclui-se, portanto, que a doutrina neoliberal, com suas evidentes conseqüências para a grande maioria da humanidade, veio para tentar viabilizar as potências e os grupos ainda hegemônicos. Estes, em processo acelerado de decadência e que tenderiam a sucumbir com o fim da era do petróleo, pretendem levantar a cabeça à custa do massacre dos demais povos e indivíduos. Os tecnocratas brasileiros, e os últimos governos, estão a serviço dessas causas.

Sérgio de Souza – **Aí aparece então a chance de o Brasil ser "reconquistado", como coloca o seu último livro, quer dizer: o Brasil tem agora sua grande oportunidade histórica.**

Bautista Vidal – Claro, ninguém teve antes uma oportunidade dessa dimensão e desse significado histórico. Conseguimos acrescentar na última hora, em meu penúltimo livro, um novo conceito geopolítico tirado do *Informe 1997* da mais importante organização ambiental do mundo, o Worldwatch Institute, norte-americano. Todo ano ele publica um informe chamado *A Saúde da Terra*. Nesse informe encontramos um

novo conceito, o do E-8. A letra E simboliza *environment* (meio ambiente) e o número 8 quantifica as oito maiores potências mundiais na questão ambiental, tanto no sentido positivo, como no negativo. Entre as oito, três são consideradas superpotências: os EUA, a maior potência econômico-militar e o maior perturbador das questões ambientais do planeta; a China, com a maior população e a segunda maior causante de problemas ambientais; e o Brasil, completando o trio, o único dos oito em condições de contribuir para resolver, de modo definitivo, as questões ambientais globais. Elas estão diretamente vinculadas à superação das graves questões energéticas dos combustíveis fósseis, carvão mineral e petróleo. Ou seja, as duas principais questões mundiais, a energética e a ambiental, vinculam-se a soluções que têm origem no Brasil. O *Informe* chega a afirmar que o grupo E-8 é muito mais importante para o futuro da humanidade do que o G-7, que trata principalmente das finanças mundiais. Os demais componentes do E-8 são: Japão, Alemanha, Indonésia, Índia e Rússia.

Ou seja, dos países membros do grupo E-8, só o Brasil escapa, os outros sete são predadores e não dispõem de patrimônios naturais estratégicos para garantir a continuidade de seus processos civilizatórios. Imaginemos o futuro que nos reserva essa oportunidade histórica, se pudermos assumir as responsabilidades que nos cabem. Isto é impossível com os atuais dirigentes, não somente pelo descaso que têm pela nação e seu povo, mas, também, por absoluta incompetência.

Sérgio de Souza – **E que potencial é esse? Quais são os trunfos do Brasil?**

Bautista Vidal – O grande trunfo do Brasil é ser o continente dos trópicos, que detém a maior fonte primária de energia: o astro-rei, o imenso e “eterno” reator a fusão nuclear, o sol tropical.

Tanto os combustíveis fósseis, não-renováveis, como os renováveis têm como origem o sol. O petróleo, o xisto, a turfa, o gás natural, o carvão mineral, todos têm como origem da sua energia o sol. Eles são substâncias químicas que armazenam a energia solar, graças à fotossíntese, para formar inicialmente os hidratos de carbono – açúcares, óleos vegetais, amidos, celulosas, hemicelulosas –, base da origem dos seres vi-

vos, vegetais e animais e que, em processo que dura centenas de milhões de anos, formam os combustíveis fósseis, antes citados. Todos dependem do sol, neste caso como se fosse um capital dele resultante, acumulado e tornado fóssil em processo geológico.

A segunda alternativa são os combustíveis extraídos da biomassa, que são os hidratos de carbono na sua forma natural, divididos da radiação solar. Eles formam-se continuamente e podem ser imediatamente usados como dividendos, ao contrário dos fósseis, que são o capital. Estes são formados ao longo de eras geológicas e, ao serem usados de modo extensivo, se exaurem em poucas gerações.

Essas são as opções energéticas que diferenciam fundamentalmente os trópicos do resto do planeta. Tardamos muito a descobrir essa verdade crucial da energia solar na sua forma de dividendo. A mentalidade colonial dos dirigentes é a grande responsável. Nossa intelectualidade também falhou nisso.

A biomassa tem a capacidade de captar a energia solar, quase que instantaneamente, e, de modo permanente, pô-la à disposição do homem. As nações hegemônicas não têm essa possibilidade por serem muito pobres em radiação solar, posto que estão todas localizadas em regiões temperadas e frias do planeta, no hemisfério norte. Por isso, foram à procura das formas fósseis, únicas que resolvem seus problemas energéticos, embora de modo transitório, pois são limitadas e terminam por se exaurir.

As nações hegemônicas cometeram tremendo viés histórico que as levará à inviabilidade, a menos que usurpem as potencialidades energéticas das nações tropicais. Essa razão explica as ações do neoliberalismo, com a convivência e a subordinação incondicional dos dirigentes locais.

Gilberto Vasconcellos – Essa é a melhor crítica ao Plano Real, a crítica do ponto de vista energético, que deve ser usada na campanha eleitoral.

Bautista Vidal – A questão energética é crucial, não é? Entregar esse imenso potencial para usufruto de outros – as nações hoje hegemônicas – somente é possível pelo nosso extermínio. Que futuro para nossos filhos! Essa entrega está sen-

do perpetrada por meio da imensa falcatrúea da moeda falsa, que implantou uma ditadura que nos transforma a todos em idiotas, em abúlicos que não querem viver e se entregam, sem resistência, ao sacrifício. O dramático é que todo esse processo de destruição está sendo feito de modo ilegal, ignorando as leis e as instituições, as quais, por seu lado, comportam-se como se estivessem acometidas de Aids. Perderam a capacidade de se defender, de lutar.

Isso, porém, está ocorrendo com ausência de conhecimento do povo, que sofre o bloqueio monolítico da grande mídia. Nessas condições é impossível formar uma opinião pública, e sem opinião pública não existe a possibilidade de serem reunidos os elementos para conformar o poder nacional. Por isso, somos uma nação à deriva e o nosso Estado deixa de cumprir o seu papel, comportando-se como uma casa de tolerância, sem dono e sem saber o que fazer.

Não é por acaso que um dos objetivos principais do neoliberalismo era a destruição do Estado, sob o argumento de que ele deveria ser mínimo. Esse conceito idiota foi logo desmoralizado e hoje ninguém mais se atreve a repeti-lo. O Estado não deve ser nem mínimo nem máximo, mas o necessário para garantir a sobrevivência, o bem-estar e a segurança de um povo.

Roberto Freire – Qual a tecnologia necessária para transformar energia solar em energia produtiva?

Bautista Vidal – Para começar, somos disparado os melhores do mundo nisso. Temos aqui em Piracicaba o melhor centro de tecnologia do açúcar e do álcool do planeta. E é da iniciativa privada, desses malsinados usineiros, tão mal falados pela mídia. O sistema financeiro tem pavor dos usineiros porque, mal ou bem, foram eles os executores dessa pontinha do imenso *iceberg* que é o Proálcool. São Paulo é de longe o mais eficiente produtor de energia renovável do mundo e, mesmo assim, ainda não alcançou 60% do que poderia ser. Não só combustível, mas também alimento energético – açúcar. É disparado o primeiro. O Nordeste, tão desprezado, é o quarto, depois de São Paulo, África do Sul e Austrália, na frente de muita gente que se diz boa. E isso porque o “sistema” vem destruindo nestes últimos vinte anos o que foi construído no

período 1974/78, em que nos transformamos na única nação do mundo que montou um programa extensivo de alternativa a derivados do petróleo e que teria condições de substituir todos os derivados, se não tivesse havido violentas intervenções externas e internas para impedir.

Do ponto de vista tecnológico, o Brasil é a maior potência do mundo no campo da biomassa, a fonte de energia que irá substituir o petróleo. Evidentemente, como a estrutura tecnológica foi desmontada, rapidamente outros tomarão a nossa frente. Decididamente: vivemos uma ação criminoso contra o Brasil.

Roberto Freire – O senhor está pensando por enquanto só na extração de álcool?

Bautista Vidal – Não, vou terminar o raciocínio. Então qual a origem desse poder? Ele resulta de um processo extraordinário da natureza na qual se dá a fotossíntese por meio das folhas das plantas. Por ela, as folhinhas captam a radiação eletromagnética provinda do Sol, de maneira tal que o homem dificilmente chegaria a essa perfeição. Qual o processo de armazenamento? A formação dos hidratos de carbono das plantas se faz pela captação do CO_2 do ar e da água (H_2O), por meio de uma reação química endotérmica, ou seja, com absorção da energia solar. Sem energia ou sem água, a reação não ocorre. CO_2 , anidrido carbônico, tem em toda parte. São esses os ingredientes naturais para a formação dos hidratos de carbono, base dos vegetais que, nos trópicos, com a abundância de água e de energia solar, formam gigantescos depósitos químicos que armazenam energia, são eles, como vimos, os açúcares, os amidos, os óleos vegetais e a celulose e hemicelulose. Esse é o dividendo da energia solar, que se acumula de modo sistemático quase que instantaneamente nas plantas dos trópicos.

Como a disponibilidade de energia é a base para a construção das civilizações, podemos dizer que somos a civilização dos hidratos de carbono, permanentes e limpos como fonte de energia, como nos batizou o químico brasileiro Sebastião Simões Filho. Podemos viver, portanto, dos dividendos da energia solar.

Em contrapartida, os petróleos, xistos, carvões minerais

e demais fósseis, que se formam a partir dos hidratos de carbono, necessitam para isso eras geológicas, formando os hidrocarbonetos, que são um capital armazenado exaurível na sua forma atual.

Da biomassa podemos extrair energias sólidas, líquidas e gasosas, capazes todas de se transformar em formas de energia úteis ao homem: calorífica, elétrica, química, mecânica etc. O álcool é apenas uma das formas químicas retiradas dos açúcares, mas também pode ser extraído de outros hidratos de carbono (amidos, óleos vegetais e celulosos), somente variando a transformação tecnológica.

Leo Gilson Ribeiro – Mas não foi a Revolução Industrial inglesa que acelerou o uso da energia?

Bautista Vidal – Foi, a partir das formas fósseis, especialmente o carvão mineral, uma forma de energia concentrada que, ao ser queimada, causa graves prejuízos ao ambiente e ao homem. Era a alternativa que tinham, pois não estão nos trópicos. Quando se tornou intolerável a queima extensiva do carvão mineral, foram em busca das reservas fósseis de petróleo, menos contaminantes, inicialmente no Oriente Médio e depois no mar do Norte. Esse caminho foi seguido pelos países que se tornaram hegemônicos, sempre com formas sujas e finitas de energia, posto que fósseis. Por causa da influência colonial, essas formas energéticas foram transferidas para as regiões tropicais, que, como acontece sempre nas colônias, ignoram seu espaço-tempo, suas reais potencialidades. E assim estivemos até o colapso provocado pelo embargo, que felizmente nos obrigou a pensar nossa realidade e nossa natureza. Claro que isso significou libertar-se das amarras coloniais e, por isso, as reações vieram logo, com forte intensidade.

Leo Gilson Ribeiro – É possível armazenar e exportar essa energia solar?

Bautista Vidal – Totalmente. O Sol é apenas a fonte primária que faz incidir sua radiação eletromagnética com altíssima intensidade nos trópicos. Daí, pela via da fotossíntese e da fermentação dos açúcares, obtemos o álcool etílico, líquido que pode ser transportado do mesmo modo como os derivados do petróleo ou também os óleos vegetais, que existem às centenas nos trópicos (dendê, babaçu, mamona, amendoim,

soja etc.) e que substituem excepcionalmente o óleo *diesel* artificial do petróleo, ou o carvão vegetal, não contaminante, ao contrário do carvão mineral. Outro álcool, que se obtém da fermentação da madeira, é o metanol, tão bom combustível quanto o etanol, mas não indicado por ser veneno perigosíssimo.

Leo Gilson Ribeiro – **Poluidor também?**

Bautista Vidal – Poluidor. Pode produzir cegueira e a morte até pela exposição prolongada a seus vapores. A diferença química entre ambos é que o metanol tem uma molécula de carbono e o etanol tem duas. Este último é inofensivo quando ingerido com prudência. É a nossa cachacinha concentrada, que tomamos nos dias de folga (*risos*).

Gilberto Vasconcellos – **Ô, que beleza! Etanol é cana!**

Bautista Vidal – Então, ao falar de álcool temos de falar de álcool etílico ou etanol, existem centenas deles, neste caso não oferece perigo e nos dá o toque de alegria quando ingerido em porções módicas. Muitos carros a álcool traziam, no começo, um *aplique* dizendo: “Movido a álcool” – ficando a dúvida se era o chofer ou o veículo.

O importante, portanto, são os hidratos de carbono, que recebem a designação genérica de biomassa: *bios*, vida, a massa da vida. A vida vegetal formada pelo Sol. Toda vida, vegetal e animal, vem daí. Ou seja, a energia solar é a origem da vida. Ela também movimenta os motores, as sociedades, as civilizações e é a origem e base da manutenção dos seres vivos. Sem energia não existe vida. É um conceito poderosíssimo. Daí os trópicos deterem cerca de 80% das variedades de vida do planeta, especialmente os trópicos úmidos, da nossa Amazônia.

Gilberto Vasconcellos – **É um tesão. Claro... Sem biomassa não tem solução. Olha aí, Roberto.**

Roberto Freire – **Escrevi um livro com esse título, *Sem Tesão Não Há Solução*, por isso ele está me gozando.**

Bautista Vidal – É isso. A biomassa é a própria tesão. Para ter idéia da grandeza do potencial energético da biomassa tropical, tomemos o exemplo do dendê da região amazônica, onde existem cerca de 70 milhões de hectares aptos para essa palmácea, ela permitiria a produção de 4 milhões de barris por dia de óleo natural substituto do *diesel*. Isso era praticamente

a produção em petróleo da Arábia Saudita antes do bloqueio sobre o Iraque, que a obrigou a aumentar a produção.

Gilberto Vasconcellos – Só o Maranhão, em babaçu, equivale energeticamente à Arábia Saudita!

Bautista Vidal – Mais do que a Arábia Saudita, porque o babaçu, esse coquinho, tem várias partes e, enquanto houver sol, ele pode ser produzido. O petróleo da Arábia Saudita em menos de trinta anos acabou. Tem a amêndoa central da qual você extrai óleo e substitui o óleo *diesel* de petróleo; a outra parte é proteína, você faz ração animal; depois tem uma parte dura de celulose pura, que é excepcional para produzir carvão vegetal, carvão que não provoca poluição. Estávamos desenvolvendo tecnologias de grandes siderúrgicas baseadas nesse coque do babaçu, com resistência mecânica espetacular. Depois tem-se no coco outra camada que é amido, que serve para fazer álcool etílico. Da amêndoa você faz o substituto do *diesel*, do amido faz o substituto da gasolina, e ainda tem a parte externa que é palha, que produz calor, além do coque siderúrgico citado. Há também a possibilidade de vários outros produtos químicos; ou seja, a partir do coco do babaçu pode-se construir um complexo biomassaquímico-energético, tudo mantendo a floresta.

Sérgio de Souza – Isso está sendo explorado?

Bautista Vidal – Não, tínhamos uma forte equipe trabalhando nisso, com a participação da Siderbrás e dezenas de indústrias de fundição, ferro-ligas etc. Fizemos o levantamento aéreo de sete Estados da Federação para identificar a dimensão das florestas de babaçu, existe uma riqueza extraordinária. Tínhamos mais de quarenta projetos tecnológicos em andamento. Tudo foi posteriormente interrompido. As equipes, só na área tecnológica das energias tropicais, envolviam mais de 1.600 pesquisadores e engenheiros. Além disso, havia a melhor equipe de tecnologia de motores e turbinas, com cerca de duzentos engenheiros especializados, localizada no Centro Técnico Aeroespacial, em São José dos Campos. No total, eram mais de quarenta institutos tecnológicos e grupos de alto nível de universidades brasileiras. Hoje deveria envolver dezenas de milhares de especialistas. A partir de 1979 foi tudo destruído.

Sérgio de Souza - Em que fase foi isso?

Bautista Vidal – As realizações foram concentradas no governo Geisel. Foram sucedendo num crescendo a partir de 1974. Aí veio 1979, aquela frase do Kissinger dizendo ser intolerável para os EUA um outro Japão. Aí eu já estava na rua, curtindo o pão que o diabo amassou... Como o general Andrada Serpa, fiquei sem função, nos corredores. Nem uma mesa de trabalho me permitiam ter. E terminei demitido, sem justa causa. Naturalmente não poderiam chamar a causa de justa! O Delfim Netto foi o veículo. Na realidade, eu era um grande problema para eles...

O desmonte começou, portanto, no governo Figueiredo. Quer dizer, o processo neoliberal não veio na fase pós-militar. Começou no início do governo Figueiredo, e nem sei se o Figueiredo tinha noção disso, apesar de Andrada Serpa gritar aos berros essas coisas, chamando a atenção de todos.

Gilberto Vasconcellos – Foi preso.

Bautista Vidal – Foi preso várias vezes por isso. Eram prisões simbólicas, em sua própria casa. Não havia ninguém na ativa de maior nível do que ele e, portanto, ninguém poderia ir prendê-lo. Imaginem um general quatro estrelas da ativa sem função, sem comando. Ou seja, de pijama. Isso terminou sendo bom, pois o general se dedicou a correr o país alertando para o perigo do processo. Infelizmente a classe dos políticos profissionais de direita e de esquerda aparentava não entender... A intervenção externa começou de maneira radical no início de 1979, está aí até hoje...

Sérgio de Souza – Interrompe-se esse processo todo de pesquisa, e hoje...

Bautista Vidal – Fecharam-se os institutos, tínhamos alguns dos mais importantes institutos tecnológicos do mundo nessa área, foram completamente desmembrados, esfacelados, e não sobrou quase nada. Até alguns localizados em instituições poderosas, como o grupo de motores e turbinas do CTA, pertencente ao Ministério da Aeronáutica, em São José dos Campos.

Sérgio de Souza – E não houve o menor interesse internacional por esses projetos, por essas pesquisas?

Bautista Vidal – A intervenção foi internacional, o interesse era destruir, porque eles próprios gostariam de fazer. E

tudo está indicando que vão fazer mais adiante, quando tiverem o controle estratégico dos nossos recursos naturais. A classe dirigente brasileira é o suficientemente traidora para consumir esse hediondo crime.

Georges Bourdoukan – Um amigo meu tem uma plantação gigantesca de mamona na Bahia, para produzir óleo, que parece ser excelente para lubrificar máquinas etc. Depois de toda a colheita feita, o governo liberou a importação, e importamos da China a preço menor que o do plantio, e aí fecharam todas as fazendas. Isso faria parte do projeto internacional de que o senhor está falando?

Bautista Vidal – Sem dúvida. Não gosto, porém, de explicar essas coisas como se fossem parte de um projeto maquiavélico, de um grande cérebro, contra nós. As coisas ocorrem dentro dessa dinâmica de incompetência e de falta de caráter cujas peças essenciais estão, por exemplo, na fraude do dinheiro. Pronto, basta isso. Temos de ir aos pontos de origem e de causa, todo o resto é decorrência. O FHC é um detalhe, moço de recados.

Montou-se um sistema financeiro em que o nível de juros é tão alto que é impossível produzir alguma coisa com alguma rentabilidade, salvo para os banqueiros. Nem o tráfico de cocaína dá respostas compatíveis com a usura financeira.

Somos um país condenado à ruína por não dispor do instrumento monetário próprio, símbolo de todas as riquezas. Esse instrumento que, por medida provisória, é a moeda de referência internacional, transformada em nacional por meio de taxa de câmbio artificial e fixa, comanda a vida do país, sob controle externo. Simultaneamente, as condições de seu uso estabelecem regras draconianas, como taxas de juros absurdas, que criam uma espécie de ditadura financeira, que torna a atividade produtiva uma aventura desigual. Com o governo estabelecendo condições arbitrárias de custo do dinheiro, absolutamente incompatíveis com outras moedas, a empresa nacional fica sem possibilidade de competir devido a brutais desigualdades desses custos.

Assim, grupos e corporações que operam com o apoio monetário externo passam a ter enorme poder interno. Isso dá-lhes o total controle sobre a mídia, sobre o processo eleito-

ral, sobre a opinião pública e, conseqüentemente, sobre o poder nacional. A economia nacional fica então sob o comando desigual dessas forças.

Simultaneamente, a moeda de referência é emitida de forma arbitrária, o que lhe dá um poder sem limites, criando uma espécie de ditadura mundial, sob a égide dos sócios da organização designada como Trilateral, a mesma que introduziu a doutrina neoliberal em âmbito mundial.

Então, como participar de processo supostamente competitivo, se o símbolo de todas as riquezas é arbitrariamente controlado com exclusividade por um grupo? A competição nesses termos é impossível. É como participar de um jogo de futebol em que a nossa equipe joga com sete homens e sem goleiro. É exatamente nessas condições que os dirigentes brasileiros falam em "competição", em "abrir o mercado". Quer dizer, na melhor das hipóteses, são uns loucos; e nos tratam como se fôssemos todos grandes idiotas.

Sérgio de Souza – **E o que acontecerá com os tais três quartos dos excluídos de que o senhor fala no livro?**

Bautista Vidal – Aí é uma outra questão de natureza mundial, mas que nos atinge de maneira direta, por causa da automação tecnológica, que não cria nada novo mas substitui o trabalho humano: o computador é um bicho extremamente burro, tem dois dígitos no cérebro, uma criança abandonada tem bilhões de dígitos. Uma tartaruga tem mais inteligência do que um computador. (risos) Bom, hoje a automação permite reproduzir praticamente tudo sem o uso de indivíduos. Não cria nada, apenas reproduz o que já foi criado pelo homem. Assim, o operário é uma figura em extinção. Hoje, você pode dirigir uma fábrica via satélite, por telemática, de outro país, apenas um operador para quebrar galhos, para substituir um fusível queimado, e não precisa de mais ninguém. Nos Estados Unidos, já tem mais tecnólogos e cientistas do que operários. Só que isso é uma decisão política esquematizada na elaboração dos pacotes tecnológicos. Quando se elabora um pacote, se decide quais as matérias-primas a serem usadas, qual a forma energética e, também, se vou utilizar mão-de-obra abundante ou usar automação. Se tenho disponibilidades financeiras grandes e não tenho operários disponíveis a baixo

preço, dispenso os operários e mecanizo tudo. É uma decisão política dos elaboradores dos pacotes tecnológicos. Por isso que, com o modelo da Cepal, dependente de pacotes externos, você transfere a decisão para o inimigo. Todo pacote tecnológico que entra no país é um cavalo de Tróia, com centenas de milhares, milhões de itens. O pacote de um Boeing 747 tem cerca de 2 milhões e meio de itens, todos eles manipuláveis. Você imagina o poder descomunal do exterior quando um pacote desses se implanta no país; quer dizer, é um modelo suicida.

Georges Bourdoukan – E o que fazer para bloquear isso?

Bautista Vidal – Basta você elaborar o seu próprio pacote, estabelecer sua ação política. Quando era secretário de Tecnologia Industrial do Brasil, o governo japonês me convidou e o presidente da Sharp passou um dia inteiro comigo mostrando a fábrica. Assim que entrei na Sharp japonesa tomei um susto. Tinha uma multidão de japoneses, por tudo quanto é canto. Eu disse: “Como é que é?” Então é assim? O Japão não tem energia, não tem minério, não tem nada. O que é que o Japão tem? Japonês, então bota lá pra dentro. Pleno emprego! (risos) E é a maior potência tecnológica do mundo. Está sofrendo agora, entretanto, um tremendo golpe pelo lado financeiro, em processo falimentar. Imaginem, o Japão!

Georges Bourdoukan – Pelo que entendo, o Fernando Henrique não consegue chegar a ser um líder por burrice, não por corrupção.

Bautista Vidal – Não considero que o Fernando Henrique tenha o poder de decisão nesse processo. Ele é um sujeito que está servindo à causa, essas coisas são muito bem pensadas por aqueles que o elegeram. Há um documento, publicado no *Le Monde Diplomatique*, escrito por um professor de economia de universidade canadense que descreve o roteiro de Fernando Henrique antes da sua eleição para a presidência da República. Fala de quem ele visitou, por exemplo o presidente do Fundo Monetário Internacional e muitos outros, dos acertos realizados, e a garantia de que ele seria eleito presidente do Brasil. Então o Fernando Henrique é um instrumento, um moço de recados do real poder mundial, financeiro, que controla o Brasil.

Georges Bourdoukan – **E ele teria consciência disso?**

Sérgio de Souza – **Essa é a grande pergunta.**

Bautista Vidal – Ah, isso eu não sei. Se não tem, é um idiota. Ou então é burro, não entende nada de nada. Agora, não posso garantir que ele tenha consciência.

Sérgio de Souza – **Porque senão seria a entrega, não é?**

Gilberto Vasconcellos – **Mesmo que não tenha consciência, não diminui o papel que ele tem.**

Bautista Vidal – Se ele tem consciência ou não, é absolutamente secundário para mim. Não preciso saber.

Georges Bourdoukan – **Mas aí tem a responsabilidade.**

Bautista Vidal – Claro, mas, no processo do mal que fez, o mal está feito.

Leo Gilson Ribeiro – **Não seria uma hipótese, ele ter chegado à conclusão de que o Brasil não poderia ser mais do que um débil e periférico capitalismo?**

Bautista Vidal – Ora, isso ele escreveu na teoria da dependência. Dizer que Fernando Henrique está fazendo o oposto do que falava quando era esquerda, não! Quando era esquerda, ele escreveu tudo o que está fazendo. E a dependência é um absurdo, como você vai desenvolver o país baseando-se na dependência dos seus competidores? Só um idiota aceita uma coisa dessas, e é a tese do trabalho dele. Fui ler pela segunda vez, já tinha lido o livro há muitos anos e na ocasião não dei a menor importância, mas agora tinha de ler, não é? Aí me assustei, está tudo lá. Ele acha que a dependência é uma coisa boa.

Gilberto Vasconcellos – **Professor, quem encamparia uma política energética nacionalista, hoje, no Brasil?**

Bautista Vidal – Temos de ver que o nosso sistema está apodrecido, o político, o eleitoral, a nossa mídia... Há uma tirania no controle da mídia, no processo eleitoral, em todo o sistema de comunicações de massas. Tudo é controlado por esse poder financeiro. Até partidos com boas intenções, compromissados com a soberania, estão se entregando, aceitando um papel em que são sempre minoritários. Então dá a aparência de processo democrático com votação e tudo, só que esses partidos perdem todas, todo o tempo, e cada vez mais. Quer dizer, a democracia brasileira é uma farsa, e tende

a ser cada vez mais farsa. Por exemplo, decidi passar um período na Câmara dos Deputados, assessorando a Frente Parlamentar Nacionalista, na época em que havia a Frente. Mas olha que coisa absurda: um país que tem somente uma pequena porção dos seus parlamentares defendendo os interesses nacionais! Imagine se alguém ia falar no Japão: "Nós aqui defendemos o Japão, os demais parlamentares não". É um negócio assustador. Aqui, para se eleger deputado, senador, o sujeito tem de ter cargos para oferecer. Então você vê partidos com ideais bons, pessoas boas, tendo de se render a esse jogo. Está muito difícil dentro desse sistema defender o Brasil.

Georges Bourdoukan – Professor, como fazer para "exterminar" esses três quartos da humanidade que não consomem a que o senhor se refere no livro?

Bautista Vidal – Bom, isso está em marcha. Há um documento do Clube de Roma, de uns três anos atrás, que chega a dizer a seguinte frase: "*The enemy is the humanity itself*" – o inimigo é a própria humanidade. E aí se diz que esses três quartos da humanidade precisam ser exterminados. A população da África central, por exemplo, hoje é a metade do que era há dez anos. Havia quarenta e tantas guerras na África no ano passado, mais Aids, mais "controle" da natalidade, mais extermínio pela fome, mais...

Georges Bourdoukan – Isso faria parte de um processo de genocídio programado?

Bautista Vidal – Existe aquele famoso documento que veio a público no ano passado, ou retrasado, assinado pelo general Stompford, pelo Bush e pelo Kissinger, propondo reduzir a população de vinte países no mundo, entre os quais o Brasil. É a primeira coisa – reduzir a população. No Brasil foi um sucesso total, tudo o que foi previsto nesse documento – ligaduras etc. – foi cumprido. A redução da natalidade no Brasil é uma coisa assustadora.

Georges Bourdoukan – Esse documento é de quando?

Bautista Vidal – De vinte anos atrás. É esse negócio de os americanos divulgarem documentos secretos vinte anos depois, e esse documento assinado pelos três definia a redução da população de vinte grandes países do mundo, dos mais

populosos. Tem a Nigéria, o Brasil, a China, a Índia. No Brasil, êxito total.

Georges Bourdoukan – O que significa o “índice de genocídio” citado no seu livro?

Bautista Vidal – É o seguinte: na hora em que você tem uma massa crescente de desempregados, principalmente nos países avançados, você cria uma massa de revoltosos. E aí tem de criar e manter exércitos para controlar, o que é um problema. Quatro milhões de pessoas, cada uma com um pau na mão, qual é o exército que vai enfrentar? Então tem de exterminar, por uma questão de segurança e estabilidade...

Sérgio de Souza – E qual seria o meio de extermínio?

Bautista Vidal – São vários. Aqui no Brasil vamos começar a catalogar: você tem aquele meio formal das Benfans, que é exterminar no útero das mães. O Estado da Paraíba teve fase em que 57% das mulheres na faixa de idade de reprodução já haviam sido esterilizadas. Aqui na periferia de São Paulo há números assustadores da época em que Maluf era governador, acima de 60% das mulheres. A média brasileira é altíssima. Depois você tem a questão das grandes cidades, das crianças abandonadas, é um processo de genocídio. Depois, os dados oficiais da Unicef, que mostram que, há muito tempo, morrem 1.600 crianças por dia de fome no Brasil.

Leo Gilson Ribeiro – Morrem de fome?

Bautista Vidal – É claro que por doenças da desnutrição, mas a causa é a fome. Agora, vejam o seguinte: o território brasileiro, em termos de produção agrícola, é no mínimo duas vezes maior do que qualquer outro território das mesmas dimensões físicas. Isso porque, estando nos trópicos, produz duas a três colheitas por ano, ao contrário das regiões temperadas, que produzem apenas uma colheita. O Brasil tem 13% do território ocupado pela agricultura e pecuária. Desses 13%, saem 80 milhões de toneladas de grãos, produção média dos últimos anos. Cada tonelada de grãos dá para alimentar entre quatro e cinco pessoas por ano. Vamos tomar quatro vezes oitenta, dá 320 milhões, só com os grãos. Além disso, o país é o maior produtor mundial de mandioca – amido, caloria, energia, parte aérea com 27% de proteína. É o maior produtor de açúcar do mundo – energia, caloria. É o segundo maior pro-

dutor de frutas não-industrializadas. Tem alguns dos maiores rebanhos do mundo. Ou seja, com 13% do território produz o suficiente para alimentar 600, 700, 800 milhões de pessoas. Podia alimentar 10 bilhões. Repare que somos apenas 150 milhões, usamos somente 13% do território, o resto todo é cultivável, não temos deserto, nem tufões, nem geleiras eternas e, com esse alimento todo, temos 40 milhões de seres humanos submetidos ao genocídio da fome, matando 1.600 crianças por dia!

Gilberto Vasconcellos – *Daí As Bases para Salvar a Vida, que é o subtítulo do seu livro, quer dizer, para salvar a vida não só do Brasil, mas do mundo!*

Bautista Vidal – Temos de centrar na agricultura, porque é daí que sai a vida, sai o alimento, sai a energia. Não se pode falar em nada, sem falar antes da agricultura. Ela está na base da economia, pelo alimento e, evidentemente, também pela produção de energia, por excelência. É a biomassa. O que é a biomassa? São os hidratos de carbono. O que ergue a biomassa? É a fixação da energia solar. Mas o que comanda a estrutura brasileira é o poder financeiro do papel pintado. Este, para sobreviver, tem de se multiplicar artificialmente. São os banqueiros, os controladores das patentes, os controladores de tudo, sem nada produzirem. E, assim, ganham fortunas. O processo de destruição da agricultura, principalmente a de São Paulo, está em marcha acelerada, porque toda essa dinâmica de ganhar dinheiro por meio da multiplicação artificial do dinheiro está destruindo a terra fértil – para cada tonelada de grãos produzidos em São Paulo, perdem-se 10 toneladas de terra fértil.

Sérgio de Souza – *Esgotando os solos...*

Bautista Vidal – Como também pela irrigação, por exemplo, a agricultura da Califórnia; usaram a irrigação em excesso e salinizaram o solo, destruíram o solo.

Sérgio de Souza – *Mas isso também não se daria com a cana-de-açúcar?*

Bautista Vidal – Se dá com tudo, dentro dessa tese. Mas você pode usar processos biológicos altamente eficientes e voltar à resposta energética. O que vale é esse balanço energético e não o balanço financeiro do papel pintado que nada tem a ver com a natureza. Então, quando você pega es-

sas pessoas que não têm terra, não têm experiência, não têm uma infra-estrutura criada, não têm jogo de poder nas decisões e joga lá sem mercado para vender, o que vai acontecer? A ruína deles. Essa reforma agrária que está aí com essa concepção é a ruína. No final do governo Geisel, sobrevoei de teco-teco, durante duas horas, uma região do Mato Grosso onde havia uma cooperativa de 2.000 sócios, uma extensão enorme de terras que foram distribuídas em lotes a uma grande quantidade de gaúchos. O Geisel queria favorecer os gaúchos. Dois ou três anos depois, voltamos a sobrevoar: 80% dos lotes já estavam abandonados. Quer dizer, a questão não é distribuir a terra em regiões altamente ensolaradas – você tem de montar o contexto da demanda, dar salários para poder comprar, esse processo todo tem de fechar o circuito. No fundo, o governo não cuida de montar uma estrutura social adequada, só trabalha para os donos do dinheiro falso. Você quer resolver o problema apenas com um dos aspectos envolvidos, e deixa os outros, deixando todos submetidos à violência dos banqueiros, dos juros altos. Isso está acabando com o pequeno e médio produtores rurais. Está acabando com o emprego no campo.

Sérgio de Souza – O senhor não falou ainda de globalização.

Bautista Vidal – A globalização não tem nenhuma novidade. Ela é uma velha aspiração de todo governo, país ou grupo prepotente que existiu na história da humanidade.

Gilberto Vasconcellos – Todos os impérios... O britânico...

Bautista Vidal – Todos. A grande pretensão é ser o dono de tudo. Agora, isso entra em choque com um princípio já assentado nos povos civilizados, até no próprio campo da justiça, que é o de não aplicar regras iguais para entes desiguais. O Rui Barbosa já defendia essa tese. Você não pode aplicar regras iguais para seres desiguais, ou para estruturas ou instituições desiguais. Para ter justiça, tem de aplicar regras desiguais quando envolvem partes desiguais. Tem de proteger o fraco, senão cai no caso clássico de colocar a raposa e o pintinho num galinheiro, dizendo: "Vocês são livres, podem competir". É dar condições de igualdade a coisas absolutamnte

desiguais, não vai sobrar uma galinha nem um galo, não é? (risos) Mas deixe-me concluir essa questão da agricultura, que considero muito importante. A agricultura brasileira, com esse potencial fantástico, além da alta produção de alimentos, pode colocar a energia nesse contexto. Imaginem o valor estratégico que a terra passará a ter! A terra vai ser o grande responsável por dois setores essenciais: a energia que movimenta o mundo e o alimento que mantém a vida. Essa terra toda que temos aqui, com o valor mundial da energia, o imenso mercado interno nosso, ainda não aproveitado, é que permitirá fixar essa gente toda, os desempregados e os sem-terra. Há terra para dezenas de milhões. Vinte milhões, você pode cogitar a curto prazo.

Sérgio de Souza – O senhor é um dos criadores do Proálcool. É verdade que ele está liquidado?

Bautista Vidal – Não, isso são aquelas coisas. Sabe a história do Vasco Moscoso de Aragão, do livro de Jorge Amado? Vasco Moscoso era almirante de longo curso, nunca tinha entrado num barco, e aí o nomearam capitão de um barco, ele não sabia nada. Aí chegou no porto, o segundo dele disse: "Quantas amarras?" "Todas!" (risos) Naquela madrugada deu a maior tempestade do século, todos os barcos arrebentaram, menos o dele! Então, quando fizemos o Programa do Álcool, dissemos: "Todas as amarras!" – porque sabíamos onde estávamos mexendo. Então, faz dez anos que o Banco Mundial, o FMI, todo mundo quer arrebentar com o Proálcool, e não consegue. A mídia aí batendo firme, e o Banco Central tirou o crédito dos pequenos produtores, 60% dos produtores de cana eram pequenos produtores que precisam do crédito. Sem crédito, o pequeno produtor foi afastado. Aí faltou álcool, por decisão do governo, que, de propósito, criou uma crise descomunal, obrigando o país a importar álcool obtido de uva. Ou importar metanol, veneno perigosíssimo. Uma coisa inacreditável. Garanto-lhes que não foi por perversidade, foi por competente programação, contra o Brasil e o seu povo, é claro. Tudo com a conivência da grande mídia, que tem por norma não informar à população o que ela necessita saber.

Leo Gilson Ribeiro – Os interesses da indústria automotiva também contam?

Bautista Vidal – Contam, sempre de acordo com seus pró-

prios interesses. Em poucos casos eles coincidem com os do país.

Georges Bourdoukan – Mas aí também usaram o outro lado: os usineiros do Nordeste tiveram todos os recursos possíveis e não produziam nada.

Bautista Vidal – Aí existe uma história mal contada, porque realmente os usineiros têm uma má fama – são quatrocentos anos, não é? Pois bem, ao fazer o Programa do Alcool, eu fui a Pernambuco, lá estava a base do açúcar. O secretário da Indústria e Comércio me disse: “Bautista, não fale aqui em produção de álcool, senão você vai se dar mal. Vá embora, não se meta nesse negócio”. Voltei para Brasília e montei o Programa do Alcool apesar deles, os usineiros. A razão era que eles tiveram uma experiência muito ruim com o álcool no passado. Acreditaram no governo e se deram mal. É uma classe muito conservadora. Apesar disso, eles tiveram um papel importante. Entraram no Programa do Alcool após termos levantado qual era a capacidade ociosa deles em relação à produção de açúcar. Havia 20% de capacidade ociosa nas usinas. Então foi autorizado aos produtores de açúcar participarem com 20% de sua capacidade por meio das refinarias anexas de álcool. De repente surgiu no país uma razoável produção de álcool, eram esses 20%, com investimentos já realizados. Normalmente levaria quatro ou cinco anos para chegar aos resultados que foram alcançados em seis meses. Como éramos o grande exportador de açúcar, ao permitir apenas o uso da capacidade ociosa na produção de álcool, não deixamos que se perdesse o lugar que tínhamos nas exportações quando os preços internacionais do açúcar voltassem ao normal. Se deixássemos, todo mundo iria querer produzir álcool quando o preço internacional do açúcar estivesse baixo. Depois estimulamos o surgimento de produtores apenas de álcool, que não tinham origem na produção de açúcar. Não se pode trabalhar com alimento e energia simultaneamente, sem impedir essas manipulações internacionais dos preços via bolsas de valores. Com essas variações, de repente você arrebenta todo um setor, que foi o que aconteceu com o México e com o Peru, deixaram de ser exportadores de açúcar e viraram importadores. Era preciso ter muito cuidado. Uma grande produção

de álcool de São Paulo pouco tinha a ver com os usineiros, era gente que trouxemos de outras áreas, e, claro, gente de experiência agrícola. O Programa Nacional do Álcool, para que se tenha idéia, custou ao erário público o equivalente a 7 bilhões de dólares, mas tudo em moeda nacional. Quando ele foi estabelecido, os usineiros deviam 4 bilhões de dólares. Então, o que deviam, somado aos investimentos, fazem 11. Desses 11, 7 já foram pagos, estão devendo os mesmos 4 que deviam antes do Proálcool. Agora, com esses juros absurdos, imagine quanto o governo já recebeu – os bancos governamentais – desses 11 bilhões... Receberam cinco vezes. É claro que isso exauriu financeiramente o setor.

Georges Bourdoukan – Mas isso vale para todo mundo, para todo o comércio, para o pequeno empresário, a indústria têxtil, todos estão pagando esse juro.

Bautista Vidal – Claro, todos estão pagando. Mas não é desse jeito, todos devem muito mais do que isso. Agora, o Programa do Álcool deu ao Brasil a economia de 30 bilhões de dólares. Com o investimento de 7, economizou 23, criou 1 milhão de empregos, ativou a indústria de bens de capital, criou uma tecnologia líder mundial. Tudo isso não vale nada? Ademais, é um crime o que estão fazendo também com os outros setores da produção. Só ganha – e, no caso, fortuna – quem nada produz! É a picaretagem mais deslavada...

Georges Bourdoukan – E quem derrubou o programa?

Bautista Vidal – Não derrubou, ele está vivo, produzindo. Mas, realmente, os carros a álcool chegaram a representar 97% dos carros ciclo Otto fabricados no Brasil e hoje representam cerca de 1%. Ele foi derrubado pelo Banco Mundial.

Georges Bourdoukan – E a indústria automobilística permitiu?

Bautista Vidal – Quando se abriu a importação, ela contribuiu muito, ela não tem o menor interesse no Programa do Álcool, porque ele só é possível, nessas dimensões, pelo menos inicialmente, no Brasil, onde temos tradição de agricultura tropical. A indústria automobilística transnacional quer decidir importar de onde convier à política de suas matrizes. Hoje o grande inimigo é a indústria automobilística que salvamos no passado. Quando a Chrysler tinha falido, a General

Motors estava à beira da falência, a indústria automobilística brasileira crescia 17% por causa do álcool. Os presidentes da Mercedes, da Ford, não saíam do meu gabinete. O Wolfgang Sauer, da Volkswagen, também. E quando se fala em benesses para o Proálcool não se diz que essas benesses foram generalizadas. A indústria petroquímica, a de insumos básicos, de bens de capital tiveram, todo mundo teve condições assemelhadas. O Proálcool trouxe o retorno de 30 bilhões de dólares em economia de divisas, 1 milhão de empregos e uma estrutura de independência, de competência. Os banqueiros internacionais impuseram ao Brasil o absurdo conceito, aplicado pelos tecnocratas, de que investir em um novo setor produtivo, produzir riqueza, criar empregos, significa déficit. Somente idiotas aceitam essa barbaridade.

Francisco Vasconcellos – O senhor fala em seu livro que no ano 2000, que é amanhã, o Brasil terá 10 milhões de desempregados.

Bautista Vidal – É o processo de genocídio em marcha, e o genocídio começa pelo desemprego. O que os economistas chamam de “índice de produtividade” é a relação entre a produção e os trabalhadores, intelectuais, tecnólogos que contribuem para essa produção. Então, como os economistas não têm imaginação, não conseguem aumentar a produção, querem aumentar a produtividade reduzindo as pessoas empregadas. Veja, eles apresentam aumento de produtividade, de que maneira? Pelo desemprego – é a dinâmica perversa de desempregar. Isso não é índice de produtividade coisa nenhuma, é índice de genocídio.

Sérgio de Souza – Reengenharia, qualidade total...

Bautista Vidal – No Congresso Nacional dos Engenheiros me perguntaram, eu disse: pura picaretagem. Tive mais de mil alunos que são engenheiros, alguns deles governadores, senadores, vários deputados federais e muitíssimos dirigentes de empresas. Essa história da reengenharia é uma grande picaretagem, não tem nada de engenharia dentro.

Georges Bourdoukan – Quem domina o Congresso Nacional, professor?

Bautista Vidal – Quem domina o país é o poder oligárquico financeiro internacional, hoje na mão até de setores delinquentes.

Georges Bourdoukan – E como a mídia vende a imagem do Brasil?

Bautista Vidal – A mídia tem uma necessidade muito grande de recursos, de propaganda mercantil e política para sobreviver. Uma alta porcentagem do dinheiro da mídia vem do governo, e o grosso das grandes corporações transnacionais. Elas é que traçam as diretrizes e o governo paga uma parte importante disso. Mas como os governos, para serem eleitos, precisam desse apoio financeiro, então no fundo o grande poder financeiro é o dono absoluto também da informação no país e do processo eleitoral. Conseguem eleger qualquer animal.

Georges Bourdoukan – Quais são os quatro níveis de corrupção do Brasil citados no livro?

Bautista Vidal – Bom, o nível mais baixo é o dos anões do orçamento, nesse setor a unidade de corrupção é de 1 milhão de dólares. No fundo, aquela CPI seguiu certa estratégia, enfraqueceu o antigo PMDB, alguns de seus líderes, pegando alguns realmente corruptos, mas a maioria deles ficou de fora. Inclusive todos os corruptores. Onde existem corruptos, existem corruptores. Esse é o primeiro nível. O segundo nível é o das privatizações. No caso da Usiminas, a segunda mais eficiente indústria siderúrgica do mundo, com patrimônio de 15 bilhões de dólares, foi entregue por um valor, segundo o procurador geral da República em documento oficial, que não dá para comprar um Gol usado. A CSN, uma das grandes indústrias siderúrgicas do mundo, com um valor emblemático da era de Getúlio Vargas, de criar uma industrialização brasileira, com patrimônio de uns 7 a 8 bilhões de dólares, foi “vendida” – na realidade doada – por 28 milhões de dólares, havendo 78 milhões de dólares em espécie no cofre e 200 milhões de dólares em produtos acabados no pátio. O complexo petroquímico, vinculado à Petrobrás, que representou investimentos do Estado de 3,5 bilhões de dólares, foi entregue por 1.000 reais. A Vale do Rio Doce, uma coisa incomensurável, um patrimônio de minérios para dentro de quinhentos anos, dezenas de gerações à frente, entregue por um valor ridículo, que não dá para pagar um mês do serviço da dívida interna. No primeiro ano nas mãos de sabidões deu lucro de mais de

30%. Na realidade, muito mais, pois os ganhadores não contribuíram com o montante da compra que a imprensa informou.

Gilberto Vasconcellos – E essa informação de que quem comprou a Vale do Rio Doce foi o narcotráfico?

Bautista Vidal – Essa informação é do *Financial Times*, que disse que os dois principais compradores e os recursos da compra vieram das Ilhas Caimã, o paraíso do narcotráfico. O George Soros é um dos grandes donos da Vale, hoje. Ele sabe que dinheiro não tem cor. Isso é informação do *Financial Times*.

Sérgio de Souza – E os outros dois níveis?

Bautista Vidal – Bom, esse segundo nível de corrupção, o das privatizações, está na faixa de bilhões de dólares. O terceiro nível de corrupção é o setor financeiro. Na época da inflação, um estudo feito por um técnico da Fundação Getúlio Vargas mostrou que foram transferidos do setor produtivo e dos trabalhadores, no período de dez anos, 170 bilhões de dólares para o setor financeiro; 17 bilhões de dólares por ano transferidos a troco de absolutamente nada. Fruto de quê? De que o dinheiro na mão dos banqueiros corrigia-se diariamente, e os salários, quando ocorria, eram corrigidos apenas uma vez por mês, e os preços de quem produz também era uma luta para conseguir aumentar. Então é dinheiro transferido de quem produz e corrige por mês, a quem não produz e corrige por dia. Além disso, você tem a questão da taxa de câmbio, que é um negócio arbitrário, você manipula, e transfere fortunas para determinados indivíduos. Depois você tem esse dinheiro que entra, tem de pagar juros enormes para que ele entre, e que passa a noite, ou passa uma semana, e vai embora, e você teve uma sangria violenta levada pelos especuladores externos. São quantidades descomunais de dinheiro, centenas de bilhões de dólares. Houve aquela manipulação da derrubada do cruzeiro, provavelmente produzida pelos próprios agentes, em que desapareceram 5 bilhões de dólares em 24 horas, e levou à demissão do presidente do banco, que mora no Morumbi, num palácio. Quatro bilhões e meio de dólares foi o que custou montar o complexo petroquímico da Bahia, com cerca de cinquenta indústrias... Por último, tem a maior corrupção de todas, a transferência dos grandes patrimônios naturais estratégicos. Patrimônio genético, patrimônio

mineral etc. Não têm preço, não se pode avaliar pelo conceito limitante e manipulado de mercado. Vale tudo! São os quatro níveis de corrupção. Um é corrupção de ladrão de galinha e os outros três institucionalizados, na dimensão de centenas de bilhões de dólares. Roubo de gente fina...

Georges Bourdoukan – Num trecho do livro, o senhor diz que a fixação do real paritariamente com o dólar faria parte também de um projeto externo, desses que o senhor chama de operações com papel pintado, porque com isso se injetam dólares aqui de forma a manter o real estável, para destruir a exportação brasileira, seria isso?

Bautista Vidal – Essa questão é mais global. Primeiro o Brasil deixou de ter um instrumento essencial para sobreviver, que é uma moeda própria. Se você não tem moeda própria, você não pode estabelecer nenhuma política, nem de câmbio, nem de juros, nem de nada.

Gilberto Vasconcellos – O real não é uma moeda própria.

Bautista Vidal – Não é. Na hora em que você estabelece uma relação fixa de câmbio – os argentinos fizeram isso via decreto, rigidamente, 1 peso é igual a 1 dólar. Aqui fizeram o mesmo por medida provisória, mantendo um sistema de mini-ajustes, o que dá no mesmo. Não tendo moeda própria, você perde instrumento essencial de soberania. Evidentemente, se esse dólar seguisse as regras da verdade, ele seria altamente inflacionário. Mas, como manipulam todos os instrumentos, eles conseguem transformar uma moeda que tem o maior déficit planetário, com tudo para ter a maior inflação do mundo, numa moeda não-inflacionária. Quer dizer, é uma manipulação terrível. Como a inflação, no fundo, existe no âmbito mundial, ela é transferida para determinados setores ou – o que está acontecendo – para você poder usar o dólar tem de aceitar as regras de seus emissores. É claro que é um péssimo negócio para nós, porque vamos ter de entregar os nossos grandes patrimônios. O Plano Real é isso. Em nome de uma estabilização que está sendo aplicada e arruinando oitenta países, alguns já devidamente esfaqueados, como o México e a Índia. Na Iugoslávia deu no que deu. Esse negócio que enganou o povo, de moeda estável, é o mesmo em oitenta países. Estamos caminhando para a ruína, com cerca de 50 bilhões de

dólares de déficit em conta corrente este ano, vamos para o espaço a qualquer momento, porque está evidenciado que parte ponderável das nossas reservas é dinheiro especulativo externo. A qualquer momento pode sair. Alguns anos atrás, na época do Sarney, por exemplo, chegamos a ter o terceiro maior superávit, depois da Alemanha e do Japão. Superávit na balança comercial. Este ano, o nosso déficit é gigantesco, passamos de um dos maiores superávits para um dos maiores déficits do mundo. E, evidentemente, se você não tem superávit, não pode pagar esse gigantesco serviço da dívida externa, vai pagar com quê? Aí o que eles fazem? Tomam dinheiro emprestado a juros altíssimos, dinheiro especulativo. Só que você dá, a quem empresta esse dinheiro, o poder de arrebentar o país – quando retirarem esse dinheiro do país. Podem fazer isso a qualquer momento. O Brasil está absolutamente na mão dos especuladores externos. Por que eles arrebentaram o México e ainda não fizeram isso com o Brasil? Porque o México, depois da Arábia Saudita, teria as maiores reservas de petróleo do mundo, segundo o presidente da Union Oil, que me disse isso pessoalmente.

Gilberto Vasconcellos – Daí a tese, no livro, de que a pior coisa que pode acontecer a um país é ter petróleo. É um paradoxo.

Bautista Vidal – México, Irã, Iraque, Venezuela, Líbia têm o sangue que movimenta o poder mundial.

Georges Bourdoukan – E as causas dos déficits orçamentários?

Bautista Vidal – Eles atribuem aos gastos com a educação, com a saúde, com o funcionalismo, a previdência. Coisa nenhuma, 60% do orçamento vai para o serviço da dívida, não sobra nada para nada.

Sérgio de Souza – E o empresariado brasileiro, não existem empresários nacionalistas, ou humanistas, ou progressistas ou...?

Bautista Vidal – Essa questão do empresariado brasileiro me assusta. A gente começa a ter uma interpretação, mas tem cautelas em dizer, porque não é nada favorável. Recentemente, eu disse ao presidente de uma federação de São Paulo, em plena sede da *Gazeta Mercantil*: "O senhor, pensando as-

sim, está com Aids mental, porque o senhor está destruindo o seu setor. O senhor não tem nem capacidade de defesa. Como o senhor está defendendo um negócio que está destruindo a agricultura de São Paulo e do Brasil?" O general Andrada Serpa e eu percorremos esse país. Os gaúchos, por exemplo, o grande imperialismo que os preocupava era o imperialismo paulista em relação a eles. Aí o general Serpa e eu fomos lá e conversamos, fizemos reuniões de cinquenta, sessenta empresários. Deu em nada. Que poder nacional coisa nenhuma! O Severo Gomes fez um esforço enorme para juntar a Gradiante, Villares, Bardella, ele era ministro, um peso enorme, a gente liderava isso, fazia um poder nacional, cadê eles? Foram chupar as tetas do Delfim. O Delfim dizia: "Chupadores de tetas" – quer dizer, não dá para construir um país assim. Como é o empresário japonês, o alemão? Defendem os interesses de seus países até as últimas conseqüências, porque esses interesses coincidem com seus interesses legítimos. Não se pode construir uma nação forte e competitiva com empresários bagrinhos dos tecnocratas!

Sérgio de Souza – E onde está a esperança?

Bautista Vidal – A esperança está nas idéias. As idéias pegam o ser humano e o levantam, não é?

Georges Bourdoukan – E a Fiesp?

Bautista Vidal – A Fiesp é comandada por grupo multinacional. Um dia propus lá: por que a gente não faz um departamento da pequena e média empresas? São 90% das empresas da Fiesp, e ela não tem um departamento para elas. Tem uns vinte sujeitos, que são os manda-chuvas multinacionais, os que mandam. O resto são moços de recados.

Sérgio de Souza – Começamos todas as entrevistas perguntando ao entrevistado de onde veio e como começou na vida.

Gilberto Vasconcellos – *Who are you?*

Bautista Vidal – Sou filho de imigrantes, meu avô veio primeiro, depois veio meu pai, mas minha mãe foi criada na Espanha. Nasci na Bahia, e quando tinha onze anos meu pai resolveu reemigrar para a Espanha, depois da Segunda Guerra. Morei lá até os quinze anos, quando ingressei na Universidade de Santiago de Compostela. Mas meu pai não se adap-

tou mais na Espanha, voltou com os filhos todos, tinha oito filhos. Aqui, pela lei eu não tinha idade para faculdade e tive de ficar três anos esperando para fazer vestibular na Escola Politécnica da Bahia. Me formei engenheiro e aí fui para o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas fazer pós-graduação em física, e trabalhar com o grande cientista austríaco Guido Beck, que teve participação muito importante na formação da física deste século, na Alemanha foi discípulo de Heisenberg, Prêmio Nobel de Física em 1932. Depois, Guido Beck me mandou para a Universidade de Stanford, uma das maiores do mundo na área da física, onde tive vários professores Prêmio Nobel, e disso veio a decisão de trabalhar em energia nuclear, mas eu tinha de voltar para a Bahia. E aí foi a frase que eu disse quando cheguei à Bahia: "O que vou fazer com física nuclear na Bahia, com este sol, este mar?" Então me dediquei à universidade e acabei criando o grupo de geofísica brasileiro, que se tornou o mais importante do hemisfério sul, treinamos geofísicos da Petrobrás, e criei a pós-graduação em física na Bahia, mandei 28 jovens engenheiros fazer doutorado nas melhores universidades do mundo. E aos 28 anos de idade fui convidado pelo governador Luiz Viana Filho para ser o primeiro secretário de Ciência e Tecnologia do Brasil. Não havia nenhuma experiência anterior. O pólo de Camaçari estava sendo projetado, foi uma época muito rica, então criamos o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, o Ceped, que se tornou um dos mais importantes centros tecnológicos do país. Depois, Antônio Carlos Magalhães esvaziou. Bom, fomos trabalhar com o Hélio Beltrão no Ministério do Planejamento, na área do planejamento tecnológico. Aí o Severo Gomes me chamou, dois ou três anos depois, para ser secretário de Tecnologia Industrial, e foi a época mais rica da minha vida, porque tínhamos muito poder. Severo Gomes era uma figura notável. Para ter idéia, além do Programa do Alcool montamos o programa do nióbio, de dimensão mundial, do quartzo, e de um grande número de setores, alimentos, petroquímica, siderurgia, eletrônica etc. Foi uma experiência fantástica. Tínhamos 140 centros tecnológicos trabalhando sob a égide da Secretaria de Tecnologia Industrial, que teve então uma participação decisiva na política industrial. Começavam a surgir

empresas brasileiras de alta competência tecnológica, firmas de engenharia de nível internacional. Aí, em 1979, veio a paulada. Cheguei a ser nomeado presidente da Petrobrás, e havia um projeto de criar um ministério novo para as energias renováveis, mas veio o grupo opositor e caímos em desgraça. Fui demitido do IPEA, passei sete anos desempregado, vivendo de biscates, quer dizer, fui trabalhar na *Folha*, como jornalista, e o Olavo Setúbal exigiu a minha cabeça, me demitiram. Fui para a Unicamp ser pró-reitor, aí o Pinotti entregou a minha cabeça, fui novamente demitido. Aí eu só tinha uma saída: voltar para a Bahia. Quer dizer, não podia manter os filhos na escola etc., voltei para a Bahia, e lá meu pai me protegeu um pouco.

Sérgio de Souza – **Quantos filhos?**

Bautista Vidal – Quatro. Bom, então passei esse período na Bahia sobrevivendo, e quando veio o Sarney, aquele Hugo Castelo Branco, falaram com ele, entusiasmado, voltaram a me nomear secretário da Tecnologia Industrial. Só que aquilo tudo era da garganta para fora, esse Hugo era um incompetente, queria usar o meu nome. E foi um desastre, porque, todos aqueles programas que eu tinha antes e queria reviver, nem pensar – encontrei a secretaria esfacelada. Em minha época havia 6.000 pessoas trabalhando, só na assessoria direta eu tinha oitenta doutores, quando voltei não tinha nada. Eu tinha deixado nela um saldo líquido, em quatro anos, de 60 milhões de dólares para aplicar em projetos. Quando voltei, não tinha dinheiro para projeto de 10.000 dólares. Gastaram, dilapidaram a verba, não sobrou para nada. Aí pude constatar essas mudanças que houve em 1979, por isso 1979 para mim foi...

Gilberto Vasconcellos – **Igual a 1964, não é? Engraçado isso, em todos os seus livros 1979 tem uma importância equivalente a 1964.**

Bautista Vidal – Mais, do ponto de vista nacional, muito mais destrutivo; 1964 teve pontos positivos, e 1979 não, só destruir. O Programa do Alcool resultou de 1964, telecomunicações também. Havia a parte policial, que era terrível, inumana, não há a menor dúvida, mas, do ponto de vista de construção nacional, 1979 é a destruição.

Gilberto Vasconcellos – **Mas isso não está na histo-**

riografia brasileira. Não há nenhum registro de que 1979 tenha sido tão ou mais desastroso que 1964.

Bautista Vidal – Por exemplo, a razão desse livro *O Esfacelamento da Nação* foi o Darcy Ribeiro. Quando ele começou a ler as coisas que eu escrevia, passou a ser meu fã, porque até aí ele me olhava como um sujeito que serviu à ditadura (*ri*), porque eu estava lá com o Severo, o Geisel. Mas, quando o Darcy viu que não tinha nada daquilo, aí passou a me aporri-nhar a paciência para que eu escrevesse um texto sobre o pe-ríodo militar. Ficava me cobrando, e eu correndo da raia, por-que escrever sobre o período militar não é fácil. E ele me aper-tava, até que um dia eu disse: “Acho que vou fazer o que o Darcy quer. Agora, vou escolher a área que conheço e domi-no, que é a área tecnológica, uma área hipersensível, envolve o poder mundial”. Aí escrevi esse que é o primeiro capítulo – “Quarenta Anos de Paradoxos e Contradições” – do livro *O Esfacelamento da Nação*. Aí contei tudo, até o mérito e a traição de militares, separando o joio do trigo, e esse trabalho absolu-tamente verdadeiro teve boa repercussão, apesar de contar as mazelas deles. Conto essa história de quarenta anos que co-meça um pouco antes do período militar e vai pouco além, navegando na questão tecnológica, que é uma questão crucial de poder, um dos pontos de nossa mais alta vulnerabilidade, por causa do modelo suicida de crescimento econômico de-pendente, implantado pelo pessoal dito de esquerda da Cepal. Abro o jogo e com fatos, conheci aquilo por dentro, todos os fatos. Bom, essa volta ao governo foi um período terrível, a STI estava esfacelada, o ministro era um bandido, o Sarney uma nulidade... depois é que fui ver a minha ingenuidade, aceitando a função. Terminou que o ministro teve de me de-mitir. Não pedi demissão. Essa questão do mineiro: você não pede nada ao inimigo, muito menos demissão. (*risos*). Fiquei lá, curti o pão que o diabo amassou, mas foram riquíssimas as informações que obtive, porque eu conhecia tudo, e vi o que fizeram. Graças a essa experiência pude verificar como o po-der externo atuava. E aí a questão de 1979 fica absolutamente clara, e comecei a trabalhar no primeiro livro, levei três anos elaborando, foi muito complicado, porque eu tinha de des-montar tabus conceituais, o poder, o crescimento financeiro, a

esquerda, tive de dizer a verdade, então, olhando hoje os quatro livros, é interessante, porque o primeiro saiu em 1986 e reflete o período anterior, não havia o neoliberalismo. Há neles um processo histórico de 1986 a 1997, foram sendo escritos ao longo de onze anos, então há todo um processo evolutivo dentro deles próprios e como essas coisas foram acontecendo no jogo do poder. E finalmente, nesse último, *A Reconquista do Brasil*, acho que tudo fica claro. Não só identificando o grande instrumento de subjugação, que é essa falsidade monetária que substitui todas as riquezas, falsamente as simboliza, e não há possibilidade de nada nacional que possa se confrontar com isso, que é um instrumento de poder maior – até hoje, por exemplo, você não sabe quem são os membros do FED. É uma máfia privada – montada em 1904 – de alguns indivíduos que decidem sobre a moeda internacional. O próprio governo americano nunca conseguiu fazer uma auditoria, ou o congresso americano, no FED. É um negócio secreto, uma máfia financeira terrível. Bom, para chegar a fazer essas afirmações em áreas tão mafiosas, tão complexas, eu tinha de estar muito seguro. Tinha de submeter essas coisas a provas reiteradas de veracidade, e hoje tenho absoluta convicção das conclusões que estou tirando, por isso considero esse livro uma espécie de...

Gilberto Vasconcellos – *Casa Grande e Senzala* atual, um livro fundamental.

Sérgio de Souza – E hoje, em termos de base de sobrevivência?

Bautista Vidal – Fui demitido, fiquei sem aposentadoria, mas a Constituição de 1988 me resgatou os direitos, porque me demitiram por razões políticas e, como ocupei função de vice-ministro, recebo o salário de DAS 6 integral. Tenho um salário de 7.000 reais, estou com a vida relativamente tranqüila, embora tenha muita despesa, quatro filhos desempregados, mantendo-os todos com curso de pós-graduação, mas não conseguem arrumar trabalho, e não sobra nada no final do mês...

Sérgio de Souza – Mas o senhor não dá consultoria?

Bautista Vidal – Não. Estou me dedicando a fazer conferências, em geral de graça, e a escrever.

Leo Gilson Ribeiro – De graça não deve ser.

Bautista Vidal – Mas infelizmente tem sido. Eles pagam a passagem, pagam o hotel, mas as instituições não estão preparadas para o trabalho intelectual. O trabalho intelectual não vale nada neste país. As organizações cheias de dinheiro, os caras mal pagam a passagem, tenho de gastar dinheiro do meu bolso para ir lá. Se também não faço isso, eles não se interessam e deixo de falar para aqueles que querem me ouvir. Então, entre poder falar à minha custa e não falar, prefiro enfrentar essa situação. É meu dever transferir o que sei. É uma desqualificação total neste país a questão intelectual. Quanto às empresas, estão dominadas pelo neoliberalismo, não querem ouvir falar a verdade. Querem que os consultores dançam conforme a música neoliberal. E, evidentemente, eu não faria esse papel. As instituições que tanto ajudei, ajudando o Brasil, têm medo de me chamar por causa de represálias daqueles que detêm o poder.

Estamos vivendo uma ditadura da opinião, em especial contra tudo o que é nacional. As instituições e empresas não enfrentam, cedem. Não sobreviverão com essa postura.

TERCEIRA PARTE

THE
JOURNAL
OF THE
ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE
OF GREAT BRITAIN AND IRELAND
VOLUME 10
PART 1
1880

Capítulo XI

Debate*:

J.W. Bautista Vidal e João Pedro Stedile

UM BRASIL DIFERENTE EM DISCUSSÃO

Os dois foram os nossos entrevistados de novembro e dezembro. O professor Bautista Vidal falou da energia do território, o líder Stedile da energia dos sem-terra. Agora, eles discutem por que as duas coisas não se juntam, para chegar à nação independente que eles propõem.

J.W. Bautista Vidal – Li sua entrevista a *Caros Amigos* e achei muito interessante, é bem a imagem que eu tinha a seu respeito. Acho você uma figura nova. Proponho falarmos aqui de política. Não de política partidária, que aliás não fazem no Brasil porque não sabem fazer. Falar de política de poder, política da vida dos povos etc., e você é uma pessoa bem encaixada na política contemporânea brasileira, e trabalha com idéias finais. Porque estamos vivendo uma tragédia mundial de sociedades sem fins, em que os meios se supervalorizam, terminam substituindo os fins e vira uma esbórnia, não é? O setor econômico, o financeiro, o tecnológico, o educacional, todos são meios. Meios, para quê? Para a felicidade do homem, esse ser único no cosmo. Tudo tem de girar em torno dele, e notei na sua entrevista uma dose importante disso que defendo, de olhar para os fins. E você diz “o problema não é

*Em *Caros Amigos*, São Paulo, janeiro de 1997.

os sem-terra, é o modelo", que você chama "de desenvolvimento", que não é de desenvolvimento, mas apenas de crescimento do setor financeiro.

João Pedro Stedile – É verdade.

Bautista Vidal – Esse modelo é de antidesenvolvimento. No fundo é um crescimento perverso, como é perverso o crescimento da célula cancerígena num organismo vivo. Então, o fato de você pretender coisas fins já é meio caminho andado, porque hoje se faz exatamente o inverso. Isso fica muito claro na sua entrevista, mas senti, nas suas palavras, que lhe faltam instrumentos para chegar a esses fins. E eu disse: "Poxa, essa é a minha área. Quem sabe num debate, Stedile e eu, não posamos somar experiências e sair com uma coisa nova? Stedile com a competência que tem na militância, com os resultados obtidos, e eu com a minha modesta experiência de velho professor, já estive no poder, exerci o poder". É dentro dessa linha que eu gostaria de lhe colocar algumas questões, não para contestar, pelo contrário.

Sérgio de Souza – O que parece é que as idéias de vocês são convergentes, não divergentes...

Bautista Vidal – Não há dúvida, nos objetivos fins, que é o que conta, somos convergentes. Bem, vou me fundamentar na sua cabeça, nas suas idéias, porque pelas idéias é que a gente chega às coisas. Por exemplo, você propõe uma sociedade solidária, que também defendendo, quer dizer, uma sociedade igualitária. Igualitária em termos, eu diria, igualitária em alternativas, em abrangência, mas cada um tem de ter o direito de escolher o seu destino, a sua vida. Então aqui já tem que colocar o detalhe. Igual em quê? Estamos num mundo onde existe jogo de poder e, no entanto, o Brasil, predestinado a ser a grande potência do planeta, está caminhando para a absoluta ruína. Está submetendo seu povo a um genocídio, está inviabilizando a vida dos próprios filhos, quer dizer, é um negócio assustador. Você vai ao Congresso Nacional, é aquela gente pra lá e pra cá, aquela confusão toda, não se discute poder ali dentro, que seria sua função principal. Se eles tivessem alguma representatividade, estariam discutindo as questões de poder, para resolver os problemas do povo que os elegeu. No fundo, a gente chega à conclusão de que eles estão lá para

resolver os problemas de suas corriolas respectivas. Estamos num processo histórico mundial em que o Brasil é predestinado a ser o equacionador de questões fundamentais da sobrevivência do homem sobre a Terra, e a classe dirigente brasileira está de costas para isso. Não se brinca com o poder. Quando se estabelece o vácuo no poder, alguém o ocupa. E lamentavelmente esse poder está sendo ocupado, e vamos sendo destruídos, desmembrados, exatamente por sermos a nação que tem as melhores condições de construir um futuro florescente, justo, solidário. Então, concordo totalmente com você, mas na sua argumentação faltam instrumentos de luta para alcançar o poder, para que esses objetivos que comungamos sejam alcançados pelo povo brasileiro. Você não toca na questão energética, não toca na questão tecnológica, não toca nessa questão monstruosa da ditadura financeira, do dinheiro falso; e dentro desse contexto nós podemos fazer o que quisermos, ter a maior riqueza que se possa imaginar, mas vamos ser massacrados. Quando digo nós, digo o povo brasileiro, os sem-terra, os com-terra... Então temos de ver claro onde vamos chegar, e os instrumentos que vamos usar para mudar, porque só a mudança faz sentido. A minha geração fracassou, se a nossa geração agora fracassar, esta nação extraordinária vai ser submetida a um processo de africanização, vai ser desmembrada, cada um vai pegar o seu pedaço. Todas as idéias que você propôs, fundamentalmente, só podem ser realizadas com o exercício do poder. Assim, discutir os instrumentos de poder seria a minha proposta para esta primeira discussão entre nós.

Stedile – Muito bem. Primeiro, eu me alegro de ver que temos muitos pontos de vista convergentes, sobretudo essa sua visão humanista do futuro da sociedade. Eu conhecia os seus escritos, a sua maneira de pensar o Brasil do ponto de vista de um verdadeiro desenvolvimento econômico e do melhor aproveitamento dos nossos recursos naturais em favor da sociedade. Mas não imaginava, e por isso me sinto gratificado, que como físico tivesse também essa concepção de que o grande objetivo final de qualquer processo social tem de ser o homem...

Bautista Vidal – Tem de ser, necessariamente...

Stedile – E temos essa doutrina dentro do movimento, e

resgatamos essa doutrina, seja pela influência ideológica da Igreja Católica, seja pelo pensamento humanista do Che Guevara e de todos os grandes pensadores da nossa humanidade, Gandhi, Jesus Cristo... Todos os grandes políticos que a humanidade teve defenderam como ideologia que o objetivo principal é construirmos uma sociedade melhor, que o homem tem de estar sempre no centro das coisas todas. Evidentemente, como retórica, até as nossas elites, o próprio Fernando Henrique Cardoso, adotam esse discurso. Quando a gente coloca que o objetivo final é o homem, ter melhores condições de vida, ser mais feliz, nos referimos a todos os homens e mulheres. E eles dizem isso na retórica, porque é apenas para uma minoria, as elites. E lutam bravamente para melhorar sempre as suas mordomias, enquanto a maioria da população fica relegada, e não só relegada como utilizada para beneficiar essa minoria. Em segundo lugar, é possível que tenhamos uma pequena divergência em relação à nossa visão de poder, porque o Movimento Sem Terra não vê o poder como um objetivo. Vê o poder como um instrumento de transformação, percebemos que o Movimento Sem Terra não pode se propor essa aspiração. Podemos até ser chamados de populistas, mas o que pensamos é que esse poder como instrumento para mudar as injustiças na sociedade, mudar as estruturas, fazer com que a organização econômica e social esteja a serviço das maiores, esse poder tem de ser exercido por uma força que represente a maioria da população, seja a classe trabalhadora, seja...

Bautista Vidal – Permite um pequeno aparte? Quando falo de poder, não é essa simbologia aparente do poder, poder governo, poder Congresso. Falo o poder do ser humano como tal, que chamam de cidadania (que considero uma designação incompleta), é você fazer parte de um todo, e com efetiva participação. Exatamente o que não está acontecendo. Fomos educados nas escolas a temer falar do poder. O poder é uma coisa negativa. Não, o poder pode ser uma coisa positiva, uma coisa essencial, sou também uma parte do poder. É a maneira de me defender, de alcançar os meus ideais, e não esta mistificação que metem na cabeça da juventude, "poder é negócio de político safado", não, não é nada disso. Essa distinção é que precisamos fazer, e aí concordamos plenamente.

Stedile – Então, voltando ao que eu dizia, acho que antes de analisar que instrumentos temos de construir para mudar essa sociedade e derrotar essa elite que está dominando o povo, e como você disse e concordo, está levando a nação para o caos, porque as elites brasileiras abriram mão da idéia de construir uma nação...

Bautista Vidal – Pelo vernáculo, elite somos nós, eles são a classe dirigente perversa.

Stedile – ...eu proporia fazermos uma reflexão sobre quais seriam os graves problemas que a nossa sociedade tem. Porque aí já começa a tergiversação, o que a classe dominante faz sobre a sociedade. Se tu pegas os grandes jornais, pegas a *Veja*, o que aparece como problemas da sociedade? A estabilidade monetária, a bolsa ter baixado ou subido na Tailândia, no máximo os problemas do trânsito, ou da criminalidade – que no fundo já são conseqüências, então a própria discussão na nossa sociedade, feita pelas elites dominantes, foge completamente da verdadeira raiz dos problemas. É essa a discussão que estamos fazendo no Movimento Sem Terra, chamando outras forças, movimentos populares, os movimentos sindicais, os setores da Igreja, para identificarmos os verdadeiros problemas. E temos o sentimento de que hoje no Brasil precisaríamos nos debruçar sobre os seguintes grandes problemas: primeiro, a elevada concentração de riqueza, de poder; segundo, a elevada concentração da propriedade da terra, o monopólio fundiário que está na raiz das desigualdades do nosso mundo rural; terceiro, a dependência que o país tem do exterior, do capital estrangeiro, não só dos empréstimos estrangeiros, da dívida externa, mas da influência que o capital internacional exerce sobre nós; quarto grave problema, o controle do capital financeiro sobre a nossa sociedade. Todo o processo econômico praticamente não funciona com o objetivo de gerar mercadorias para atender as necessidades do povo, funciona para dar lucro para o setor financeiro, tanto que, quando o setor financeiro baixa sua taxa de lucro, estremece toda a economia. Ou, ao contrário, como fez o Fernando Henrique agora há pouco, baixou 51 medidas, que no fundo são para quê? Para cobrir o furo que representou a elevação das taxas de juros... É engraçado, fazendo um parêntese – ele justifica com

a maior cara-de-pau que precisa cortar funcionário público para diminuir os gastos. Mas ele nunca explicou para o povo por que não seria mais fácil cortar a taxa de juro para diminuir os gastos públicos que o orçamento da União tem com os bancos, com as multinacionais. Bem, um quinto problema sobre o qual refletimos é esse monopólio dos meios de comunicação. A gravidade do que eles estão fazendo em termos de ideologia. Hoje, o que sai na Globo, nas grandes redes de televisão, acaba virando verdade absoluta, e acaba galvanizando as atenções de toda a população como se fossem os nossos problemas centrais. É ligar no *Jornal Nacional*, ou no *Fantástico*, não tem nada a ver com a realidade do nosso povo. Outro problema que vemos é a banalização da cultura brasileira, a classe dominante dirigente desmerece permanentemente a cultura brasileira, como se fosse uma coisa de idiotas. O nosso presidente – vivo falando mal dele porque ele é a síntese dessa classe dirigente ignorante, idiota, perversa – tem a coragem de ir para o exterior e dizer que o nosso povo é caipira, como se a cultura do interior fosse um negócio pejorativo. Mas ao mesmo tempo esse mesmo idiota, na hora de passear com os netos na fazenda, faz questão de botar a bombacha de gaúcho, o chapéu, para se exhibir. O Fernando Henrique teria sido um grande ator se tivéssemos uma verdadeira cultura brasileira desenvolvida. A cultura brasileira, como a vemos, é o fator de unidade do povo. O povo não se unifica porque somos todos brancos, ou todos negros, ou então não sei o que. O povo se unifica por essas manifestações culturais. Todos viramos brasileiros num dia de jogo de futebol, todos viramos brasileiros ao ouvir uma música do Jobim, todos viramos brasileiros nas festas juninas, todos viramos brasileiros ao comer uma feijoada. Isso é que nos torna mais iguais, como explicou o Darcy Ribeiro, apesar de sermos tão diferentes nas origens étnicas e culturais. E, por último, um problema sério que estamos percebendo é que essas classes dirigentes estão banalizando os valores éticos da nossa sociedade. E não é um discurso moralista, não, de católico, mas a sociedade só se constrói sobre a base de um código de valores. É isso que permite que ela produza a igualdade, justiça social e fraternidade. Qual é o código de valores que essa classe dirigente está pre-

gando para a população? O individualismo, o egoísmo, e o consumismo...

Bautista Vidal – Três desvios, como você fala, não é?

Stedile – Exatamente. Então, quando os pobres aplicam esse código para resolver os seus problemas, aí é que vira uma loucura, porque aí o cara vira traficante, olha o *crack* tomando conta aí. Por quê? Porque ele tem de se virar, não é? Quando fomos visitar a Diolinda (*mulher de José Rainha*) no presídio feminino, ela estava presa aqui em São Paulo, a diretora do presídio, uma senhora muito simpática, nos atendeu muito bem – até pela repercussão que teve o caso. E me fez um retrato do Brasil, sem saber evidentemente, pelas características da população carcerária feminina, que está mudando. Ela disse: “Cinco anos atrás tínhamos 180 detentas. A maioria quem era? Empregadas domésticas que furtavam a jóia da patroa, fulana que botou os filhos não sei onde, um caso ou outro de prostituição. Hoje são 360, tenho de mandar para o interior porque não cabe mais, e quem são elas agora? Fazem assalto à mão armada, tráfico de drogas, participam de quadrilha em assalto”. Então, isso é o resultado da degradação da nossa sociedade, que aparece pelo lado pior – nos presídios. Na sua opinião, como físico, com uma formação mais ampla, e que conseguiu estudar o Brasil na sua potencialidade econômica, para o senhor são esses os verdadeiros problemas do Brasil? Onde está o cerne da questão para podermos construir a nação que queremos, que seja igual para todos?

Bautista Vidal – A minha ordem de seleção das questões está muito próxima da sua. Talvez a categorização seja um pouco diferente. Por exemplo, em nenhum lugar dos meus livros você vê falar de pobre e rico, porque não aceito uma sociedade com essa dicotomia. Pobre no sentido de não ter condições de sobreviver, de não poder educar seus filhos, não deve haver pobre dessa natureza. Então, não considero que o pobre que existe hoje deva existir sempre. Não, esse pobre é o resultado de um processo perverso que cria essa inaceitável condição humana, como agora criaram a figura monstruosa do excluído. O que é isso? Não é ser humano? Que diabo é esse ser excluído? Para mim existe o ser humano, e ser humano tem de ter os meios que a natureza – mesmo para aqueles

que não acreditam em Deus – colocou à disposição dos homens para que criem, se reproduzam, vivam felizes. Parece uma linguagem um pouco de mocinho, mas não é, não, estou falando de decência e de política de poder, em repúdio ao genocídio e à morte. Então, essa categoria pobre/rico, na minha linguagem, não existe. A segunda questão que coloco, que não é muito adotada no meio político e está em baixa por razões óbvias, é que qualquer análise tem de considerar o contexto histórico e jurídico institucional que estamos vivendo. Como você vai discutir qualquer questão sem levar em conta a estrutura nacional? Jurídica, institucional, quer dizer, nos últimos quatrocentos anos, tudo o que caminhou para viabilizar a vida dos povos foi pela via da estrutura das nações, e da criação de um ente jurídico, o Estado, que as representa. Então, como você vai discutir qualquer questão, seja os sem-terra, seja os sem-educação, seja a disputa do poder, seja a disputa econômica, se você não está nesse quadro?

Stedile – É verdade.

Bautista Vidal – Então, a questão da existência da nação – tem um povo, e quem executa o projeto é o Estado, mas ele tem de representar esse povo. A nossa grande tragédia é que o Estado que temos tido não foi executor de projeto nenhum do povo brasileiro. O que se criou foi uma excrescência, que não tem nada a ver com o povo e, conseqüentemente, com a nação. Ele representa uma estrutura jurídico-institucional ilegítima. Uma das primeiras nações que se compuseram no mundo foi a Espanha, e eram Aragão, Castela, Galícia, uma série de povos e culturas, e entretanto virou a maior nação do mundo.

Stedile – Agora, por que o senhor acha que a classe dirigente brasileira tem tanta vergonha de falar “nação”?

Bautista Vidal – Porque eles são servis ao poder real que os comanda e que a existência da nação, do Estado-nação, prejudica, atrapalha. Quer dizer, não estou dizendo esse Estado que está aí. O Estado brasileiro seria o executor do projeto do povo brasileiro. Então, essa generalização do Roberto Campos, que vive metendo a ripa no Estado, na nação, a ele repugna o conceito de nação, só que baseia os exemplos nesse Estado que está aí, do qual é um dos principais construtores, e com isso ele nega a existência de outro Estado, este legítimo,

que seja o executor de um projeto do povo brasileiro. Ele não quer destruir esse Estado que está aí e substituí-lo por um Estado verdadeiro, ele quer que não exista Estado e este país vire terra de ninguém. Ou seja, terra para bandido. Aqui há um detalhe fundamental. Ele teve a oportunidade, como eu, o privilégio pessoal de estudar nos Estados Unidos, na Europa, em nações que são verdadeiras nações, que cuidam até as últimas conseqüências dos seus valores nacionais. Na Universidade de Stanford, onde me pós-graduei, quase semanalmente reuniam os estudantes para fazer um grande discurso sobre os valores norte-americanos, por isso eles são fortes. Isso é verdade no Japão, isso é verdade em qualquer país da Europa. Isso é verdade na Galícia de meus ancestrais. E aí, de uma certa maneira, estou lhe respondendo: como eles não querem que exerçamos as funções de uma nação, querem nos transformar em coisa muito pior do que uma colônia do século 19 – e estamos caminhando nesse sentido –, esses conceitos todos perdem o sentido. O conceito de soberania, por exemplo, que é intrínseco à nação. Como é que nós dois pretensamente podemos discutir se vamos lutar para criar condições para a sociedade brasileira se realizar, se a nação da qual participamos não tem soberania, não conduz seu próprio destino? A palavra soberania é criminosamente execrada pelos partidos políticos brasileiros, salvo honrosas exceções.

Stedile – Na sua opinião, o grande problema do Brasil é que não temos mais soberania, como nação?

Bautista Vidal – Não temos inclusive no discurso político, nas intenções de alcançá-la. Você vai decidir o que, se não temos soberania? São outros os que decidem por nós.

Stedile – Agora deixa eu lhe provocar. De certa forma, embora fosse ainda perverso o modelo, os militares do último regime militar, com todos os malefícios que fizeram à nossa sociedade, faziam a defesa de um conceito de soberania nacional. Por que o senhor acha que essa classe dirigente atual abandonou mais facilmente esses conceitos? É a mesma turma, o senhor deu o exemplo do Roberto Campos, ele foi ministro do Planejamento do Castello Branco, esteve presente durante toda a ditadura militar, e muitos dos que estão aí hoje mandando no Estado também estiveram. Quem ajudou a fazer a

Vale do Rio Doce, agora, ajudou a vender. Como o senhor explica essa degradação tão rápida?

Bautista Vidal – Você tocou num ponto que foi objeto de um capítulo de sessenta páginas do meu penúltimo livro, *O Esfacelamento da Nação*, ponto que foi a razão de ser do próprio livro. O Darcy Ribeiro me desafiou a escrever sobre o período militar. E insistia, insistia, terminei escrevendo sobre o regime militar numa área que domino, que é a área tecnológica. Fui secretário de Tecnologia Industrial do Brasil, no Ministério da Indústria e do Comércio, com o ministro Severo Gomes. Se há uma pessoa que não pode ignorar o problema tecnológico, sou eu. E que também tem culpa no cartório, sou eu. Tenho de assumir. Então escrevi um capítulo onde não poupo os militares naquilo que eles fizeram. Agora, uma coisa que tive de reconhecer é que os militares, individualmente, são necessariamente nacionalistas, porque é a própria razão de existirem. Na história do Brasil, tudo o que você vê de importante hoje – a criação da Petrobrás, da Eletrobrás, o processo de industrialização, a questão tecnológica – sempre teve a participação decisiva dos militares. Militares patriotas, digase de passagem. Acontece que 1964 foi realmente uma anomalia no processo, em que se criou um conflito institucional nas Forças Armadas, com a indisciplina, a perda da hierarquia, e aí se provocou aquela coisa absurda, não sei se é golpe, em 1964. Os militares de repente se viram no poder e não tinham um projeto nacional, não sabiam o que fazer. E aí cometeram um grande erro, um erro que perdura de uma maneira muito maior hoje – chamaram os energúmenos dos tecnocratas, à frente um homem com poder absoluto e total: Roberto Campos. Até hoje foi uma sequência continuada de figuras dessa má estirpe, e agora estamos vivendo uma ditadura financeira.

Stedile – Então esse abandono da idéia de nação, por parte das classes dirigentes, já vem de muito mais tempo?

Bautista Vidal – Vem de influências externas. Os meios de comunicação vêm deteriorando esse conceito de maneira permanente, sistemática, há décadas. É uma questão crucial na existência das nações, nenhuma nação existe sem auto-estima. Você quer destruir um povo? Faça com que ele próprio não goste de si mesmo. É uma maldição. Você liga a televisão,

ou outro meio de comunicação, você não vê uma coisa favorável ao Brasil, estão só execrando... Uma ocasião, nos Estados Unidos, fiz um curso sobre o jogo de poder – lá eles discutem isso –, um curso que era tão estratégico, que a certa altura disseram que eu não podia acompanhar mais porque era estrangeiro. Dali em diante era só para norte-americanos. E até ali essa questão da auto-estima tinha sido colocada como uma questão crucial, sem a qual nenhuma nação pode existir.

Stedile – Estratégica.

Bautista Vidal – E nós aqui estamos em um processo de destruição – sem ser necessário forças externas darem um só tiro –, sendo os autores da nossa própria destruição. Então, Stedile, escrevi aquele capítulo de sessenta páginas exatamente respondendo a essa sua pergunta, e fica aqui a minha resposta dessa maneira sucinta. Foi um desafio que o Darcy Ribeiro me impôs, eu fugi, fugi, mas depois tive de enfrentar, e a minha conclusão é essa. Hoje, por exemplo, um dos setores que estão mais revoltados com o *status quo* é o dos militares da reserva, estão em pé de guerra. No lançamento do meu livro no Rio, almirantes, generais disseram coisas inacreditáveis – que ditas em qualquer outro momento os poriam na cadeia em cinco minutos – contra o que vem acontecendo com o Brasil e o seu povo. Bom, eu queria retomar a sua linha de raciocínio, porque existe uma enorme coincidência entre os nossos pontos de vista, com nomenclaturas diferentes. No caso da soberania, o cerne da questão é estarmos num processo de destruição porque as nações hegemônicas se encontram em situação desesperadora nas suas demandas cruciais, não têm solução na área energética, na área dos minérios estratégicos, e precisam nos destruir para sobreviver. É essa questão, essa influência, Stedile, que eu queria colocar ante você, e ante o que você representa, para debatermos. A questão energética passou a ser uma questão crucial no mundo, de sobrevivência, porque o petróleo está acabando. Como essa questão vai ser resolvida? Não há solução, salvo que mudem os princípios de termodinâmica, tenho quarenta anos de ensinar essas coisas, é possível, mas vai ser muito difícil...

Stedile – Pelo menos não a curto prazo...

Bautista Vidal – Não a curto prazo (*risos*), não é verda-

de? Pois bem, o Brasil tem nas mãos a única solução energética do planeta, com essa abundância fantástica de energia solar, que nos permite fornecer energia, para sempre, para todos os países do mundo, quando as nações hegemônicas estão em profundo processo de decadência. Ponha-se, Stedile, na situação, você é um cidadão de um país hoje hegemônico, e de regiões temperadas e frias. Você ia lutar até a morte para que seu país sobrevivesse.

Stedile – Claro.

Bautista Vidal – Agora, como você iria fazer? Ou chegando a um acordo de alto nível com os países que têm essas potencialidades, ou destruindo-os. Lamentavelmente, a opção do poder mundial é nos destruir, e os últimos governos brasileiros têm servido a essa causa, para que as nações hegemônicas achem seus caminhos de sobrevivência. É claro que meu filho, seu filho vão ser trucidados. Ou a alternativa é que se tornassem canalhas, mas não admito que nem seu filho nem o meu virem canalhas. Então, dentro desse contexto, nós, a sociedade brasileira, temos de deixar um pouco o passado e começar a discutir a realidade. Qualquer que ela seja, mesmo a mais cruel, a mais terrível. As pessoas dizem: "Bautista, seu livro é pessimista". Eu digo: "Alto lá, pessimista, não; meu livro é verdadeiro, e é altamente otimista". Por que ele é otimista? Porque identifico a canalhice do processo em marcha. A realidade é terrível, mas como posso mudá-la se não a conheço? Essa questão de fazer de conta, de bom-mocismo, de contemporizar com as coisas, isso é um crime. Temos de ver a realidade brasileira, como você procura mostrar com a sua palavra, para que a sociedade tome conhecimento, e possa mudar naquilo que precisa ser mudado. Quanto à questão do monopólio da mídia, é o pior dos males. Porque faz a consciência das pessoas, impede haver opinião pública, sem opinião pública não há vontade nacional, e sem vontade nacional não há poder nacional. A questão do controle do capital financeiro, eu já disse, é uma ditadura internacional, é o domínio absoluto da moeda falsa. Quer dizer, hoje, indústria, agricultura, mineração, energia, nada vale no Brasil, esses ministros são todos moços de recado. O presidente da República não consegue nomear o presidente do Banco Central nem

o ministro da Fazenda, são nomeados de fora, existe uma ditadura implacável, e que não é falsa. Uma das coisas que quero discutir com você é quais são as medidas fundamentais a serem tomadas. Acho que a primeira de todas é o pleno emprego. Enquanto houver um brasileiro desempregado, o processo é ilegítimo. Temos todas as condições para isso, e o emprego cria as condições para a pessoa exercer a cidadania, ela passa a ser autônoma, tem meios de vida, pode educar os filhos. Considero esse o ponto preliminar essencial. O segundo é a soberania. Sem soberania você não pode decidir nada. Não tem autonomia tecnológica, não pode fazer valer os seus valores patrimoniais, principalmente aqueles estratégicos que ninguém tem, como a questão energética, como a questão da biodiversidade, como a questão dos minerais estratégicos, e temos nessas áreas uma situação espetacular no mundo.

Stedile – Todo mundo concorda que, apesar de nosso país ter recursos naturais e ser rico no seu potencial, vivemos carregando essa herança da pobreza, que em vez de ser resolvida aumenta cada vez mais. E agora esse neoliberalismo tende a fazer aumentar o percentual de excluídos. Se a gente analisar o discurso deles, eles sempre procuraram justificativas ideológicas para essa pobreza, para essa situação de subdesenvolvimento. Até a década de 60 – e daí vem a teoria da dependência, e o próprio pensamento do Celso Furtado – explicavam a nossa pobreza dizendo sermos um país subdesenvolvido e dependente. Depois veio a ditadura militar, aí eles começaram com o discurso de que seríamos uma potência econômica, mas antes precisaríamos fazer o bolo crescer para depois dividi-lo, e o povo ficou esperando. Depois veio a crise do capitalismo, o governo de transição do Itamar e do Collor, aí eles adotaram o discurso de que não era possível resolver a pobreza porque éramos um país endividado. E, agora, essa classe dirigente adota o discurso de que não conseguimos resolver o problema da pobreza, primeiro, porque somos ainda um mercado emergente – abandonaram a idéia de nação, trabalham só com a de mercado –, que sobretudo precisa de muitos recursos e o governo não tem dinheiro para resolver os problemas da população. O que dizemos em contraposição a isso? Que para organizarmos uma sociedade razoavelmen-

te igualitária, onde as pessoas pelo menos tenham o mínimo, o Brasil tem todas as condições. Tem condições de alimentar todo mundo, de vestir todo mundo, de garantir casa para todo mundo, não há necessidade de as pessoas morarem em favela ou debaixo de viaduto. E temos condições de garantir escola para todo mundo, e trabalho, porque temos um território enorme, temos agricultura a ser desenvolvida. O senhor, que é físico e domina o conhecimento nessa área tecnológica, acha que há algum entrave que nos impede de eliminar a pobreza no Brasil?

Bautista Vidal – Absolutamente, muito pelo contrário. Em termos tecnológicos estamos na fronteira do mundo, que é o campo energético, que vou exemplificar. Mas, antes de entrar nessa questão, há uma preliminar que é a questão da alimentação, porque, se o indivíduo não se alimenta, não tem condições de nada. E o fato de estarmos nas regiões tropicais – e isso é uma coisa que eu gostaria que você passasse a discutir, a questão de sermos trópicos ou não sermos trópicos.

Stedile – Por quê?

Bautista Vidal – Porque tudo o que existe na natureza, tudo o que se transforma, toda a riqueza tem como origem a energia, e porque somos o grande continente tropical estamos predestinados a ser a maior potência energética do planeta.

Stedile – Porque aqui no nosso território há muito mais possibilidades de concentrar energia...

Bautista Vidal – Mais do que em qualquer outra parte do mundo.

Stedile – Sob que formas ela se apresenta?

Bautista Vidal – É a fornecida pelo Sol, que é um gigantesco e eterno reator a fusão nuclear, que é uma hipótese de mil anos na frente da tecnologia atual, e já temos essa tecnologia nas nossas cabeças todos os dias. Para você ter idéia, Stedile, por dia incide sobre o hemisfério da Terra uma quantidade de energia equivalente à de todas as reservas de petróleo descobertas, e também as ainda não descobertas, apenas inferidas. Então essa aparente civilização rica das nações hegemônicas é a civilização de um dia dos trópicos, porque essa gigantesca quantidade de energia solar é concentrada nos trópicos. A quantidade de energia que incide sobre o continente brasilei-

ro, por dia, equivale à de 320.000 usinas de Itaipu, que é a maior usina hidrelétrica do mundo.

Stedile – Meu Deus!

Bautista Vidal – Como a energia é a base de tudo, é a base da produção, da força militar, da vida, de todas as transformações, todos os movimentos dela dependem, sem ela nada existe. O poder mundial está centrado na energia. Agora, essa energia solar dos trópicos é muito dispersa. Então, como você vai pegar essa energia solar e transformar em energia para movimentar uma fábrica, um complexo industrial? Com a captação e o armazenamento do que se chama biomassa, que são as celuloses, os açúcares, os amidos, os óleos das plantas, dos quais você pode tirar energia sólida, líquida e gasosa, o quanto quiser. Só de coco de dendê na região amazônica você pode extrair um óleo muito superior ao *diesel* de petróleo, em quantidade próxima à produção de petróleo da Arábia Saudita. E do babaçu, da colza, do girassol, todos esses óleos vegetais, no Nordeste tem óleo que não acaba mais, tudo isso é realidade física, e nós de costas para isso, importando petróleo, já gastamos quase 300 bilhões de dólares desde a crise do petróleo até agora. O Programa do Álcool, um simulacro daquilo que estamos falando, já proporcionou nesse período de vinte anos uma economia de 30 bilhões de dólares em importação de petróleo. Cada metro quadrado de terra, com água e sol, é uma pequena Shell, Stedile.

Stedile – Por quê?

Bautista Vidal – Porque produz energia permanente, eterna. A planta capta através da fotossíntese a energia solar, e armazena nos açúcares e demais hidratos de carbono e eles podem ser facilmente transformados em extraordinários substitutos dos derivados do petróleo, sem produzir nenhuma poluição. E aí é que está o milagre divino, criando a possibilidade de dezenas de milhões de novos empregos. Daí ao fortalecimento do mercado interno é um passo. Só a substituição do petróleo importado já cria condições excepcionais para um real projeto de desenvolvimento para o nosso povo. Não falemos do imenso campo que se abre com a fome internacional de combustíveis líquidos resultante da exaustão das reservas de petróleo no mundo.

Então, essa nova era, a era da biomassa e da qual somos

os grandes senhores, tem a terra como elemento estratégico. Já percebeu o que a terra passará a significar a partir de agora? Esse tipo de questão eu queria discutir com você, com a sua gente, com quem seja, e exaurir as alternativas...

Stedile – E essa seria uma das razões para eles quererem manter o nosso país tão dependente?

Bautista Vidal – Evidente, eles não são burros nem bonzinhos. Pelo contrário... Não é só a humilhante dependência. Havia uma dependência secular, aumentada, permanente. Hoje querem a destruição.

Stedile – Estou achando muito interessante porque nunca tinha ouvido essa interpretação do processo de dependência. Normalmente, pelos clássicos, pelos estudos que fizemos, como analisamos o processo de dependência? Na época do colonialismo, eles vinham aqui à procura das nossas matérias-primas baratas, então tinham de dominar o território. Depois, no início do século, quando as nações viraram politicamente independentes, eles vieram aqui ganhar dinheiro implantando infra-estrutura básica, construíram as estradas, pontes – dizem que o viaduto Santa Ifigênia foram os ingleses que construíram e que foi o governo da Erundina que acabou de pagar, oitenta anos pagando, aposentaram o viaduto e continuaram pagando. A ponte de Florianópolis, que liga o Estreito à Ilha, que é de ferro importado da Inglaterra, a mesma coisa. Bem, depois, quando vieram a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, quando aconteceu o crescimento do movimento socialista na Europa, como o valor do salário lá subiu bastante, eles vieram para os países do terceiro mundo buscar mão-de-obra barata, e instalaram aqui as suas fábricas. Agora, depois da crise do capitalismo e como as fábricas deles estão ociosas, a interpretação que ouvimos é que o capital internacional, para se realizar, vem agora aos países do terceiro mundo e ao Brasil em busca de mercado para os seus produtos, realizar seus lucros vendendo as mercadorias e em busca da realização do capital financeiro, do papel pintado que o senhor falou. Agora, essa nova versão que o senhor está apresentando de que, do ponto de vista energético e do futuro da humanidade, para eles é fundamental dominar o trópico, porque ele é a fonte, é uma interpretação muito interessante.

Bautista Vidal – Se o petróleo está acabando, de onde virá o poder deles agora? Evidentemente, da Amazônia. Você acha que eles vão ficar chupando o dedo, nos olhando? Eles estão preparados para invadir e tomar posse da Amazônia, porque economicamente já dominam.

Stedile – O que eles extrairiam da Amazônia?

Bautista Vidal – A Amazônia é o grande celeiro da biodiversidade do planeta. E a biodiversidade é a base para indústrias farmacêutica e alimentar, entre outras, em cujo contexto estão a captação da energia solar e o seu armazenamento na biomassa. Quer dizer, você pode pensar uma sociedade justa e solidária, cada cidadão, cada metro quadrado vai ter autonomia energética. Jamais houve essa alternativa na história da humanidade. Então, o movimento de vocês pode ser colocado em outro contexto: antes que o território brasileiro seja tomado por forças estrangeiras, economicamente ou por força militar – isto, aliás, nem precisa –, é condição *sine qua non* que os brasileiros ocupem essas imensas áreas vazias. A questão da ocupação da terra passou a ser uma questão crucialmente estratégica, de preservação de nosso território.

Stedile – Por que os militares, que sempre foram nacionalistas e que devem ter tido algum tipo de visão parecida com essa sua, não viram, não apoiaram a reforma agrária, só viam como coisa de comunista?

Bautista Vidal – Os militares deram apoio incondicional ao Programa do Álcool, cheguei a ser nomeado presidente da Petrobrás, mas fui “desnomeado”, porque o poder dos Robertos Campos, dos entreguistas, derrotou os generais nacionalistas. Para você ter idéia, como secretário de Tecnologia do Ministério da Indústria, eu tinha uma equipe de 6.000 especialistas trabalhando em quarenta instituições, e foi tudo desmontado.

Stedile – Trabalhando em pesquisa?

Bautista Vidal – Pesquisa tecnológica de produção, de aplicação mesmo. Dominamos a tecnologia da biomassa na frente de todo mundo. Vieram os japoneses, os alemães, os russos, porque tínhamos os melhores institutos do mundo. Então, esse é o projeto que acho que temos de construir, não você e eu, mas todos os brasileiros que têm um mínimo de responsabilidade.

Stedile – Sofremos uma crítica, de que o Movimento Sem Terra não teria a função, como movimento social, de pensar um Brasil diferente. Quer dizer, nosso *métier* é a reforma agrária, é acabar com o latifúndio, tomar conta da área e deixar o território pra lá. Então, não temos nem acúmulo intelectual, nem experiência concreta, porque precisa de muita base de conhecimento para propor um projeto alternativo para o Brasil. Mas estamos preocupados com o problema, e sempre que podemos procuramos estimular esse debate, e achamos que talvez esse Brasil alternativo surja da confluência desse debate dos vários setores sociais, dos intelectuais verdadeiramente brasileiros como o senhor, e outras figuras que se preocupam com a situação do Brasil. Então, nessa mesma função didática desta nossa conversa, eu perguntaria: na sua cabeça, quais são as principais medidas para rearrumar o Brasil e resolver os problemas básicos da população?

Bautista Vidal – Você está sentado, não é? Pois a condição *sine qua non* é sair desse sistema financeiro internacional podre e delinqüente.

Stedile – O que significa sair? Estatizar os bancos e...

Bautista Vidal – Não, não, isso tudo pode vir depois, como consequência. Ora, se os banqueiros forem todos ladrões, tem de estatizar, não é? Se são decentes e se limitam a ganhar o justo, tudo bem, eles podem ser úteis. O problema é que o setor está cheio de especuladores, de narcotraficantes, de bandidos. O importante é o objetivo final.

Stedile – Mas com que instrumentos agora, com que medidas?

Bautista Vidal – Você não pode permanecer num sistema em que existe uma moeda emitida de modo monopólico por um grupo que ninguém sabe quem é, mundial, que emite ao seu bel-prazer

Stedile – Então é sair do sistema do dólar?

Bautista Vidal – Desse sistema que está aí. Se os americanos não tomam vergonha na cara e não montam uma moeda decente, não vamos ficar nisso porque é a nossa total destruição. Por que, como a moeda é o símbolo de todas as riquezas...

Stedile – Ela mede a circulação das riquezas.

Bautista Vidal – Ela mede, ela compra tudo, até as cons-

ciências. Tudo o que temos, os grandes patrimônios naturais estratégicos, os minérios, a terra, a água, a energia, tudo, não vale nada ante o papel pintado falso que nem mais papel é, reduziu-se a simples digitação, executada naturalmente por dedos "divinos" ... ou diabólicos. Todas as riquezas do planeta e todo o trabalho da humanidade não valem alguns segundos de digitação dos servos dos deuses do poder financeiro internacional. É concebível um negócio desses?

Stedile – Muito bem, então esse seria o primeiro passo. E aqui dentro?

Bautista Vidal – Repare, não estou colocando isso como resposta política, seria uma irresponsabilidade pensar que isso é possível no verbo. Agora, a gente reúne forças para resolver isso. Você, a certa altura da nossa conversa, disse: "Eles, os dirigentes políticos, dizem que não têm recursos". Eu digo: que recursos? Água não temos? Energia não temos?

Stedile – Recursos de dinheiro, não é?

Bautista Vidal – Minério não temos? Força de trabalho não temos? Terra não temos? Então, que diabo de recursos não temos? "Não temos dinheiro." Ah, você está falando da falcatrua, da delinquência. Ninguém come papel pintado. Você joga essa porcaria desse papel podre no lixo e trabalha em cima dos seus recursos verdadeiros e pode se dar ao luxo de ter a moeda mais forte do mundo, se quiser, é claro. Com lastro. Você pega o nióbio, que temos 98% das reservas mundiais, e deposita num banco sério – naturalmente nosso e não entregue a bandidos – a moeda correspondente ao nióbio, moeda verdadeira, agora e dentro de mil anos. Temos de sair dessa ditadura do papel falso, da digitação diabólica.

Stedile – Primeiro passo. Depois?

Bautista Vidal – Depois estabelecer um sistema de poder baseado em um projeto nacional.

Stedile – Ou seja, colocar o Estado a serviço das massas.

Bautista Vidal – Não, o Estado como executor do projeto nacional, porque só nessa condição ele é legítimo.

Stedile – E o que o senhor chamaria de projeto nacional?

Bautista Vidal – Projeto nacional é uma convergência de intenções e proposições inteligentes, fundamentadas no concreto, de pessoas com caráter compromissadas com a nação e

com o futuro coletivo. Queremos que nossos filhos sejam alimentados, que tenham escola, que tenham trabalho, que convivam num ambiente social de respeito, de paz, de dignidade.

Stedile – Então, na sua concepção, um projeto nacional não é uma grande elaboração teórica, estratégica?

Bautista Vidal – Em nenhuma hipótese.

Stedile – Em resumo, ele significaria garantir comida para todo mundo, escola para todo mundo, trabalho para todo mundo...

Bautista Vidal – Pleno emprego. O projeto nacional está no último capítulo do meu livro. Claro, você tem de trabalhar muito as idéias, o que está no livro não é um projeto nacional. Porque veio da minha cabeça. Um projeto nacional tem de vir do consenso de uma sociedade que sabe o que quer. A começar por querer ter soberania. Se não quer ter soberania, não adianta nada. Se não tem auto-estima, é o fim de tudo.

Stedile – Por que o senhor acha que a sociedade brasileira ou as amplas maiorias do povo brasileiro estão fora da classe dominante, porque ainda não teriam tido consciência de um projeto nacional?

Bautista Vidal – Por absoluto e monolítico controle das informações. Consigo falar para cem pessoas, duzentas, que adianta isso? Tem de falar para 80 milhões como...

Stedile – ... faz o Fernando Henrique...

Bautista Vidal – Não, o Fernando Henrique não, a Xuxa, aquele que se autotitula “o garanhão do Planalto”, entre outros. Essa gente fala para 100 milhões de pessoas todos os dias. Não sabemos nada da realidade que estamos vivendo. O bloqueio é absoluto, monolítico. Não temos informações, e uma sociedade que não tem informações não tem capacidade de refletir a sua realidade. Não pode haver maldição pior, você e eu ainda fomos à universidade etc., e a grande massa? Mesmo as universidades hoje estão em situação lastimável. Há um alto grau de convivência. A grande massa de profissionais, diplomados ou não, assiste à Globo, lê o *Estado*, a *Folha*, o *Dia*, e não sabe nada de nada. Uma tristeza!

Stedile – A visão que a grande massa do Brasil tem sobre reforma agrária é a que *O Rei do Gado* passou.

Sérgio de Souza – Vamos fazer uma pequena intromissão,

professor: o senhor fez uma ligeira crítica ao fato de o Stedile ter dito na entrevista a *Caros Amigos* que "aí a gente elege o Lula".

Bautista Vidal – Uma coisa que realmente não entendi da sua entrevista. Não estamos em momento de escolher má-gicos, ou porque fulano é simpático é que vai resolver o problema. Temos de discutir as idéias, quais são os nossos caminhos. Não podemos começar por quem vai ser, sem que se tenha idéia do que ele vai fazer e como vai conseguir isso. Quem vai ser tem de ser uma consequência. Tem de estar profundamente comprometido com as verdadeiras soluções para o nosso país e para o nosso povo. Não é trivial, porque estamos quase sozinhos com soluções de questões mundiais na mão. E as grandes potências vão nos comer. Precisamos nos preparar, tem de ser um poder muito mais estruturado. Por exemplo, no caso dos sem-terra, vocês contam com 21 líderes tomando decisões coletivas, contribuindo para acertar. Imaginemos o Brasil, um complexo continente com um papel crucial no mundo do futuro. Não é um irresponsável gritando "vamos ocupar!", senão vocês não teriam chegado até onde chegaram. Hoje somos uma nação, com o Poder Judiciário, o Legislativo que fazem pena, aos pedaços. Vamos ter de recompor tudo isso, temos de ter uma competência acima do normal. Felizmente não faltam pessoas competentes neste país, mas estão todas fora do poder.

Stedile – Aí têm duas visões. Uma é a seguinte: concordamos com o professor de que o fundamental é discutir idéias, ter um projeto. Por isso estamos empenhados nesse esforço, e nesse espaço que a *Caros Amigos* nos abre, para que o máximo de pessoas possível se engaje nesse empenho de pensar o Brasil diferente. Então, evidentemente, as coisas não acontecem primeiro uma, depois outra, elas são misturadas. E o que nos misturou agora? Que temos pela frente um calendário eleitoral. Não adianta dizermos: "Bom, vai ter eleição para presidente, não vamos votar porque não temos projeto para o Brasil, e vamos esperar uma outra correlação de forças". Como é que vemos? Vemos que é possível justamente aproveitar essa conjuntura e transformar a campanha eleitoral num grande movimento político, podemos fazer grandes mobilizações para o debate de idéias, de um projeto nacional. Não de um plano

de governo, não aquele emaranhado de promessas. Isso aí ninguém, nem os candidatos, lê. É discutir essas idéias, sobretudo transformar a campanha num movimento político de conscientização. Imaginamos durante a campanha, por exemplo, os sem-terra organizarem o que estamos chamando de brigadas pedagógicas. Grupos de quatro ou cinco companheiros, que vão circular nos municípios do meio rural e debater com o povo não só a reforma agrária, mas as alternativas para o Brasil, para os seus problemas. Agora, nesse espectro eleitoral que está aí, estamos convencidos de que a candidatura do Lula, e por isso nem dizemos do PT, se reveste de um significado maior, que extrapola o próprio PT e a candidatura em si. Aachamos que, com essa possibilidade de aliança com o PDT, que resgata um pouco da trajetória histórica da luta pela soberania nacional, é possível fazermos esse movimento político e esse debate de idéias de um novo projeto. Temos dito para o Lula: "Não vamos apoiar você pelos seus belos olhos, mas sim porque você não é mais o Lula, você representa o acúmulo de uma trajetória histórica". E ele, pelo que representa, pode provocar outro debate. Por isso defendo, pessoalmente, não tem nada a ver com o Movimento Sem Terra, que seria um desastre para as oposições e para o próprio PT botar um Tarso Genro, que aos olhos da classe média é até um sujeito mais preparado, fez faculdade, debateria esses temas nacionais com mais contundência. Mas o povo não veria nele um espaço suficiente para debater os verdadeiros problemas que temos. Então, é nisso que estamos empenhados. E achamos que, dada também a gravidade que o senhor colocou muito bem, do caos social que esse modelo neoliberal está criando, essas bobagens que o Fernando Henrique diz na televisão são para enganar a classe média. Mas quem anda no interior sabe que este país está virando um bolsão de miséria.

Bautista Vidal – Não há a menor dúvida.

Stedile – Não tem emprego para nada. O ano passado fomos apoiar uma ocupação urbana em Salvador, na Bahia, como gesto de solidariedade do Movimento Sem Terra, entre os ocupantes havia quarenta soldados e até sargentos da Polícia Militar, sem farda, tal a degradação que tomou conta de todo mundo.

Bautista Vidal – Só vou entrar para valer com alguém que esteja profundamente comprometido com esse processo de luta. E a curto prazo, porque a nossa sobrevivência está perdendo a muito curto prazo. Para mudar isso, precisa competência, coragem, disposição e conjunto. Não podemos estar cada um com idéias diferentes. Vamos debater até as últimas consequências, mas na hora da briga temos de estar juntos. Esses partidos políticos estão todos ultrapassados. Por quê? Têm alguns até com boas intenções, mas estão incrustados no sistema e esse sistema obriga a um processo de dependência terrível. Não vamos entrar em detalhes porque você os conhece muito bem. A rigor, não temos nenhum partido hoje que possa assumir “eu estou defendendo o Brasil”, porque não pode, não há condições, a estrutura é falsa. Quer dizer, para mudarmos, quase que exige uma mudança de regime, quase que se está pedindo alguma coisa semelhante à Revolução de 1930, o que felizmente está se configurando. Tem muito militar falando essa mesma linguagem nossa. Os patriotas, os maiores patriotas estão falando a mesma linguagem. Há possibilidade de convergência em nome de uma coisa maior, que beneficie a todos. Agora, isso não pode ser na base da amizade, tem de ser na base das idéias e dos compromissos concretos e realistas. Chega de mistificações... e de boas intenções. É preciso ir aos fatos e aos meios. É preciso correr riscos.

Stedile – Nisso vamos coincidir até com Fernando Henrique, porque ele disse que a era Vargas terminou, agora é uma outra era. Então vamos combinar com ele, de fato o Brasil está precisando passar para um outro modelo.

Bautista Vidal – Mas não foi Vargas, foi Juscelino que deteriorou o modelo Vargas. O Juscelino é que entregou o ouro ao bandido.

Stedile – Mas agora o Fernando Henrique disse: “Com o meu governo termina a era Vargas”...

Bautista Vidal – E está destruindo a indústria nacional...

Stedile – “Daqui vamos começar com outro modelo”, ele disse, e aí concordamos: vamos ter de começar com outro, mas não com o dele – com o oposto. Agora, um comentário que o senhor fez no começo, sobre genocídio. Há um outro genocídio

que estamos permitindo – é com a nossa juventude. Tenho ido a muitos debates, e é impressionante, a juventude está desesperançada...

Bautista Vidal – Desiludida...

Stedile – Sem informações e desiludida. Eles ouvem dizer assim: “Vocês vão se formar e acham que vão encontrar emprego, onde?” Então imagine esse 1 milhão, 2 milhões de jovens que se formam todo ano e não têm para onde ir. Esse é um genocídio da esperança da nossa juventude, que esse governo está fazendo. Concordo, nesse sentido, que de fato os partidos políticos precisam se superar. Não temos nenhuma paixão, mas sabemos que, para fazer essas mudanças, é preciso construir um grande movimento político. Estamos convencidos de que isso é possível.

Bautista Vidal – O seu discurso é muito interessante, mas não se encaixa principalmente nas figuras. Chama o Lula para a briga. Chama o Lula para vir discutir.

Stedile – É isso que temos dito para ele: “Lula, tu tem de ir para o interior, tem de ir para as mobilizações”.

Bautista Vidal – Há muito carreirista. O meu colega Cristovam Buarque fez uma reunião internacional para chegar à seguinte conclusão: “A globalização é inevitável, então assumamos a globalização”. Fez uma reunião internacional para tirar da reunião esse negócio. E ele provavelmente pagou parte da reunião!

Stedile – Fiquei assombrado, também, quando nessa crise das bolsas os nossos economistas progressistas saíram na imprensa dizendo: “As medidas do governo estão corretas....”. Eu disse: “Quero que as bolsas peguem fogo”. E se tivéssemos capacidade organizativa iríamos fazer acampamentos dos sem-terra em frente às bolsas. E, se o governo continuar com essa política entreguista, ano que vem vamos acampar em frente às bolsas.

Bautista Vidal – Ele vai continuar, Stedile, como as coisas vão, irão ficar muito piores. Essa questão do ano eleitoral não tende a minorar a gravidade da situação.

Stedile – Qual é a expectativa que o senhor tem em relação ao governo Fernando Henrique?

Bautista Vidal – É a pior possível. Esse homem veio para

destruir a nação. Ele está querendo a reeleição. Está querendo, não, ela está no programa daqueles que o elegeram, como ocorreu com o presidente do Peru, com Menem e com o moribundo Yeltsin. É programa global reeleger aqueles que estão prestando bons serviços. Agora, por quê? Em analogia com o México, embora o Brasil seja maior, eles arreventaram o México principalmente para se apoderar do petróleo mexicano. Depois da Arábia Saudita, há quem considere que as maiores reservas de petróleo são as mexicanas. O Brasil, porém, é uma coisa maior. Então eles precisam mais tempo e os donos do poder concederam a ele mais um período de governo para completar o serviço. Ele é um moço de recados.

Stedile – Temos dito e pregado que temos uma confiança muito grande na capacidade de recuperação do povo brasileiro, porque a classe dirigente prega a idéia de que os pobres, os trabalhadores, o povo brasileiro é um povo acomodado, que o povo não reage. E defendemos que é possível ter esperança. O povo brasileiro, assim como se ilude fácil, consegue se recuperar fácil. E eu gostaria que o senhor falasse um pouco, o senhor que é de uma geração mais antiga que a minha, qual é a sua visão, não como físico agora, mas como homem que acompanha o comportamento do povo brasileiro.

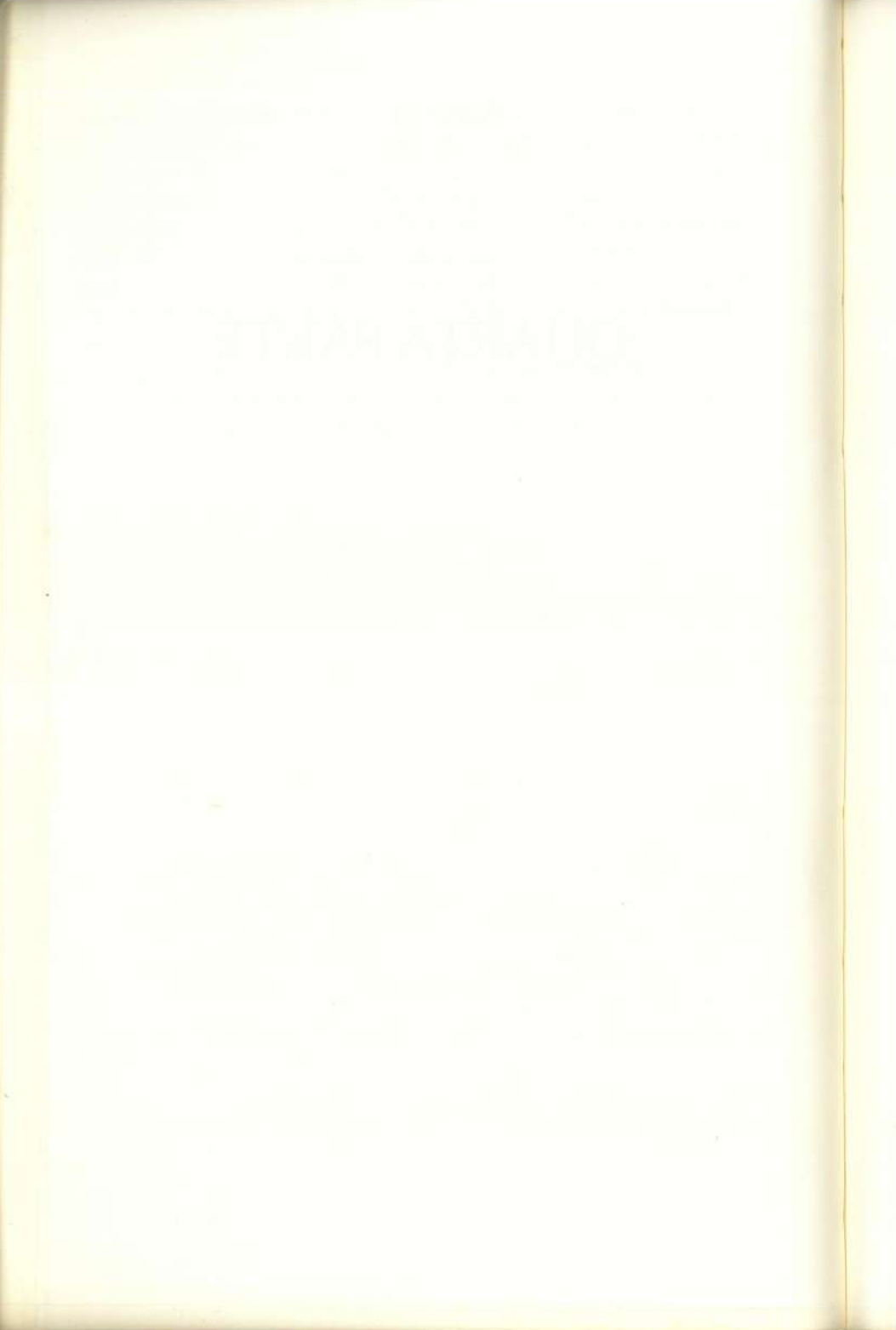
Bautista Vidal – Fui de uma geração abençoada por Deus, que no segundo ano de engenharia as grandes empresas, a Petrobrás, por exemplo, ia nos buscar nos bancos escolares para nos oferecer estágio. Hoje, os nossos filhos se formam, passam cinco, seis, dez anos e não conseguem emprego. Uma mudança profunda. Havia um sentimento nacional de entusiasmo, as universidades se multiplicavam. O Brasil foi o país que mais rapidamente montou um sistema de pós-graduação e doutorado, muito mais rápido do que os Estados Unidos. Investiu nisso bilhões de dólares. Quando eu era secretário de Tecnologia Industrial, choviam propostas para brasileiros irem para Viena, ganhando 10.000 dólares, para Nova York ou para Genebra. Ninguém queria. Não é que se ganhasse muito bem aqui, ganhava-se menos da metade, mas o Brasil era um país tão gostoso que ninguém queria sair daqui. Hoje...

Stedile – Tem fila...

Bautista Vidal – É. Que negócio é esse? Alguma coisa de

altamente perturbador está acontecendo. Essas transformações são culturais, não podem acontecer num prazo tão curto de tempo. Temos o dever de interromper esse processo, ele é muito perverso. Temos de discutir profundamente, com debates como este, essa realidade. Chama o Lula, vamos discutir com Lula essas questões todas e com outros. Chama o pessoal dos sem-terra, vamos para o Pontal do Paranapanema. Onde for, onde houver quatro brasileiros dispostos a discutir, vamos discutir. Porque temos de interromper, não sei como, mas temos de interromper esse bloqueio das nossas vidas como povo e como cultura. Principalmente os jovens. Não é direito fazer o que estão fazendo com os jovens.

QUARTA PARTE



Capítulo XII

Depoimento*

O CAPITAL FINANCEIRO CONTRA O SOL

I - CRIAÇÃO DO PROÁLCOOL

A montagem de um programa alternativo a um energético extensivo como o petróleo envolve múltiplos aspectos, principalmente um conjunto de pessoas de alta competência técnica e política, sob forte liderança, tendo por suporte básico um sólido quadro institucional, sob a égide de um Estado que tenha claros seus objetivos. Se esse conjunto de fatores não estivesse presente, o programa do álcool não teria existido.

Quando voltei dos EUA, no início de 1974, o novo ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, convidou-me, via Paulo Belotti, para ocupar a Secretaria de Tecnologia Industrial. Conheci Severo Gomes no dia de minha posse.

Belotti, jovem engenheiro de família simples do Espírito Santo, brilhante, pelas próprias realizações transformou-se em uma das principais figuras do desenvolvimento industrial brasileiro. Terminou sendo pessoa chave do governo Geisel, o seu lado consistente, que vai passar à posteridade.

Foi Belotti quem montou o setor petroquímico e sem seu pragmatismo seria difícil levar avante o programa do álcool. O presidente Geisel tinha nele uma confiança ilimitada.

*Prestado por J.W. Bautista Vidal a Gilberto Felisberto Vasconcellos, em maio de 1998.

O ministro Severo Gomes, por seu lado, percebeu com enorme rapidez o alcance do programa de alternativas renováveis aos derivados do petróleo e o apoiou de modo incondicional.

Belotti e Severo levaram à presidência da República a proposta preparada por mim e minha equipe que tinha o título "O Etanol como Combustível", base do Programa Nacional do Álcool, montado a partir de decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), presidido pelo próprio presidente da República.

Houve, porém, antecedente digno de nota. Não era nossa intenção propor o programa naquele momento, pois apenas se tinham conclusões técnicas sobre o uso do álcool em mistura com a gasolina, embora se trabalhasse intensamente para dominar a tecnologia de adaptação dos motores de ciclo Otto ao uso exclusivo do etanol.

Um acidente imprevisto alterou nosso cronograma. Em visita ao Centro Técnico Aeroespacial, em São José dos Campos, o presidente da República interessou-se em visitar o local onde se desenvolvia o programa sigiloso da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) de desenvolvimento tecnológico de motores para o uso de combustíveis de origem vegetal, alternativos aos derivados do petróleo.

Durante duas horas, o presidente, profundo conhecedor da questão petróleo, inquiriu os especialistas sobre o programa tecnológico em andamento. Estavam presentes vários ministros, o governador de São Paulo e a imprensa. Nem o ministro Severo Gomes, nem Paulo Belotti, nem eu estávamos lá na ocasião.

No dia seguinte, todos os jornais davam como definitiva a criação do programa de combustível nacional alternativo à gasolina, sendo este, então, o derivado do petróleo de maior uso no país.

Tivemos então de preparar em regime de urgência o referido documento para o CDE. Isso ocorreu sob grande pressão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que queria se apossar das informações para ser o veículo da proposição do programa.

Dois meses antes desse acontecimento realizara-se na sede da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e

pela primeira vez no Brasil, um congresso internacional da indústria automobilística. Nele fizeram pronunciamentos os ministros da área econômica. O ministro Severo Gomes, embora presente, designou-me para falar em seu nome. Apresentei pela primeira vez em público a idéia de substituição de derivados do petróleo por alternativas vegetais tropicais. A proposta foi recebida pela indústria automobilística internacional com frieza. As cópias do texto do pronunciamento, entregues aos organizadores do congresso para serem distribuídas à imprensa, desapareceram...

O programa nasceu assim de cima para baixo. Três figuras políticas foram fundamentais: o ministro Severo Gomes, o senador Teotônio Vilela, que era o primeiro vice-presidente do MDB, e o general de Exército Antônio Carlos de Andrada Serpa, que conhecia tudo sobre a questão energética mundial, em particular a alternativa tropical. Ele era um entusiasta do uso extensivo da solução álcool. Como membro do alto comando militar, tinha influência na presidência da República e era respeitado pelos da direita, pelos da esquerda, pelos do centro, pelos de cima, pelos de baixo, enfim, por todos. Seu profundo sentimento nacional de compromisso com o povo brasileiro dava-lhe essa credencial.

O conceito que divide os brasileiros entre os de esquerda e os de direita dá visão deformada de nossa realidade. Depois que Einstein descobriu a relatividade restrita, definindo o espaço em quatro dimensões, ou seja, oito sentidos, reduzir as alternativas políticas do mundo a apenas dois sentidos (direita e esquerda) é uma aberração conceitual.

Teotônio e Serpa, por exemplo, que prestaram grandes serviços ao país, eram ligados à antiga UDN, supostamente de direita. Eles estiveram, porém, entre os principais responsáveis pelo fim do regime militar. A abertura democrática, que infelizmente iria ficar frustrada em seus objetivos nacionais, foi obra para a qual eles contribuíram de modo decisivo.

II – A ESCOLA DA BIOMASSA

No campo tecnopolítico destacamos cinco figuras que intervieram de modo singular no processo de criar alternativas na-

cionais aos derivados do petróleo. Elas e mais cerca de 2.000 especialistas que coordenávamos formaram uma espécie de escola de pensamento energético dos trópicos: a Escola da Biomassa.

Existem centenas de teses de doutorado, livros, publicações de todos os tipos, inúmeros programas de mídia, de ampla divulgação em todo o mundo, no Japão, na Índia, na Austrália, na Turquia, nos EUA, na Inglaterra, na Alemanha, em toda parte, sobre o uso extensivo da alternativa energética tropical brasileira. Nunca o Brasil foi tão tematizado e discutido por importantes universidades, grupos de pensamento e de poder.

Na Conferência Mundial da Biomassa em Atlanta, em 1980, fui aplaudido longamente de pé, quando um brasileiro membro da delegação oficial fez alusão à minha presença.

No grupo que forma aquela escola, começaria pelo saudoso Sérgio de Salvo Brito, mineiro, grande engenheiro, pós-graduado em física nuclear na França, um dos líderes do famoso Grupo do Tório de Minas Gerais.

Sérgio Brito foi meu subsecretário de planejamento na STI. O Jair Carlos de Melo, baiano como eu, foi um dos principais coordenadores do programa da usina de mandioca de Curvelo, MG. Jair é um histórico professor dos cursos de engenharia nuclear da Universidade Federal de Minas Gerais, companheiro de Sérgio Brito no Grupo do Tório.

Montamos a usina de álcool de mandioca com tecnologia nacional, desenvolvida por cientistas brasileiros do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), instituição de pesquisas então diretamente vinculada à STI.

Sérgio de Salvo Brito tinha grande competência na comunicação pela escrita. Traduziu o famoso livro dos franceses que descreve a história de todas as civilizações por meio das formas energéticas utilizadas. Esse livro foi editado pela Universidade de Brasília sob o título *Uma História da Energia*. Na realidade, Hemery, Debier e Deleage relatam o modo como a energia desempenha papel crucial na construção, manutenção e declínio das civilizações como um elo vital ao exercício do poder. O título original desse livro é *Os Constrangimentos do Poder*, lamentavelmente alterado pela editora na tradução brasileira. Sérgio fez tradução brilhante e reescreveu para os au-

tores o capítulo da biomassa, tendo por base a experiência brasileira, única no mundo. Ele era engenheiro de Furnas e terminou como diretor do departamento da matriz energética no Ministério das Minas e Energia. Morreu estupidamente de pneumonia. Uma coisa inexplicável. Jovem, cheio de saúde, de repente, no prazo de uma semana, morre em Brasília de pneumonia. Sérgio Brito tinha ainda muito a dar pelo Brasil.

Escrevemos juntos o famoso "Livro Branco" da energia da biomassa, juntamente com duas outras figuras dessa escola, Marcello Guimarães de Mello e Sebastião Simões Filho, publicado pela Secretaria de Tecnologia Industrial no ano de 1986: 30.000 exemplares, totalmente esgotados.

Darcy Ribeiro, no início dos anos 90, pediu-me que selecionasse os principais trabalhos sobre a questão da biomassa como fonte energética. Nasceu então a Carta nº 7, que incluiu a reedição do "Livro Branco", sob o título *Biomassa, Alavanca para uma Nova Política Industrial*. Este "livro" continuará válido por cinquenta anos. Ele analisa a questão energética mundial e o fim da era do petróleo. Ele faz a síntese do pensamento da Escola da Biomassa. Curiosamente, ele foi preparado para dar sustentação ao Plano Cruzado do governo Sarney, baseando-nos na hipótese de que o plano seria algo sério para libertar o país do contexto colonial em que vive. De modo lamentável, porém, as previsões não se confirmaram. Na realidade, o governo tirou o suporte do ministro Funaro a troco de mais um ano de governo.

Vale destacar nessa escola o engenheiro químico Sebastião Simões Filho, figura excepcional de profissional e ser humano. Sebastião superintendeu a maior empresa de engenharia da época, a Serete, foi projetista nos pólos petroquímicos de Cubatão e de Camaçari, presidente da Coperbo, projetou e dirigiu uma usina modelo de produção de etanol no Estado da Paraíba. Enfim, figura de alto destaque da engenharia nacional, Sebastião também faleceu muito jovem. Estava escrevendo um livro sobre a civilização dos hidratos de carbono, ou seja, a civilização da biomassa. Segundo ele, o Brasil é a civilização dos hidratos de carbono e não dos hidrocarbonetos. O que deixou escrito e foi possível recuperar consta da referida Carta nº 7.

O Marcello Guimarães de Mello é geólogo e um dos maiores conhecedores de florestas tropicais, foi secretário adjunto no último período que chefei a STI. Ele foi o fundador da Acesita Florestal e plantou mais de 150.000 hectares de florestas em Minas Gerais. Foi diretor geral do Departamento Nacional de Combustíveis, o antigo Conselho Nacional do Petróleo. A Acesita é a única grande siderúrgica brasileira a não usar carvão mineral importado, mas carvão vegetal, limpo do ponto de vista ecológico, produzido a partir de florestas plantadas no "cerrado" mineiro, na época em que Marcello era o presidente da Acesita Florestal. Essa importante empresa usa carvão vegetal pelo fato de sua tecnologia ter sido desenvolvida no país, por brasileiros. Buscou, portanto, a valorização dos fatores locais de produção, ao contrário da tecnologia da Nippon Steel utilizada na maioria das demais siderúrgicas brasileiras. A Acesita produz aço inoxidável e aços especiais e a Acesita Florestal é sua subsidiária. É a mais sofisticada siderúrgica do hemisfério sul.

Outra peça chave dessa Escola da Biomassa foi José de Lima Acioli, doutor em física pela Universidade de Chicago e chefe do Departamento de Física da Universidade de Brasília. Ele foi também meu subsecretário na STI e companheiro desde os tempos em que éramos assistentes no Centro Brasileiro de Pesquisa Física, no Rio de Janeiro. Acioli é um profundo conhecedor da questão energética da biomassa, tendo escrito dois livros sobre energia.

III - OS HIDRATOS DE CARBONO: BIOMASSA

O petróleo é mistura de hidrocarbonetos, compostos de hidrogênio e carbono. Não existe o produto químico petróleo, existem diferentes tipos de petróleo. Quando se fala genericamente de petróleo, está-se falando de misturas de dezenas e dezenas de hidrocarbonetos.

Os hidratos de carbono resultam da "cópula", como diz Gilberto Vasconcellos em sua simbólica linguagem, do sol com a água, tendo o carbono como ingrediente reprodutor. Median-

te esse casamento, o anidrido carbônico do ar (CO_2) e a água (H_2O) se juntam numa reação química endotérmica, ou seja, com absorção de energia solar, para formar os hidratos de carbono.

A água tem hidrogênio e oxigênio, o anidrido carbônico tem carbono e oxigênio, há portanto nos hidratos de carbono três moléculas essenciais: carbono, oxigênio e hidrogênio. Os principais hidratos de carbono são os açúcares, os amidos, os óleos vegetais e a celulose, que constituem a base dos vegetais. É a biomassa: bio = vida, massa de vida, origem de vida na Terra. Toda a vida vem daí, dos hidratos de carbono, resultado da captação da energia solar. É uma reação muito simples, mas absolutamente fundamental para a existência da vida. Essa simplicidade lembra Tales de Mileto, na velha Grécia, nos primórdios da ciência.

Os hidratos de carbono armazenam energia solar, sob a forma química. Quando acendemos um fósforo (temperatura mais elevada) e o colocamos em contato com a madeira, ela pega fogo e se transforma em cinzas e em energia. De onde vem essa energia? Do sol. É energia calorífica cuja origem é a energia eletromagnética da radiação solar que estava lá armazenada nos hidratos de carbono dos vegetais, sob a forma química.

O mesmo acontece quando usamos açúcar de plantas, a sacarose, por exemplo. Quando esse açúcar é fermentado, dá álcool etílico ou etanol. Este álcool explode dentro do motor ciclo Otto de um carro. Aquela energia solar armazenada no açúcar (e depois no álcool), ao explodir, faz movimentar a roda do automóvel. Bum! É uma explosão dentro do êmbolo do motor. Então, a energia solar é transformada em energia mecânica para movimentar as rodas do carro.

Assim é o processo de uso da biomassa como fonte primária de energia para obter uma série de combustíveis substitutos dos derivados do petróleo. Um dos principais é o álcool etílico usado nos motores de ciclo Otto. O álcool combustível é inofensivo para o homem, que pode até ingeri-lo em quantidades módicas, provocando alegria.

Existe, porém, outro álcool combustível, que é resultado da fermentação da madeira: o metanol. Este é perigoso, pode cegar uma pessoa e até matar. O metanol deve ser excluído de utilização extensiva como combustível, pelos perigos que apre-

senta como veneno. Ele tem uma só molécula de carbono, já o álcool etílico tem duas moléculas de carbono e é inofensivo! É a nossa cachacinha, o deus Dionísio da cultura brasileira.

Os hidratos de carbono (biomassa) são ademais a origem da formação dos hidrocarbonetos (petróleo, gás natural etc.). O que são os hidrocarbonetos? São os hidratos de carbono fossilizados em processo geológico de centenas de milhões de anos, quer dizer, os hidratos de carbono deixam de sê-lo ao perder o oxigênio de suas moléculas e se transformam em petróleo, gás natural e outros fósseis.

Sebastião Simões Filho, químico excepcional, procurou demonstrar que somos uma civilização predisposta aos hidratos de carbono, biomassa, e não aos hidrocarbonetos, petróleos e outros, estes exigindo processo de fossilização para se formar.

IV - BIOMASSA: DIVIDENDOS DA ENERGIA SOLAR PETRÓLEO: CIVILIZAÇÃO DE UM DIA

Assim, somos privilegiados do ponto de vista energético porque a origem dos hidrocarbonetos são os hidratos de carbono. Estes são os dividendos da energia solar armazenados nas plantas, sempre passíveis portanto de renovação.

A utilização desses dividendos solares, porém, foi reprimida no nosso meio por mimetismo cultural de países predominantes, que não dispõem de alternativas energéticas renováveis e limpas. Ou seja, o modelo econômico dependente impõe-nos soluções induzidas por países que na realidade são pobres em fluxos energéticos permanentes, embora sejam apresentados como ricos. Para esses países, sem alternativas, resaram o uso do capital solar formado nos combustíveis fósseis em eras geológicas, ainda que armazenados em outras regiões que não seus próprios territórios nacionais.

Essas formas energéticas, tanto os hidratos de carbono (biomassa) quanto os hidrocarbonetos (petróleos e demais combustíveis fósseis), têm a mesma origem, que é a radiação solar, embora exijam, para se formar, períodos de tempo muito diferentes.

Os hidratos de carbono são formados em meses, nos açúcares, nos amidos, na celulose, nos óleos vegetais; o óleo de girassol, por exemplo, leva apenas três meses para se formar, armazenado nas sementes da bela flor. Os hidrocarbonetos, em contrapartida, levam centenas de milhões de anos. Assim, quando acabam, não há renovação, salvo em processo de baixíssima probabilidade de que isso venha a ocorrer.

A quantidade de energia solar que cai no hemisfério da Terra em um dia equivale, do ponto de vista energético, às reservas de petróleo já descobertas, incluindo as ainda não descobertas, apenas inferidas. Ou seja, a civilização do petróleo, a cujos estertores assistimos, corresponde à civilização de um dia de energia solar.

Então, essa civilização – base do apogeu do primeiro mundo – tem como base energética um dia de energia solar sobre o hemisfério da Terra. Em contrapartida, os hidratos de carbono são renováveis e limpos.

Fica então claro que somente será possível construir civilizações mais estáveis e sólidas quando elas tiverem por fundamento energético os hidratos de carbono. Assim, conformam-se dois paradigmas civilizatórios: o das civilizações destinadas a desaparecer, a morrer, e o das civilizações que reúnem condições energéticas para durar. É essa a diferença que privilegia os trópicos.

É necessário enfatizar, porém, que essa conclusão fundamenta-se no rigor científico do papel da energia na vida dos povos e na dinâmica do universo físico. Isso não significa que as civilizações e as nações não procurem contornar essas restrições naturais e restrinjam-se a essas leis e princípios da natureza, embora inexoráveis. De um lado, nada garante que esses povos e nações aceitem a predestinação que a natureza lhes oferece e, de outro lado, abram mão de meios como a violência militar ou cultural para o alcance de suas aspirações e cobiças.

A energia dos hidratos de carbono fecunda permanentemente a vida. Ela nunca morre onde as condições do sol e as componentes físico-químicas da fotossíntese o permitem. A energia das formas fósseis, porém, pode ser exaurida porque leva eras geológicas para se formar e, uma vez formada, é finita.

A conclusão que se tira dessa análise – dada a impossibilidade de aumentar o uso do carvão mineral, mais abundante que o petróleo, por causa dos tremendos efeitos ambientais que provoca – é que as grandes civilizações do futuro terão de ser baseadas necessariamente nos hidratos de carbono, que são os dividendos eternos da energia solar.

Biomassa é a garantia de permanente renovação da vida, ou seja, da juventude; isso, porém, somente é possível naquelas regiões tropicais que dispõem de vastas extensões de terras não utilizadas e de água abundante.

Tendo em vista ser a energia o fundamento inexorável do processo civilizatório, a cada dia que passa com maior intensidade, as regiões tropicais estariam predestinadas a formar as bases das futuras grandes civilizações; isso não pode ocorrer nas regiões temperadas e frias, onde estão localizadas as atuais nações hegemônicas, por faltar-lhes esse elemento essencial, a energia.

O filósofo Hegel tinha razão quando apontava o itinerário do espírito objetivo do mundo dirigindo-se para o sul, para os trópicos brasileiros.

A derradeira etapa dos hoje hegemônicos ocorreu nos EUA com o petróleo. A Inglaterra foi fundamentada com o carvão mineral altamente poluidor, símbolo da antívida.

As potencialidades e fluxos de energia localizam-se de modo irremediável no território. Não é possível transformar regiões temperadas ou frias em trópico. O imperialismo pode temporariamente derrotar e explorar os povos tropicais, dominá-los e escravizá-los, mas isso não ocorrerá para sempre, posto que o principal instrumento de poder natural, a energia, que resulta da fusão nuclear que ocorre no núcleo do Sol, nele se localiza. Basta descolonizar as mentes dos povos situados nessas regiões para que tudo mude. Em contrapartida, a manutenção de mentes colonizadas como classe dirigente garante a submissão a poder externo.

A classe dirigente no Brasil entrega tudo a troco de nada. São pessoas sem escrúpulo, que fazem qualquer negócio que favoreça seus interesses imediatos, contrários ao povo brasileiro e à própria humanidade.

V – GÊNESE DO USO DA BIOMASSA COMO COMBUSTÍVEL

A gênese do uso da biomassa como fonte de energia está ligada indiretamente a ocorrências externas, como “só acontecer” na sociedade brasileira. Foi a crise do petróleo que permitiu despertar em alguns poucos a consciência da carência de energia no primeiro mundo e de sua abundância nos trópicos brasileiros.

Se não ocorresse o embargo do petróleo, dificilmente teria surgido a oportunidade de aparecer com toda clareza essa coisa gritante que é o imenso poderio energético brasileiro. Os tecnocratas – ignorantes absolutos em relação às leis que regem a natureza e a vida – até hoje não perceberam essas evidências.

Quando cheguei dos EUA em fevereiro de 1974 e fui chamado pelo ministro Severo Gomes para ser o secretário de Tecnologia Industrial, acabava de acontecer (1973) o embargo do petróleo. Vinha da Universidade do Texas, em Austin. A capital mundial do poder do petróleo é Houston, vizinha de Austin. Lá estão as sedes mundiais das corporações transnacionais anglo-americanas do petróleo. Conversei então com seus principais dirigentes. Senti que a crise do petróleo não era coisa de árabes. O que dizia a grande imprensa mundial era mentira!

Havia, sim, uma crise profunda de abastecimento de petróleo, na qual o caráter limitado das reservas restantes – o princípio do fim – era o problema e as corporações transnacionais estavam em difícil situação pela redução crescente de suas reservas.

Nos EUA, o conflito entre Detroit e Houston era profundo. Detroit, representando a indústria automobilística, não queria que subisse o preço do petróleo; Houston, representando as corporações do petróleo, acusava as indústrias automobilísticas de estar exaurindo as reservas mundiais pelo desperdício e o excesso de demanda e não quererem pagar seu verdadeiro valor. Esse conflito resultou no *affair* Watergate, na derrubada do presidente Nixon, que mudou o eixo de poder nos EUA e no mundo.

Havia uma crise insuperável e a OPEP foi o veículo das corporações petrolíferas para realizarem o embargo. O Brasil, tendo pouco petróleo – importava então 60% do petróleo de que necessitava –, precisava encontrar uma solução. Foi nessas circunstâncias que a Secretaria de Tecnologia Industrial reuniu um grupo de profissionais com vários doutores em física, engenheiros e professores de termodinâmica, experientes todos nas áreas de energia e de tecnologia. Fizemos ampla avaliação da natureza da crise energética mundial, levando em conta a situação de todas as formas energéticas em uso e de suas eventuais alternativas.

VI – MENTE COLONIZADA

Descobrimos, com grata surpresa, ao contrário do que nos tinham ensinado, ser o Brasil uma potência energética latente, a maior do planeta, por causa da abundância e da natureza renovável da biomassa, resultantes das dimensões continentais do trópico no país. E nós todos, especialistas experientes e doutores pelas melhores universidades, chegamos à conclusão de que estávamos enganados, achando que o Brasil – como ainda acha a maioria, com visão colonial – era um país inviável porque não tinha carvão mineral de boa qualidade, nem petróleo em abundância.

Foi uma inversão total: aquilo que era triste trauma transformou-se em bênção. Na realidade, o Brasil não era um pobre coitado subdesenvolvido, como quiseram fazer crer nossos professores (nacionais e estrangeiros), mas nós é que éramos incapazes, de cabeça colonizada, como o é a quase totalidade da classe dirigente atual. Dizemos “quase” para evitar qualquer injustiça sobre uns poucos. Nós é que tínhamos um deformado preparo resultante de uma postura sem independência para pensar nosso próprio país. E não conseguíamos – em função do condicionamento colonial a que sempre estivemos submetidos e da postura de não procurar – entender o nosso espaço físico e o nosso tempo. Os professores de todos nós, no Brasil e no exterior, colocaram essas idéias em nossas

cabeças, das quais resulta essa postura. Isso independe de termos sido considerados alunos brilhantes, alunos de primeira ordem mas colonizados, com mentes colonizadas.

Quem primeiro entendeu isso foi, evidentemente, Pero Vaz de Caminha e, entre os contemporâneos, Lima Barreto, que criou nessa mesma linha de pensamento, com forte intuição e inteligência, o excepcional personagem do livro *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, apesar do tom de derrotado que o autor deu ao personagem. Em visão diferente e mais consistente, Gilberto Freyre vislumbrou por outros caminhos a mesma perspectiva, sem contudo levar em conta o papel civilizatório e de poder do imenso potencial energético dos trópicos.

As demais visões sobre o Brasil, especialmente aquela que nos exalta e ajusta a uma triste e absurda dependência externa, apenas demonstram total ignorância sobre as leis e os princípios que regem o mundo físico, e que fundamentam, de modo inexorável, a existência e a vida do homem (aqui tomada no sentido amplo e profundo, não só biológico, físico-químico e antropológico, mas especialmente socioeconômico e político) na história de infortúnios deste planeta.

Um homem colonizado, segundo Ortega y Gasset, é aquele que rejeita o seu espaço e o seu tempo e a energia é ente físico espaço-temporal que se compõe com o vetor quantidade de movimento para formar na teoria da relatividade restrita a matriz quadridimensional que opera o movimento e as transformações do mundo físico. É algo, portanto, intrinsecamente vinculado ao território e ao nosso tempo, a todos os tempos.

Ou seja, é parâmetro essencial da conceituação e do entendimento do processo civilizatório do homem sobre a Terra. É, portanto, algo do qual dependem todas as suas atividades, além da própria vida. O entendimento da sua natureza é essencial para a montagem de adequadas estruturas jurídico-institucionais que definem as nações. Evidentemente, a questão energética, por sua íntima vinculação ao território, está na origem da existência contemporânea do Estado nacional.

À medida que a civilização avança, que a escravidão ostensiva desapareceu e que o uso de animais como "fontes" de energia – ao produzirem trabalho para o homem – somente ainda existe em locais onde a máquina não chegou, o ente

físico crucial energia cresce em importância. Isso, associado a um aumento desenfreado de sua utilização nas chamadas sociedades de consumo, provocou demandas que superam, de modo assustador, as disponibilidades próprias da quase totalidade dos países das regiões temperadas e frias do planeta. Esses países, até hoje supridos por fontes fósseis não-renováveis, além de serem muito pobres em energia renovável, concentram a totalidade das atuais nações hegemônicas, que consomem mais de 80% da energia gerada em todo o planeta.

Nessas circunstâncias, a existência do Estado nacional é essencial para a defesa das nações cujos territórios dispõem de fontes energéticas abundantes e que, sem ele, serão irremediavelmente agredidas e destruídas pelas nações ainda hegemônicas, neste estertor da era do petróleo. Para verificar essa constatação, basta olhar para o que vem ocorrendo nos países do Oriente Médio, onde se localiza mais de 70% do que resta de petróleo no mundo.

Tudo isso vem explicar o surgimento extemporâneo de doutrina já enterrada no século XIX, o liberalismo, que apenas adotou o prefixo neo – neoliberalismo. Ela veio para resolver problemas dessa minoria predadora e forte no campo militar, que propõe, por isso, entre outras barbaridades, um Estado mínimo. Esse princípio, porém, somente seria válido para os mais fracos. Para essa minoria, o que vale é o Estado máximo. É a barbárie que se fundamenta no "pseudopensamento" único, arrogantemente propugnado pelos neoliberais.

Por isso, essa doutrina somente pode ser defendida por brasileiros traidores, idiotas, ou de nível assustador de ingenuidade, que desconhecem o que vem ocorrendo de essencial no mundo atual.

Em contraposição, a forte componente colonial da cultura brasileira exclui o papel do sol, rejeita seu poder, ignora-o como fonte permanente de energia, ou seja, de riqueza e de bem-estar de seu povo. Trata-se portanto, por suas consequências, da causa principal do processo de natureza trágica que estamos vivendo e que decorre da mente colonizada dos dirigentes brasileiros.

Assim, é dramático que a condução do país esteja em mãos de um exército de ocupação: os tecnocratas da área fi-

nanceira, que dirigem implacável ditadura vinculada a interesses antinacionais de origem externa.

Esses *yuppies* nada entendem do papel da energia como instrumento crucial de poder e de riqueza. São apenas moços de recados.

Por isso, subordinam a nação a especuladores e delinqüentes manipuladores da desenfreada jogatina financeira internacional. Ao nos submeterem a esse jogo, ignoram que estamos predestinados a importante papel na construção do mundo por vir.

Podemos, se tivermos a competência e o vigor criativo que as circunstâncias naturais exigem, ser o grande fornecedor das principais formas de energia renovável do planeta, graças à incomensurável e eterna riqueza que é o sol. Lembremos que a energia movimenta o mundo e a energia limpa da biomassa poderá salvar o planeta da destruição ecológica.

VII – PETROBRÁS: EMPRESA DE ENERGIA

O general Andrada Serpa dizia que a Petrobrás estava equivocada ao ficar restrita apenas à exploração de combustíveis líquidos derivados do petróleo. Imaginemos o que ele não diria se tivesse conhecimento do processo de destruição a que os atuais dirigentes brasileiros estão submetendo nossa principal empresa! Ele considerava que fazia parte da dinâmica antinacional ser a Petrobrás impedida de atuar como empresa de energia, restringindo-a apenas às formas líquidas derivadas do fóssil petróleo. Na realidade, essa limitação institucional, típica de país colonial, é um atentado ao primeiro princípio da termodinâmica.

Energia é ente físico que se transmuta de uma em outra forma. Não é criada nem destruída, pode no entanto ter reduzida sua capacidade de produzir trabalho com o aumento de entropia. Ela sempre tem por origem o meio natural.

O fato de a Petrobrás limitar sua atuação ao campo das formas energéticas líquidas tendo como origem restrita o fóssil petróleo – há a exceção dos trabalhos tecnológicos com o xisto betuminoso, também fóssil – é um equívoco técnico e

político. Sua razão de ser – de importância mais do que comprovada em sua rica história – a caracteriza como uma entidade com responsabilidades maiores e muito mais significativas do que as de uma empresa comercial. Elas aumentaram muito após a crise mundial do petróleo, que terminou colocando o controle desse combustível num quadro de conflito militar. Destruir, nessas circunstâncias, as atribuições constitucionais da Petrobrás é crime de lesa-pátria.

Apesar da limitação operativa a combustíveis líquidos do fóssil petróleo, a Petrobrás, como empresa de economia mista de capital nacional, executora de monopólio estatal como princípio constitucional, é peça crucial da nossa sobrevivência no perigoso contexto internacional do petróleo. A internacionalização da Petrobrás, em processo acelerado de execução, representa o fim do Brasil como nação soberana. As gravíssimas conseqüências desse processo, por sua extensão e complexidade, são impossíveis de analisar no contexto deste depoimento. Voltaremos, porém, ao assunto em outra oportunidade.

O controle por meio militar dos EUA sobre o Oriente Médio está sendo estendido pela via econômico-financeira à América Latina, região que detém cerca de 20% das reservas mundiais de petróleo. Esse domínio já foi consumado na Argentina, sobre as exportações de petróleo mexicano e está sendo imposto pelo falso processo de privatização – transferência de ativos nacionais para o controle do cartel das corporações de petróleo anglo-americanas –, em curso no Brasil, Venezuela, Equador, além de situações mais graves no Peru e na Bolívia, entre outros.

A limitação da ação da Petrobrás a combustíveis líquidos de origem fóssil é política e tecnicamente alienada, fruto de imposição de uma classe dirigente burra – para dizer o mínimo. Ela precisa ser urgentemente repensada por um poder nacional que represente a coletividade brasileira. O Brasil precisa sair com urgência da vulnerabilidade suicida em que inimigos ostensivos de nosso povo, indignos de estar ocupando o poder nacional, nos estão colocando.

Apesar dessa limitação, a competência e essencial obrigação constitucional deram à Petrobrás a condição de suporte fundamental para tirar o Brasil da humilhante condição de

colônia. O Congresso, inadequadamente chamado de nacional, retirou dos brasileiros, em crime de lesa-pátria, esse crucial instrumento de defesa.

A séria e competente Associação de Engenheiros da Petrobrás (Aepet), por seu atual presidente, Ricardo Maranhão, concorda que a Petrobrás, em vez de ficar defendendo-se de agressões de delinquentes que querem destruí-la, atingindo assim interesses vitais ao Brasil, deveria propor ampliar sua atuação a áreas novas decorrentes da crise energética mundial. Isso implica levantar as danosas restrições atuais que a limitam a atuar apenas com a forma fóssil petróleo e transformá-la em empresa de combustíveis líquidos, quaisquer que sejam suas origens naturais ou, ainda mais, em uma empresa de energia. Isso deve ocorrer pela devida compatibilização com as demais empresas que têm missões assemelhadas. As ações podem ser complementares sem ser exclusivas, incluindo nisso participação importante do setor privado, que deve se capacitar para investir e correr riscos em áreas onde existem hoje imensos vácuos energéticos, sempre garantindo o controle nacional nessas áreas estratégicas da energia.

É intolerável, no entanto, quer seja do ponto de vista jurídico ou político, a criminosa transferência para grupos estrangeiros, altamente subsidiados pelo BNDES ou por moedas podres, caracterizando escandalosas doações, até para poderosas empresas estatais estrangeiras do mundo hegemônico capitalista. Trata-se de ilegalidade jamais vista e truculência de verdadeiros bandidos, vinculados a máfias internacionais que hoje proliferam em certas partes do mundo, como na antiga União Soviética e na América Latina.

Se quisermos consolidar um país sério, a Petrobrás é essencial como instrumento para avançar na solução da crise do petróleo, que atinge as atuais potências mundiais.

Em nenhuma hipótese, porém, essa crise nos deveria atingir, em decorrência da alta potencialidade brasileira no setor. Para que a Petrobrás possa desempenhar o papel de ajudar de modo decisivo na identificação dos caminhos a seguir, ela necessita ter autonomia, que lhe é absurdamente negada pelo espúrio poder que governa o país.

Para poder participar, porém, da construção das estrutu-

ras vinculadas a formas energéticas que promovam a valorização dos nossos fatores de produção, dentro de rigorosos critérios de defesa e autonomia nacionais, a Petrobrás teria de ampliar seu campo de ação.

Aparentemente competitivas, as corporações anglo-americanas do setor energético são na realidade membros do cartel consagrado como as "sete irmãs". Elas, ao contrário da Petrobrás, nunca tiveram compromissos nacionais explícitos como obrigação constitucional. Na realidade, porém, atuam em íntima articulação com os Estados nacionais onde se localizam as respectivas matrizes. Esse vínculo é tão profundo que as forças armadas dos EUA atuam ostensivamente a favor dos interesses comerciais dessas corporações, como ficou evidente nas intervenções militares recentes em países do Oriente Médio. Ainda que o suprimento de petróleo seja, acima de tudo, um interesse nacional, ao contrário de como agem os *yuppies* nativos que dizem considerar o petróleo uma *commodity*, como se todos fôssemos idiotas.

A libertação da Petrobrás do constrangimento de somente operar com combustíveis líquidos derivados do petróleo é também a maneira de não afrontar o primeiro princípio da termodinâmica e poder, ademais, levar em conta interesses essenciais vinculados diretamente à sobrevivência do Brasil como nação soberana.

A desconsideração desses aspectos faz parte do propósito de limitar a ação da empresa aos objetivos para os quais ela foi criada e que, com grande mérito, cumpriu, transformando-se em uma das mais importantes empresas de petróleo do mundo. Esses objetivos, entretanto, correspondem a uma realidade da época, profundamente distinta da atual.

As circunstâncias energéticas atuais mudaram substancialmente em relação à época em que a Petrobrás foi criada, exigindo portanto uma atualização de suas funções operativas em consonância com as razões maiores de sua existência: ser instrumento essencial e estratégico de um projeto nacional.

Com o extraordinário potencial de biomassa existente no Brasil, a Petrobrás poderia transformar-se na mais importante empresa mundial de energia.

Se a Petrobrás, a maior realização empresarial de nossa

história, chegou onde está na administração do petróleo, por que não poderia ampliar-se, com novas e boas razões, agora atuando também com formas energéticas peculiares aos trópicos e, portanto nacionais, que venham a substituir, quando necessário, esse combustível fóssil? Desse modo preencheria perigoso vácuo, juntamente com o setor privado de capital nacional, visando fortalecê-lo, como o fez com absoluto sucesso no passado nas áreas petroquímica e de bens de capital.

Afinal, as potencialidades do uso energético da biomassa configuram-se como a mais importante e estratégica vocação nacional de irradiação mundial nas duas áreas mais cruciais e difíceis: a energética e a ecológica.

Na hipótese de continuar exclusivamente atuando na área dos combustíveis líquidos de origem fóssil, a Petrobrás estará condenando-se ao desaparecimento, ao suicídio, pois o petróleo, queiram ou não os que gostam de jogar pôquer, está com seus dias contados e as principais reservas mundiais submetidas a ação militar de uma superpotência.

À medida que a crise se intensifica nas nações hegemônicas, fica cada vez mais difícil aos países garantir o controle sobre suas próprias reservas, salvo os que disponham de poder nuclear. É inadmissível o suicídio – ou será assassinato? – de nossa mais importante empresa.

O papel do Estado nacional legítimo não é só o de dar riqueza e condições de vida e de bem-estar ao povo, de promover a geração de empregos para todos – dar trabalho é dar condição de vida –, é também o de dar segurança a esse povo na evolução dos principais problemas mundiais que poderão atingir de modo negativo seu futuro e sobrevivência. Essa é a razão de ser das Forças Armadas, as quais, aparentemente – é crucial que seja só aparente –, estão deixando de cumprir seu papel constitucional. Elas existem para defender esse povo da agressão externa, qualquer que seja sua conotação.

A situação das nações ainda hegemônicas merece atenção especial, pois envolve problemas de solução possível com a nossa contribuição. Eles situam-se na área dos interesses cruciais desses países, que, quando os tornam muito vulneráveis, podem transformá-los em violentos agressores, como vem ocorrendo no Oriente Médio.

Esse é o caso nas áreas energética e ecológica nessa fase pós-petróleo. As evidências mostram que elas caminham para resolver seus problemas, insolúveis por seus próprios meios, à custa da destruição de nações que dispõem de adequadas condições naturais.

Os poderosos decadentes sempre ficam muito perigosos. Cabe ao Estado brasileiro, sob séria, competente e patriótica condução, evitar essa terrível tragédia.

VIII – A QUESTÃO ECOLÓGICA

A crise energética mundial é indissociável da crise ecológica. O uso continuado e intensivo de combustíveis fósseis – seja o petróleo ou o carvão mineral – está destruindo o equilíbrio termodinâmico da ecosfera. O chamado efeito El Niño é causado pela elevação da temperatura do planeta devido à queima de combustíveis fósseis. Se essa queima não for freada e esses combustíveis substituídos por derivados da biomassa, renováveis e limpos, teremos grandes catástrofes, com vastas regiões e cidades devastadas, como quase aconteceu recentemente com a cidade norte-americana de Nova Orleães.

Os EUA estão sendo escolhidos pela natureza como *locus* de desastres, como os últimos e devastadores furacões e tornados. Se os americanos querem salvar a vida de seus cidadãos, salvar suas cidades, têm de ser razoáveis e não influenciar de modo negativo os dirigentes brasileiros (na realidade, foram colocados no poder por eles), impedindo que o Brasil possa ajudá-los a resolver os problemas decorrentes da questão ambiental, promovendo a redução do teor de CO_2 da alta atmosfera, pelo uso extensivo da biomassa.

Não há outra alternativa que não seja a substituição do petróleo e do carvão mineral pela biomassa, porque a elevação da temperatura da Terra é provocada pelo anidrido carbônico, que se acumula na alta atmosfera em decorrência da queima dos combustíveis fósseis. A queima da biomassa não somente reduz o CO_2 que os fósseis produziram, como

não contribui para esse acúmulo, além de ser uma solução energética permanente.

IX – ENERGIA, PODER MUNDIAL

O processo de substituição do petróleo por combustíveis vegetais tropicais mexe, com vara curta, em casa de marimbondo. Trata-se do poder mundial, centrado no petróleo, poder em decadência, mas ainda poder.

A energia move o mundo não apenas no campo econômico, mas também no militar e é fundamento para a vida. Por isso, tivemos muita cautela nas nossas ações nesse campo, procuramos evitar represálias destrutivas desnecessárias ou prematuras antes de a estrutura estar consolidada, implantada de modo irreversível.

Há vinte anos, entretanto, opera-se perversa dinâmica que tenta, com sucesso parcial, destruir o programa do álcool, apesar de ser ele apenas um simulacro do que poderia ter sido.

As intervenções vieram de várias fontes, sendo as externas as mais violentas. O Banco Mundial condicionou empréstimos no final do governo Geisel (Mário Simonsen me informou sobre isso) a colocar o Programa Nacional do Álcool sob o controle dele. A área financeira aceitou o empréstimo e entregou o programa ao Banco Mundial, que, incontinenti, extinguiu a comissão que aprovava os projetos.

Desde o início, Severo, Belotti e eu queríamos dar um sentido social ao Programa do Álcool e não permitir que ficasse restrito aos grandes usineiros. Então condicionamos que 60% da cana seria fornecida por pequenos produtores. Quer dizer: os grandes usineiros só entregariam 40%.

No ano de 1986, o Banco Mundial e o FMI pressionaram o Banco Central para cortar o crédito aos pequenos produtores de cana. E ainda acusam o Proálcool de favorecer o usineiro de açúcar! Com o corte do crédito, os pequenos produtores ficaram sem condições de continuar produzindo. Aí faltou cana para produzir álcool. O resultado foi o colapso que quase destruiu definitivamente o Programa do Álcool. Àquela

altura, 98% dos carros ciclo Otto eram a álcool. Não se fabricavam mais carros em série a gasolina, somente sob encomenda. Em 1998, entretanto, somente se fabrica carro a gasolina.

O golpe excluindo os pequenos produtores da produção de cana criou uma situação em que somente maluco iria comprar um carro para o qual não haveria combustível disponível. Quando esses pequenos produtores tiveram de se retirar do processo de produção de álcool, os usineiros foram obrigados a assumir um papel que não lhes cabia. Essa medida visava evidentemente a destruição do programa. Surgiram então, como consequência, coisas absurdas como a substituição do etanol pelo metanol, que é veneno perigosíssimo, e a importação de álcool etílico obtido a partir de vinho. Imaginem o Brasil, o maior produtor de álcool do mundo, importar álcool extraído de vinho europeu!

Um exemplo mostra até que ponto pode chegar a intervenção externa. Ocorreu após o fim da Guerra do Vietnã. Um episódio tenebroso. Veio pedido do governo federal para que o Instituto Nacional de Tecnologia, a mim subordinado, administrasse a distribuição do uso de agente laranja para a agricultura. O fim da guerra tinha interrompido o lançamento de agente laranja sobre os vietnamitas. Ele estava sobrando. É substância provocadora de efeitos genéticos, com consequências ainda mais terríveis que as causadas pelo napalm, que produz graves queimaduras. Os aviadores que jogaram agente laranja sobre o Vietnã tiveram filhos que nasciam sem braços e sem pernas...

Recusei-me terminantemente a fazer esse papel. Depois soube que outros se prestaram a esse hediondo papel.

X – A INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA EM 1979

Na implantação do programa do álcool houve muita sabotagem, cuja origem era principalmente externa, quer pela interrupção dos trabalhos da comissão que aprovava a instalação de novas usinas de produção de álcool, quer pelo corte do

crédito agrícola para os pequenos produtores de cana, entre outras ações.

As mudanças de política, porém, se acentuaram de maneira muito grave com o aumento das intervenções externas, que passaram a ser mais freqüentes, a partir de 1979. As intervenções desse ano foram também mais profundas do que as de 1964, quando houve o entreguismo representado por Roberto Campos como todo-poderoso ministro do Planejamento, mas não ocorreu intervenção estrangeira direta. Em 1964 não havia a questão tecnologia no cerne do problema. O golpe de 1964 foi feito por brasileiros equivocados, mas por brasileiros. No caso de 1979, não houve intervenção militar, mas forte intervenção econômica externa, com sérias conseqüências, conduzindo ao nefando "Consenso de Washington" de 1989.

A vulnerabilidade externa do Brasil a partir de 1979 tornou-se muito maior. O Congresso responde a todas as imposições desse "Consenso": o processo de desestatização – na realidade, internacionalização – das empresas estratégicas de economia mista, a lei das patentes, a destruição das leis trabalhistas e da empresa de capital nacional, o fim do controle brasileiro sobre a navegação de cabotagem e tantas outras medidas antinacionais. Uma vergonha! O ano de 1979 foi o do começo da destruição do Estado brasileiro e do esfacelamento da nação.

Apesar de tudo, no regime de 1964 os militares chegaram somente até certo ponto, porque tinham compromissos com o país. Os tecnocratas, que paradoxalmente viajaram sob a proteção dos militares, não. Eles se localizam no Banco Central, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, complementados pelo BNDES, setores de onde o país é comandado.

Ministros de Itamar Franco fizeram parte desse esquema, os de Sarney também, com a exceção principal do ministro Funaro, que não era um tecnocrata mas um industrial, amigo de Severo Gomes. Tanto, que o afastaram quando estava no exterior, negociando a dívida externa. Traição terrível. Funaro era um homem direito, um homem decente. O resto, com exceções, fazia parte do esquema, desde Roberto Campos, no governo Castello Branco.

Essa turma que está aí com Fernando Henrique é execrável, como a que esteve com Collor e parte da turma de Itamar, com algumas exceções, como é o caso de Djalma Moraes, seu ministro das Comunicações. A maioria deles trabalhou como agente de interesses externos e foi responsável pela consolidação de uma ditadura financeira que começou no regime militar, intensificou-se na fase da "abertura", chegando a níveis incríveis de irresponsabilidade com os dois Fernandos, e que leva o país à ruína.

XI – PLENO EMPREGO: PRIORIDADE MÁXIMA DO PROJETO NACIONAL

A possibilidade do pleno emprego está ligada ao destino que se venha dar ao uso da biomassa como combustível extensivo. A energia da biomassa impõe uma produção descentralizada. O sol é democrático. O sol é do povo, dizia Glauber Rocha, na versão de Gilberto Vasconcellos.

As outras formas energéticas contemporâneas são concentradoras, a biomassa não. Ela é igualitária porque cada cidadão que detenha 1 metro quadrado de terra pode ser proprietário de uma pequenina Shell.

É uma revolução política, pois cria condições para a existência de verdadeiros cidadãos, que são aqueles que gozam de independência para decidir questões fundamentais. Somente a autonomia energética pode criar essa condição, qualquer que seja o modelo político. Falar de cidadania sem essa autonomia é enganar o eleitor, como falar em cidadania sem soberania é falsificar a realidade.

As plantas são excepcionais conversores de energia solar em hidratos de carbono, que são "depósitos" dessa energia. Desse modo, cada quintal nos trópicos pode ser considerado uma pequena Esso familiar. De maneira global, o continente brasileiro representa uma gigantesca Arábia Saudita com "depósitos" renováveis capazes de abastecer o mundo de formas energéticas sólidas, líquidas e gasosas.

Preocupa-nos que os partidos políticos prometam o bem-

estar ao povo, porém sejam contrários ao caminho que abriria em termos de promover trabalho para todos.

Qualquer programa de governo, qualquer projeto nacional tem de partir de uma premissa fundamental – o pleno emprego, que é uma forma de autonomia, de um regime político que traga autonomia e dignidade para todos.

Nenhum brasileiro pode estar desempregado. Não existe justificativa para o nefando desemprego implantado no Brasil atualmente. Atribuir isso ao avanço tecnológico é não saber de que se está falando. Trata-se de incomensurável incompetência, além de perversa programação associada a cínica arrogância. O desmonte da estrutura produtiva nacional, destruindo sua espinha dorsal pela internacionalização das empresas estratégicas e básicas de economia mista, mostra claramente a perversidade pretendida.

Não se pode condenar um povo à morte. Não se pode inviabilizar o futuro de um povo. Temos de partir do mundo concreto: o mundo da energia, da terra, do alimento, da construção coletiva de uma nação próspera e poderosa e... com pleno emprego. É esse mundo que nos interessa. Temos de dizer “não” ao mundo do artifício, da conversa fiada, da mentira, dos benefícios pessoais e criminosos, contra a população, contra o Brasil. Da falta de moeda própria, substituída por moeda falsa, garantida apenas porque compra petróleo ao coagir os países produtores com a guerra. É necessário sair disso por meio de pujante projeto nacional.

É um projeto baseado na premissa do pleno emprego. Sem resolver a produção energética autônoma, não se pode pensar em pleno emprego, nem enfrentar o poder hegemônico externo, que quer nos destruir para resolver seu problema energético, insolúvel por meios próprios.

Aí entra a questão fundamental de como persuadir o povo ou a opinião pública para a verdade existencial e cultural do controle da energia própria, da autonomia estratégica, já que estamos falando do tema alienação.

XII – BLOQUEIO VIDEOFINANCEIRO – A TRAGÉDIA DO NORDESTE BRASILEIRO

Há um absoluto bloqueio que não permite ao povo brasileiro tomar conhecimento das coisas essenciais à sua sobrevivência. É o bloqueio videofinanceiro.

Quem controla a mídia é o poder financeiro internacional. Esse poder estabeleceu uma ditadura no Brasil que controla o processo político e os meios de comunicação. Como o processo político é consequência dos meios de comunicação, a dupla videofinanceira está destruindo o Brasil. A questão da mídia é decisiva. Quem chegar ao poder representando verdadeiramente o povo brasileiro, por qualquer que seja o processo, tem de assumir compromisso irretorquível de colocar esses meios de comunicação a serviço da sociedade brasileira e não contra ela.

O poder videofinanceiro é inimigo da biomassa. Para consagrar essa posição, aproveitam que o sol é percebido de modo equivocado, como tragédia, na cultura brasileira.

O Nordeste, por exemplo, é solar. Basta administrar a quantidade de água (que não é pouca), mas que apenas se precipita de maneira irregular, para equacionar o problema das secas. Ora, se ela fosse administrada com certa sabedoria, com a conhecida abundância de sol essa região poderia ser uma das mais ricas do país. Tendo energia se tem tudo. Entretanto, no descaso e no abandono dos dirigentes, o sol vira causa da seca, da tragédia e das tétricas figuras dos retirantes.

A maioria dos romances nordestinos tem seus personagens tirados da terra estorricada pela incidência solar direta.

Entretanto, tendo energia garante-se trabalho para todos. O importante é utilizar a energia como fonte de transformação dos bens naturais em bens de valor. Desse modo, o Nordeste se transformaria em região rica, pois a riqueza fundamenta-se na existência de energia, que precisa ser devidamente canalizada e administrada para o benefício do homem.

Vejam o famoso vale do Tennessee, nos EUA, que era o Nordeste norte-americano. Por obra da Tennessee Valley Authority (TVA), uma das maiores empresas públicas de ener-

gia dos EUA, o vale do Tennessee transformou-se em uma das regiões mais industrializadas do país.

O que não aconteceria com o Nordeste se, em vez de uma Sudene burocrática, para dar subsídio a empresário paulista que nem lá vai, tivesse montado uma empresa de energia como a TVA, que funciona como uma grande agência de desenvolvimento para a região do Tennessee? O modelo dependente aplicado na Sudene foi mortífero para o Nordeste. É fundamental apontar os inimigos da biomassa, os inimigos externos e os localizados dentro do país.

Sobre a falta de água no Nordeste vejamos Roberto Gama e Silva, um estudioso do assunto:

"Subtraídas as áreas enclausuradas por elevações notáveis, que chegam a medir 500.000 quilômetros quadrados, menos de um terço da superfície regional, o Nordeste é bem dotado de águas superficiais.

"A vazão total de todos os rios que banham a região é superior a 174 bilhões de metros cúbicos por ano, enquanto o volume de água suficiente para satisfazer a todas as necessidades primárias da população seria da ordem de 1,6 bilhão de metros cúbicos, considerando-se a demanda diária de cada habitante igual a 100 litros de água (nos EUA, cada família consome, em média, 230 litros por dia, enquanto na Europa a média familiar é de 120 litros por dia).

"Então, a demanda exagerada dos nordestinos só corresponderia a 0,9% do volume total das águas superficiais disponíveis em toda a região, percentual este que demonstra cabalmente a facilidade com que se poderá saciar a sede desses brasileiros abandonados, não obstante a distribuição desigual das precipitações e a existência de pontos com índices de aridez característicos de áreas desérticas.

"Quanto às demais aplicações da água doce, como na indústria, na irrigação, na criação de animais etc., percebe-se de imediato o subaproveitamento das águas superficiais, ao se tomar conhecimento de que o volume total submetido à captação, em todo o Nordeste, gira em torno de 30 bilhões de metros cúbicos por ano, apenas 17% do volume total das águas de superfície.

"No chamado Meio-Norte e no sertão do Nordeste pro-

priamente dito, há uma faixa contínua de depósitos de sub-superfície, com reservatórios formados por rochas porosas de origem sedimentar, que ocupam quase 700.000 quilômetros quadrados, área 40% maior do que a do famoso Ogallala, aquífero que armazena nada menos do que 2,5 bilhões de metros cúbicos de água potável e contribui decisivamente para o abastecimento de oito estados norte-americanos.

"Além desse depósito nordestino, que se configura como gigantesco, a região ainda conta com mais uns 80.000 quilômetros quadrados de aquíferos subterrâneos localizados em terrenos sedimentares, e de dezenas de outros, de menor importância hidrogeológica, porque formados em zonas fraturadas da estrutura cristalina, todavia capazes de atender demandas localizadas."

Ante tudo isso, o primeiro mandatário do país, em atitude de absoluta irresponsabilidade e ignorância, reage: "Só Deus, o tempo e a chuva seriam capazes de aliviar o flagelo da seca que, ciclicamente, atormenta os nossos compatriotas da região Nordeste."

Com compatriotas dessa natureza e nessas funções, não é necessário a região ter inimigos de seu valoroso povo, que representa 44 milhões de seres humanos, 28% da população brasileira!

Se todo esse conjunto de evidências não fosse suficiente para demonstrar ser a região uma das mais ricas do planeta, precisamente por causa da imensa incidência de radiação solar sobre seu território, bastaria lembrar que historicamente o Nordeste brasileiro foi um dos maiores exportadores de energia, sob a forma mais nobre: açúcar.

Todo o drama do Nordeste resulta da péssima administração de suas águas e da desproteção a que foram expostas suas terras à radiação solar pelo desflorestamento irresponsável, desde a época da colônia. Assim, por esse caminho traçado pelo homem, a região nordestina deixou de utilizar essa radiação como uma bênção de Deus, transformando-a em causa da tragédia de seu povo. A origem dessa incompetência perversa e burra é a natureza dos mais desqualificados homens públicos que o diabo pôs sobre a Terra.

XIII – A BIOMASSA E A COMUNIDADE CIENTÍFICA

Na área da ciência, a biomassa surgiu como uma grande oportunidade histórica de realização do Brasil no contexto mundial.

Se produziu, por um lado, a mais importante escola de pensamento tecnológico e político na superação da era do petróleo, com figuras como Sérgio de Salvo Brito, Sebastião Simões Filho, Jair Carlos de Mello, Marcelo Guimarães de Mello, José de Lima Acioli, Carlos Urban, Ernesto Stumpf, Roberto Gomes de Oliveira, Enos Vital Brazil e mais de 2.000 engenheiros, físicos, químicos, biólogos, tecnólogos, competentes, dedicados, trabalhando em uma centena de projetos tecnológicos conduzidos e coordenados pela Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, por outro lado, constata-se o papel alienado de parte ponderável da comunidade científica brasileira, que, mantida pelo sacrifício do povo brasileiro, orienta-se para interesses de grupos localizados em nações hegemônicas.

Secretário de Tecnologia Industrial, participava como membro titular do órgão de deliberação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Insistentemente informava à comunidade científica da importância para o Brasil da alternativa biomassa como solução à crise do petróleo; que se estava abrindo uma oportunidade histórica única para a ciência brasileira, uma possibilidade de realização de porte mundial. Que estávamos predestinados a ser a grande civilização dos hidratos de carbono e a ciência brasileira poderia ocupar um espaço universal nos campos da genética, botânica, morfologia vegetal, de todo o espectro da biologia e da química aplicadas ao mundo vegetal, das práticas agrícolas, da física, da engenharia, desde as técnicas de fermentação e de hidrólise à tecnologia de motores e de turbinas, ao desenvolvimento de um amplo espectro de equipamentos nesse vasto mundo da produção extensiva e do uso múltiplo dos derivados da biomassa. Tratava-se de ocupar importante espaço na ciência mundial, onde ninguém poderia competir conosco, correspondendo a uma nova era para a humanidade, em substituição à era do petróleo em declínio.

Então, de maneira insistente, essas coisas foram expostas e repetidas no Conselho Deliberativo do CNPq. Os resultados foram zero. A resposta foi nenhuma. Ouviam, não contestavam nem discutiam. Emudeciam... e nada acontecia. Assustador!

Evidentemente, um programa de biomassa para substituir o petróleo mexe diretamente com a estrutura de poder mundial, no momento em que os combustíveis fósseis caem em processo de inviabilidade pela carência ou pelos problemas ambientais que provocam.

Surgiu assim, para a ciência brasileira, um campo imenso para afirmação de uma comunidade que tem tudo a dar na fundamentação dessa revolução energética. Os compromissos, porém, com a ciência dos países hegemônicos deixaram a comunidade científica brasileira imobilizada, subjugada, incapaz de criar algo de importante a favor do país.

Lembro-me de que, em uma dessas ocasiões, disse que precisaríamos de milhares de botânicos, de grandes mestres da botânica para equacionarem a questão da extraordinária riqueza vegetal dos trópicos, avaliada em 80% do patrimônio genético do planeta. Havia então uma dúzia desses mestres no Brasil e pouquíssimos, um ou dois, trabalhando diretamente vinculados ao interesse nacional. A Academia de Ciências Soviética, em contrapartida, tinha cerca de quinhentos mestres estudando a botânica das paupérrimas estepes russas. Lembro que usei a imagem de que 1 metro quadrado de trópico úmido tinha mais vida que centenas de quilômetros quadrados dessas estepes.

Jamais uma comunidade científica teve oportunidade como essa. Isso ainda persiste em sua potencialidade, na medida em que nossa comunidade de cientistas se recusa a pensar a realidade brasileira e também a mundial, pelo caminho da autonomia e do autodesenvolvimento.

No fundo, a questão é profundamente política. Não política partidária, mas política civilizatória. Nossos cientistas são moços de recado, trabalhando sistematicamente sob as ordens de cientistas estrangeiros, seguindo as diretrizes e orientações formuladas fora do país. Ou seja, uma inversão completa: desvinculação com a natureza e a vida, desvinculação com nosso espaço vital. É a mente colonial a que se refere Ortega y Gasset.

Esse exemplo mostra que a questão institucional é grave, porque o órgão máximo da ciência brasileira deveria ter papel importante neste contexto, orientando as universidades, orientando a comunidade científica, mas prefere operar no sentido oposto: bloqueia aquilo que é do supremo interesse do povo e da nação e serve à vontade externa.

O CNPq sempre teve orientação externa. E o pior é que a comunidade científica brasileira se acomoda a isso. Ao sentir o desinteresse do órgão máximo da ciência brasileira para questão de tanta grandeza, cheguei em seu plenário a comparar o Conselho Deliberativo do CNPq a um ateneu literário. Não o fiz para ferir, mas para despertar as consciências adormecidas, vítimas do colonialismo cultural.

XIV – A ERA CIVILIZATÓRIA DA BIOMASSA – A FUNÇÃO DO ESTADO

O fim do petróleo conduz ao fim de uma era e cria um possível colapso no processo civilizatório, sob o comando norte-americano.

Com o embargo do petróleo, em setembro de 1973, a sociedade norte-americana ficou histérica. Havia filas quilométricas para abastecer os carrões rabos-de-peixe. As pessoas se matavam nessas filas. Os veículos maiores eram vendidos por 100 dólares ou menos e os fusquinhas passaram a valer 2.000 dólares. Uma loucura!

O programa, extensivo no uso e parcial na produção de apenas um dos derivados da biomassa como combustível, nasceu a despeito da indústria automobilística transnacional. Em contrapartida, o Estado brasileiro foi fundamental. O setor privado também pouco participou, salvo quando a decisão tinha sido tomada, na fase de execução, após ser ganha a batalha – mas não a guerra – ao poder externo e à alienação cultural interna.

A empresa privada estrangeira, que domina de modo absoluto o setor automobilístico, começou a dizer coisas que não eram verdade. Mas depois descobri que nem má-fé era,

era ignorância. Eles falavam de álcool e o que diziam não conferia com as experiências que tínhamos realizado em segredo. Depois descobri que o álcool a que eles se referiam não era o etanol mas o metanol! Eles nem sabiam como a coisa se comportava, não é? Isso chegou a um ponto em que o presidente da Volkswagen fez um pronunciamento, encheu uma página do jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, e o presidente Geisel chamou o ministro Severo: "Como é, ministro, o que é isso aí? O presidente da Volkswagen vem dizendo que esse álcool não funciona, que os motores deles funcionam mal com esse combustível". Isso não era verdade. Como tínhamos alguns milhões de quilômetros testados em laboratório e rodados, que provavam que os motores tinham um funcionamento melhor do que com a gasolina, demos a resposta. Convoquei-os para uma reunião no gabinete do ministro da Indústria, no Rio de Janeiro. Chamei todos os presidentes de empresas automobilísticas. Estavam todos lá, o Sauer, da Volkswagen, o Sanchez, da Ford, o Bier, da General Motors, todos eles e seus assessores. Estava o Mário Garnero, como presidente da Anfavea, a associação dos produtores de automóveis. E chamei a imprensa e a televisão. Aí, dei a palavra a cada um deles. Todos se manifestaram contrários ao álcool, com argumentos de seus próprios motores.

Os diretores das empresas automobilísticas não sabiam como funcionavam os motores dos seus automóveis com o uso do álcool etílico! E nós sabíamos! Tínhamos montado no CTA um laboratório onde os motores deles eram testados; milhões de quilômetros em testes de laboratório. Depois montamos uma frota experimental. Essa frota era de empresas estatais telefônicas. O coordenador foi o Djalma Moraes, que depois foi ministro das Comunicações do governo de Itamar Franco. Ele era quem coordenava essa frota experimental. O general Alencastro, presidente da Telebrás, pôs à nossa disposição os automóveis dessas companhias. Sem esse tipo de contribuição teria sido impossível chegar até onde chegamos. Havia um grupo com grande patriotismo, como o próprio general Alencastro, o general Osiel, do Conselho Nacional do Petróleo, o general Carmo, do Instituto do Açúcar e do Alcool. O regime era militar, mas quem comandava era eu, um simples engenheiro,

professor universitário, filho de um emigrante espanhol, pequeno comerciante. Muitos patriotas se entusiasmavam e deram inestimável apoio.

Tivemos apoio incondicional de áreas importantíssimas do Estado brasileiro. Um programa dessas dimensões e com tal complexidade, envolvendo grandes interesses conflitantes, era impossível de ser levado adiante pela iniciativa privada. Não sairia do chão. Só um organismo com objetivos nacionais, imbuído de autoridade e no comando de instrumentos de política também nacionais, seria capaz de fazer um trabalho dessa natureza. O desenvolvimento de tecnologias de motores, de turbinas, de produção de álcool, compatibilizando interesses particulares conflitantes da indústria automobilística transnacional com interesses e políticas nacionais, seria impossível sem uma estrutura como a da então Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio.

Não se atuava somente a partir da cana, mas também da mandioca, da madeira, dos óleos vegetais. Chegamos a ter, em vinte institutos tecnológicos, cerca de 1.600 pesquisadores trabalhando com a questão tecnológica das alternativas energéticas aos derivados do petróleo. Gente de altíssimo nível e de extraordinária dedicação. O grupo de motores e turbinas era um dos mais importantes do mundo. Situava-se no Centro Técnico Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica, em São José dos Campos, SP. Nele, em nosso projeto, cerca de 180 especialistas. Nossos trabalhos representavam 60% dos apresentados em todo o mundo nessas questões. Evidentemente, essa operação caracterizava-se por grande complexidade, envolvia um grande número de projetos e exigia acoplamentos de toda ordem.

Havia também aquelas coisas perigosas, como, por exemplo, notícias plantadas nos jornais de que o álcool prejudicava os motores. E fazíamos estudos sistemáticos do comportamento dos materiais dos motores, não só os metais, mas também plásticos e borrachas. Tudo isso para provar que o álcool é um elemento químico puro, não corrosivo. Ele pode conter impurezas corrosivas, mas isso é outra coisa. Para isso, havia o suporte tecnológico total do Estado brasileiro. Outros implantados jornalísticos falavam de explosões em carro a álcool.

Tudo exigia atenção e preparo para responder perante a opinião pública.

Depois, tudo foi dado de graça às companhias internacionais fabricantes de automóveis, que receberam essa tecnologia sem gastar um centavo. Receberam tudo pronto e foi graças a isso que tivemos força moral para exigir a solução nacional, senão jamais aceitariam.

O programa só vingou quando as matrizes das corporações automobilísticas aceitaram-no. Quando os presidentes locais viram que era grande vantagem para eles. A indústria de automóveis nos EUA estava falindo, mas a do Brasil estava crescendo 17%.

As matrizes não permitiam que suas subsidiárias participassem do processo conduzido por mãos nacionais, elas queriam conduzi-lo. Então, se não tivéssemos argumentos para pressioná-los, se não tivéssemos o domínio técnico, jamais o programa vingaria.

XV - A QUESTÃO CULTURAL

Meu mestre da física, o cientista austríaco Guido Beck, perguntou-me: "Mas, Bautista, isso realmente funciona? Por que os americanos, os japoneses, os alemães já não fizeram, não utilizaram antes esse combustível?"

Tal foi o predomínio dos combustíveis fósseis, primeiro o carvão mineral e depois o petróleo, com espetaculares resultados na implantação da Revolução Industrial, que até a cabeça do grande cientista, naturalmente de formação européia, estava condicionada ao mundo não tropical.

Estávamos substituindo um conjunto de derivados de combustível extensivo, de âmbito mundial, por um outro conjunto retirado de outro combustível também extensivo, ainda que renovável e limpo do ponto de vista ecológico e com potencial para ser usado mundialmente. Muitos e difíceis interesses em jogo estiveram envolvidos. Isso significa que existe um longo trajeto a percorrer, favorecido, porém, pela própria intensificação da crise, embora ela esteja temporariamente

encoberta por propaganda promovida pelos produtores do combustível fóssil.

O Brasil pode, assim, tornar-se uma potência energética, como reconheceu o editor da revista científica *Science*, em fevereiro de 1996. É evidente que isso não é desejado pelas forças que controlam hoje o poder energético mundial. Daí o bloqueio e a sabotagem à poderosa solução tropical.

Não é por isso, porém, que vamos aceitar a condição de colônia. O mundo é assim mesmo, sempre foi, cabe-nos responder ao desafio que essas questões estão a exigir da presente e futuras gerações de brasileiros.

O professor Stumpf e eu corremos o país esclarecendo quais eram as razões científicas para o uso do etanol. O álcool tem um poder calorífico 30% abaixo da gasolina. Este era um argumento utilizado para dizer que o álcool era inferior à gasolina. Mas o motor de explosão interna ciclo Otto não é uma caldeira. Então, o poder calorífico não é o parâmetro físico mais importante. Se fosse para esquentar uma caldeira, a gasolina seria melhor combustível. O parâmetro que mais influencia a eficiência desses motores é o nível de octana e aí, em vez de ser 30% inferior, o álcool tem quase o dobro do nível de octana da gasolina. É, portanto, um combustível superior à gasolina nesses motores de ciclo Otto. Ele dá maior potência ao motor, entendeu? Então isso tinha de se tornar parte da cultura nacional e eu vivia fazendo conferências em todos os fóruns, na Escola Superior de Guerra, no Estado-Maior das Forças Armadas, nos sindicatos, nas instituições universitárias. O ambiente internacional era propício em função da própria crise do petróleo. Ainda não tinha surgido a reação negativa das grandes oligarquias mundiais ligadas ao petróleo. A grande imprensa, nessas circunstâncias – ao contrário do que veio a ocorrer depois – muito ajudou. Publicavam páginas e mais páginas sobre essas questões.

A biomassa, mais do que o chamado álcool motor que substitui apenas um dos derivados do petróleo, representa uma bandeira para o futuro do país.

Na época, o mundo se assustou com a solução brasileira e até no Brasil, como vimos, se enchiam páginas dos jornais sobre a solução energética tropical. No mundo inteiro, não é?

Foi uma coisa fantástica. O Brasil nunca foi tão elogiado, tão discutido. Quer dizer, em todo o mundo, nos Estados Unidos, onde eu ia freqüentemente, as pessoas diziam: "É um exemplo a ser seguido, como um país sabe conduzir o seu destino!" Aí, metiam o pau nos governantes americanos: "Incompetentes", diziam. Os povos são todos ingênuos! "Só querem ganhar dinheiro." E coisas desse tipo, não é? Quer dizer, foi uma coisa bonita...

Depois vieram as represálias. Claro. Estávamos avançando além do permitido para uma suposta colônia. Estávamos conquistando espaço, estávamos conquistando posição internacional.

Aí veio... o Banco Mundial, interrompeu o programa, a troca de comprometedor empréstimo. Sempre os empréstimos externos para arruinar o país! O Mário Simonsen imediatamente topou, apesar de nossas advertências. O primeiro empréstimo que assumimos em nossa história, após a dita independência, foi para pagar a dívida que Portugal tinha contraído com banqueiros ingleses para armar-se contra nós na luta pela nossa independência – de Portugal, é claro, ao tempo em que éramos engolidos pelos ingleses! Mudou a forma de dependência, de um país já decadente para uma potência ascendente, implacável. Já antes disso, éramos colônia da Inglaterra via Portugal, que se transformou em colônia da Inglaterra desde 1673, pelas armas. Ou seja, éramos colônia de uma colônia.

Existe o "argumento" de que o Programa do Alcool prejudicou a produção de alimentos. Argumento ridículo. Toda a agricultura brasileira, incluindo a agricultura de exportação, ocupa 13% do território brasileiro. A parte do açúcar e do álcool corresponde apenas a 1% ou 1,5% do território nacional, sobram 87% sem ser utilizados.

Outro incrível argumento: o álcool produz como resíduo industrial o vinhoto. Os usineiros jogavam o vinhoto no rio e, como esse resíduo tem proteína, essa proteína apodrecia dentro dos rios, retirando oxigênio das águas, o que provocava a morte de peixes. Aí era um deus-nos-acuda: o Programa do Alcool estava destruindo os nossos rios. Preparamos então, junto com o secretário do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, uma legislação duríssima, punindo aqueles usineiros,

mesmo porque o vinhoto é um excelente alimento para o gado, tem proteína. É como se você jogasse carne no rio. E depois se comprovou que quase todo o vinhoto pode ser também utilizado como fertilizante: a parte de fósforo e de potássio que a planta absorve pelas raízes, e que é a base dos fertilizantes químicos, sai no vinhoto. O vinhoto colocado no solo o refertiliza. Basta jogá-lo de volta de maneira adequada. O solo se fertiliza, sem gastos adicionais.

Além disso, a matéria orgânica contida no vinhoto é muito importante para enriquecer o solo. Hoje, todo o vinhoto das usinas de álcool em São Paulo é reutilizado e uma parte vendida como fertilizante para outros produtores, de laranja, por exemplo. Jogavam no rio uma coisa que tem valor econômico, que é equivalente a fertilizante e a proteína!

Fizeram feroz campanha contra o Programa do Álcool porque ele estava destruindo a vida nos rios. Um alto funcionário de um banco me questionou, numa reunião no Rio de Janeiro, no Clube de Engenharia. Levei na brincadeira ao dizer o seguinte: "Olha, essa história é semelhante ao sujeito que jogava geladeiras pela janela e matava os transeuntes que passavam na rua. Aí o governo decidiu fechar as fábricas de geladeira". Foi aquela gargalhada, porque o fato de usineiros irresponsáveis jogarem fora proteína equivale a jogar carne, matando os peixes. Isso não justificava naturalmente o fechamento do Programa do Álcool, como queriam muitos. Não tem nada a ver!

O álcool é a única atividade produtiva no Brasil que não foi regida pelo processo de deterioração das chamadas perdas internacionais. Não só na montagem tecnológica, como também na produção do álcool. Não se gastou até hoje, 25 anos depois, um só centavo de dólar. Foi tudo em moeda nacional. Ademais, reduziu as importações de petróleo, fazendo uma economia de divisas que já alcança mais de 30 bilhões de dólares. Criou cerca de 1 milhão de empregos diretos no campo e nas usinas. Permitiu que a saúde dos habitantes das megalópoles brasileiras fosse menos prejudicada pela poluição ambiental. São Paulo hoje, sem o álcool nos motores de seus automóveis, seria uma cidade inabitável!

Apesar da substituição da gasolina pelo etanol, o aumento

do consumo de óleo *diesel* obrigou a importar muito petróleo, o que provocou a sobra de gasolina. Desse modo, o Brasil passou a exportador de gasolina, embora no começo tenha sido difícil conquistar esse mercado. A gasolina exportada tem preço mais alto do que o petróleo importado. Não sendo auto-suficiente em petróleo, somos um país que exporta gasolina, ganhando com isso divisas.

XVI – A SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO DIESEL

Não permitiram a substituição do óleo *diesel* do petróleo pelos óleos vegetais. Isso manteve altas as importações de petróleo, sem nenhuma necessidade. Essa dinâmica perversa foi promovida por aqueles que não desejavam a diminuição das importações de petróleo, pois delas se beneficiam por meio de altas comissões.

O óleo *diesel* representava, em 1973, 20% do petróleo consumido no Brasil. A gasolina, 30%. E a substituição do óleo *diesel* por óleos vegetais era muito mais fácil do que a substituição da gasolina pelo álcool. Esta foi a razão por que se deu prioridade aos trabalhos de substituição da gasolina.

Como o *diesel* e a gasolina são derivados do petróleo, em proporções determinadas, quando a demanda de um deles aumenta, induz à necessidade de maiores importações de petróleo. Eis a perversidade: o Programa do Alcool foi feito para reduzir as importações de petróleo. Não o conseguiu, por causa do aumento provocado no consumo de *diesel*.

Na substituição do óleo *diesel* pelos óleos vegetais, não se precisa fazer qualquer modificação nos motores de ciclo *diesel*, que foi necessária no caso dos motores de ciclo Otto, para o uso do álcool. Basta o óleo vegetal *in natura*. O caboclo esmaga o coco de dendê, tira o óleo, filtra, bota no motor e ele funciona.

São centenas os óleos vegetais tropicais: babaçu, dendê, soja, girassol, mamona, buriti e muitos outros. O Instituto Nacional de Tecnologia, no Rio de Janeiro, tinha equipe de químicos especializados estudando suas propriedades. Só o dendê pode produzir na Amazônia cerca de 6 milhões de bar-

ris por dia de excepcional óleo *diesel* natural, o qual dá maior potência aos motores do que o óleo derivado do petróleo e é absolutamente limpo, ao contrário da maldição poluidora do *diesel* de petróleo. Essa quantidade equivale à produção de petróleo da Arábia Saudita, antes da crise que retirou do mercado o petróleo do Iraque.

Extraí-se o óleo do coco de babaçu e do dendê e mantém-se a árvore. É uma maneira de preservar as florestas e utilizar seus frutos. A substituição do óleo *diesel* do petróleo pelos óleos vegetais é uma decisão de natureza política, de consequências econômicas e sociais extraordinárias.

Os motores da Mercedes não queimam óleo vegetal direto porque a combustão nesses motores se dá abaixo da temperatura que queima a molécula de glicerina, que existe na composição química dos óleos vegetais. Então, essa glicerina fica dentro do motor e cria uma crosta, daí a necessidade de abrir o motor de tempos em tempos para limpá-lo.

Os motores aptos para o uso dos óleos vegetais são os motores Elsbett, que queimam essa glicerina, chegando a render 40 quilômetros por litro de óleo. Isso colocou a Mercedes, que praticamente tem o monopólio dos caminhões e ônibus a *diesel* no Brasil, contra o programa. A Mercedes conseguiu induzir o governo brasileiro a não permitir a substituição do óleo *diesel* de petróleo pelos óleos vegetais.

Aí tivemos de sair novamente em campo na área tecnológica. Sempre o Estado, sob a coordenação da Secretaria de Tecnologia Industrial. Desenvolvemos então tecnologias para transesterizar esses óleos, ou seja, retirar de suas estruturas químicas a glicerina. Assim obtivemos um combustível apto para os motores usados pela Mercedes.

Todas essas atividades tinham de ser desenvolvidas por nós para que tivéssemos moral e força ante a indústria automobilística transnacional. Evidentemente, ela não tinha qualquer interesse na solução dos problemas do país. Ela quer ganhar dinheiro e suas decisões são tomadas no exterior, dentro dos interesses da matriz.

Quando houve o embargo, os custos das importações de petróleo (importávamos então mais de 50% de nosso consumo) subiram uma barbaridade. O Brasil ficou muito vulnerável, não

tendo condições de continuar importando essa quantidade de petróleo. A economia do Brasil ia parar, por falta de petróleo. Foram precisamente essas circunstâncias que permitiram levar adiante a alternativa energética vegetal nacional.

XVII – ÁLCOOL DE MANDIOCA

A solução do álcool, a partir da cana-de-açúcar, não podia então nem ser pensada. Nesse momento, o açúcar chegou a 1.600 dólares a tonelada no mercado internacional, quando o preço normal é da ordem de 300, 350 dólares. O açúcar era o primeiro item de nossa pauta de exportações. Era ele que gerava as divisas necessárias para pagar os aumentos de preços das importações de petróleo provocados pela primeira crise. Tivemos então de sair em campo e desenvolver tecnologia atualizada para a produção de álcool a partir de mandioca, a alternativa de matéria-prima naquelas circunstâncias. Na realidade, excelente alternativa! A cana-de-açúcar foi então descartada. Eu seria considerado um louco se retirasse açúcar das exportações para produzir álcool. Era como trocar um pássaro na mão por dois voando, fora de controle. Fizemos um esforço tecnológico gigantesco, desenvolvemos um processo tecnológico, único no mundo, de produção de álcool, de alta eficiência, através de fermentação enzimática sobre os amidos, os amidos da raiz da mandioca. Essa tecnologia não só foi testada em escala piloto, como projetamos uma fábrica de produção de álcool de mandioca. A Petrobrás, novamente o Estado, foi que investiu na usina de Curvelo, Minas Gerais.

Essa usina era uma obra-prima de tecnologia. Foi projetada e construída em tempo recorde. Queríamos fazer uma usina modelo para depois reproduzi-la em todo o território nacional. Foi quando houve a hecatombe da queda dos preços do açúcar no mercado internacional, que caíram para menos de 200 dólares a tonelada. Todo o setor de açúcar veio em cima do governo, querendo obrigá-lo a usar o açúcar que sobrava, porque o preço estava muito baixo. Tomamos então a medida de não permitir isso.

O Brasil detinha na época a posição de primeiro exportador mundial de açúcar. Se permitíssemos aquela reversão para produzir álcool, depois, quando o açúcar voltasse a seus preços normais, o que iria acontecer? Ia faltar álcool! Uma coisa dessa natureza, envolvendo comida e energia, não se pode deixar que fique oscilando, indo de um lado para outro. Fizemos um levantamento rigoroso e identificamos que havia 20% de capacidade ociosa na produção de açúcar. Só permitimos que fosse transformada em álcool 20% da produção de açúcar. Os investimentos para isso foram muito pequenos, pois praticamente já estavam feitos e pôde haver uma resposta rápida à necessidade de produção de álcool. Poucos meses depois, as chamadas destilarias anexas, vinculadas às próprias usinas de açúcar, estavam produzindo uma importante quantidade de álcool.

Mais tarde, porém, grande parte do Programa do Álcool foi montada com produção exclusiva de álcool para fins energéticos, e não mais associada ao açúcar. Com essas características, apenas 20% foi permitido. Como o preço do açúcar voltou depois a alcançar valores compensadores, o Brasil teve sua posição garantida e não perdeu lugar no mercado internacional. Nessa fase, o México e o Peru, que eram exportadores de açúcar, com a queda do preço, deixaram de produzir e, mais tarde, perderam sua posição de exportadores. Quando o preço voltou, eles eram na verdade importadores de açúcar. No caso brasileiro, isso não ocorreu. Havia coisas inteligentes na política nacional de açúcar: quando o preço estava acima do normal, a diferença era retida num fundo do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). Quando o preço estava abaixo, o fundo financiava de maneira que a produção de açúcar nunca perdia. Sempre ganhava. Não ganhava exageradamente, mas ganhava o necessário para se manter. E, com isso, o Brasil não perdeu a posição de primeiro exportador mundial de açúcar.

Um dos primeiros atos da fase neoliberal foi acabar com o fundo, e com o próprio IAA, naturalmente. Este era um dos poucos instrumentos de ação brasileira no mercado internacional, juntamente com a Interbrás, da Petrobrás, e o IBC, na área do café, ambos também destruídos com a "abertura". Esta ocorreu com o desmonte de todos os nossos possíveis instrumen-

tos de participação na chamada competição internacional. Parece inacreditável!

Foi uma pena que o uso da mandioca como matéria-prima energética não tivesse prosseguimento, por falta de uma infra-estrutura montada, como havia no caso do açúcar. A mandioca é um produto agrícola tradicional de subsistência. Somos o maior produtor mundial. Ela é uma verdadeira benesse na alimentação de grande parte da população brasileira, especialmente a mais pobre. É também importante na excelente cozinha baiana! Eram necessários, entretanto, para torná-la efetiva na produção extensiva de álcool, grandes investimentos no campo, que no caso da cana já tinham sido feitos. Foi muito mais fácil usar a cana porque somos tradicionais produtores, ao longo de quatrocentos anos. Com a mandioca era diferente, tratava-se de um produto de subsistência e não havia a prática de grandes extensões agrícolas plantadas. Ela dá, entretanto, em todo o território nacional. A cana dá apenas em algumas regiões que lhe são propícias. Produz entre 60 e 100 litros de álcool por hectare ao ano. A mandioca chega a produzir 180 litros por hectare ao ano. A produtividade da mandioca para fornecer álcool é mais do que o dobro e, entre os produtos de amido, é o de maior produtividade agrícola. O milho, por exemplo, outro produto de amido, na escala de produção de álcool ocupa o 27º lugar, sendo a base norte-americana de produção de álcool carburante. Além disso, a parte aérea da mandioca, a folha, é riquíssima em proteína.

Poderíamos construir fábricas de alimentos para seres humanos e para animais a partir da parte aérea da mandioca, se a raiz fosse utilizada para a produção de álcool. Quanta riqueza, quanto potencial ainda a ser utilizado! É uma coisa que não tem fim! Tudo isso é biomassa! A raiz é biomassa, a parte aérea é biomassa. A folha da cana, se cortada adequadamente, é uma fonte excelente de produção de energia, de calor. Isso pode ser usado nas fábricas como combustível. Há também o bagaço da cana-de-açúcar. Sendo fonte importante na produção de calor, pode abastecer centrais térmicas na geração de energia elétrica, sem, no caso, exigir as custosas linhas de transmissão elétrica de nossas grandes hidrelétricas, que obrigam a localizar os geradores junto às quedas-d'água.

O bagaço é assim, também, uma fonte de energia, sob a forma de calor, como pode ser uma fonte de celulose, e esta parte da cana-de-açúcar ainda não foi utilizada, é perdida, em benefício do petróleo importado.

O programa de biomassa no Brasil ainda se encontra na fase em que o petróleo estava quando era utilizado apenas para iluminar cidades, em substituição ao óleo de baleia. Então, 95% eram jogados fora. Testamos utilizando apenas 40% do potencial energético da cana, quando poderíamos utilizar 100%.

A biomassa como fonte energética está ainda na infância. Ela está amanhecendo como fonte extensiva de energia.

E, como não se deu ainda a mudança da matriz energética para sair dos combustíveis fósseis (porque as forças em jogo não permitem), a biomassa até aqui não pôde ocupar o lugar que deveria. A estrutura monetarizada vinculada ao petróleo ainda não o permite, por mais vantajoso que isso seja para o país. Mudanças dessa natureza exigem competência, forte capacidade de decisão e profundo comprometimento com os interesses nacionais. Essa é a maneira como foram construídas as grandes civilizações.

Evidentemente que, se utilizássemos 100% da energia da cana, 100% da energia da mandioca (incluindo a parte aérea), com a conseqüente produção de proteína, de fertilizantes, de celulose e mais dezenas de subprodutos, os custos iriam cair vertiginosamente, como a história tecnológica mundial o demonstra. Só quem não sabe, ou não quer saber essas coisas, são os tecnocratas, que ademais se negam, arrogantemente, a aprender! Eles querem tudo já pronto, como vem do exterior. Cabeça mais colonial que isso é impossível!

Considerar esses senhores como os formuladores do pensamento e do poder técnico das nações, como pretendem os políticos e os meios de comunicação de massa, é uma aberração conceitual. Mais lhes caberia a designação de tecnopatas, em vez de tecnocratas.

XVIII – A PRESERVAÇÃO DAS FLORESTAS

A única maneira de preservar a floresta em pé, renovando-a, é dar-lhe valor econômico. Sem isso, queimam a floresta, até para criar gado de modo extensivo, de baixíssima rentabilidade. Se a floresta tem valor econômico (quer como fonte de energia, quer na produção de celulose), ela é replantada. É o caso das grandes plantações em Minas Gerais, uma das regiões do mundo mais reflorestadas. Isso se deve às siderúrgicas Belgo Mineira, Mannesman e Acesita, que são grandes consumidoras de carvão vegetal. Daí a burrice da falsa incompatibilidade entre ecologia e uso extensivo das florestas como extraordinária fonte renovável de riqueza.

A única maneira de preservar a floresta é dar-lhe valor econômico, um valor extraordinário: 1 metro cúbico de madeira com 20% de umidade equivale a 1 barril de petróleo. Na região do cerrado mineiro, no vale do Jequitinhonha, a Acesita tem mais de 100.000 hectares plantados com produtividade de 60 estéreos por hectare, por ano, que significam, em comparação energética com o petróleo, 60 barris de petróleo, por ano. A 20 dólares o barril de petróleo, 20 dólares x 60 dá 1.200 dólares. É imenso, portanto, o valor da floresta se utilizada como fonte de energia.

Trinta por cento do território brasileiro não é apto para a agricultura, mas o é para florestas. Com esses 30% é possível produzir 50% das atuais reservas de petróleo dos Estados Unidos, por ano! Em dois anos podemos produzir, pelo uso de florestas, o total das reservas norte-americanas de petróleo, que é da ordem de 20 bilhões de barris, o que sobrou de reservas de cerca de 180 bilhões de barris!

XIX – FALSA ECONOMIA DE MERCADO

O mundo sofreu profundo abalo quando em 1973 houve o embargo do petróleo. Aparentemente provocado pelos países produtores, membros da OPEP, mas, na realidade, resultado da ação das grandes corporações anglo-americanas que até

hoje dominam o mercado mundial de distribuição, embora detenham reduzidas reservas declinantes.

Ao longo dos anos 70, a questão petróleo foi ampla e abertamente discutida, especialmente na nação mais poderosa do mundo, os EUA. Centenas de publicações descreviam o que caracterizava o fim de uma era. Razões havia para isso, pois o carvão mineral e depois o petróleo constituíram a base energética da civilização que elevou aquele país ao papel de maior potência econômico-militar. A era do petróleo quase que se confunde com o apogeu dos EUA. Até o começo dos anos 80, a questão petróleo tinha se transformado na grande questão geopolítica mundial.

Foi nesse contexto que me ofereceram ser um "Eisenhower fellow" do ano de 1980, programa anual destinado a "personalidades de nível de ministros de Estado", de quase todos os países do mundo, incluindo aqueles situados além da então chamada "cortina de ferro", um por país, a cada ano. O programa, com cerca de seis meses de duração nos EUA, envolvia personalidades de áreas distintas do conhecimento.

Naquele ano foram 27 *fellows*, tendo sido eu o escolhido para a área de energia, precisamente no ano seguinte à segunda crise do petróleo, que ocorreu em 1979, quando o barril chegou a 52 dólares no *spot market* de Roterdã. Não tendo sido candidato ao programa e concorrendo com um ex-presidente do CNPq e um diretor da Finep, acredito que a escolha tenha decorrido do fato de ter sido o responsável pela proposição e pelo suporte tecnológico da implantação do Proálcool, quando secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio. Isso ficou claro depois pela natureza do programa.

Pude visitar mais de trezentas instituições tecnológicas, universitárias, empresariais e políticas diretamente vinculadas às questões energéticas, proferindo conferências em algumas delas, entre as quais o Congresso americano, as famosas instituições da Massachusetts Avenue, em Washington, DC, as principais corporações das áreas de petróleo, nuclear (fissão e fusão) e demais setores da energia, os grandes institutos tecnológicos governamentais norte-americanos, além de longas entrevistas com os *top men* mundiais do campo energético,

como: David Freeman, presidente da Tennessee Valley Authority (TVA), o então ministro da Energia, os *chairmen* da Atlantic Richfield, da Union Oil e figuras exponenciais da Exxon, Gulf e outras companhias de carvão, da energia nuclear, o presidente da Comissão de Energia do Estado da Califórnia etc.

Surpreendeu-me o enorme interesse que tinham acerca do Programa do Alcool do Brasil, cuja natureza foi exaustivamente discutida em numerosas ocasiões, sempre com total concordância dos interlocutores quanto a seus objetivos. Lamentavam todos, porém, que os dirigentes brasileiros somente se apresentassem ante o governo dos EUA na área financeira "mendigando" empréstimos, naturalmente sem usar explicitamente esta palavra. Inúmeras propostas de cooperação com o Brasil surgiram da TVA, da Comissão de Energia da Califórnia, do Institute of Gas Technology, e tantos outros, que eram encaminhadas ao governo brasileiro, sempre sem resposta. Os tecnocratas têm medo de discutir outras questões que não sejam novos empréstimos, por carecerem de condições pessoais para fazê-lo.

Nos exaustivos levantamentos que realizei durante aquele período nas melhores fontes mundiais, ficou evidenciada a natureza irreversível do declínio do petróleo como fonte extensiva de energia. Os valores que caracterizavam essa situação não foram alterados de modo substantivo, posto que não ocorreu, desde então, nenhuma grande descoberta, capaz de mudar as perspectivas. Pelo contrário, o que se viu foi a deterioração do quadro.

O governo do presidente Carter realizava extenso esforço tecnológico à procura de alternativas ao petróleo, em virtude de sua prevista exaustão, e ao carvão mineral, pelos graves efeitos ecológicos que provoca.

A Conferência Mundial de Biomassa, realizada no mesmo ano em Atlanta, na Geórgia, teve como centro das atenções o Programa do Alcool brasileiro, embora este fosse apenas um dos aspectos de um vasto programa tecnológico diretamente vinculado ao campo energético, desenvolvido no Brasil, tendo como origem a energia solar captada pela fotossíntese das plantas nas regiões tropicais do planeta.

O programa promovido pelo Eisenhower Fellowship terminou com um debate geral em Filadélfia sobre a crise energética mundial, da qual fui eleito coordenador, com a participação do *chairman* do *board* da companhia de petróleo Union Oil e do chefe da assessoria internacional da Casa Branca.

É surpreendente que essa situação energética mundial gravíssima, bem conhecida desde o embargo do petróleo em 1973, de natureza irreversível, sem a ocorrência de qualquer fato importante positivo novo, tivesse sua realidade invertida pela grande imprensa mundial, embora a crise só aprofundasse.

Isso, evidentemente, não ocorreu por acaso, posto que Reagan, como presidente dos EUA, desmontou o vasto programa que Carter havia montado em busca de alternativas tecnológicas ao petróleo. A imprensa mundial, por seu lado, passou a apresentar dados falsos em relação às reservas mundiais de petróleo.

Pelo contrário, o que vimos nestes últimos dezoito anos foi a crise energética transformar-se em guerra, com ocupação militar pelos EUA da região onde está concentrado mais de 70% do que resta de petróleo no mundo.

Segundo informação da revista especializada *International Oil*, o governo dos EUA gasta em custos militares cerca de 100 dólares para cada barril de petróleo importado da região. Enquanto isso, os *yuppies* falam em economia de mercado e passam a considerar o petróleo como uma *commodity*, como se todos fôssemos idiotas.

Evidentemente, a grande imprensa brasileira entrou em ressonância servil com os interesses das corporações transnacionais de petróleo e simplesmente procurou sepultar o mais importante programa de substituição de derivados de petróleo, em realização no Brasil.

Conhecida revista de divulgação científica, a *Scientific American*, em março de 1998, sob o título "The End of Cheap Oil" ("O Fim do Petróleo Barato"), publica artigo de dois consultores, ex-funcionários de corporações petrolíferas, informando que os dados dessas corporações e dos países membros da OPEP foram alterados nas revisões periódicas das reservas, indicando valores muito maiores do que os reais, como se as reservas tivessem crescido apesar do aumento de consu-

mo em todos esses anos, ou como se novas descobertas importantes tivessem ocorrido. "Essa impostura é alimentada pelo cartel", diz o professor Cerqueira Leite, em artigo na *Folha de S. Paulo*, em maio de 1998.

Os referidos consultores afirmam que o declínio da produção de petróleo ocorrerá provavelmente antes de dez anos, em vez dos quarenta ou sessenta anos, como muitas publicações, supostamente sérias, previam. Partindo da conclusão já bem sabida há mais de vinte anos pelos que conhecem a questão, e só agora reafirmada por esses autores, passam a raciocinar como se os preços internacionais do petróleo funcionassem dentro das chamadas "leis de mercado".

Será que esses senhores desconhecem que o petróleo é hoje uma questão essencialmente militar? Ou, como afirma David Freeman, em seu livro *Energy, the New Era*, um clássico no setor, publicado no já longínquo 1974, mas ainda atual e, principalmente, verdadeiro, que os preços internacionais do petróleo nunca foram resultado de mercado e sim de decisões estratégicas das grandes potências? Hoje, estratégias militares.

Meias verdades como essa veiculada na *Scientific American*, que consideram os preços do petróleo resultantes da chamada "lei" da oferta e da procura, têm ampla divulgação na imprensa brasileira. Elas procuram encobrir as excepcionais soluções nacionais, bloqueadas precisamente por essa inexistente economia de mercado no campo energético que os autores querem nos incutir. Ignoram a realidade e querem nos impingir o que lhes interessa, de modo ilegítimo.

XX – GUERRA À VISTA...

Até o fim da "Guerra Fria", em 1991, o Pentágono estava preocupado com hostilidades vindas do terceiro mundo, de adversários que chamavam de "regimes párias". Recentemente, porém, especialistas militares levantaram a emergência de um "oponente de potência comparável", com poder para enfrentar os EUA. Esse oponente ainda não existe, mas sua emergência começa a modificar as estratégias dos EUA.

A prioridade ainda continua sendo a manutenção de força militar suficiente para levar a cabo e ganhar simultaneamente "conflitos regionais": um, no Golfo Pérsico (contra Irã e Iraque); outro, na Ásia (contra Coreia do Norte). Recentemente surgiram cenários muito diferentes: conflito com Moscou objetivando os recursos petrolíferos do mar Cáspio e guerra com Pequim para garantir a "livre" navegação no mar da China.

A estratégia em vigor visa operações regionais do tipo guerra com o Iraque, como explicou à época o secretário de Defesa, Richard Cheney: "A Guerra do Golfo é a precursora do tipo de conflito que nos dispomos a enfrentar com mais frequência no futuro: conflitos regionais que nos colocarão frente a inimigos bem armados e dotados de armas convencionais sofisticadas e de cargas químicas e nucleares".

A estratégia "antipária" vem caindo. O nível de ameaça reduziu-se. É o caso da Coreia do Norte, que vem sendo descrita como devastada pela fome, começando a dismantelar seu potencial nuclear. O Irã elegeu um presidente mais moderado e o Iraque perdeu o controle de suas províncias curdas no norte e não conseguiu manter seu antigo poder militar.

A estratégia norte-americana do "dique duplo" (*dual containment*) no Oriente Médio, contra o Iraque e o Irã, não está sendo muito convincente para seus aliados e tem sido submetida a fortes críticas dentro dos próprios EUA, especialmente nos círculos de negócios, mas também no meio de importantes políticos, como Brzezinski e Scowcroft, antigos chefes do Conselho Nacional de Segurança, que denunciaram em recente artigo no *Foreign Affairs* a política de Washington no Golfo.

Durante décadas, a tradição diplomática norte-americana admitia que o Irã deveria impedir a emergência de um Estado árabe, ribeirinho do Golfo, capaz de estabelecer sua hegemonia na região. Essa foi a carta jogada pelo xá. O Iraque, por sua vez, serviria de contenção a possíveis empreendimentos perturbadores do Irã. Saddam Hussein assumiu esse papel quando desencadeou a primeira Guerra do Golfo (1980-89). Este jogo terminou ao acabar a segunda Guerra do Golfo (1990-91).

As novas experiências da política norte-americana conti-

nuam vindo ameaças potenciais no aprofundamento da revolução islâmica no Irã e sua expansão externa. Trata-se, na realidade, de assegurar a completa destruição da capacidade militar do Irã e de privar Bagdá de qualquer meio para reconstruir um pólo de potência política no Oriente Médio. Com o Irã fora do jogo e a presença militar americana reforçada na península Arábica, os Estados vizinhos de Israel se sentiriam inferiorizados ante esta potência militar.

Para alcançar esse objetivo, suportado pelo poderoso *lobby* pró-Israel, é necessário manter o rigoroso bloqueio econômico sobre o Iraque e uma vigilância permanente sobre o Irã. Essa é a política atual do "dique duplo".

O jogo do "dique duplo" é posto em dúvida por muitos e agora reclama-se sua revisão. Com relação ao Iraque, incluindo a aplicação da Resolução 986 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que propõe a troca "de petróleo por alimentos e medicina", sempre impedida pelos EUA, esse país continuará sendo muito vulnerável e débil, devido às espantosas consequências humanas que isso provoca.

Quanto ao Irã, porém, a situação é completamente diferente. O fracasso da política americana é inegável. As medidas do embargo decretadas por Washington não têm sido secundadas por nenhum outro país. O Japão continua sendo o principal importador de petróleo do Irã. A China considera Teerã seu principal sócio no sudoeste asiático. A Rússia, apesar das pressões dos EUA, não renuncia a vender-lhe centrais nucleares. Os países da União Européia, por unanimidade, rejeitam "as imposições econômicas dos EUA sobre o Irã, especialmente aquelas que implicam sanções extraterritoriais". Esses países conservam ali importantes mercados. Na prática, tais medidas apenas privaram as indústrias americanas do mercado do Irã. Ou seja, o "dique duplo" não funcionou nesse caso.

É essencial compreender que os EUA dependem vitalmente de importações de matérias-primas estratégicas e, especialmente, de petróleo. Têm de importar mais de 50% de seu consumo de petróleo, suas reservas caíram dos 180 bilhões de barris originais para cerca de 20. Essa dependência vital cresce à medida que as reservas internas continuam

caindo (o que vem ocorrendo há muito tempo, em mais de 6% ao ano). O que resta de petróleo no território americano mal dá para pouco mais de cinco anos de consumo. Por isso, garantir o acesso ao petróleo do Oriente Médio é crucial, além de justificar o crescente interesse pelas regiões do mar Cáspio e do mar da China, ricas em petróleo e gás natural.

Essas são as razões da inquietação em relação à Rússia, que considera o mar Cáspio como pertencente à sua influência histórica, e à China, que reivindica boa parte do mar da China como "território nacional *off-shore*".

Assim, um número cada vez maior de estrategistas militares do Pentágono começa a colocar a perspectiva de enfrentamento com a China e com a Rússia, embora admita que nenhuma delas constitua atualmente ameaça à segurança americana. Acreditam, entretanto, que, no prazo de dez ou vinte anos, tanto uma como outra podem se converter em sérios competidores e, para isso, os EUA têm de estar preparados.

O último informe do Instituto de Estudos da Segurança Nacional (INSS) dá sinal claro de qual é a tendência estratégica predominante. Embora destaque que o risco de um conflito mundial teria desaparecido, "os EUA não devem julgar inverossímil qualquer desafio militar que venha de outra potência". Esta não teria meios para enfrentá-los na liderança mundial, mas poderia "ser bastante forte para pretender equilibrar-se com os EUA em um teatro de operações próximo a seu território".

Ao estabelecer a diferença com a estratégia atual, o informe daquele instituto enfatiza o que distingue os "regimes párias" desses novos inimigos. Estes possuem força nuclear, capacidade de lançar foguetes e satélites, e importantes efetivos militares. Por isso, "esses oponentes potenciais constituem uma ameaça muito mais significativa do que a dos regimes párias". No momento, somente a Rússia e a China preenchem essas condições. O informe, porém, sugere que "potências regionais importantes, como a Índia, poderiam converter-se em militarmente significativas durante o próximo decênio". Ao que perguntamos por que não o Brasil, que reúne potencialidades maiores do que a Índia?

Vejamos o que disse o general Patrick Hugues, diretor da

Agência de Informação da Defesa dos EUA, no dia 6/2/1997, na Comissão de Defesa do Senado americano: "A China é uma das escassas potências que dispõem de potencial necessário – político, econômico e militar – que lhe permitiria se converter dentro de dez ou vinte anos em uma ameaça regional significativa para os interesses norte-americanos". Na pior das hipóteses, "poder-se-ia afirmar que os EUA representam para ela uma ameaça militar direta". E acrescentou o general Hugues: "Igualmente a Rússia dispõe de potencial necessário que lhe permitiria se converter daqui a vinte anos em uma enorme ameaça regional para os interesses norte-americanos". Sua debilidade econômica atual descarta esta hipóteses nos próximos dez anos.

Os que insistem no perigo do potencial russo se inquietam com os laços de Moscou com as antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central e mais particularmente pela importância decisiva do petróleo do mar Cáspio. Em maio de 1997, Caspar Weinberger, ex-secretário de Defesa de Reagan, dava o sinal de alarme: "No momento em que o Ocidente celebra a expansão aparente da OTAN na Europa Central, a Rússia dedica-se a obter uma vitória estratégica sobre ela: o domínio sobre os recursos energéticos da região do mar Cáspio. Se Moscou conseguir essa vitória, ela poderá significar muito mais do que o êxito ocidental ampliando a OTAN".

A China é hoje um dos principais sócios comerciais dos EUA e as corporações norte-americanas vislumbram todas as vantagens possíveis do gigantesco mercado que se está desenvolvendo ali.

A questão crucial que se desenha por trás dessas estratégias é a energética, a curto prazo, a questão petróleo. Assim como a ocupação militar do Oriente Médio e a guerra com o Iraque já estavam planejadas muito antes da invasão do Kuwait, também já se planeja a ocupação do mar Cáspio e do mar da China pelas mesmas razões, o que poderá fazer voltar o pavor do apocalipse nuclear.

XXI – O PETRÓLEO É VOSSO

À luz de todos esses gravíssimos fatos, que dizem respeito a todos, especialmente àqueles países de maior população, é surpreendente, para não dizer estarrecedor, que o governo brasileiro esteja entregando o controle das suas reservas de petróleo, que resultaram de extraordinário trabalho da Petrobrás, com desempenho incomparavelmente superior ao das corporações estrangeiras do petróleo, em períodos de quase meio século. Essas corporações transnacionais, sem qualquer compromisso com o Brasil e seu povo, receberão de mão beijada o controle das reservas já descobertas, essenciais à nossa sobrevivência. O controle do petróleo, como vimos detalhadamente, é uma questão de âmbito internacional de natureza essencialmente militar. Pergunto: uma vez entregues essas cruciais reservas, qual o poder militar nuclear de que dispomos para resgatá-las quando nos forem essenciais? Isso pode ocorrer a qualquer momento. Quem garante que não nos converteremos em outra Angola, com exércitos mercenários a serviço de corporações disputando o controle de nossas reservas naturais estratégicas?

O garotão a quem foi transferido o poder absoluto de decidir o que fazer com o nosso petróleo, na condição de dirigente máximo da tal Agência Nacional de Petróleo, com poderes acima do Estado, por aprovação de um Congresso de irresponsáveis, já definiu a que veio: "O petróleo é vosso", contrapondo-se ao lema que representou a luta de todo um povo, em mais de meio século, que demonstrou competência por meio da nossa Petrobrás, a favor de nossa sobrevivência e afirmação nacional.

Em definitivo, essa automutilação que nos é imposta por quem preside o Estado sem legitimidade, como o demonstram atos como esse de alta traição, terminará mal, terminará muito mal.

Será que as instituições que deveriam nos representar e ser executoras, em nosso nome, de um projeto de nação entraram em processo de alucinada delinquência? Tudo está indicando que sim! Até quando continuaremos fazendo de conta que nada de muito grave vem acontecendo com todos nós?

XXII – SATANIZAÇÃO DO SUL

O mundo ficou perplexo e não entendeu como era possível passarem meses sem que pusessem término aos incêndios em Roraima. Somente o anúncio da possibilidade da vinda dos "boinas verdes" obrigou à tomada de providências. Foi a chuva, porém, resultante da pajelança indígena, que acabou com o fogo.

É razão de intranquilidade saber da possível presença dos "boinas verdes" – a "tropa de paz" das Nações Unidas – para apagar os incêndios de Roraima. Tudo estava preparado para que entrassem na região, para nunca mais sair.

Felizmente não ocorreu a invasão: alguém com sensatez no Estado brasileiro atuou com energia! Se tropas militares tivessem de agir seriam as do Exército brasileiro. Tanto um como o outro exército não são treinados para isso. Os bravos soldados brasileiros estavam lá, porém, para impedir o avanço dos "boinas verdes" sobre o nosso território, atribuição própria das Forças Armadas.

Ficou, porém, a evidência do despreparo do governo brasileiro para a indispensável tarefa de preservar nossas florestas. Fez um papelão, somente tomando a iniciativa após o escândalo internacional. O governo FHC, que transfere ilegalmente fortunas para banqueiros falidos, declara-se sem dinheiro e deixa de cumprir seus deveres primários, entre eles a defesa de nossos patrimônios fundamentais.

Um país com patrimônios estratégicos das dimensões de nossas florestas não pode deixar de protegê-los. Há necessidade, portanto, de criar uma força treinada para essas importantes funções, uma espécie de guarda florestal, como a Polícia Montada do Canadá ou os Rangers, nos EUA.

Várias foram as deformações veiculadas pela mídia internacional sobre os incêndios de Roraima. Gravíssima foi a que "informou" que o incêndio ocorreu nas florestas tropicais úmidas da Amazônia, quando teve lugar nos campos gerais de Roraima, região de características edafoclimáticas diferentes das florestas tropicais úmidas. Nos campos gerais falta chuva e são frequentes os incêndios, especialmente quando o efeito El Niño é tão forte como neste ano. Existem no norte de

Roraima elevações montanhosas de cerca de 3.000 metros que funcionam como barreiras para a umidade que vem do mar. A sotavento, as nuvens perdem a umidade que se precipita nas montanhas, não chegando aos campos gerais.

Ali, qualquer raio provoca fogo. O mau hábito das queimadas, repetindo a coivara, é também causa de fogo. Basta, porém, dar um trator ao agricultor na época do plantio para não se justificarem mais essas absurdas queimadas.

Segundo Roberto Gama e Silva, profundo conhecedor da Amazônia, ele próprio amazônida: "É mais fácil pegar fogo no fundo do oceano do que nas florestas tropicais úmidas. Só quem não conhece essas florestas pode imaginá-las pegando fogo", afirma.

Vejamos, porém, a versão do escândalo internacional conforme a porta-voz da ONG Friends of the Earth, Sarah Tyac: "Estamos perplexos pelo fato de o governo do Brasil ter recusado a ajuda da ONU (*ou seja, dos "boinas verdes"*)... Se o Brasil não tem condições de resolver esse problema sozinho, precisa aceitar ajuda do resto do mundo".

A isso aduz o editor especial do *Correio Braziliense*, em artigo de 29 de março último (1998), com título gozador "A Amazônia É Nossa": "As imagens da floresta amazônica queimando causam verdadeira comoção nos países mais ricos do planeta, onde cada vez é maior a campanha para a internacionalização da Amazônia. Os argumentos dos eco-ricos se resumem numa evidência: a de que países como o Brasil pouco ou nada fazem para proteger a maior reserva florestal do mundo". Esse senhor fala da floresta amazônica quando está se referindo aos campos gerais de Roraima, onde ocorreram os incêndios.

Ele e o jornal *Correio Braziliense*, que têm o dever de bem informar, deformam a verdade e insuflam aqueles que querem a internacionalização da Amazônia. Infringem assim o Código Penal Militar, que atribui pena de quinze a trinta anos de reclusão para os cabeças e de dez a vinte anos para os demais agentes "a quem tente internacionalizar, por qualquer meio, região ou parte do território nacional" (alínea III, artigo 142 do CPM).

Ademais, o editor especial do *Correio Braziliense* acres-

centa em seu artigo: "Qualquer ecologista neófito ou simpaticante da causa mais ou menos informado sabe que por trás dessa aparente preocupação ecológica se escondem grandes interesses econômicos: a Amazônia é uma fonte inestimável de espécies vegetais, com uma biodiversidade ainda desconhecida. Sem falar do seu subsolo, aparentemente rico demais para ficar em mãos latino-americanas... Mas não importa: o que fica dessa fogueira monumental que devasta Roraima é a impressão de que a Amazônia parece mesmo não estar em boas mãos. Ao demorar a agir para apagar o fogo, o Brasil passou atestado de incompetência para o mundo inteiro e deu munção para os que querem internacionalizar a região".

Em primeiro lugar, o editor especial do CB está se louvando em dados falsos para denunciar o que não ocorreu, ou será que seu interesse ao deformar a verdade é insuflar a cobiça internacional sobre a posse da Amazônia?

Em segundo lugar, o objeto de sua denúncia deveria ser o governo relapso e irresponsável e nunca a nação, vítima desse governo. Mais uma vez parecem ficar claros os objetivos pretendidos. E, se tudo isso fosse pouco, acrescenta: "Desse jeito fica difícil convencer o mundo de que sabemos cuidar de nossa parte na Amazônia". Afinal, o Brasil é ou não é um país soberano sobre o seu território? Então, com instruções de quem atuam o senhor Kido Guerra e o jornal *Correio Braziliense*?

Não é também por acaso que o grande escândalo interno do incêndio sobre as "florestas amazônicas" foi promovido por determinado jornal de grande circulação e que a conhecida ONG Worldwild Fund, ligada ao mundo financeiro da City, é presidida por membro da família Marinho.

Não é tampouco por acaso que, louvando-se no escândalo que a imprensa do primeiro mundo fez acerca dos incêndios da "floresta amazônica", o general norte-americano Patrick Huges, diretor da Agência de Informações do Ministério da Defesa dos EUA, em conferência no Massachusetts Institute of Technology (MIT), ameaçou a ocupação militar da Amazônia brasileira por questões ecológicas. Evidentemente, os diplomatas logo cuidaram de afirmar que o general não quis dizer disso, mas a ameaça ficou!

Em 1991, o diplomata brasileiro A.C. Santos Neves, em

trabalho apresentado na Universidade de Hamshire, EUA, descreveu o papel da questão ecológica na "nova ordem" mundial: "Os conflitos regionais devem ser vistos como o paradigma de um longo e variado processo de satanização e demonização do sul. (...) As nações ricas eliminam sua própria consciência de culpa pelo envenenamento da atmosfera e pelas alterações letais do meio ambiente, jogando toda a responsabilidade nos países situados em regiões que abrigam paraísos ecológicos remanescentes. (...) Querem, evidentemente, por efeito de uma condenação moral e financeira, coagir o sul. Esse estranho processo tem transformado o sul em destruidor do meio ambiente (...)".

O jogo geopolítico estabelecido por potências hegemônicas e ONGs mantidas por poderosos grupos de financistas e especuladores internacionais está transformando a questão ecológica em novo instrumento colonial de dominação. Jogam com a opinião pública internacional com o objetivo de criar um clima que justifique a intervenção militar externa, com o apoio dessa mesma opinião manipulada, como ocorreu nos massacres "cirúrgicos" sobre o povo do Iraque, na última Guerra do Golfo.

Impresso em off set



**HAMBURG
GRÁFICA
EDITORA**

Rua Bogerl, 64 - V. Vermelho
04298-020 - São Paulo - SP
Fone (011) 6946-0233
Telefax (011) 6914-4773
E-mail: hamburg@uol.com.br

com filmes fornecidos pelo editor

Além de professor de termodinâmica, J.W. Bautista Vidal é um cientista que mentalizou o Proálcool, a única alternativa energética ao petróleo decadente e moribundo.

O mestre da biomassa vive um ostracismo em seu próprio país, sendo cotidianamente sabotado pela mídia e pelas universidades.

Embora iníquo, há um forte motivo para sabotá-lo: a práxis da biomassa é capaz de alterar o poder mundial. Portanto, a biomassa está cercada de inimigos internos e externos. Este livro, composto num clima de total liberdade intelectual – sem nenhuma espécie de censura –, mostra simultaneamente o quadro da alienação energética e os caminhos da desalienação. Nele, o leitor encontrará a crítica consistente e irrefutável ao sinistro Plano Real e suas armadilhas financeiras genocidas.

GILBERTO FELISBERTO VASCONCELLOS
PETRÓPOLIS, AGOSTO, 1998.

ESTE LIVRO DE GILBERTO FELISBERTO VASCONCELLOS E

J.W. BAUTISTA VIDAL É UMA ANÁLISE ORIGINAL DA QUESTÃO DO
PODER MUNDIAL, COM IMPLICAÇÕES DIRETAS NAS DUAS PRINCIPAIS CRISES
INTERNACIONAIS QUE ATINGEM PRINCIPALMENTE AS NAÇÕES HEGEMÔNICAS:

A ENERGÉTICA E A ECOLÓGICA, INTIMAMENTE INTERLIGADAS.

NO CASO BRASILEIRO, ESSAS QUESTÕES GANHAM DIMENSÕES ABRANGENTES NÃO
SOMENTE PELO FATO DE SERMOS O GRANDE CONTINENTE TROPICAL DO PLANETA,
MAS TAMBÉM POR ENVOLVER UMA NOVA CONCEPÇÃO CIVILIZATÓRIA. COM
O COLAPSO DO PETRÓLEO — HOJE UMA QUESTÃO BÉLICA, COM O ORIENTE
MÉDIO OCUPADO POR FORÇAS MILITARES NORTE-AMERICANAS — E AS
CONSEQUÊNCIAS JÁ BEM CONHECIDAS PELA OPINIÃO PÚBLICA MUNDIAL DO
EFEITO ESTUFA, AS SOLUÇÕES VINDAS DOS TRÓPICOS DÃO AO BRASIL TREMENDA
RESPONSABILIDADE OPERACIONAL, ÉTICA E DE PODER. A ISSO SE CONTRAPÕE
A GRAVÍSSIMA ALIENAÇÃO ENERGÉTICA DA CULTURA BRASILEIRA.

O SOL TROPICAL, ORIGEM DESSE PODER, QUE GANHA
DIMENSÕES CRUCIAIS COM A CRISE DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS,
É MALVISTO PELA TRADIÇÃO COLONIAL BRASILEIRA.

A REVISÃO DESSA QUESTÃO É ALGO PROFUNDO QUE EXIGE
O MELHOR DE NOSSA INTELIGÊNCIA.

O INFORME DE 1997 DO WORLDWATCH INSTITUTE, DENOMINADO
"A SITUAÇÃO DO MUNDO", CRIOU UMA NOVA INSTITUIÇÃO QUE PASSOU
A SE CHAMAR GRUPO E-8 (E DE ENVIRONMENT): AS OITO MAIS IMPORTANTES
NAÇÕES DO MUNDO NA QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE. O INFORME AFIRMA
QUE O GRUPO E-8 TERÁ NO FUTURO PAPEL DE MAIOR IMPORTÂNCIA PARA
A HUMANIDADE DO QUE O ATUAL GRUPO DOS 7, ESTE QUASE RESTRITO
A QUESTÕES FINANCEIRAS. NAQUELE GRUPO, O BRASIL SITUA-SE ENTRE AS TRÊS
SUPERPOTÊNCIAS MUNDIAIS — AS OUTRAS DUAS SÃO OS EUA E A CHINA. ENTRE
OS OITO PAÍSES, O BRASIL É O ÚNICO NÃO PREDADOR. COMO A QUESTÃO
AMBIENTAL É, DE MODO INTRÍNSECO, LIGADA À QUESTÃO ENERGÉTICA E ESTA
CORRESPONDE A PODER MUNDIAL E À POSSIBILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA DAS
ATAIS CIVILIZAÇÕES COM O FIM DA ERA DO PETRÓLEO, HÁ INTERESSE
INTERNACIONAL NESSE DEBATE. DE MODO SURPREENDENTE, PORÉM, A CLASSE
DIRIGENTE BRASILEIRA ESTÁ DE COSTAS PARA ESSAS GRAVES QUESTÕES,
E A CULTURA BRASILEIRA, EM GERAL, SALVO SUAS MAIORES FIGURAS,
DEMONSTRA DESCONHECER A IMPORTÂNCIA DO BRASIL NA SOLUÇÃO
DESSES PROBLEMAS, CONFORME EVIDENCIAM OS AUTORES DO LIVRO.

ISBN 85-06-006-01-2



9 788586 821011